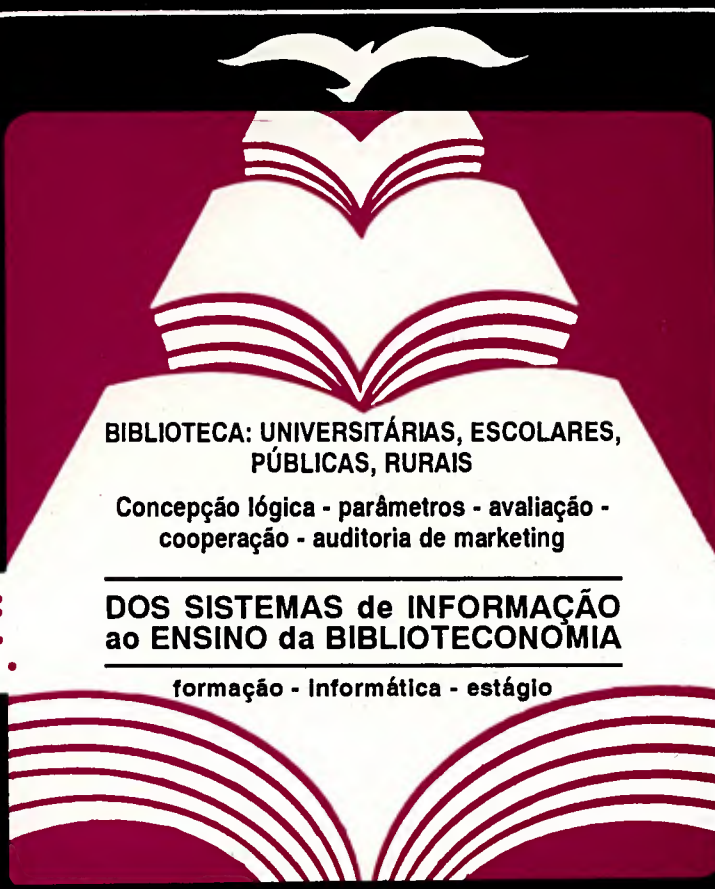


REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 25 NÚMERO 3/4

JULHO/DEZEMBRO

1992



**BIBLIOTECA: UNIVERSITÁRIAS, ESCOLARES,
PÚBLICAS, RURAIS**

Concepção lógica - parâmetros - avaliação -
cooperação - auditoria de marketing

**DOS SISTEMAS de INFORMAÇÃO
ao ENSINO da BIBLIOTECONOMIA**

formação - Informática - estágio

**III ENCONTRO NACIONAL de ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA
e CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENEBCI)**

19 a 21 de Agosto de 1992 - São Paulo - SP

**VI SIMPÓSIO de BIBLIOTECA e DESENVOLVIMENTO
CULTURAL BIENAL INTERNACIONAL do LIVRO**

29 a 31 de Agosto de 1992 - São Paulo - SP



Digitalizado
gentilmente por:



Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários – FEBAB

DIRETORIA (1990/1992)

Presidente: Mirian Salvadore Nascimento (SP)

Vice-Presidente: Neusa Dias de Macedo (SP)

Vice-Presidente Regionais

Centro-Oeste: Lygia Toledo Teixeira

Wanda Gebrim (DF)

Nordeste: Nídia Maria Lenert Lubisco (BA)

Norte: Regina Alves Rodrigues (PA)

Sudeste: Maria de Lourdes Cortes Romanelli (MG)

Sul: Suzana Sperry (RS)

Secretária Geral: Francisca Pimenta Evrard (SP)

1ª Secretária: Sônia Ferrela (SP)

2ª Secretária: Maria Ester Ramos (SP)

1º Tesoureiro: Pedro Luiz Martinelli (SP)

2º Tesoureiro: Ronice Maria Albamonte Arruda (SP)

Observador Legislativo: Suelli Angélica do Amaral (DF)

Editor: Regina Célia Baptista Belluzzo (SP)

Diretor de Valorização Profissional: Maria Rosa V.M. Carreira

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

Associação Paulista de Bibliotecários

Associação Riograndense de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo

Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais

Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal

Associação dos Bibliotecários do Ceará

Associação Campineira de Bibliotecários

Associação Paranaense de Bibliotecários

Associação Bibliotecária do Paraná

Associação Catarinense de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí

Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia

Associação de Bibliotecários do Estado de Mato Grosso

Associação Profissional dos Bibliotecários de Pernambuco

Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro

Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia

Associação Profissional dos Bibliotecários do Amazonas

Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão

Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba

Associação Prof. de Bibliotecários do Est. Rio Grande do Norte

Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul

Associação dos Bibliotecários do Espírito Santo

Associação Profissional de Bibliotecários de Goiás

Associação Profissional de Bibliotecários de Sergipe

Associação de Bibliotecários de Rondônia

Associação Profissional dos Bibliotecários de Minas Gerais

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Brasileira de Documentação Agrícola

Comissão Brasileira de Documentação Biomédica

Comissão Brasileira de Documentação Jurídica

Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica

Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos

Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares

Comissão Brasileira de Doc. em Ciências Soc. e Humanidades

Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias

Comissão Brasileira de Doc. em Tecnologia Aeroespacial

Comissão Brasileira de Documentação em Celulose e Papel

Revista Brasileira de
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Órgão oficial da
Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

CORPO EDITORIAL

Editor:

Regina Célia Baptista Belluzzo

Assessoria/Supervisão:

Dra. Neusa Dias de Macedo

Redator-Chefe:

Eliane Falção Tuler Xavier

Coordenadoras de Seções:

Daisy Pires Noronha (SP)

José Augusto Chaves Guimarães (SP)

Maria Silvia Holloway (SP)

Mariângela Spottl Lopes Fujita (SP)

May B. Negrão (SP)

Suell Mara Soares Pinto Ferrela (SP)

Assessor/Português:

Valdir João Afonso (FOB/USP)

Secretária:

Wanda de Moraes Carvalho (FOB/USP)

Comissão Editorial:

Ana Soledade Vieira (MG)

Cléa Dubeux Pinto Pimentel (PE)

Dinah Agular Población (SP)

Elisabeth Márcia Martucci (SP)

Heidi Aparecida Therezinha Epiphanto (SP)

Jeannette Marguerite Kremer (MG)

Johanna W. Smit (SP)

Kira Tarapanoff (DF)

Luis Augusto Milanese (SP)

Maria Terezinha Dias de Andrade (SP)

Murilo Bastos da Cunha (DF)

Neusa Dias de Macedo (SP)

Suzana Sperry (RS)

Jornalista responsável:

José Coelho S^o (ECA/USP)

Publicada com a colaboração do Programa de Apoio a Publicações Científicas

Programa de Apoio a Publicações Científicas

SCT/PR



CNPq



FINEP

Pagamentos em cheque visado pagável em São Paulo ou ordem de pagamento em nome da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, ou ao Banco do Brasil S/A.

Agência 9 de Julho, conta nº 70.599-3.
Estreleiro: US\$ 30 dólares.

1 2 3

11 12 13

cm

Digitalizado
gentilmente por:



SUMÁRIO

REVISTA BRASILEIRA DE **BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

EDITORIAL

ARTIGOS

- 11 Yara Resende
Sistemas e Informação: concepção lógica
- 18 Sueli Angélica do Amaral
Do marketing à auditoria em serviços de informação
- 29 Daisy Pires Noronha; Angela Maria Belloni Cuenca
Disseminação Seletiva da Informação para alunos de Pós-Graduação: doze anos de experiência em uma biblioteca acadêmica na área de Saúde Pública
- 40 Neusa Dias de Macedo; Maria Matilde Kronka Dias
Subsídios para a caracterização da biblioteca universitária
- 49 Paulo Tarcísio Mayrink; Rosana Helena Morandin; Tereza Raquel Vanalli
Avaliação de coleções da FDE em bibliotecas de escolas da região de Marília
- 60 Suzana Sperry
Cooperação bibliotecária no Brasil para o desenvolvimento rural
- 69 Neusa Dias de Macedo
Das Diretrizes para bibliotecas à "Declaração de Princípios da Biblioteca Pública Brasileira": comunicação
- 79 Rosemeire Marino NASTRI
Formação profissional do bibliotecário no Brasil sob perspectiva histórico-educacional
- 97 Irati Antonio; Cláudia Negrão Balby
Informática para bibliotecários: situação do ensino no Brasil

R. bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo
Volume 25, números 3/4, páginas 1-190
Julho/Dezembro 1992



Digitalizado
gentilmente por:



119 Sonia Maria Trombelli de Hanai
O serviço de estágio na Escola de Biblioteconomia de São Carlos

SEÇÕES

123 Documentos

RELATÓRIOS DE CONGRESSOS

XVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Salvador, FEBAB-APBED, 22 a 27 set. 1991.

VI SNBU - Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Rio de Janeiro, SIBI/UFRJ, 24 a 29 nov. 1991

II COBIBii - Congresso de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, São Paulo, 22 a 25 de set. 1992

Seminário e Visitas Técnicas a Bibliotecas da Alemanha, com participação de representantes da FEBAB, em ago./set. 1991

149 Levantamento Bibliográfico
Informação Ambiental

161 Noticiário
Nacional
Internacional

174 Resenhas

184 Guia aos colaboradores

Toda a correspondência para a RBBD
deve ser dirigida à Federação Brasileira
de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj. 110
01306 - São Paulo - SP
Fone: (011) 257-9979



Digitalizado
gentilmente por:



CONTENTS

REVISTA BRASILEIRA DE **BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

EDITORIAL

ARTICLES

- 11 Yara Resende
Information Systems: logical conception
- 18 Sueli Angélica do Amaral
Audit marketing in information services
- 29 Daisy Pires Noronha; Angela Maria Belloni Cuenca
*Selective dissemination of information: twelve years of
experience at academic libraries in the area of Public Health*
- 40 Neusa Dias de Macedo; Maria Matilde Kronka Dias
A synoptical description of the university library
- 49 Paulo Tarcísio Mayrink; Rosana Helena Morandin; Tereza Raquel
Vanalli
*Analysis of collections supplied by the School Development
Foundation to the school libraries of the Marília region*
- 60 Suzana Sperry
Library cooperation in Brazil for rural development
- 69 Neusa Dias de Macedo
*From library guidelines to the "Announcement for Brazilian
Public Library"*
- 79 Rosemeire Marino NASTRI
Library Education in Brazil under a historical view
- 97 Irati Antonio; Cláudia Negrão Balby
Informatics for librarians: library training in Brazil

R. bras. Bibliotecon. e Doc., São Paulo
Volume 25, numbers 3/4, pages 1-190
July/December 1992



Digitalizado
gentilmente por:



118 Sonia Maria Trombelli de Hanai
Practical training program in the School of Librarianship in São Carlos, Brazil

SECTIONS

123 Documents

XVI Library Science and Documentation Brazilian Congress, Salvador, FEBAB-APBED, 22 a 27 Sept. 91

VI SNBU - University Libraries National Meeting, Rio de Janeiro, SIBI/UFRJ, 24 a 29 Nov. 91

II COBIBii - Library, Documentation and Information Science Meeting, São Paulo, 22 a 25 Sept. 92

Seminars and Technical Visits in German Libraries, with representatives of FEBAB, Aug./Sept. 91.

149 Bibliographical survey
Environmental Information

161 News
National
International

174 Reviews

184 Instructions to the contributors

Quarterly publication
Single number - US\$ 30.00
abroad (1982) - US\$ 15.00
Orders should be placed to

"Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários",
Address - rua Avanhandava, 40, cj. 110
CEP 01306 - São Paulo - SP - Brazil



Digitalizado
gentilmente por:



EDITORIAL

Parte I

Este último número de 1992 é composto por vários artigos selecionados para fechar o triênio 1990-1992 da atual gestão da FEBAB que ora se despede da comunidade bibliotecária. Foge, portanto, da diretiva da RBBB de centralizar num determinado assunto cada fascículo por razões de cobrir artigos disponíveis, e já em atraso para publicação.

Desta forma, de vários temas se constituirá o nº 3/4/92, sendo distribuídos, porém, numa seqüência de assuntos similares: primeiramente, os relacionados com abordagens específicas aos sistemas de informação, seguidos dos que pesquisam o campo de tipos de bibliotecas, quer sejam as universitárias, escolares públicas ou rurais, terminando por outros que abordam questões de ensino da biblioteconomia.

Do primeiro grupo de **Artigos**, assinala-se o trabalho de teor teórico emprestando concepção lógica aos sistemas de informação, do ato de criar ao de administrar, de autoria da bibliotecária Yara Rezende, da Mangels de São Bernardo; o seguinte, de Sueli Angélica do Amaral - bibliotecária do Senado Federal - que revisa questões de marketing e recomenda a auditoria do marketing em serviços de informação.

Seguem os trabalhos dedicados à Biblioteca Universitária, sendo o primeiro das bibliotecárias, Daisy Pires Noronha e Angela Maria B. Cuenca que, continuando as avaliações de DSI na Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP, apresentam agora uma pesquisa que abarca 12 anos de experiência com 10 programas de Pós-Graduação, no período de 78 a 90; outro artigo, que constitui uma das preocupações de pesquisa em decorrência de Neusa Dias de Macedo e Maria Matilde Kronka Dias, na ECA/USP, é relativo ao estabelecimento de parâmetros para a caracterização da biblioteca universitária.

A Biblioteca Escolar está também aqui representada por pesquisa do Prof. Paulo Tarcísio Mayrink e duas colaboradoras: Rosana H.



Digitalizado
gentilmente por:



Morandi e Tereza Raquel Vanalli, revelando importantes dados sobre leitura e desenvolvimento de coleções recebidas, por doação da FED, a escolas de 1º e 2º graus da região de Marília. O referido professor da UNESP, recentemente defendeu tese sobre Biblioteca Escolar na USP.

Suzana Sperry, bibliotecária da EMBRAPA e mestranda em Sociologia Rural pela UFRS, apresenta estudo "sui generis" na literatura nacional, voltada à comunidade brasileira ainda não dignamente beneficiada pelos serviços bibliotecários: a área rural. Recomenda programas cooperativos e administrados por equipe interdisciplinar para resolver problemas da Biblioteca Rural.

É a vez, agora, da Biblioteca Pública. Mereceu a atenção especial da FEBAB, por ocasião da Bienal Internacional do Livro, em agosto/setembro de 1992, quando a Presidente Mirian Salvadore Nascimento instou providências e fez grandes esforços para a elaboração de Diretrizes que orientassem o bibliotecário nos momentos de planejamento e avaliação.

Nesta comunicação, faz-se um rápido histórico da questão em vista de que partiu da autora - Neusa Dias de Macedo - o texto-base dessas Diretrizes, e que depois das discussões em Grupos de Trabalho do VI Simpósio de Biblioteca e Desenvolvimento Cultural, e aí aprovado em sessão de encerramento, foi denominado "Declaração de Princípios da Biblioteca Pública Brasileira".

Por fim, a matéria referente a Artigos é fechada com três contribuições no terreno do ensino da biblioteconomia, cobrindo os seguintes enfoques:

a) uma visão histórico-educacional da formação profissional do bibliotecário no Brasil é apresentada pela profa. Rosemeire Mariano Nastro, do Curso de Biblioteconomia de São Carlos;

b) importantes resultados de pesquisa sobre o ensino da Informática; entre outros: dados sobre formação de docentes, programas e recursos computacionais disponíveis nas escolas, são sabiamente interpretados por Irati Antonio e Cláudia N. Balby, mestrandas da ECA/USP.

c) descrição de programa modelar de Estágio no Curso de Biblioteconomia de São Carlos, SP, é apresentado pela coordenadora do mesmo, Profa. Sonia Maria T. de Hanai.

Este fascículo, com variedade de temas, sob enfoques teóricos de um lado, avaliações e reflexões de outro, com parâmetros para facilitar planejamento de bibliotecas e estudos na área de ensino, por certo cumpre o grande objetivo de periódico profissional: oferecer atualização



e respaldos aos estudiosos da área.

Focalizando outras Seções deste número, e tendo em mente a próxima mudança de Diretoria da FEBAB, algumas observações serão intercaladas para alertar a futura equipe da RBBB:

A **Entrevista** deixa de ser apresentada, mais uma vez, por dificuldades do coordenador da Seção em obter material. Apelo é feito aos vários Estados para que se pronunciem e colaborem no envio de sugestões de nomes de Personalidades locais que devam ser objeto de uma entrevista para documentar a memória profissional.

O **Levantamento Bibliográfico** deste número recai na "Informação Ambiental", que pode alertar sobre esta lide documentária aos pesquisadores da área, como também pela homenagem que se pode prestar a ECO-92 (tão importante para o Brasil como ao mundo). O esforço da compiladora - jovem bibliotecária de referência da Faculdade de Odontologia de Bauru, SP - Cybelle de Assumpção Fontes - é digno de nota, tendo em conta que um assunto novo e ainda não-objeto de pesquisas bibliográficas provoca grandes dificuldades de identificação e compulsão. Cobre o levantamento: obras de referência, publicações periódicas, literatura biblioteconômica, entidades em meio ambiente, bases de dados, cabeçalhos de assunto e endereços para informações.

Quanto aos **Documentos**, neste fascículo incluem-se apenas Relatórios de alguns congressos nacionais e o relato de uma visita técnica internacional, que puderam nos chegar às mãos. Há informações importantes sobre o novo assunto Qualidade/Produtividade e a "Declaração de Princípios da Biblioteca Pública Brasileira", que se insere no artigo de Neusa Dias de Macedo, e as sínteses de três eventos.

As dificuldades têm sido grandes para a obtenção de relatos, sínteses e recomendações de congressos e eventos similares. Adverte-se, pois, aos organizadores de eventos e às pessoas que têm acesso a esse material quão importante é para FEBAB receber tais informações. Muitos pesquisadores têm-se valido da RBBB para estudar retrospectivamente o movimento associativo nacional. Além da importância dessa documentação em contribuir para a preservação da memória da área, a divulgação das sínteses de eventos contribui para a atualização daqueles que não podem participar de congressos e reuniões desse gênero. As questões de normalização desses registros causam grande problema aos redatores de revistas, advertindo-se que, além de uma linguagem objetiva e esclarecedora, um cabeçalho de evento deve conter dados na ordem que segue: nº, título, local,



entidades promotoras, data, tema central e nome(s) do(s) relator(es).

Noticiário, no caso de uma revista como esta - que deve cobrir matéria a nível nacional - requer colaboração de todas as associações e dos bibliotecários em geral. O coordenador da Seção deve estar atento não só a eventos como a fatos e acontecimentos relevantes da área. Diga-se, mais uma vez, que este tipo de Seção também abre campo para investigações futuras que visem detectar, em períodos determinados, a evolução da área. Por exemplo, da temática dos cursos e congressos, pode-se avaliar as preocupações de certos momentos. No presente número, incluiu-se notícia de reabertura da Biblioteca Municipal de São Paulo (30.09.92), transcrevendo-se dados do livreto que informa sobre as reformas, e que poderão, futuramente, servir de subsídios para quem deseja estudar esse tipo de organização, entre outras coisas.

Resenhas. Pena que não haja prática maior entre os bibliotecários para este tipo de trabalho intelectual, pois raras são as resenhas ou resenhas enviadas a esta revista. Solicita-se principalmente aos Cursos de Pós-Graduação que incitem seus estudantes a enviarem Resenhas para a RBBB.

Neste número, uma delas, de autoria da Profa. Dra. Maria de Fátima G. M. Tálamo, docente da área de Lingüística-Documental, da ECA/USP, trata de questões de interface entre Lingüística e Documentação. Outras resenhas, em número de 5, enviadas pela bolsista que prepara tese de doutorado nos Estados Unidos e coordenadora desta Seção - Sueli Mara Pinto Ferreira - tratam dos sistemas de hipermídia (4) e de um livro (o mais recentemente publicado na USA) sobre Serviço de Referência e Informação, o qual aborda desde o surgimento deste Serviço às suas tendências atuais e futuras.

Parte II:

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação notrênio 1990/1992:

Fazendo um balanço da RBBB nesse período, no que concerne à programação temática grande foi a preocupação de seus mentores na cobertura de um assunto emergente como é, no caso do Brasil, o das Novas Tecnologias. Já havíamos iniciado a divulgação do tema desde o v. 22, números 1/4, em 1989, com a valiosa contribuição do Prof. Dr. Jaime Robredo, da UnB. Outros artigos foram encomendados e até trabalhos de alunos de graduação, grandemente empenhados na revisão bibliográfica desse assunto, foram selecionados.



Cerca de 27 **Artigos** foram publicados no triênio 90/92, cobrindo vários assuntos a saber: análise documentária (2), base de dados CD-ROM e on-line (2), biblioteca rural (1), biblioteca escolar (1), biblioteca pública (2), biblioteca universitária (3), bibliotecário de referência (1), desenvolvimento de coleções (1), disseminação seletiva da informação (2), educação do usuário (1), hipermídia (3), inteligência artificial (1), linguagem documentária (1), marketing em bibliotecas (1), novas tecnologias (10), recuperação automática e manual (3), sobre revisão da literatura (2), serviço de referência e informação (2), sistema especialista (1), sistemas de informação (1) e treinamento de bibliotecário (1).

Espera-se futuramente indexar inteiramente a RBBB.

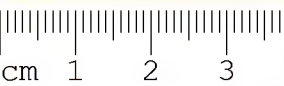
Quanto a **Entrevistas**, pôde-se contar com apenas uma e com informações importantes para a memória do ensino da biblioteconomia, o mesmo acontecendo para a Seção de Comunicação, cujo tema abordado foi mobiliário e equipamentos em bibliotecas universitárias.

Com o item **Documentos**, num total de 5 textos, procurou-se registrar: a) experiências profissionais como viagens de estudo e/ou visitas técnicas a bibliotecas, uma na França e outra na Alemanha; b) relatório de congresso internacional luso-brasileiro, onde firmou-se "Protocolo de Intenções" para intercâmbio Brasil/Portugal (1) e uma Biografia de personalidade da biblioteconomia brasileira, reconhecida internacionalmente.

O **Noticiário** procurou registrar, retrospectiva e correntemente, os principais eventos nacionais e internacionais, reunindo informações sobre: assembléias (1), conferências (8), congressos (20), cursos (23), encontros (15), exposições comemorativas (3), jornadas (2), palestras e debates (6), reuniões (3), seminários (11) e simpósios (7). Além disso, foram noticiados fatos e acontecimentos julgados relevantes para a área.

Finalmente, em **Resenhas** de recentes publicações foram documentados 9 trabalhos, cujos temas são: editoração eletrônica (1), ensino de biblioteconomia (1), hipermídia (7), indexação/PRECIS (1), lingüística documental (1), normalização de publicações (1), novas tecnologias (4), serviço de referência e informação (1), obra de referência (1).

O Editor e Supervisor da RBBB, nesta oportunidade, consignam agradecimentos a todos que neste triênio colaboraram para a concretização do nosso projeto editorial, quer sejam os autores e o

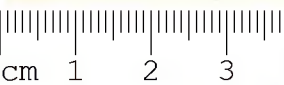


corpo de referees, o redator e os coordenadores de seções como os elementos que fizeram a composição da revista e o paciente Sr. Antonio da Grafistyl, à FAXON, e principalmente à FINEP que proporcionou ajuda financeira, sem a qual todos os esforços enviados para a continuidade desta publicação teriam sido inúteis.

São Paulo, novembro de 1992.

Regina Célia Baptista Belluzzo
Editor

Neusa Dias de Macedo
Assessora/Supervisora da RBBB



Digitalizado
gentilmente por:



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: CONCEPÇÃO LÓGICA

Yara Rezende*

RESUMO: Identificar e compreender a distinção entre conceitos como acesso e armazenagem; acesso físico e lógico; acesso lógico a dados, e acesso lógico a documentos, bem como a definição dos diferentes tipos de informação com os quais um sistema vai operar, constitui-se em etapa primeira e fundamental da criação e posterior administração de sistemas de informação.

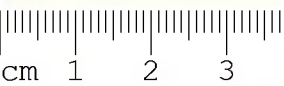
A identificação desses elementos determina as características estruturais e lógicas do sistema. Considera o domínio da função acesso a informação (função dinâmica) e o controle estatístico da função armazenagem (função estática) como fatores determinantes do sucesso de um sistema de informação, seja do ponto de vista do seu desempenho, rendimento e administração, seja do ponto de vista da função recuperação ou satisfação do usuário e pertinência de saída de dados do sistema.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas da Informação; Características estruturais; Acesso vs armazenagem; Administração da informação.

1 OBJETIVO

Este trabalho apresenta considerações acerca da administração da informação. A administração da informação é uma atividade complexa e diversa não apenas no que diz respeito a possibilidade de uso de uma ampla variedade de tipos de informação, mas também e, principalmente, as diferentes formas de acesso a essa informação. Administrar informação não é uma tarefa estática de armazenar documentos ou dados, mas algo muito mais vivo e dinâmico. A informação só adquire significado quando utilizada. A identificação da distinção lógica entre os conceitos de armazenagem e acesso pode auxiliar tanto o administrador no planejamento de um sistema de informação quanto o usuário na utilização deste sistema.

* Coordenadora do Sistema de Informação da Mangels, São Bernardo SA, São Paulo, SP



2 ACESSO x ARMAZENAGEM

Os administradores da informação consideram que a chave para uma administração satisfatória dos sistemas de informação é o controle da função "armazenagem", a qual diz respeito ao aproveitamento de espaço físico e incremento de acervos e coleções. A boa administração tem sido aquela que responde "onde colocar ou guardar toda a informação". Sob essa ótica nasceram as soluções de cunho tecnológico, como a utilização de microformas, fitas magnéticas e tantas outras de soluções de armazenagem em massa, que reduzem a pequenos espaços acervos ou arquivos imensos. Indubitavelmente, são soluções para problemas de aproveitamento de espaço físico, mas não para melhor administrar informações. Essas "soluções", ao contrário, aumentaram os problemas relativos ao acesso à informação.

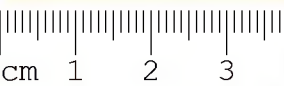
A transferência de informação em papel para formas de armazenagem em massa, sem considerar o acesso, reduz os pontos de acesso a essa mesma informação e impossibilita o acesso direto e imediato. Nesse formato, uma grande quantidade de informação passa a ter como ponto de identificação apenas um rótulo, sem o detalhamento necessário para se ter uma busca satisfatória. A fim de se atingir um nível satisfatório de recuperação de informação, há necessidade do planejamento dos meios de acesso ao sistema, o qual é relegado, muitas vezes, a um segundo plano perante a ânsia de desenvolver sistemas de cunho essencialmente tecnológico, porém sem embasamento lógico.

Outra dificuldade encontrada em sistemas concebidos para a armazenagem a baixo custo é a tendência comum, de se armazenar maior quantidade de informação (documentos) que o necessário, pois é fácil e barato guardar "tudo".

Atualmente, quando se fala "estamos vivendo na era da informação", o mais adequado seria dizer que "estamos vivendo a era do entesouramento da informação". Ainda se cultua a idéia da guarda daquilo que "algum dia" possa vir a ser útil, sem, no entanto, considerar que guardar não significa ter ou dispor quando for necessário.

Essa tendência denota um critério de administração da informação voltado para a armazenagem. O importante não é a quantidade de informação que se possui, mas a quantidade que se pode controlar ou ter acesso. Portanto, a chave da administração da informação é a resolução da questão do acesso e não da armazenagem.

Sistemas de informação bem estruturados devem se resguardar da tendência de guardar "tudo", uma vez que quanto maior for a quantidade de informação guardada, mais difícil será conseguir ter acesso a informação útil. Como diz a teoria dos sistemas, toda a informação de utilidade pouco provável nada mais é do que ruído e ruído compromete seriamente a qualidade de um sistema ou de uma busca, além de aumentar o custo de saída da informação. Assim, o aparente baixo custo de armazenagem, proporcionado por determinadas tecnologias de armazenagem, gera um aumento significativo no custo de acesso



e controle da informação.

3 ACESSO FÍSICO x ACESSO LÓGICO

Existem duas categorias de acesso: o físico e o lógico. O físico é o mecanismo através do qual a informação desejada se recupera e se apresenta fisicamente ao usuário, uma vez conhecida a localização da informação. O lógico é o processo de localização da informação propriamente dito.

O acesso físico se dá por meio de técnicas e o lógico através de operações lógicas do raciocínio dos usuários do sistema. Por essa razão e ao contrário do que geralmente ocorre, os sistemas de informação deveriam ser concebidos considerando-se principalmente o acesso lógico. Maior confusão conceitual tem ocorrido a nível dos sistemas de informação computadorizados. Embora tais sistemas possam em muito acelerar o acesso físico, nem sempre proporcionam o melhor acesso lógico. Ainda se confunde "rapidez" com "eficiência" de recuperação. Porém, a velocidade de um sistema de informação deve guardar relação direta com o número de decisões lógicas que o usuário deve tomar durante uma busca e não com o número de registros físicos os quais o sistema pode explorar num determinado espaço de tempo. Portanto, o problema da administração da informação não é de tempo de recuperação ou de utilização ou não de computadores, pois estaríamos confundindo acesso lógico com físico.

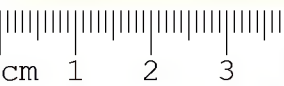
O acesso físico, corresponde a seleção de instrumentos para se chegar a informação e, o lógico, aos procedimentos usados para reduzir o número de decisões lógicas a serem tomadas pelo usuário.

Sistemas de informação são melhores concebidos quando se atêm ao estabelecimento de pontos de acesso lógico. Essa distinção entre acesso lógico e físico deve, também, se dar, também, a nível da estrutura do sistema. As estruturas física e lógica devem ser independentes entre si, a fim de possibilitar maior flexibilidade e adaptabilidade à operação de mudanças no sistema, se necessário, de acordo com os interesses do usuário. No entanto, o que ocorre geralmente é que os instrumentos de acesso físico acabam por determinar o número de decisões a serem tomadas no acesso lógico. O maior erro, quando se planejam sistemas de informação, é escolher, em primeiro lugar, os equipamentos, instrumentos e a disposição arquitetônica do ambiente, ao invés de definir a estrutura lógica do sistema.

4 ACESSO LÓGICO A DOCUMENTOS x ACESSO LÓGICO A DADOS

Sistemas de recuperação de dados operam respondendo diretamente a consulta, recuperando precisamente a informação desejada.

Sistemas de recuperação de documentos, ao contrário, são indiretos não



recuperando a informação desejada e sim referências de documentos os quais, provavelmente, possuem o que se busca. Geralmente, nesse tipo de sistema, é recuperada uma grande quantidade de documentos inúteis visto ser muito baixa a probabilidade de existir um descritor tão específico que satisfaça, de imediato, ou com poucas decisões lógicas, a uma determinada consulta.

Existem duas possibilidades para que um sistema de recuperação de documentos seja indeterminado: a) a de que dados como autor, título, número de entrada etc. sejam usadas como pontos de acesso lógico ao documento; b) a de que o usuário possa lembrar ou conhecer exatamente os descritores usados como pontos de acesso lógico aos documentos desejados.

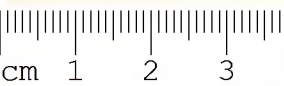
Geralmente, essas duas possibilidades se compensam: quanto mais específico é um descritor, menos necessário é ao usuário conhecer ou lembrar exatamente desse descritor.

5 SISTEMAS INDUTIVOS x SISTEMAS DEDUTIVOS

Na recuperação de dados existe uma relação entre o pedido de informação e a resposta correta. Existe apenas uma resposta que satisfaz ao pedido e nenhuma outra serve. Essa relação entre pedido (pergunta) e resposta significa que os sistemas de acesso a dados são dedutivos. Por outro lado, na recuperação de documentos ocorre uma relação probabilística entre o pedido (pergunta) e a satisfação desse pedido. Quando um usuário pede "todos" os documentos sobre um determinado assunto (ou descritor), isso significa dizer todos os documentos que "provavelmente" tenham a resposta (0 dado) a uma determinada pergunta. Sob o ponto de vista lógico, os sistemas de acesso a documentos são indutivos.

6 CORREÇÃO x UTILIDADE

Na recuperação de dados o critério para julgamento do êxito de uma resposta é direto, isto é, ela responde ou não ao usuário. Portanto, o critério de avaliação de sistemas de recuperação de dados, a correção da resposta, é bastante objetivo: é o sim ou o não. Num sistema de recuperação de documentos o julgamento do êxito de uma resposta é indireto, ela satisfaz ou não ao usuário. Aqui, o critério de avaliação é a utilidade, um critério bastante subjetivo.



7 ESTRUTURANDO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A diferença entre acesso a dados e a documentos tem efeitos decisivos por ocasião da concepção de sistemas de informação. Sob o ponto de vista estrutural, o sistema de recuperação de dados é direto, visto que cada elemento de informação tem apenas um ponto de acesso.

Documentos, ao contrário, têm vários pontos de acesso, como o nome do autor, título, descritor etc. A multiplicidade de pontos de acesso irá caracterizar uma estrutura indireta. Portanto, um sistema de recuperação de documentos terá o seu rendimento, aumentando em razão inversa ao número de decisões lógicas necessárias para recuperar um documento.

A distinção precisa entre sistema de recuperação de dados ou de documentos tem conseqüências importantes para o usuário, principalmente, quanto à expectativa da eficácia da recuperação.

Quando se trata de dados, como existe apenas um ponto de acesso a cada elemento, o usuário sabe previamente que pode obter exatamente o que deseja. Já na recuperação de documentos, existem vários pontos de acesso não exclusivos e o usuário raramente obtém de forma precisa aquilo que busca. Geralmente, são recuperados documentos inúteis com os úteis e cabe ao usuário selecioná-los para obter uma resposta satisfatória.

Um bom sistema de recuperação de documentos deve ter a precisão possível, mas nunca será tão direto como um sistema de recuperação de dados, A falta de precisão inerente a recuperação de documentos sempre colocará o usuário em dúvida, ao final de uma busca, quanto à possibilidade de haver outros documentos úteis no sistema e que não foram, recuperados. Mesmo quando o usuário recupera documentos úteis ele nunca saberá se recuperou os mais úteis.

8 IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS LÓGICOS DE INFORMAÇÃO

Do ponto de vista organizacional é importante identificar e manter separados quatro tipos de informação: a) a recuperação de dados pode ocorrer em diversos níveis, ser seletiva ou não; acontece através da consulta/utilização de sistemas de bases de dados e tem aplicação em nível administrativo; b) o processamento de dados ocorre a nível mais específico; é seletivo e se aplica em nível operativo; c) a recuperação de documentos é genérica; pouco seletiva e ocorre através da consulta a sistemas armazenadores, como as bibliotecas; d) o processamento da palavra gera sistemas específicos e seletivos: os centros especializados de documentação. Essa classificação não só pode auxiliar ao administrador de sistemas de informação na prestação de melhores serviços aos usuários, como ajudar na concepção estrutural de sistemas de informação, pois além de identificar a distinção entre sistemas de dados e documentos, pode



sugerir, também, a criação de sistemas híbridos, nos quais se combinam a recuperação de dados e de documentos e o processamento de dados e da palavra. A definição da estrutura do sistema "puro" ou "híbrido" é uma ferramenta útil para a concepção de sistemas de informação, inclusive a nível e sistemas automatizados criados por analistas.

Nesse contexto, o controle dos "pontos de decisão" do sistema e a identificação das "perguntas básicas" que o sistema deverá responder são de fundamental importância. Deve-se determinar o que o sistema vai responder e em que nível (quantos e quais pontos de decisão) e quais as perguntas que o sistema não irá responder. O estabelecimento desses critérios irá definir o que deverá ser introduzido no sistema e em qual disposição lógica. Por exemplo, no caso de documentos, determinar o interesse no acesso através do nome do autor, ou entidade a que o autor pertence, ou data em que o documento entrou no sistema etc. No caso de dados, determinar se são dados de rotina, qual a periodicidade de atualização, se há repetição de solicitações etc.

A consideração desses parâmetros para a criação de sistemas tem sido esquecida pelos administradores da informação. Para atender às demandas diferentes, como a de dados ou documentos, deve-se estabelecer sistemas com bases lógicas distintas.

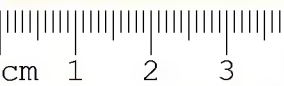
9 A FUNÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Deve ser a de facilitar o acesso a informação e não de ser um armazém de informação. Logo, a importância da informação armazenada guarda relação direta com a frequência de uso. Todo o sistema de informação deve ser planejado, para dispor de estatísticas de frequência de acesso a informação que se controla. Entretanto, observa-se que grande parte das perguntas dirigidas a um sistema é respondida sempre por uma pequena fração deste sistema.

O controle estatístico permite ao administrador da informação adotar procedimentos para eliminar a informação, cuja frequência de acesso se encontre abaixo do nível estabelecido. No entanto, o que frequentemente ocorre é a utilização da estatística como subsídio para justificar o aumento de acervos e de armazenagem, deixando clara, mais uma vez, a confusão conceitual entre os administradores de sistemas de informação.

10 CONCLUSÃO

Conseqüências de não se fazer distinção entre:



a) Armazenagem e Acesso:

- . recuperação excessiva devido à armazenagem fácil e de baixo custo;
- . dependência do conhecimento pessoal da informação disponível;
- . tendência em culpar o usuário pelo fracasso das buscas;
- . tendência em guardar toda a informação.

b) Acesso Lógico e Acesso Físico:

- . maior preocupação com a rápida recuperação de todos os registros do que somente com a recuperação dos registros mais importantes;
- . tendências em enquadrar o sistema de informação dentro das possibilidades e características dos equipamentos disponíveis ou em adquirir o suporte físico antes de definir a estrutura lógica do sistema.

c) Acesso a Dados e Acesso a Documentos

- . tendência em empregar, na recuperação de documento, as tecnologias conhecidas para a recuperação de dados;
- . tendência em simplificar a lógica de acesso a documentos;
- . tendência em acreditar que a precisão própria da recuperação de dados pode se obter, também, na recuperação de documentos.

Essas distinções básicas sugerem a não existência de uma solução unitária para o problema de administrar a informação. A idéia de uma base de dados geral, que contenha toda a informação de um sistema é irreal. Para se obter resultados satisfatórios, os sistemas de informação devem se adaptar à classe de acesso requerida e à idiossincrasia do usuário.

ABSTRACT: Identify and understand the difference between the concepts of access and storage; physical access and logical access; logical access to data and logical access to bibliographic documents, as well as the definition of the different kinds of information which the system will go to work with: these are the fundamental steps to create and manage information systems. The identification of these constituents establishes the structural and logical system characteristics. It considers the knowledge of the information access service (a dynamic service) and the statistical storage service control (a static service) as the essential factors to the retrieval service success and to the researchers and readers satisfaction.
KEY WORDS: Information systems: structural and logical characteristics; Access vs retrieval; Administration of information,

BIBLIOGRAFIA

1. REZENDE, Yara. A falsa utilidade da biblioteca de empresa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1992. Caderno Empresas. p. 2.
2. REZENDE, Yara. O sistema de informação na indústria: enfoque sistêmico de um caso brasileiro. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 16, n. 3/4, p. 102-16, jul./dez. 1983.



DO MARKETING À AUDITORIA EM SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Sueli Angélica do Amaral

RESUMO: Aborda a importância da compreensão das dimensões do marketing para o entendimento da sua aplicação em serviços de informação. Comenta a necessidade de os gerentes desses serviços visualizarem o seu "negócio", refletindo sobre a tarefa de "vender" benefícios dos serviços oferecidos e não as características dos produtos de informação. Enfatiza a rara utilização da terminologia mercadológica pelos bibliotecários. Define auditoria de marketing e recomenda esses procedimentos em serviços de informação.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria de marketing; Marketing de serviços de informação.

1 INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas os bibliotecários brasileiros vêm se interessando cada vez mais pela aplicação das técnicas de marketing em serviços de informação. Apesar disso, ainda não é significativa a literatura biblioteconômica específica sobre o assunto. Nessa área, a maior parte dos trabalhos são escritos em inglês, alguns em francês e um número ainda pouco significativo em português. Isto pode explicar certa dificuldade na compreensão do tema. É preciso considerar, também, que é recente a transposição desses conceitos para o setor não lucrativo.

A abordagem de marketing representa mudança radical na atuação dos serviços de informação e requer planejamento sistemático, operando com o princípio de troca para a realização de programas que atendam às necessidades, expectativas e aos interesses dos usuários.

* Bibliotecária do Senado Federal, Brasília, DF



2 ENTENDENDO A APLICAÇÃO DO MARKETING EM SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Há diversas definições de marketing. Para o seu pleno entendimento, TOLEDO & SANTOS (9) E CAMPOMAR (2) preconizam a distinção de três níveis distinto: a função, a administração e o conceito ou mentalidade de marketing. Eles admitem que há alguns anos a abordagem da função do marketing era confundida com a da administração. Na prática, esses níveis correspondem a três dimensões: funcional, administrativa e filosófica, respectivamente

Quando tratamos da aplicação das técnicas de marketing em serviços de informação, deduzimos que a abordagem funcional compreende a atividade que visa a facilitar a realização de troca entre o serviço de informação e o seu mercado. A visão administrativa promove a análise, o planejamento e a implantação de programas e projetos destinados à realização das trocas desejadas. A concepção filosófica do marketing torna o serviço de informação efetivo por meio da satisfação dos seus usuários.

A filosofia de marketing conduz o serviço de informação a intensificar a sua capacidade de resposta aos seus vários públicos e serve de fundamentação para sua função. Por sua vez, a função de marketing é a realização da troca, a fim de que a satisfação do cliente promova a sobrevivência do serviço. O marketing, como estilo gerencial, é o desenvolvimento das atividades com base na sua função - a troca - norteada por sua abordagem filosófica, cujo princípio básico é reconhecer e atender às necessidades e interesses dos consumidores. Essa orientação conduzirá o serviço de informação a se tornar responsivo.

A responsividade é a característica do serviço de informação que SHAPIRO (7) denomina receptivo. Esse autor considera um serviço de informação altamente receptivo quando estimula sua clientela a expressar dúvidas, reclamações, sugestões e opiniões, demonstrando entusiástico interesse em conhecer suas necessidades, pontos de vista, preferências e grau de satisfação. É preciso para isso, coletar informações e examiná-las cuidadosa e sistematicamente, a fim de fazer os ajustes periódicos de produtos, serviços e diretrizes, tornando-os coerentes com a retroalimentação obtida do mercado.

A aplicação das técnicas de marketing na administração de serviços de informação, segundo a análise da definição de Kotler & Bloco já foi comentada por AMARAL (1). O estudo considera o marketing um instrumento gerencial para o serviço de informação. Antes de tudo, porém, enfatiza a necessidade de o gerente do serviço de informação tratar esse serviço como um "negócio", tornando-o uma organização flexível e ajustada às influências do ambiente. Para tanto, é preciso, como preconiza LEVITT (4), ter-se visão completa do tipo de "negócio" em que se está inserido.

A reflexão sugerida por Levitt foi abordada por OLIVEIRA (6), que sugere ao bibliotecário não só responder a pergunta sobre qual é o "negócio" em que



está a biblioteca, como também pensar sobre os benefícios que seus serviços oferecem. Segundo ele, o livro e o brinquedo - considerados como produtos - não passarão de invólucros de serviços, sendo a tarefa do gerente "vender" os benefícios desses serviços e não as suas características como produtos.

Entretanto, lembra SILVEIRA (8): "o marketing para serviços é diferente do formulado para produtos, uma vez que o serviço não envolve transferência de propriedade de bem tangível, tem características peculiares de intangibilidade, perecibilidade, inseparabilidade e heterogeneidade que condicionam usos específicos e diferenciados ao composto de marketing para atingimento do mercado-alvo."

Na realidade, embora demonstrem interesse cada vez maior pelo marketing, os bibliotecários ainda não conhecem muito bem as técnicas mercadológicas, nem estão familiarizados com a terminologia dessa área, confundindo marketing simplesmente com promoção.

3 TERMINOLOGIA MERCADOLÓGICA

Os termos: mercado-alvo; público-alvo; análise do consumidor, cliente ou público; pesquisa, análise e segmentação de mercado; publicidade, propaganda e merchandising, auditoria de marketing; sistema de informação de marketing (SIM) e composto de marketing ainda não são entendidos em sua profundidade e nem empregados adequadamente.

A terminologia mercadológica ainda não foi totalmente assimilada pelos bibliotecários., Isto pode acontecer em consequência da limitada abordagem do marketing na formação acadêmica desses profissionais. O fato é que o emprego inadequado da terminologia mercadológica também contribui para a limitação da compreensão dessa matéria.

É pouco expressivo o número de trabalhos publicados sobre a aplicação do marketing em serviços de informação incluindo comentários, conceituações e discussões que abordem essa matéria de modo mais completo, analisando em profundidade o tema. Esse tipo de abordagem começou a surgir na literatura biblioteconômica a partir de 1985. Anteriormente a essa data, salvo raras exceções, o enfoque dos trabalhos publicados revelava intenso desejo de encontrar um modelo para auxiliar o aprimoramento do desempenho dos serviços de informação. Esse desejo era manifestado pela valorização e recomendação do marketing, visando a sobrevivência dos serviços de informação, ainda que não discutida a forma da sua aplicação.

Os bibliotecários não devem apenas admitir a abordagem de marketing como instrumento capaz de auxiliar o planejamento das atividades dos serviços de informação. Precisam compreender melhor os ensinamentos e a terminologia mercadológica, inclusive para fazer a avaliação dos produtos e serviços de



informação por meio de auditoria de marketing, acostumando-se a avaliar, independentemente do esforço de marketing despendido. Só assim perceberão o que está sendo realizado e estarão aptos a recomendar o que deverá ser feito no futuro.

Os problemas referentes ao entendimento do marketing não envolvem apenas bibliotecários. No caso da auditoria de marketing, por exemplo, até mesmo os gerentes não-bibliotecários, geralmente associam a realização de auditorias apenas às áreas financeira e contábil, nem sempre reconhecendo a relevância do valor da auditoria de marketing.

4 O QUE É AUDITORIA DE MARKETING?

Auditoria é a assessoria especializada para o administrador, que possibilita rever as atividades realizadas e facilita o replanejamento dos produtos e serviços.

KOTLER define a auditoria de marketing como "um exame independente de todo o esforço de marketing de uma organização que cobre os objetivos, os programas, a implementação, a organização e o controle, com o propósito de determinar e avaliar o que está sendo feito e de recomendar o que deve ser feito no futuro" (3).

Segundo esse autor "a razão comum para se admitir uma auditoria de marketing é de que a organização se defronta com um problema importante que surge dos seus mercados, de seus produtos ou de seus métodos de marketing."

É, pois, a maneira de se avaliar a atuação de uma organização dentro de abordagem de marketing. Por meio dela, serão definidas as soluções dos problemas de marketing que possam surgir. As soluções são propostas de acordo com as observações e o raciocínio de um especialista em marketing.

KOTLER determina três fases de revisão para a realização de uma auditoria de marketing: a do meio ambiente, do sistema e das atividades de marketing. WAKELEY (10), referindo-se aos serviços de informação durante a auditoria de marketing, concorda com as fases propostas por Kotler, mas subdivide a etapa da revisão do meio ambiente em revisão do meio ambiente externo e interno, admitindo quatro áreas, tal como recomendam LOVELOCK & WEINBERG (5).

Cada fase da auditoria de marketing corresponde a uma série de perguntas. Tanto KOTLER (3) quanto LOVELOCK & WEINBERG (5) recomendam questionamentos a serem feitos nas organizações do setor público e/ou não-lucrativo. Na fase de revisão do meio ambiente de marketing, são definidos os MERCADOS, os CLIENTES, os CONCORRENTES e o MACROMEIO AMBIENTE, com as seguintes questões.

"Revisão do meio ambiente de marketing":



A - MERCADOS

- 1 Quais são os principais mercados e públicos da organização?
- 2 Quais são os principais segmentos em cada mercado?
- 3 Qual é o tamanho atual e potencial e as características de cada mercado ou segmento de mercado?

B - CLIENTES

- 4 Como os clientes e os públicos se sentem e vêem a organização?
- 5 Como os clientes fazem suas compras ou tomam suas decisões?
- 6 Qual é o estado atual e potencial das necessidades e satisfação dos clientes?

C - CONCORRENTES

- 7 Quais são os principais concorrentes da organização?
- 8 Que tendências podem ser previstas na concorrência?

D - MACRO MEIO AMBIENTE

- 9 Quais são os principais desenvolvimentos relevantes com respeito à demografia, economia, tecnologia, governo e cultura que irão afetar a situação da organização?" (3).

As perguntas da fase de revisão do sistema de marketing estão relacionadas a seguir, e determinam o posicionamento do serviço de informação em seu meio ambiente, questionando a missão, as metas, os objetivos e os programas do serviço:

"Revisão do sistema de marketing"

A - OBJETIVOS

- 10 Quais os objetivos globais e os objetivos de marketing da organização a longo e a curto prazos?
- 11 Os objetivos estão estabelecidos e declarados em ordem clara e hierárquica de uma forma que permita o planejamento e a mensuração da realização?
- 12 São os objetivos de marketing razoáveis para a organização, dados sua posição competitiva e seus recursos e oportunidades?

B - PROGRAMA

- 13 Qual é a estratégia para atingir seus objetivos e que chances tem de consegui-los?
- 14 A organização está alocando recursos suficientes (ou em demasia) a fim de realizar as tarefas de marketing?



- 15 Os recursos de marketing são distribuídos otimamente aos vários mercados, zonas e produtos da organização?
- 16 Os recursos de marketing são distribuídos otimamente aos principais elementos do composto de marketing, isto é, qualidade de produto, contato pessoal, promoção e distribuição?

C - IMPLEMENTAÇÃO

- 17 A organização desenvolve um plano anual de marketing? O procedimento do plano é eficaz?
- 18 A organização implementa o procedimento de controle (mensalmente, trimestralmente etc.) para garantir que os objetivos planejados anualmente estão sendo atingidos?
- 19 A organização realiza estudos periódicos para determinar a contribuição e a eficácia das várias atividades de marketing?
- 20 A organização possui um sistema de informação de marketing para servir às necessidades dos gerentes, a fim de poder planejar e controlar as operações em vários mercados?

D - ORGANIZAÇÃO

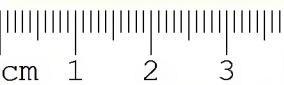
- 21 A organização conta com um executivo de marketing de alto nível a fim de analisar, planejar e implementar o trabalho de marketing da organização?
- 22 São capazes as outras pessoas diretamente envolvidas na atividade de marketing? Há necessidade de maior treinamento, incentivos, supervisão ou avaliação?
- 23 As responsabilidades de marketing estão otimamente estruturadas para servirem às necessidades das diferentes atividades de marketing, produtos, mercados e zonas?
- 24 O pessoal da organização compreende e pratica o conceito de marketing?" (3)

Quanto à fase de revisão minuciosa das atividades de marketing, suas questões são desenvolvidas para estabelecer a configuração geral das práticas, problemas e oportunidades de marketing com que o serviço de informação se defronta, da maneira que segue:

"Revisão detalhada da atividade de marketing"

A - PRODUTOS

- 25 Quais são os principais produtos da organização? Quais os produtos genéricos?
- 26 Devem algum produto de suas linhas serem eliminados?
- 27 Deve algum produto ser acrescentado às linhas?



28 Qual é a condição geral de cada produto e do composto de produto como um todo?

B- PREÇOS

29 Em que extensão são os preços determinados, quanto ao custo, demanda e/ou critérios competitivos?

30 Qual, provavelmente, seria a reação da demanda quanto a elevações ou reduções nos preços?

31 Como os clientes interceptam psicologicamente o nível de preço?

32 A organização usa promoções temporárias de preço? Quais as mais eficazes?

C- DISTRIBUIÇÃO

33 Há métodos alternativos de se distribuir o produto, que resultariam em mais serviço ou menor custo?

34 A organização oferece a seus clientes um serviço adequado, juntamente com o produto?

D - CONTATO PESSOAL

35 É a força de vendas suficientemente grande, para alcançar os objetivos da organização?

36 Enquadrar-se a força de vendas dentro dos princípios adequados de especialização (zona, mercado, produto)?

37 A força de vendas mostra moral, habilidade e esforço elevados? Está seu pessoal suficientemente treinado e motivado?

38 São os procedimentos administrativos adequados para o estabelecimento de cotas e avaliação de desempenho?

E - PROGRAMA

39 Declara adequadamente, a organização, os seus objetivos de propaganda?

40 Gasta a organização a quantia correta em propaganda?

41 São eficazes os temas e os textos?

42 São as mídias bem escolhidas?

F - PUBLICIDADE

43 Tem a organização, um programa de publicidade cuidadosamente formulado?

G - PROMOÇÃO DE VENDAS

44 São utilizadas pela organização promoções de vendas e são elas bem sucedidas?" (3)



5 AUDITORIA DE MARKETING EM SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Nem todos esses questionamentos são formulados pelos serviços de informação, principalmente os relativos às atividades de marketing, abrangendo as perguntas sobre produtos, preços, distribuição, contato pessoal, propaganda, publicidade e promoção de vendas, na fase da revisão detalhada de sua atividade.

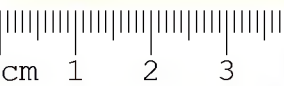
WAKELEY (10) defende a auditoria de marketing como ferramenta ou processo que capacita o serviço de informação a considerar seus públicos, serviços e produtos em função das influências do meio ambiente em que atuam. Ela afirma que essa auditoria bem sucedida não só ajuda a definir as taxas que devem ser cobradas, como também proporciona uma infra-estrutura para as decisões contínuas, com a avaliação e planejamento de longo alcance.

Se o conhecimento e a adoção do marketing em serviços de informação ainda são incipientes, é lógico admitir que esses serviços não estejam realizando auditorias de marketing. Por esse motivo, o objetivo deste trabalho é apenas despertar o interesse dos bibliotecários brasileiros para o assunto, a partir de breves comentários, sem a pretensão de uma abordagem completa de todos os aspectos e considerações a respeito de uma auditoria de marketing.

Normalmente, nos serviços de informação não existem setores específicos de marketing. Geralmente, os seus aspectos são considerados de forma dispersa, fragmentada e de modo não organizado. A revisão formal desse processo, mesmo com a abordagem descentralizada de marketing poderá revelar tanto os problemas a ser enfrentados, quanto as oportunidades que poderão ser aproveitadas. A revisão dessas variáveis e suas inter-relações permitirá a compreensão dos problemas e oportunidades que se contrapõem ao serviço de informação.

A auditoria é considerada uma avaliação independente e objetiva do serviço de informação. Por essa razão deve ser conduzida por pessoa ou grupo que não pertençam a essa organização. Isto porque, as informações do gerente do serviço de informação podem ser tendenciosas em razão do próprio envolvimento do gerente com o serviço por ele gerenciado. Além disso, as pessoas que trabalham no serviço podem se sentir constrangidas quando indagadas por seus próprios colegas de trabalho, com quem continuarão mantendo relacionamento por longo tempo. Por esses motivos, defende-se que um elemento externo é mais indicado para desenvolver a auditoria. É possível, entretanto, que outros autores defendem opinião divergente à exposta.

Além da decisão sobre a realização da auditoria por pessoa ou grupo que pertença ou não ao serviço de informação, muitos itens precisam ser considerados e observados para conduzir, a contento, uma auditoria. O auditor, pertencendo ou não ao serviço de informação, deve possuir as habilidades requeridas para exercer sua função e o tempo de realização da auditoria também deve ser



delimitado. É preciso sempre determinar o escopo da auditoria, revisando a situação para redefini-lo, se necessário. Após a definição do escopo são coletados os dados necessários para o desenvolvimento da auditoria. A forma como deve ser redigido o relatório final e a apresentação dos resultados da auditoria devem ser determinadas previamente à execução da auditoria propriamente dita.

De um modo geral, não há interesse de divulgação dos relatórios de auditorias, quando elas são realizadas. Talvez pelo fato de elas revelarem fraquezas, limitações ou falhas. Na verdade, se esse obstáculo fosse superado, possibilitaria um grande ganho para todos, tomando-se conhecimento de sucessos e fracassos que poderiam servir como modelos a serem seguidos ou evitados.

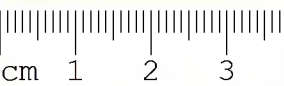
No caso dos serviços de informação, por exemplo, embora a experiência de cada serviço seja específica do seu contexto ambiental, a que corresponde variáveis múltiplas e nem sempre compatíveis com os contextos de outros serviços de informação, há sempre um ensinamento em cada situação vivenciada. O relato das mesmas permitiria uma enriquecedora troca de experiências, contribuindo para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelos gerentes de serviços de informação.

Geralmente, as avaliações realizadas nos serviços de informação são referentes a algum aspecto específico, como a avaliação de um produto bibliográfico ou de uma atividade, analisando-se cada elemento separadamente e em tempos diferentes, em ocasiões consideradas oportunas para cada caso, individualmente. Falta visão integrada para a realização de uma avaliação mais abrangente, planejada, estruturada e executada de acordo com um programa. A auditoria de marketing é planejada para alcançar o objetivo e as atividades, como um todo; devendo ser avaliadas em relação a esse propósito. Essa abordagem está intimamente relacionada com o planejamento estratégico da organização.

A instabilidade político-econômica e a fragilidade do planejamento governamental brasileiros geram obstáculos na adoção do planejamento estratégico para todas as organizações, inclusive para os serviços de informação. Não é possível, porém, cruzar os braços diante dessa dificuldade, usando-a como justificativa para a acomodação. Os gerentes têm que encontrar a saída! Os obstáculos e as crises devem ser considerados como estimulantes para o encontro das soluções necessárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja por desconhecimento do assunto; por falta de recursos financeiros para a execução das atividades; por existirem pouquíssimos especialistas na



área para realizar as tarefas; por desinteresse dos gerentes, considerando o marketing desnecessário, ou por qualquer outro motivo, não se tem notícias sobre a realização de auditorias de marketing em serviços de informação brasileiros.

Recomenda-se aos editores das áreas de Biblioteconomia/Ciência da Informação/Documentação que dediquem espaços para a divulgação das experiências relativas às atividades e projetos dos serviços de informação brasileiros, envolvendo técnicas de marketing. Sugere-se, por exemplo, que um periódico corrente dedique uma seção ao relato de casos. O relato de casos é uma prática adotada com sucesso na literatura da área administrativa, visando a ampliação do conhecimento no setor. São relatadas até mesmo as experiências que não foram bem sucedidas, para que sirvam de alerta, indicando o que não deve ser feito, evitando-se novas falhas.

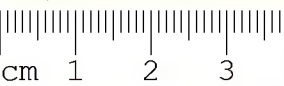
A aplicação das técnicas de marketing em serviços de informação pode ser analisada como um esforço para a inovação. Isto porque essas técnicas modificam as atividades tradicionais, desenvolvendo estratégias de mudanças, visando a adaptação dos serviços de informação às tendências do futuro. Refletindo-se sobre essa afirmativa e sobre as atividades já comentadas, pergunta-se: - A formação dos gerentes dos serviços de informação, sejam eles bibliotecários ou não, é adequada ao desempenho de sua função?

A resposta a essa pergunta pode resumir a reflexão fundamental sobre a matéria tratada, referindo-se especificamente à abordagem gerencial relativa ao marketing aqui apresentada, pode-se sugerir que os questionamentos recomendados por Kotler, que foram enumerados, sejam adaptados, ao contexto dos serviços de informação. Partindo-se da adaptação de perguntas, pode-se verificar se elas correspondem às verdadeiras preocupações dos gerentes. As respostas dos gerentes evidenciarão o grau de conhecimento desses profissionais sobre o tema.

É importante, ainda, que a realização de eventos dedicados ao assunto seja utilizada como oportunidade de encontro para a soma de esforços entre os profissionais de diversas áreas, buscando o aprimoramento da atividade gerencial, principalmente pelos gerentes dos serviços de informação.

A aplicação das técnicas de marketing aos serviços de informação pode contribuir para aprimorar o desempenho dos serviços de informação, mas o papel do gerente é fundamental. Por essa razão, a formação desse profissional assume destacada importância, pois desenvolver ou não atividades de marketing, conhecer ou não as técnicas discutidas nos serviços de informação, indiscutivelmente, é decisão do gerente.

ABSTRACT: The importance of recognizing the marketing dimensions for understanding its application into Brazilian information services is stressed. Managers in this area need to be conscious about their peculiar "business"

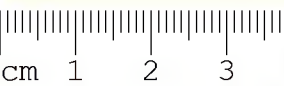


and the tasks that must be performed: to "sell" benefits of information offered to the clientele, and not simply the characteristics of products and services. Also, they must to be introduced to the knowledge and terminology of marketing and its auditing procedures.

KEY WORDS: Marketing in Information Service. Audit marketing

7 BIBLIOGRAFIA

- 1 AMARAL, Sueli Angelica do. Marketing e gerência de biblioteca. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 18, n. 2, p. 311-17, jul./dez. 1990.
- 2 CAMPOMAR, Marcos Cortez. As atividades de marketing no processo de transferência de tecnologia: um estudo sobre os institutos de pesquisa governamentais. São Paulo, 1981. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.
- 3 KOTLER, Philip. Marketing para organizações que não visem o lucro. São Paulo: Atlas, 1978. 430p., p. 69-89.
- 4 LEVITT, Theodore. Marketing miopia. Harvard Business Review: 45-56, July/Aug. 1960.
- 5 LOVELOCK, Christopher H; WEINBERG, Charles B. Marketing for nonprofit managers. New York: Jonh Wiley & Sons, 1984. cap. 9, p. 224-48.
- 6 OLIVEIRA, Silas Marques de. Marketing e sua aplicação em bibliotecas: uma abordagem preliminar. Ciência da Informação, v. 14, n. 2, p. 137-47, jul./dez. 1985.
- 7 SHAPIRO, Stanley J. Marketing and the information professional: odd couple or meaningful relationship? Special Libraries, v. 71, n. 11, p. 469-79, Nov. 1980.
- 8 SILVEIRA, Amélia. Marketing em sistemas de informação uma visão geral. Ciência da Informação, v. 15, n. 1, p. 45-52, jan./jun. 1986.
- 9 TOLEDO, Geraldo Luciano; SANTOS, Dilson G. dos. A responsabilidade social do marketing. Revista de Administração, v. 14, n. 1, p. 45-60, jan./mar. 1979.
- 10 WAKELEY, Patricia J. et. al. The marketing audit: a perspective on library services and products. Bulletin of Medical Library Association, v. 76, n. 4, p. 323-7, Oct. 1988.



DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO PARA ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: DOZE ANOS DE EXPERIÊNCIA EM UMA BIBLIOTECA ACADÊMICA NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA

Daisy Pires Noronha*
Angela Maria Belloni Cuenca*

RESUMO: Apresenta-se os resultados positivos obtidos em avaliações, quantitativa e qualitativa, de 10 Programas de Disseminação Seletiva da Informação (DSI), oferecidos a alunos de pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública da USP, como apoio bibliográfico ao desenvolvimento de seus projetos de pesquisa, no período de 1978 a 1990.

PALAVRAS-CHAVE: Disseminação Seletiva da Informação; Biblioteca Universitária.

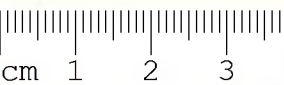
INTRODUÇÃO

Os serviços de notificação corrente de informação bibliográfica, extraída de sumários de periódicos ou de índices e "abstracts" especializados, constituem-se meios eficientes para manter os pesquisadores, docentes e estudiosos a par dos avanços científicos em sua área de atuação.

Nesse sentido, os serviços de Disseminação Seletiva da Informação (DSI), desde a década de 60, vêm sendo oferecidos a usuários de bibliotecas acadêmicas, como extensão do serviço de referência, através dos quais, mediante perfil de interesse, são fornecidas notificações de levantamentos bibliográficos (manual e/ou automatizado), sumários de periódicos correntes, monografias, de resumos de artigos, entre outros. A difusão desses serviços é bastante conhecida como comprova a literatura nacional e internacional, principalmente a publicada nos anos 70 (um fascículo da Revista de Biblioteconomia de Brasília foi editado em 1978, versando sobre Serviços de DSI, tanto manuais como automatizados, já implantados no Brasil) (5).

Esses serviços de notificação oferecem vantagens não só aos usuários, na

* Bibliotecárias do Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Saúde Pública da USP.



medida em que servem como meio para se manterem atualizados nos programas de suas áreas de estudo e pesquisa, como para as bibliotecas que o executam, tornando-as organismos dinâmicos, aumentando as possibilidades de uso de seu potencial de informação e abrindo horizontes para o conhecimento de informações não armazenadas em seus acervos.

A Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) vem desenvolvendo, há vários anos, serviços de DSI dirigidos a docentes e a alunos dos cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) da citada Faculdade, como apoio bibliográfico ao desenvolvimento de suas pesquisas. Oferecido inicialmente (1978), aos alunos de pós-graduação (1,2) foi expandido ao corpo docente da Faculdade (2), dois anos depois.

Este serviço, que até 1987 era manual, passou a ser parcialmente automatizado a partir de 1988, com o uso de novas tecnologias na recuperação da informação; sobretudo, pelas bases de dados em CD-ROM, que vieram substituir e/ou complementar a utilização de algumas fontes bibliográficas impressas (4).

Para os alunos de pós-graduação este serviço foi planejado para ser desenvolvido em programas anuais tendo já sido oferecido a 10 grupos deles. A análise desses 10 programas, ao longo de 12 anos (1978-1990), é o objetivo do presente trabalho, que pretende mostrar os resultados obtidos nas avaliações, quantitativa e qualitativa, elaboradas ao término de cada programa oferecido aos alunos de pós-graduação da FSP/USP.

SERVIÇOS OFERECIDOS

Os programas de DSI oferecem aos alunos de pós-graduação, previamente selecionados pelos orientadores, os seguintes serviços:

a) levantamentos bibliográficos - através da seleção de unitermos feita com cada aluno, é fornecido ao interessado levantamento bibliográfico extraído de fontes bibliográficas impressas (Índices e abstracts), e/ou de listagens ou disquetes, extraídas das bases de dados, disponíveis na Biblioteca da FSP/USP.

b) artigos de periódicos - são fornecidas cópias dos artigos selecionados não somente dos levantamentos bibliográficos como dos periódicos incorporados ao acervo e expostos semanalmente na Biblioteca e aqueles identificados nas referências bibliográficas dos artigos recebidos. Cópias dos artigos são fornecidas gratuitamente dentro de cota pré-estabelecida; os excedentes são pagos pelos solicitantes.

RESULTADOS OBTIDOS

Para cada Programa oferecido foram feitas avaliações, quantitativa e qualitativa, apresentadas em relatórios anuais. Para a avaliação quantitativa, os dados foram extraídos dos registros estatísticos efetuados durante a execução de cada Programa, cujos resultados são demonstrados nas Tabelas 1 a 8. Para



a qualitativa, os dados fora obtidos de questionários aplicados aos alunos e apresentados pelas porcentagens mais representativas das respostas obtidas de 75% do total de participantes.

Os 10 programas de DSI foram oferecidos a 284 alunos de pós-graduação que somaram 390 participações, uma vez que alguns deles participaram mais de uma vez, principalmente devido à mudança de grau de pós-graduação (participando a princípio como mestrandos e depois já na qualidade de doutorandos) e também por solicitação os orientadores. A Tabela 1 mostra a quantidade de vezes que os alunos participaram. Assim, verifica-se que 71,8% dos alunos participaram dos Programas uma única vez; 20,4% por duas vezes; 6,7% por três vezes. Apenas um aluno participou de 5 Programas.

Do total de participações (390), 211 (54,1%) foram na qualidade de mestrandos e os demais (45,9%) para a execução de projetos de doutorado (Tabela 2).

Do total de participantes (284), 28,5% (81) eram alunos de pós-graduação que fazem parte do corpo docente da Faculdade com 128 participações (32,8% do total de participações).

A média de participações, por programas, no período, foi de 39 alunos, o que equivale a cerca de 15% do total de alunos que cursavam, em média anual, os cursos de pós-graduação da Faculdade.

A formação profissional dos alunos participantes é demonstrada na Tabela 3. Por meio dela, verifica-se maior concentração na participação de médicos, enfermeiros e farmacêuticos-bioquímicos onde se enquadram 53,5% dos participantes. A grande diversidade de formação profissional desses alunos (27 profissões diferentes) está em acordo com a multidisciplinariedade da saúde pública, aberta ao interesse de uma gama bastante variada de profissionais.

A tabela 4 mostra panorama geral dos 10 programas oferecidos, indicando, para cada um deles, o número de participações, número de levantamentos bibliográficos fornecidos e número de artigos de periódicos solicitados e fornecidos. Como pode ser observado, o número de participantes caiu a partir do 5º Programa (1984/1985), mantendo-se uma média constante de alunos a partir de então. Esta queda de participações nos Programas foi em consequência à redefinição sofrida pelos cursos de pós-graduação "latu sensu" (Cursos de Especialização) e "strictu sensu" (Mestrado e Doutorado), ministrados na FSP, com a diminuição de vagas oferecidas para este último, a partir de 1984.

TABELA 1 - Número total de participantes e participações

Nº DE VEZES	Nº DE PARTICIPANTES	Nº DE PARTICIPAÇÕES
5	1	5
4	2	8
3	19	57
2	58	116
1	204	204
TOTAL	284	390

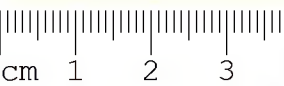


TABELA 2 - Número de participações de alunos segundo grau da tese DSI-AIPg (1978-1990)

PROGRAMA	MESTRADO	DOCTORADO	PARTICIPAÇÕES
I (mar. 78/fev. 79)	36	24	60
II (abr. 80/mar.81)	33	17	50
III (maio 81/abr. 82)	29	16	45
IV (ago. 82/set. 83)	22	24	46
V (abr. 84/abr. 85)	13	18	31
VI (ago. 85/sul. 86)	15	14	29
VII (ago. 86/jul. 87)	16	16	32
VIII (set. 87/ago. 88)	16	16	32
IX (set. 88/ago. 89)	19	14	33
X (jan. 90/dez. 90)	12	20	32
TOTAL	211	179	390

TABELA 3 - Número de participantes segundo formação profissional

PROFISSIONAIS	PARTICIPANTES
Médicos	78
Enfermeiros	45
Farmacêuticos-Bioquímicos	29
Nutricionistas	20
Engenheiros	17
Educadores/Pedagogos	16
Dentistas	14
Biólogos	10
Médicos veterinários	8
Sociólogos	8
Ciências sociais	7
Estatísticos	5
Assistente social	4
Advogados	4
Ciências biológicas	3
Ciências biomédicas	2
Economistas	2
Psicólogos	2
Terapeutas ocupacionais	2
Educação física	1
Administrador de empresa	1
Matemático	1
Bibliotecário	1
Serviço social	1
Químico	1
Comunicação social	1
Arquiteto	1
TOTAL	284



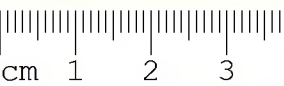
A demanda de solicitação de artigos foi atendida em 85,8%, isto é, de 19.370 artigos solicitados, foram fornecidos 16.619. Este resultado é satisfatório mesmo considerando-se a participação de diferentes acervos para a obtenção dessa proporção (ver Tabela 7).

Ainda pela Tabela 4, verifica-se que foram realizados, em média, 75 levantamentos bibliográficos por aluno-participante, através dos quais foram fornecidos 42,6 artigos para cada aluno/ano, no período. Esta média de atendimento de artigo está abaixo do limite estabelecido para fornecimento gratuito de artigos (100 artigos). Por outro lado, a cota de gratuidade foi atingida e ultrapassada por uma média de 10% dos alunos participantes em cada Programa, para os artigos de bibliotecas brasileiras. Em resumo, a maioria dos alunos participantes não fez uso de toda a cota que dispunha para solicitação de artigos.

Este resultado vem ao encontro do obtido na avaliação qualitativa quando a cota oferecida foi considerada "suficiente" para 79% dos respondentes ao questionário. Alguns pontos podem justificar esta ocorrência, como talvez a diversificação dos assuntos dos projetos cobertos pela saúde pública e o fato dos levantamentos bibliográficos não terem sido suficientemente pertinentes aos assuntos dos projetos de pesquisa em desenvolvimento. Também vale considerar a possibilidade de ter havido um critério mais rigoroso na seleção dos artigos, por parte dos alunos.

TABELA 4 - Panorama geral dos programas de DSI-Alunos de Pós-Graduação (1978-1990)

PROGRAMAS	Nº de aluno part.	Levant. bibl.		Artigos solíc.		Artigos forn.	
		nº	méd./al.	nº	méd./al.	nº	méd./al.
I	60	4.790	82,8	3.059	50,9	3.021	50,5
II	50	3.896	77,9	2.491	49,8	2.039	40,8
III	45	4.202	93,4	2.720	60,4	2.330	51,8
IV	46	3.700	80,4	2.015	43,8	1.735	37,7
V	31	2.380	76,8	1.241	40,0	1.042	33,6
VI	29	2.086	71,9	1.434	49,4	1.135	39,1
VII	32	2.399	74,9	1.632	51,0	1.376	43,0
VIII	32	2.361	73,8	1.392	43,0	1.213	37,9
IX	33	2.355	71,4	2.017	61,1	1.765	53,5
X	32	1.121	35,0	1.369	42,8	963	30,1
TOTAL	390	29.290	75,1	19.370	49,7	16.619	42,6



A Tabela 5 mostra que a preferência dos alunos, para seleção de artigos, recaiu nas notificações dos levantamentos bibliográficos. Desta forma, dos 16.619 artigos fornecidos, 82,7% (13.745) foram selecionados desses levantamentos bibliográficos; da exposição de periódicos, mantidas semanalmente pela Biblioteca, foram selecionados 1.109 artigos (6,7%) de interesse; e, das referências bibliográficas incluídas nos artigos fornecidos, foram solicitados 64 artigos (5%). Os demais foram selecionados das notificações dos índices de periódicos oferecidos apenas no Programa I.

Este resultado coincide com a avaliação medida pela análise dos questionários, por onde os levantamentos bibliográficos, em índices e "abstracts" e bases de dados, foram considerados como o meio mais "eficiente" para selecionar trabalhos de interesse (opinião de 76,3% dos respondentes), e de onde foi bem mais acentuada a frequência de solicitação de artigos de interesse quando comparada com os outros meios.

Para a realização dos levantamentos bibliográficos foram selecionados 39 índices e "abstracts" e 5 bases de dados, em CD-ROM, disponíveis no acervo da Biblioteca (Tabela 6). A fonte impressa mais utilizada em todos os programas e de onde foram extraídos maior número de artigos de interesse foi o Index Medicus (IM), que cobriu 43% dos artigos fornecidos. A partir de 1989, a consulta ao IM foi substituída pela base MEDLINE, em CD-ROM. A "Excerpta Médica" (EM), em 6 de suas seções especializadas (saúde pública, saúde ocupacional, administração hospitalar, ginecologia e obstetrícia, pediatria e saneamento do meio), foi responsável por 28% do total dos artigos fornecidos. Outras bibliografias que mais contribuíram para a seleção de artigos de interesse foram "Nutrition Abstracts Reviews" (NAR) (5,3%) e "Index Medicus Latino-Americano" (IMLA) (3,8%). Assim, IM, EM, NAR e IMLA, que representaram 23,1% das bibliografias selecionadas, cobriram 80,1% do total de artigos fornecidos, podendo ser consideradas fundamentais para a atualização bibliográfica do pesquisador da saúde pública.

TABELA 5 - Artigos fornecidos segundo fontes consultadas DSI - AIPg (1978 - 1990)

PROGRAMAS	Sumários de períod.	Levant. bibliog.	Exposição periódicos	Ref. bibliog. de artigos	TOTAL
I	1.001	2.020	-	-	3.021
II	-	1.804	174	61	2.039
III	-	2.006	300	24	2.330
IU	-	1.431	7	97	1.735
V	-	902	3	37	1.042
VI	-	1.046	66	23	1.135
VII	-	1.246	18	112	1.376
VIII	-	951	75	187	1.213
IX	-	1.589	83	93	1.765
X	-	750	83	130	963
TOTAL	1.001 (6,0%)	13.745 (82,7%)	1.109 (6,7%)	764 (4,6%)	16.619 (100,0%)

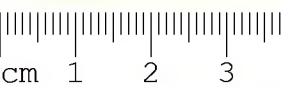


TABELA 6 - Números de artigos fornecidos segundo as fontes bibliográficas (índices, abstracts, bases de dados) especializadas - Programa DSI-AIPg (1978 - 1990)

PROG BIBLIOGR.	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	TOTAL
AH	167	66	68	1	9	-	-	-	-	-	290
AHMS	11	-	-	2	-	-	-	-	-	-	13
8AEMV	-	16	-	8	-	-	-	-	-	-	24
8BM	-	2	2	1	-	-	-	-	-	-	5
CIS	6	-	1	14	-	-	-	-	-	-	20
COURRIER	-	-	-	-	-	27	-	-	-	-	27
CUBE	341	-	-	-	-	-	-	-	-	-	341
DA	-	9	-	-	9	24	-	-	-	-	42
EnA	12	12	-	2	-	-	-	26	37	3	92
Éra	-	22	-	24	-	-	-	-	4	4	64
EM (7)	-	-	36	16	64	33	44	18	28	72	299
EM (10)	-	-	-	30	6	6	17	28	18	16	119
EM (17)	424	291	260	263	197	149	216	104	184	186	2163
EM (35)	24	32	-	63	-	11	26	-	142	103	390
EM (36)	106	-	72	16	6	-	-	-	174	78	460
EM (46)	96	64	63	89	-	-	11	27	14	6	369
HA	2	4	11	28	-	-	-	-	-	-	43
HLI	149	133	97	34	6	27	-	-	-	-	493
HyA	-	-	43	26	-	-	-	-	-	-	78
IDL	-	11	47	-	66	81	13	6	-	-	213
IHD	-	11	-	13	-	-	-	-	-	-	24
IM	654	1047	1046	661	448	476	612	456	602	-	6809
IMLA	-	-	12	22	9	38	61	66	230	87	616
IMN	-	-	-	-	1	-	22	6	-	-	28
IRESIE	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
LILACS	-	-	-	-	-	-	11	31	18	-	60
NAR	136	17	134	42	76	96	90	43	26	76	712
NP	-	-	14	12	4	-	7	-	-	-	376
PI	-	7	21	-	-	31	61	26	19	12	177
OMTD	-	-	33	21	-	-	-	-	-	10	64
RAE	-	-	-	19	-	7	-	6	18	-	49
REPINDEX	-	-	-	-	-	-	-	40	6	7	62
REV. DOCP	-	-	-	-	-	13	2	-	-	-	16
SHW	-	-	-	-	-	-	-	4	-	8	12
STDA	-	10	1	-	-	-	-	1	-	-	12
SUCO/REDI	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	14
TDB	42	60	67	26	24	14	69	60	6	13	370
VACCIN.	-	-	-	-	-	-	1	7	-	-	8
VB	-	11	-	24	-	-	-	-	-	-	6
SUB-TOTAL	2020	1804	2006	1431	902	1046	1246	961	1462	600	13468
BASES/CD-ROM											
MEDLINE	-	-	-	-	-	-	-	-	62	117	179
LILACS	-	-	-	-	-	-	-	-	63	16	69
REPINDISCA	-	-	-	-	-	-	-	-	9	3	12
SOCIOFILE	-	-	-	-	-	-	-	-	13	9	22
LIFE SCI.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
TOTAL GERAL	2620	1804	2006	1431	902	1046	1246	961	1689	760	13746

LEGENDA: Títulos das bibliografias impressas

- AH - Abstracts on Hygiene and Communicable Diseases
- AHMS - Abstracts of Hospital Management Studies
- 8AEMV - Bulletin Analytique de Entomologie Médical et Veterinarie
- 8BM - Bibliografia Brasileira de Medicina
- CIS - CIS Abstracts



COURRIER	- Revue Médico-Sociale de l'Enfance
CUBE	- Current Bibliography of Epidemiology
DA	- Dental Abstracts
EnA	- Entomological Abstracts
ErA	- Ergonomic Abstracts
EM (17)	- Excerpta Medica. Section 7: Pediatrics and Pediatric Surgery
EM (10)	- Excerpta Medica. Section 10: Obstetrics and Gynecology
EM (17)	- Excerpta Medica. Section 17: Public Health Social Medicine and Epidemiology
EM (35)	- Excerpta Medica. Section 35: Occupational Health and Industrial Medicine
EM (36)	- Excerpta Medica. Section 36: Health Economics and Hospital Management
EM (46)	- Excerpta Medica. Section 46: Environmental Health and Pollution Control
HA	- Hospital Abstracts
HLI	- Hospital Literature Index
HyA	- Hydro-Index
IDL	- Index to Dental Literature
IHD	- Industrial Hygiene Digest
IM	- Index Medicus
IHLA	- Index Medicus Latino Americano
IMW	- Immunization
IRESE	- Indice de Revistas de Educacion Superior e Investigacion Educativa
LILACS	- Literatura Latinoamericana en Ciencias de la Salud
NAR	- Nutrition Abstracts and Reviews
NP	- Nutrition Planning
PI	- Population Index
QMTD	- Quarterly Bibliography of Major Tropical Diseases
RAE	- Review of Applied Entomology
REPINDEX	- REPINDEX
REV. DOCPOP	- Revista DOCPOP
SHW	- Safety and Health at Work
STDA	- Sexually Transmitted Diseases: Abstracts and Bibliography
SUCO/REDI	- Sumarios Correntes de Biblioteconomia/Resumos de Informaçao
TDB	- Tropical Diseases Bulletin
VACCIN.	- Vaccinations
VB	- Veterinary Bulletin

Dos artigos selecionados das bases de dados, em CD-ROM, 62,4% foram extraídos da base <MEDLINE; 24% da base LILACS; 7,7% da base SOCIOFILE; 4,2% da base REPIDISCA e 1,7% da base LIFE SCIENCES.

A Tabela 7 mostra o número e a proporção de artigos solicitados e atendidos segundo a origem das bibliotecas fornecedoras. Assim, pelo total da demanda de artigos (19.370), o acervo da Biblioteca da FSP/USP cobriu 47,2% deles. Considerando-se o conjunto das bibliotecas da Capital de São Paulo, este índice sobe para 77,5%. Se consideramos o total de artigos fornecidos (16.617), ou seja, 85,8% dos solicitados, a Biblioteca da FSP/USP atendeu a 55% deles, e, junto com as demais bibliotecas da Capital, essa porcentagem sobe a 90,3% dos artigos fornecidos.

Justifica-se, em parte, este resultado, devido ao caráter multidisciplinar da saúde pública que exige das bibliotecas desse campo a se valerem de informações de outras bibliotecas congêneres - foi o que ficou demonstrado com os recursos das Bibliotecas da Capital de São Paulo, por onde se pôde atingir um nível de atendimento satisfatório.

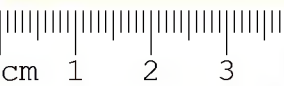


TABELA 7 - Número de artigos atendidos segundo as Bibliotecas fornecedoras e número de artigos não fornecidos, programas DSI-AIPg (1978 - 1990)

PROG BIBLIOTECAS	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	TOTAL n°	%
FSP	1888	1044	1208	858	582	683	818	627	856	350	9135	47,2
Cap. S. Paulo	768	838	843	548	392	357	485	499	704	420	5872	30,3
Sub-total	2657	1882	2051	1504	984	1050	1313	1125	1660	770	15007	77,6
Outras bras.	88	53	44	125	28	58	47	59	79	182	773	4,0
Exterior	266	104	235	108	30	17	15	28	25	11	838	4,3
Sub-total	354	157	278	231	58	85	63	87	105	183	1512	8,3
Total fornecido	3021	2039	2330	1735	1042	1135	1378	1213	1765	883	16519	85,8
Total não fornecido	38	452	390	200	199	299	256	179	252	406	2751	14,2
Total solicitações	3058	2481	2720	2015	1241	1434	1532	1392	2017	1359	19370	100,0

TABELA 8 - Número de artigos não atendidos segundo o motivo do não fornecimento

MOTIVO	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	TOTAL n°	%
Excesso Cota (não aut.)	17	130	-	-	14	2-	1-1	6-	84	378	985	36,8
Idioma não acessível	-	73	57	31	23	57	45	18	40	12	357	13,0
Publ. não perm.	-	27	28	27	-	17	35	26	21	-	181	8,8
Outros*	21	222	305	222	162	25	74	75	107	15	1228	44,6
TOTAL	38	452	390	280	199	299	258	179	252	408	2751	100,0

* desistência, pendente, não localizado, excesso de páginas.

Os demais artigos solicitados foram fornecidos por bibliotecas do exterior (4,3%) e outras bibliotecas brasileiras, fora a Capital de São Paulo (4%). Resta ainda um resíduo de 14,2% de artigos que não foram fornecidos (2.751), pelos motivos mostrados na Tabela 8: não autorizada a busca de 905 artigos (35,8%) principalmente pelo custo dos do exterior; 357 artigos (13,0%) publicados em idiomas não acessíveis; 181 solicitações (6,6%) referiram-se a publicações avulsas, cujo fornecimento não é previsto nos programas; e 1.228 artigos (44,6%) não foram fornecidos por motivos vários (publicação não localizadas mesmo no exterior; excesso de páginas; desistência do pedido pelo participante e pedidos que ficaram pendentes, sem resposta da biblioteca fornecedora).

Os resultados quantitativos, em termos percentuais, vêm de encontro aos dados obtidos na avaliação do serviço de DSI oferecido aos docentes da Faculdade, feita nos três primeiros anos de sua implantação (3), segundo suas



avaliações anuais*.

Além das considerações dos participantes, já mencionadas, nos questionários aplicados, foram também extraídas as seguintes:

- A grande maioria dos alunos participantes (92,6%) considerou como "útil" e "muito útil" os programas oferecidos;
- 89,9% dos alunos consideraram que os artigos fornecidos foram "em grande parte" e "totalmente" relevantes para o desenvolvimento do tema do projeto em questão.
- A maioria dos alunos demonstrou interesse em continuar participando do programa em períodos que variaram de 3 meses a 2 anos, sendo a opinião de alguns que o programa deveria acompanhar a todos os alunos por todo tempo do curso.

Algumas opiniões emitidas com referência aos programas foram coincidentes nas avaliações qualitativas, destacando-se as seguintes: programa fundamental, de excelente qualidade e bom nível técnico, para o desenvolvimento dos projetos de pós-graduação; ampliar o fornecimento de fotocópias de outros tipos de documentos, como teses, livros etc.; falta de fontes bibliográficas para atender à solicitações de determinadas áreas, principalmente a das ciências sociais; necessidade de automatizar os serviços para sua agilização; entre outras.

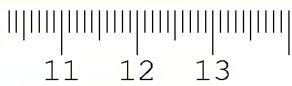
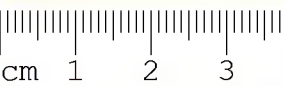
Essas opiniões emitidas, a cada programa, são avaliadas e, dependendo de sua viabilidade, são consideradas quando da implantação de novo programa a cada ano. É o caso, por exemplo, da utilização de mecanismos automatizados para a recuperação da informação, instituídos nos últimos dois programas, o que propiciou não só a agilização dos serviços, mas a possibilidade de acesso a bases de dados de áreas que não eram cobertas pelo acervo de fontes impressas da Biblioteca, como o SOCIOFILE e LIFE SCIENCES, disponíveis em CD (4).

De qualquer forma, os resultados das avaliações (quantitativa e qualitativa) dos 10 programas oferecidos aos alunos de pós-graduação, mostraram resultados bastante positivos o que nos leva a considerar a validade da manutenção dos mesmos, como apoio às pesquisas de pós-graduação em andamento na FSP/USP, e a sugerir a implantação de serviços dessa natureza em bibliotecas acadêmicas tornando-as mais eficientes no processo da transferência da informação aos seus usuários.

ABSTRACT: It presents positive results obtained from quantitative and qualitative evaluation of the SDI services offered to postgraduate students of the School of Public Health, University of São Paulo, as bibliographic support to their developing research was demonstrated, from 1978 to 1990.

KEY WORDS: Selective dissemination of information; Academic library.

*Relatórios internos da Biblioteca da FSP/USP.



Disseminação Seletiva da Informação para Alunos de Pós-Graduação: doze anos de experiência em uma biblioteca acadêmica na área de saúde pública

BIBLIOGRAFIA

- 1 ANDRADE, Maria Teresinha Dias de; NORONHA, Daisy Pires; CAMARGO, Leda, C.P., de Campos, ULHOA CINTRA, Maria Isabel de; ROCHA, Maria Isabel Viveiros da. Disseminação Seletiva da Informação para alunos de pós-graduação em saúde pública e administração hospitalar. *Rev. Bibliotecon. Brasília*, v. 6, n. 2, p. 202-16, jul./dez. 1978.
- 2 ANDRADE, Maria Teresinha Dias de; NORONHA, Daisy Pires; CAMARGO, Leda C.P. de Campos, ULHOA CINTRA, Maria Isabel de; ROCHA, Maria Isabel Viveiros da. Avaliação do serviço de Disseminação Seletiva da Informação (SDI) para alunos de pós-graduação em saúde pública. *Rev. latinoamer. Doc.*, Brasília, v. 1, n. 1/2, p. 8-13, ene./dic. 1981.
- 3 ANDRADE, Maria Teresinha Dias de; NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Programa de Disseminação Seletiva da Informação (DSI) como apoio às pesquisas em saúde pública: relato de caso. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 4º, 1985, Campinas. *Anais. Campinas, UNICAMP*, 1985. p. 316-26.
- 4 ANDRADE, Maria Teresinha Dias de; CUENCA, Angela Maria Belloni; NORONHA, Daisy Pires. Uso do CD-ROM na recuperação e disseminação da informação: experiência em biblioteca universitária. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 79-85, jan./jun. 1990.
- 5 REVISTA DE BIBLIOTECONOMIA DE BRASÍLIA. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, v. 6, n. 2, jul./dez. 1978.

Agradecimentos: Na oportunidade externamos agradecimentos à Suely Assunção de Olim Santos, funcionária da Biblioteca da FSP/USP, pela dedicação com que vem trabalhando junto a esses Programas.



SUBSÍDIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

NEUSA DIAS DE MACEDO*
MARIA MATILDE KRONKA DIAS**

RESUMO: Quadro-sinóptico descrevendo a biblioteca universitária dentro do seguinte parâmetro: receptor/tipologia; receptor/propósitos; biblioteca/objetivos; organização e administração; serviços de apoio aos receptores/usuários; materiais de biblioteca (acervo bibliográfico e multimeios); agentes; equipamentos/ambientação física, serve de parâmetro para sua caracterização.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Universitária: caracterização.

1 EXPLICAÇÕES INICIAIS

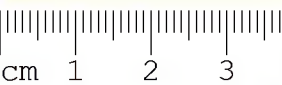
O quadro sinóptico que aqui descreve a biblioteca universitária (BU) é uma continuação de duas outras caracterizações apresentadas nesta mesma revista, v. 20, n. 1/4, 1987, respectivamente intituladas "Subsídios para a Caracterização da Biblioteca Escolar", de autoria de Neusa Dias de Macedo e Idméa Semeghini P. Siqueira (p. 45-66) e "Subsídios para a Caracterização da Biblioteca Pública", de Neusa Dias de Macedo e Laila Spinelli Gebara (p. 67-70).

Dada a repercussão desses esquemas, principalmente entre estudantes e docentes da área, acredita-se que esta contribuição didática seja também de utilidade aos estudiosos da BU, mormente os que tencionam trabalhar com questões de planejamento e avaliação.

Este quadro-resumo será reapresentado mais elaboradamente e discutido mais pertinentemente à natureza de dissertação de mestrado, ora em desenvolvimento na linha de pesquisa "Geração e Uso da Informação" - "Projetos sobre Serviço de Referência e Informação" - do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP, por uma das autoras deste trabalho, Maria Matilde Kronka Dias, sob a orientação da Prof^a Dr^a Neusa Dias de Macedo.

* Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP. Vice-presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.

** Mestranda do Curso de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da USP. Bibliotecária da USP.



Versando o tema daquele trabalho acadêmico em torno de questões de avaliação do Serviço de Referência e Informação (SR & I), o desenho de um instrumento gráfico que possibilite a visualização de como um recorte de projeto bibliotecário se articula, parte por parte, para constituir o sistema de informação pretendido, fica evidente a importância de contar-se com tal parâmetro para o esteio das discussões de pesquisa.

Sabendo da demora do término de uma dissertação, como contribuição didática passamos a divulgar o presente trabalho. É preciso que fique bem claro que este quadro-sinóptico é de caráter genérico, contendo informações básicas que podem aparecer em qualquer tipo de BU.

Na verdade, não foi fácil para os autores obter esta representação única, em forma genérica e adaptável a qualquer tipo de BU, em virtude de diversidade de estruturas existentes no contexto bibliotecário brasileiro.

A título de exemplificação, chama-se atenção a alguns tipos de estrutura de BU's: a) centralizada (biblioteca central monolítica, por divisões administrativas, físicas, operacionais, técnicas ou aquisições); b) setorial (unidades acadêmicas, centros, museus, hospitais, departamentos). Sem contar, ainda, as variáveis por áreas de conhecimento, de tamanho de coleções, tipos de acervo, localização geográfica etc.

Como o intuito deste trabalho é mais descritivo do que interpretativo, recomenda-se a consulta aos livros de Lusimar Silva FERREIRA (1980) e de Amélia SILVEIRA (1992), que, respectivamente, tratam da análise de estruturas centralizadas e descentralizadas das BU's e de perspectivas de aplicação de marketing nessas bibliotecas na área acadêmica.

Feitas essas explicações, apresentar-se-á no momento apenas um rápido comentário às variáveis que compõem este quadro-sinóptico para uma biblioteca universitária.

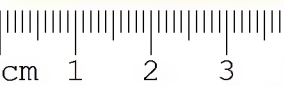
2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO/RESUMO

RECEPTOR/TIPOLOGIA

Estudos específicos sobre a comunidade acadêmica, são requisitos iniciais para a caracterização dos públicos-alvo de uma biblioteca universitária.

Uma comunidade acadêmica invariavelmente é composta por seus administradores, o corpo docente e discente, os técnicos e pessoal de apoio e, ainda, os interessados em geral. Por suas funções e natureza de atividades, esta comunidade pode ser classificada em grupos. Optamos por classificá-la, sob quatro perspectivas:

a) didático-administrativa;



- b) pesquisa e demais atividades universitárias;
- c) áreas de conhecimento;
- d) público em geral.

A definição de perfis de interesse informacional desta comunidade formada por docentes, discentes e outros elementos, deve ser efetuada em momentos vários sob estudos de usuários/comunidade, tanto no que diz respeito à sua identificação funcional como aos seus interesses acadêmicos e de pesquisa, usos da informação para atividades de ensino/estudo e temas de pesquisa; necessidades particulares informacionais etc. Com estes perfis em mãos, o bibliotecário pode melhor programar produtos e serviços, treinamento de recursos humanos e de grupos de usuários, bem como avaliar se os objetivos da biblioteca/SR & I estão sendo cumpridos em relação à satisfação dos usuários.

RECEPTORES/PROPÓSITOS

Em geral, pela experiência, depreende-se que os usuários de uma BU são elementos oficialmente ligados a instituição. Daí, optar-se por nomeá-los como "usuários internos". De outro lado, sendo a BU principalmente aquela mantida por cofres públicos e conseqüentemente aberta a outros interessados que necessitam utilizar seus recursos informacionais, designa-se este outro segmento como "usuários externos".

Os interesses informacionais desses receptores podem ser identificados em consonância com as quatro perspectivas já mencionadas. Cada um dos grupos identificados tem propósitos diversos, que se modificam de acordo com momentos de suas necessidades e/ou funções diversas que estejam realizando no dia-a-dia, e obviamente condicionados às especificidades de áreas de conhecimento e nível ocupacional ou escolar. Estes propósitos podem e devem ser detectados nos estudos de usuários, sob rigor de metodologias de pesquisa.

Os propósitos mais comumente explicitados estão indicados no Quadro, que em geral podem ser identificados como busca de informações para necessidades didáticas e de extensão; tarefas acadêmicas em geral, de pesquisa ou de teor administrativo; profissionais ou outras de caráter esporádico.

Novas tendências de atendimento estão surgindo, no que se refere às atividades de extensão como, por exemplo, instalação de programas educativos em salas de espera, de laboratórios, hospitais, com fins educacionais; instalações de ambiente de leitura; entre outras, em co-responsabilidade com as bibliotecas. A literatura especializada já divulga inúmeras tendências, que variam conforme as áreas de ensino e pesquisa.

BIBLIOTECA/OBJETIVOS

Em princípio, a BU - como um dos órgãos de apoio à consecução dos



objetivos da instituição em que se insere - explicita seus objetivos em consonância com as realizações inerentes à Universidade e de suas unidades de ensino/pesquisa/extensão.

O objetivo geral e essencial de uma BU pode ser sintetizado em poucas palavras: promover a interface entre os usuários e a informação estocada na biblioteca.

Enfocando os objetivos técnicos funcionais propriamente ditos de uma BU, podem ser eles identificados como:

- . organizar as coleções (da seleção, coleta, representação descritiva e temática à armazenagem);
- . disseminar a informação e orientar o uso;
- . controlar operacionalmente o sistema de informação (do planejamento à avaliação).

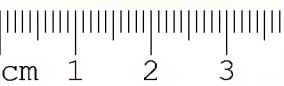
Como objetivos institucionais, aponta-se: direcionar suas atividades ao cumprimento dos objetivos da instituição, apoiando as necessidades de ensino/pesquisa/extensão e as de caráter administrativo, a fim de propiciar condições para incrementar a produtividade científica e acadêmica, colocando a instituição em alto nível de prestígio.

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Organizar uma unidade de informação, implica em armazenar, preservar, processar o acervo documental de acordo com as necessidades e níveis de usuários, levando em conta as tendências atuais de informatização, ou mesmo, quando for o caso, na forma de organização tradicionalista. Estas funções técnicas específicas do bibliotecário - constituem a infra-estrutura organizacional para que aconteça o serviço-fim. De qualquer modo as BU's têm fluxo comum de organização, ressalvadas as peculiaridades de área de conhecimento, grau de especialização e técnicas, automatizadas ou não, de armazenagem e recuperação da informação.

Nas atividades administrativas, incluem-se o planejamento; estudos da comunidade acadêmica e definição de perfis de usuários; estabelecimento de diretrizes e políticas, padrões e regulamentos, estudos de espaços de setores administrativos; preparo de relatórios, instruções, manuais de serviço, folhetos instrucionais e divulgativos, boletins bibliográficos e informativos; cooperação com outras bibliotecas e sistemas de informação; execução de projetos/programas; conservação e preservação de coleções; supervisão/avaliação de pessoal e serviços; treinamento de pessoal.

O equipamento intelectual, ou seja, as normas, códigos e diretrizes das BU's, bem como a automação de seus serviços devem se adequar às condições e natureza da área de conhecimento e dos níveis de especialização da comunidade



-usuários da unidade informacional em foco.

SERVIÇOS DE APOIO AOS RECEPTORES/USUÁRIOS

O atendimento aos usuários às suas necessidades informacionais específicas e a outros tipos de consultas, deve buscar também a otimização do uso dos recursos disponíveis, por meio de atividades de orientação; alerta e disseminação da informação; comunicação visual e gráfica da biblioteca.

Adota-se aqui a concepção do Serviço de Referência e Informação de Neusa Dias de MACEDO (1990), a saber:

Empréstimo: circulação do material dentro e fora da biblioteca; empréstimo a domicílio; empréstimo entre-bibliotecas; reserva de material didático para as disciplinas; comutação bibliográfica e serviço de copiadora; localização de material bibliográfico ou não bibliográfico etc. Desempenhado por funcionários bem treinados.

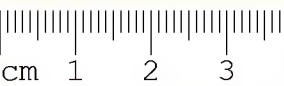
Referência e Informação: atendimento ao público, prestando informação tanto a questões factuais como bibliográficas, instrucionais ou de pesquisa; quer diretamente ou por correspondência, telefone, fax, correio eletrônico etc.; "referral service"— ou encaminhamento a outras instituições; buscas bibliográficas, provendo levantamentos bibliográficos manuais e automatizados; alerta e disseminação da Informação; orientação formal ao uso da biblioteca, do acervo e dos serviços, bem como a orientação bibliográfica (orientação para realização de pesquisas bibliográficas, organização de trabalhos e do aparato bibliográfico de trabalhos acadêmicos e revisões). Desempenhado pelo bibliotecário.

Eventuais: colaboração nos eventos científicos; editoração de fontes de informação; normalização de trabalhos de estudantes e de publicações geradas na instituição, e nos programas de extensão.

Divulgação e Interpretação da Biblioteca: marketing da biblioteca, incluindo a promoção e relações públicas da biblioteca; comunicação visual e gráfica; divulgação (textos informativos e instrucionais); guias bibliográficos.

MATERIAIS DE BIBLIOTECA (ACERVO BIBLIOGRÁFICO E MULTIMEIOS)

O provimento contínuo de materiais informacionais e instrucionais representativos para apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão deve ser requisito básico para manutenção de coleções que satisfaçam a demanda dos usuários da biblioteca. Estas coleções devem ser organizadas tecnicamente de



acordo com as peculiaridades e exigência de áreas e tipologia das bibliotecas. Neste Quadro são indicados os diversos tipos de materiais bibliográficos e não-bibliográficos que devem compor um acervo básico de biblioteca universitária, seleção essa respaldada por critérios emitidos pela Comissão de Biblioteca.

O planejador e/ou avaliador, por sua vez, tem que contar com parâmetros e discernimento próprio para determinar e/ou aquilatar quais são os meios adequados para a seleção, desbastamento, organização e administração de um acervo para uma biblioteca universitária, dentro do perfil próprio da mesma, bem como observar a tipologia desses materiais.

O bibliotecário deve perguntar a si próprio: — A BU está incorporando materiais, segundo os níveis/necessidades específicas dos grupos de usuários? — As novas tecnologias estão sendo cogitadas no desenvolvimento do acervo, modernamente significando a formação de multimeios, que venham proporcionar mais rapidamente e pertinentemente o acesso à informação especializada?

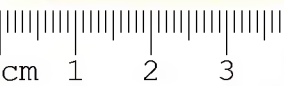
AGENTES

A questão dos recursos humanos para a biblioteca universitária pressupõe a seleção e treinamento de seu pessoal para a adequação de desempenho às exigências específicas dos seus públicos e dos produtos e serviços projetados. Para melhor visualização da tipologia de pessoal, foram divididos em agentes principais e colaboradores. Colaboradores, no sentido de que sem o apoio do próprio professorado e de especialistas das áreas profissionais de informática, comunicação visual, marketing entre outros, o projeto biblioteconômico dificilmente poderá atingir sua adequação plena.

EQUIPAMENTOS/AMBIENTAÇÃO FÍSICA

A observância de aquisição de equipamentos necessários em uma BU adquire maior importância quando consideramos que são insumos fundamentais à infra-estrutura de prestação de serviços informacionais. Como oferecer um serviço de qualidade sem os recursos físicos necessários? Na lista indicada no quadro-resumo foram relacionados os diversos equipamentos disponíveis e de utilidade numa BU, com a ressalva de que nem todos são necessários a todas as bibliotecas. Na verdade, há que se considerar as condições de cada biblioteca e se a Instituição já conta com um serviço central de equipamento audiovisual ou uma seção própria de multimeios.

Quanto à ambientação interior, que deve ser projetada e mantida para oferecer condições adequadas a motivação e aumento de produtividade dos funcionários e dos usuários reais, ou para atrair usuários potenciais, é também um dos pontos importantes que modernamente direcionam planejadores de bibliotecas.



No que diz respeito a espaço e instalações físicas, é preciso observar se são projetados, equipados e decorados adequadamente para atender às necessidades diversas dos usuários: permanência para estudo, reflexão, pesquisa e elaboração de trabalhos acadêmicos; atividades de leitura livre e atualização; debates, preparação de seminários, estudos em grupo etc.

A arquitetura interior, a adequação do mobiliário e sua padronização, as instalações elétricas, iluminação, segurança, acústica, ventilação, higiene, arranjo físico etc., são aspectos que devem ser observados dentro de critérios já estabelecidos na literatura especializada.

Deve-se cuidar para que o acesso às instalações físicas da biblioteca seja de tal modo que não dificulte o percurso dos usuários. De outro lado, o lay-out da biblioteca deve possibilitar ampliações, com entradas independentes, condições arquitetônicas que facilitem o acesso.

Um aspecto capital para a eficiência da BU é oferecer livre acesso ao acervo, de modo a possibilitar maior independência do usuário para as buscas bibliográficas, bem como prover-lhe treinamento adequado para tal.

Finalizando, atenção especial deve recair a questões de comunicação visual, cuidando para que a sinalização da biblioteca seja adequada, tendo-se o apoio de comunicadores visuais, com o objetivo de diminuir deslocamentos desnecessários dos usuários no encontro a informação. Um outro aspecto que facilitará a comunicação são as instruções para uso de catálogos e recursos da biblioteca, instalação de quadros e murais visando facilitar a comunicação de eventos, novas aquisições, regulamentos etc. Todos esses quesitos devem ser realizados com o assessoramento de especialistas em arquitetura interna, comunicadores visuais, engenheiros, arquitetos entre outros.

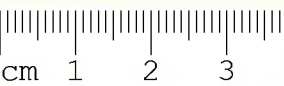
Enfim, a caracterização da biblioteca universitária, representada pelo instrumento gráfico aqui projetado, pode ser extrapolada para "n" situações acadêmicas, conforme condições institucionais e sensibilidade dos que a dirigem.

Não se entrou aqui no mérito de aspectos qualitativos da prestação de serviços da BU, adentrando às modernas questões de qualidade, produtividade e excelência dos mesmos por ser o intuito deste trabalho apenas descritivo. Cabe ao leitor deste artigo se aprofundar na busca de parâmetros qualitativos, como por exemplo consultar normas específicas para esse fim, a ISO9000/NB9000, de junho de 1990.

ABSTRACT: A synoptical description of university library according to the following parameter: receiver/tipology; receiver/purposes; university library/objectives; organization/administration; books and non-books materials; physical facilities, is a parameter to its characterization.

KEY WORDS: University library; characterization.

BIBLIOGRAFIA



FERREIRA, Gilda Pires. A biblioteca universitária em perspectiva sistêmica. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Biblioteca Central, 1977.

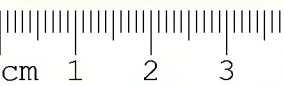
FERREIRA, Lusimar Silva. Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo: Pioneira, 1980.

MACEDO, Neusa Dias de; GEBARA, Laila Spinelli. Subsídios para a caracterização da biblioteca pública. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 71-8, jan./dez. 1987.

MACEDO, Neusa Dias de; SIQUEIRA, Idméa Semeghini. Subsídios para a caracterização da biblioteca escolar. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 67-9, jan./dez. 1987.

MACEDO, Neusa Dias de. Princípios e reflexões sobre o Serviço de Referência e Informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 9-37, jan./dez. 1990.

SILVEIRA, Amélia. Marketing em bibliotecas universitárias. Florianópolis: Editora UFSC, 1992. 198p.



[Faint, illegible text from a scanned document, possibly a report or letter, covering most of the page.]



Digitalizado
gentilmente por:



SUBSÍDIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO DE REFERÊNCIA E INFORMAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Neusa Dias de Macedo e Maria Matilde Kronka Dias

RECEPTORES / COMUNIDADE ACADÊMICA		BIBLIOTECA / SISTEMA DE INFORMAÇÃO					
TIPOLOGIA	PROPÓSITOS	OBJETIVOS	PLANEJAMENTO / ORGANIZAÇÃO / ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇOS DE APOIO AOS RECEPTORES	MATERIAIS (ACERVO BIBLIOGRÁFICO E MULTIMÍDIAS)	AGENTES / PESSOAL	EQUIPAMENTOS / AMBIENTAÇÃO FÍSICA
<p>SOB PERSPECTIVA DIDÁTICO-ADMINISTRATIVA</p> <p>estudantes</p> <ul style="list-style-type: none"> . graduação . pós-graduação: mestrado, doutorado . especialização . outra <p>docentes</p> <ul style="list-style-type: none"> . pesquisa . ensino . extensão . atividades administrativas (comissões, colegiados etc.) . outros (visitantes, consultores etc.) 	<p>USUÁRIOS INTERNOS</p> <p>ESTUDANTES</p> <ul style="list-style-type: none"> . empréstimo de publicações . trabalhos de disciplina . exercícios e seminários . pesquisas bibliográficas . estudos em grupo . atualização de conhecimentos . leituras livres . informações específicas . estudos com materiais próprios . outra <p>DOCENTES</p> <ul style="list-style-type: none"> . pesquisa bibliográfica própria (estudo, teses, trabalho para congressos, artigos, preparo de aulas, outras) . localização de material, consulta . empréstimo entre bibliotecas . levantamentos bibliográficos . ajudas nas revisões bibliográficas da trabalhos . apoio às revistas da instituição . atividades didáticas e administrativas (estudo, verificações, preparo de relatórios, bancas, concursos etc.) . atividades de extensão comunitária . outras (programações culturais e especiais, uso de equipamentos etc.) 	<p>GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> . promover a interface entre os usuários e a informação estocada na biblioteca <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> . organizar as coleções (da seleção, coleta, representação descritiva e temática à armazenagem) . disseminar a informação e orientar ao uso . controlar operacionalmente (do planejamento à avaliação) <p>INSTITUCIONAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> . direcionar suas atividades ao cumprimento dos objetivos da instituição, apoiando as necessidades de ensino, pesquisa, extensão e de caráter administrativo . propiciar condições para incrementar a produtividade da científica e acadêmica 	<p>ADMINISTRAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> . planejamento . estudos de comunidades e definição de perfil . estabelecimento de diretrizes, políticas, padrões e regulamentos . estudos de espaço administrativo . preparo de relatórios, instruções, manuais de serviço . elaboração de guias e manuais da biblioteca . cooperação com outras bibliotecas e sistemas de informação . execução de projetos / programas . conservação e preservação de acervo . supervisão / avaliação de pessoal e serviço . treinamento de pessoal . comunicação interna e externa <p>ORGANIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> . da seleção à coleta de materiais . do processamento da informação: <ul style="list-style-type: none"> - representação descritiva - representação temática e indexação . da armazenagem dos materiais a dos dados bibliográficos 	<p>SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO</p> <ul style="list-style-type: none"> . empréstimo . reserva de material . localização de materiais . comutação bibliográfica e serviço de copiadora <p>SERVIÇO DE REFERÊNCIA E INFORMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> . consultas / respostas . encaminhamento a outras instituições - "referral service" . buscas bibliográficas . alerta e disseminação da informação . orientação formal ao uso da biblioteca <p>ATIVIDADES EVENTUAIS (colaboração em)</p> <ul style="list-style-type: none"> . eventos científicos . editoração de fontes de informação a periódicos da instituição . normalização de trabalhos de estudantes e de publicações geradas na instituição . programações especiais, culturais e outras <p>DIVULGAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO SERVIÇO</p> <ul style="list-style-type: none"> . marketing e promoção da biblioteca . comunicação visual e gráfica . divulgação: textos informativos e instrucionais 	<p>MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> . coleção de referência: enciclopédias, dicionários, manuais, bibliografias, índices, revistas etc. . fontes de informação impressas: livros, monografias, folhetos, periódicos científicos e de informação, publicações seriadas, jornais, recortes, teses, patentes, coleção de legislação, relatórios de projetos e materiais peculiares a cada área de conhecimento <p>MATERIAIS NÃO-BIBLIOGRÁFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> . gravações sonoras, microformas, imagens fixas, em movimento (filmes científicos, de divulgação e de artes, fitas, diapositivos), mapas, cartazes, catálogos, relatórios técnicos, projetos de engenharia, arquitetura, plantas etc. <p>FONTES DE INFORMAÇÃO ELETRÔNICA</p> <ul style="list-style-type: none"> . bases de dados, vídeo-textos, CD-ROM etc. (utilização de novas tecnologias para acesso informatizado da informação) 	<p>PRINCIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> . administração . bibliotecários / documentalistas . pessoal de apoio para atividades técnico-administrativas (auxiliares, servantes, porteiros, outros) <p>COLABORADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> . professores . especialistas das áreas . profissionais de informática, comunicação visual, marketing . outros 	<p>EQUIPAMENTOS</p> <p>DE APOIO TÉCNICO / ADMINISTRATIVO E DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> . máquinas copiadoras . leitor de microfichas . microcomputador . vídeo-texto . correio-eletrônico . leitor de CD-ROM . outros (conforme peculiaridades de áreas, tipologias de acervo) <p>DE COMUNICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> . telefone . fax . intercomunicadora . outros <p>AMBIENTAÇÃO FÍSICA</p> <ul style="list-style-type: none"> . local central, de fácil acesso para a comunidade . andar térreo, longe de ruídos, bem iluminada e sinalizada . local que permita ampliações futuras (flexibilidade) e variação de ambientes (estudos individuais e em grupo, pesquisa, projeções etc.) . projetada, equipada, decorada adequadamente para atrair o usuário a frequentá-la . mobiliário adequado . condições de segurança (roubos, incêndios etc.) . sinalização do ambiente para facilitar a circulação do usuário e a localização da informação . instruções para uso de catálogos e recursos da biblioteca . murais, quadros
<p>SOB PERSPECTIVA DE PESQUISA E DEMAIS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> . docentes/pesquisadores/especialistas . técnicos, pessoal de apoio . outros 							
<p>SOB PERSPECTIVA DE ÁREA DE CONHECIMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> . Ciências Exatas e Tecnologia . Ciências Biomédicas e da Saúde . Ciências Humanas . Áreas Interdisciplinares 	<p>PESQUISADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> . pesquisas individuais, institucionais e profissionais <p>TÉCNICOS, PESSOAL DE APOIO E OUTROS</p> <ul style="list-style-type: none"> . necessidades próprias 						
<p>SOB PERSPECTIVA DO PÚBLICO EM GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> . ex-docentes . ex-alunos . estudiosos em geral . membros de associações . participantes de eventos e cursos . outros 	<p>USUÁRIOS EXTERNOS</p> <ul style="list-style-type: none"> . propósitos similares aos internos 						



Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



0
1
2
3

cm

Digitalizado
gentilmente por:



AVALIAÇÃO DE COLEÇÕES DA FDE EM BIBLIOTECAS DE ESCOLAS DA REGIÃO DE MARÍLIA*

Paulo Tarcísio Mayrink**
Rosana Helena Morandin***
Tereza Raquel Vanalli***

RESUMO: Avaliação do Programa de Acervos Literários desenvolvido pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE - junto a algumas escolas oficiais do Estado de São Paulo. Analisa o uso desse acervo em algumas escolas da Microrregião Alta Paulista, com levantamento de dados sobre a situação de algumas bibliotecas escolares no interior e hábitos de leitura entre os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas escolares; Programas de desenvolvimento acervos (FDE); Avaliação; Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem havido uma preocupação maior com o desenvolvimento de bibliotecas escolares no Brasil.

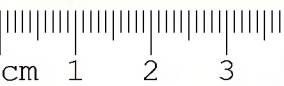
Organizações nacionais e internacionais como o extinto Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, Escolas de Biblioteconomia, Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares, Centro Regional para el Fomento del Libro en America Latina y el Caribe e a Bienal Internacional do Livro de São Paulo promoveram, em épocas recentes, seminários e reuniões para debater problemas das bibliotecas escolares brasileiras.

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários - FEBAB, pioneira na arrigimentação e conscientização profissional da classe em nosso país, mantém em seu bojo a Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares, que vem atuando de maneira exemplar na área de bibliotecas escolares, promovendo cursos, publicações e reuniões de nível regional e nacional. Essa Comissão trabalha ultimamente para que as Escolas de Biblioteconomia do país

* Trabalho concluído em junho de 1990.

** Professor Assistente Doutor, Depto. de Biblioteconomia e Documentação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília.

*** Alunas de Biblioteconomia-UNESP e bolsistas do CNPq.



criem a disciplina Bibliotecas Públicas e Escolares, com vista à formação de profissionais diretamente interessados em trabalhar nesses tipos de bibliotecas, a fim de promoverem e impulsionarem esses setores básicos da educação e da cultura em nosso país.

Na acepção de CASTRILLÓN (2), biblioteca escolar é "uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional; constitui parte integral do sistema educativo e participa de seus objetivos, metas e fins; é um instrumento de desenvolvimento curricular e permite o fomento da leitura e a formação de uma atitude científica, constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente, estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apóia os docentes na sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões em aula".

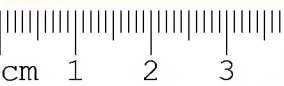
A prática, porém, dessa definição de biblioteca escolar em nosso país ainda exige um longo caminho a ser percorrido antes de ser atingida. Há todo um trabalho por fazer em termos de biblioteca escolar, desde a formação de coleções, sua instalação adequada e contratação do profissional bibliotecário, até o trabalho de preparo do professor para uma efetiva utilização da biblioteca como instrumento de educação e ensino (4).

Dados levantados por ANTUNES (1) mostram que existem na rede escolar brasileira 161.858 estabelecimentos de ensino de primeiro grau para atender 18.654.481 alunos. Dentro desse perfil numérico do sistema de ensino, cada biblioteca escolar existente deve prestar assistência a 1002 alunos, considerando-se que 143.331 prédios escolares não possuem bibliotecas.

A Fundação para o Desenvolvimento da Educação-FDE, interlocutora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para assuntos ligados a livros e materiais, instrucionais, tem como objetivo "participar ativa e dinamicamente do conjunto de esforços dirigidos ao processo de transformação da sociedade global, contribuindo para a democratização do sistema educacional público paulista, através de providências práticas referentes à produção, à adoção, à aquisição e à utilização de livros didáticos e de outros materiais instrucionais. Providências estas que melhorariam a qualidade de vida da população de baixa renda e a participação democrática de indivíduos e de consumidores, tanto a nível de contribuição efetiva quanto a nível de usufruto do bem estar geral resultante" (5).

Dentro dessa linha política e visando esses objetivos, a FDE vem desenvolvendo projetos e programas com a finalidade de dotar de bibliotecas escolares as escolas da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo.

O assunto desta pesquisa reproduz uma análise do Programa de Acervos Literários desenvolvido pela FDE. Através desse programa, iniciado em 1984, todas as escolas da rede estadual têm recebido acervos literários, pedagógicos e módulos paradidáticos, cuja característica principal proposta seria a de



oferecer leituras complementares que enriquecessem o trabalho em sala de aula. Para o professor, esses acervos representariam uma alternativa de trabalho com o livro didático, sem eliminá-lo; para os alunos, ofereceriam a prática de consulta a diferentes obras em cada componente curricular (3).

2 OBJETIVOS

O estudo visou fazer uma análise e avaliação do programa da FDE junto a algumas escolas de primeiro e segundo grau da Divisão Regional de Ensino de Marília, na Microrregião Alta Paulista, nos municípios de Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Gália, Garça, Lupércio, Marília, Ocaçu, Oriente, Pompéia e Vera Cruz, abrangendo áreas de jurisdição das Delegacias de Ensino de Garça e Marília.

No que diz respeito às bibliotecas, a análise foi sobre o acervo doado pela FDE e respectivo tratamento recebido (ou não), bem como o uso feito por professores e alunos, a fim de constatar se o programa está indo de encontro às suas propostas.

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo da análise sobre o uso do acervo da FDE, trabalhou-se com alunos de primeiro grau (* quinta à oitava série) e segundo grau, (primeiro ao terceiro colegial técnico), professores de diversas disciplinas e encarregados da biblioteca ou bibliotecários (quando existiam) de dezesseis escolas públicas estaduais em onze municípios do Oeste Paulista.

As escolas participantes foram escolhidas aleatoriamente, através de sorteio, dentro de cada município. Assim, foram relacionadas cinco escolas em Marília, duas em Garça e uma em cada um dos demais municípios.

Em cada escola foram aplicados três questionários diferentes: para alunos, professores e encarregados de biblioteca. Em número, o total de questionários aplicados foi de 275, sendo 90 para professores distribuídos por disciplinas (Tabela 1), 175 para alunos, distribuídos por grau de escolaridade (Tabela 2) e 10 para encarregados de biblioteca, distribuídos por categoria profissional (Tabela 3).

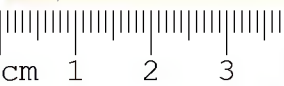


TABELA 1 - Distribuição de Professores

DISCIPLINA	PROFESSOR	
	Nº	%
Ciências	10	11,1
Desenho	02	2,2
Didática	02	2,2
Educação Artística	04	4,4
História	11	12,2
Geografia	08	8,8
Inglês	08	8,8
Matemática	15	16,7
OSP	02	2,2
Português	20	22,2
Psicologia	01	1,1
TOTAL	83	100,00

Vale informar que alguns professores se recusaram a responder os questionários, alegando não poderem interromper as aulas e que os intervalos eram pequenos e necessários para um descanso. Isso dificultou um pouco a pesquisa, visto que não houve oportunidade de uma segunda visita às escolas ou à cidade.

TABELA 2 - Distribuição de alunos

GRAU DE ESCOLARIDADE	ALUNOS	
	Nº	%
5ª série	38	21,7
6ª série	36	20,6
7ª série	26	14,8
8ª série	32	18,3
2º grau	43	24,6
TOTAL	175	100,0

TABELA 3 - Distribuição de encarregados de biblioteca

CATEGORIA PROFISSIONAL	ENCARREGADOS	
	Nº	%
Inspetor	04	25,0
Estagiário	02	12,5
Escriturário	01	6,3
Estudante	01	6,3
Bibliotecário	01	6,3
Professor	01	6,3
Não existe	06	37,5
TOTAL	16	100,00



4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 Questionário do professor

No questionário aplicado a professores perguntou-se sobre o uso que fazem da biblioteca, sobre a coleção em geral e, em especial, sobre o acervo distribuído pela FDE.

Na indicação que se pediu sobre o tipo de material utilizado, oferecendo as formas mais comuns como opção, ficou demonstrado que o livro didático é o mais utilizado, seguido de dicionários e livros de ficção (Tabela 4).

TABELA 4 - Material utilizado

MATERIAL	PROFESSORES	
	Nº	%
Livros		
didático	30	33,3
ficção	22	24,4
Enciclopédia	18	20,0
Dicionários	28	31,1
Recortes de jornais	10	11,1
Revistas	17	18,9
Mapas	15	16,7
Outros	02	2,2

Sobre a adequação da coleção da biblioteca em geral, 54,4% dos professores consideram o material da biblioteca insuficiente, embora adequado, e 12,2% acham que não é adequada à sua disciplina.

4.1.1 Conhecimento e utilização do acervo da FDE

Apenas 44,4% dos professores conhecem o acervo da FDE, dentre os quais 10% julgam ser a FDE uma editora. Os restantes 55,6% nunca ouviram falar desse acervo. Dentre os professores que dizem conhecer o acervo, 23,3% mostram, estar satisfeitos com o material em sua área, enquanto que 21,1% dizem ser insuficiente o material enviado pela FDE.

Com relação à utilização do acervo, 37,7% dos professores que responderam à questão declararam fazer uso da coleção.

A Figura 1 a seguir indica os pontos positivos da coleção FDE, na opinião dos professores; os pontos negativos estão demonstrados na Figura 2 e as sugestões para melhoria do serviço, na Figura 3.

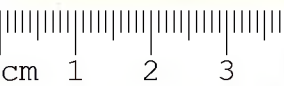


FIGURA 1 - Pontos positivos da coleção FDE, na opinião dos professores

Pontos Positivos

- é um tipo de material disponível para pesquisa;
- é bem ilustrado;
- são livros interessantes e coerentes com a idade dos alunos;
- os livros são variados e favorecem principalmente a língua portuguesa;
- literatura atual e assuntos diversificados;
- proporciona aos alunos leitura extra-classe, sem necessidade de compra do livro;
- favorece o trabalho do professor e desenvolve a leitura e a pesquisa do aluno;
- autores variados;
- aborda todas as áreas de atuação do professor de primeira e quinta séries do primeiro grau;
- aproxima o aluno do livro;
- apresenta coleções com assuntos mais abrangentes e aprofundados do que o livro didático;

FIGURA 2 - Pontos negativos da coleção FDE, na opinião dos professores

Pontos Negativos

- muito informativo e descartável;
- na minha área vêm poucos livros (geografia);
- não está completa, contamos apenas com um dicionário de inglês;
- faltam livros que os alunos possam usar com maior frequência;
- número insuficiente de obras;
- falta de informação sobre o material da FDE (divulgação).

FIGURA 3 - Sugestões dos professores para melhorar o acervo da FDE

Sugestões

- que o material esteja de acordo com os guias curriculares da Secretaria da Educação;
- que haja um número maior de exemplares para que atenda os assuntos específicos das diferentes áreas de estudo;
- que haja maior divulgação do acervo;
- informações e material necessário para utilização em sala de aula, ou mesmo para pesquisas e informações aos educadores;
- trabalhar com revistas e "slides" nas escolas (incluir esse tipo de material nas coleções).



4.2 Questionário do aluno

As questões apresentadas aos alunos envolveram tópicos relativos à frequência à biblioteca, matérias em que os professores utilizam livros da biblioteca em aula, hábitos de leitura e preferência de leituras.

Destes, alguns dados merecem destaque, como o hábito de leitura de revistas, praticado por 86,8% dos alunos, contra 13,2% que declararam não ler revistas.

Entretanto, dessas leituras, apenas 8% são realizadas na biblioteca, 82,8% em casa, refletindo que o acervo da biblioteca não corresponde ao gosto dos alunos.

A Tabela 5 demonstra os quatro títulos de revistas mais citados pelos alunos:

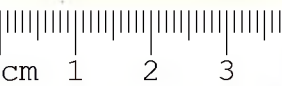
TABELA 5 - Preferência de revistas

REVISTAS PREFERIDAS	Nº	ALUNOS	%
Contigo	56		32,0
Veja	56		32,0
Cláudia	17		9,7
Manchete	15		8,6

A Tabela 6 demonstra as notícias ou seções preferidas pelos alunos, tanto em jornais como em revistas:

TABELA 6 - Notícias preferidas

NOTÍCIAS	Nº	ALUNOS	%
Programação de TV	74		42,3
Política nacional	28		16,0
Cinema	65		37,0
Notícias populares	45		25,6
Notícias policiais	41		23,3
Política internacional	18		10,3
Esportes	81		46,3
Arte	36		20,6
Programação de cinema	46		26,3
Comércio	16		9,1
Propaganda e ilustrações	26		18,9
Histórias em quadrinhos	69		39,4
Horóscopo	70		40,0



E a preferência do gênero literário incide em grande maioria sobre aventura (62,3%), seguido de histórias de amor (45,7%), conforme demonstra a Tabela 7:

TABELA 7 - Gênero literário preferido

GÊNERO	ALUNOS	
	Nº	%
Aventura	109	62,3
História de amor	80	45,7
Bang-bang	15	8,6
Comédia	43	24,6
Ficção científica	26	14,9
Históricos e documentários	19	10,6
Outros	7	4,0

As sugestões dos alunos para melhorar a biblioteca estão na Tabela 8:

TABELA 8 - Sugestões para melhorar a Biblioteca

SUGESTÕES	ALUNOS	
	Nº	%
Mais livros	101	57,5
Mais revistas	51	29,1
Jornais	47	26,9
Material de pesquisa / enciclopédia	86	49,1
Dicionários	35	20,0
Atlas	33	18,9
Outros	11	6,3

4.3 Questionário do encarregado pela biblioteca

Dos encarregados de bibliotecas, ou bibliotecários, procurou-se saber quais as disciplinas mais contempladas com material da FDE, se há divulgação desse material para os alunos, forma de utilização desse serviço, material mais procurado na biblioteca e outras questões.

A utilização do acervo FDE tem sido somente através de empréstimos (Tabela 9) e o material mais procurado tem sido o livro de ficção (80%), seguido de dicionários (60%) e enciclopédias (50%) (Tabela 10).



TABELA 9 - Utilização do acervo da FDE

UTILIZAÇÃO	Nº	ENCARREGADOS	%
Somente em sala de aula	-		-
Somente na biblioteca	-		-
Empréstimo para alunos	8		80,0
Empréstimo para professores	7		70,0
Outros	-		-

TABELA 10 - Material mais procurado na biblioteca

MATERIAL	Nº	ENCARREGADOS	%
Livros didático	3		30,0
ficção	8		80,0
Enciclopédias	5		50,0
Dicionários	6		60,0
Recortes de jornais	1		10,0
Revistas	4		40,0
Mapas	3		30,0
Outros	-		-

5 CONCLUSÕES

O presente estudo do acervo da FDE realizado em bibliotecas escolares possibilitou várias observações e constatações:

- Quanto ao aspecto físico das bibliotecas, a maioria não apresenta boas condições; em uma das escolas a biblioteca está desativada e o acervo localizado em um porão, sujeito à deteriorização e danificação por ratos e insetos. Constatou-se ainda que são poucas as escolas em que a direção e os professores demonstram interesse pela biblioteca;
- A falta de profissional habilitado, como demonstra a Tabela 3, é uma grande barreira para o serviço adequado da biblioteca e, geralmente, o encarregado ocupa outra função dentro da instituição, muitas vezes não tendo nem preparo nem condições para desenvolver um trabalho necessário para que a biblioteca atinja seus objetivos mínimos;
- A não-atuação da biblioteca pelos vários fatores que a impedem, poderia ser amenizada se houvesse uma pressão por parte dos usuários (professores e alunos), se estes tivessem a consciência da necessidade da biblioteca como organismo ativo dentro da educação. Desta forma, talvez essa mesma educação estivesse em estado menos precário;



- A FDE envia às escolas um acervo de aproximadamente 250 exemplares de livros, e apenas 44,4% dos professores conhecem esse acervo, dentre os quais 10% julgavam ser a FDE uma editora, conforme mencionado anteriormente.

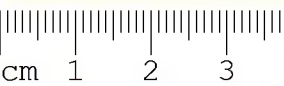
Diante desse quadro, uma questão se levanta: se o programa da FDE está voltado a professores e alunos, onde está então a falha? Uma das alternativas para resposta seria a implantação do programa em todo o sistema de ensino, uma vez que demonstra eficiência, pois envia livros variados e tem inicialmente um bom objetivo: complementar o trabalho de sala de aula. Para isso funcionar, seria necessária uma preparação dentro da instituição, ou seja, uma biblioteca que funcionasse, isto é, que tivesse recursos materiais e humanos, pois torna-se difícil o acesso de professores e alunos aos livros enviados pela FDE, se não sabem de sua existência e se não houver um responsável para divulgá-los e para proporcionar uma boa utilização do material.

Em um trabalho de divulgação preparado pela FDE, é mencionado que, apesar de algumas escolas enfrentarem dificuldades por falta de espaço físico e de elementos responsáveis pela dinamização dos acervos, diversas atividades vêm sendo desenvolvidas com sucesso em várias unidades de ensino, com empenho de professores especialistas (5). No entanto, essa realidade não foi comprovada por esta pesquisa, provavelmente por ter sido desenvolvida em escolas do interior, afastadas da Capital.

Com o intuito de verificar se a biblioteca escolar e seu acervo correspondiam ao gosto pela leitura por parte dos alunos, foram colocadas nesse trabalho algumas questões sobre preferência literária. Perguntou-se, por exemplo: 1º, se liam revistas e 86,8% responderam que sim; 2º, qual o local onde costumavam ler: apenas 8% responderam que era na biblioteca; 3º, quais os títulos de revistas preferidos, destacando-se: CONTIGO (32%), VEJA (32%), CLÁUDIA (9,7) e MANCHETE (8,6%); 4º, com relação à leitura de jornais: nunca lê (6,9%): quase nunca (13,7%): às vezes (69,1%) e sempre (10,3%); 5º, dentre o tipo de notícias preferidas as mais assinaladas foram: esporte (46,3%), programação de TV (42,3%), horóscopo (40%), histórias em quadrinhos (39,4%) e cinema (37,1%).

A partir dessas questões, pode-se afirmar: um grande número de alunos demonstrou gosto pela leitura de jornais e revistas; portanto, os programas deveriam ficar atentos a essa informação e, se pretendessem incrementar o uso da biblioteca, deveriam valer-se desses recursos. O baixo índice de interesse pela biblioteca como local de leitura seria outro indicativo passível de estudos para a melhoria do Programa.

Por esses resultados, pode-se imaginar como é difícil ao aluno ir espontaneamente à biblioteca (quando está aberta), pois as opções oferecidas se resumem quase sempre a material de pesquisa e leitura escolar, sendo que foi registrado que um percentual gosta da leitura de lazer, sem necessidade de comprometimento com qualquer disciplina.



Esse fator é um forte indicativo de que, se a biblioteca proporcionar material de lazer, além do de pesquisa e leitura obrigatória, poderá atrair alunos e, conseqüentemente, habituá-los à sua utilização, criando uma convivência com livros, leitura e pesquisa.

Por ocasião da realização de pré-testes, notou-se que os alunos desconheciam quase que totalmente a coleção da FDE e os títulos nela incluídos. Não seria interessante propor uma revisão nos processos de divulgação do Programa? Torna-se necessária também uma pesquisa sobre atos de leitura com os alunos, podendo-se fazer, ao mesmo tempo, uma análise do conteúdo e uso do acervo específico da FDE, em determinadas escolas da região.

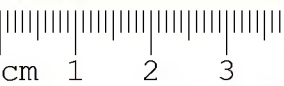
Espera-se, igualmente, maior conscientização por parte das autoridades governamentais sobre a situação da biblioteca escolar em nosso país. Poderiam ser adotados programas semelhantes aos em andamento em muitos países, criando paulatinamente o cargo de bibliotecário para cada escola: inicialmente esses profissionais poderiam ser localizados nas delegacias e divisões regionais de ensino, até chegar às escolas, dotando-se de verbas para formação de coleções e para a criação de dependências adequadas para um bom funcionamento dessa unidade auxiliar de ensino, que é a biblioteca escolar.

ABSTRACT: Analysis of the Literature Collections Program for primary and secondary schools at São Paulo State, Brazil, supplied by the FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR - FDE (School Development Foundation), with a diagnosis of some countryside school libraries and reading practice among students.

KEY WORDS: School libraries; Collections development programs FDE analysis; Brasil.

6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 ANTUNES, Walda de A. A biblioteca na escola. Trab. apres. SIMPÓSIO SOBRE BIBLIOTECA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL, 2. BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO, 9. São Paulo, 1986. 10p. Mimeogr.
- 2 CASTRILLÓN, Silvia. Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares. Trad. Walda de Andrade Antunes. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares/FEBAB, 1985. 283p.
- 3 GOLDBERG, Maria Amélia A. Por uma política do livro na escola integrada à estratégia da educação democrática. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1983. 22p. Mimeogr.
- 4 MAYRINK, Paulo T. Projeto de implantação de um subsistema de bibliotecas públicas na Microrregião Alta Paulista, Estado de São Paulo; relatório final. Marília: UNESP, 1986. 90p.
- 5 SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. A questão do livro na escola. São Paulo, 1987.



COOPERAÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO BRASIL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Suzana Sperry*

RESUMO: Questiona o rumo tecnicista que a biblioteconomia brasileira tomou nos últimos anos, dedicando-se quase que exclusivamente à comunidade técnico-científica em detrimento do restante da sociedade brasileira. Analisa as razões que levaram o bibliotecário a afastar-se de sua responsabilidade para com as camadas mais pobres da população. Expõe a situação de carências de uma das comunidades que não tem sido beneficiada pelos serviços bibliotecários - a população do meio rural, sugerindo medidas que poderiam ser postas em prática por profissionais das instituições de pesquisa agrícola e de extensão rural como ações de vanguarda nos serviços de socialização da informação nas áreas de educação, cultura, lazer e informação. Apresenta programas cooperativos nos quais os bibliotecários participariam das equipes constituídas por difusores de tecnologia, extensionistas, sociólogos, comunicadores e engenheiros agrônomos. Propõe a instituição de grupos de trabalho e estudo sobre a matéria "socialização da informação no meio rural", com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e para o fortalecimento das ações que vierem a ser implementadas.

PALAVRAS-CHAVES: Biblioteconomia, cooperação; Desenvolvimento rural, cooperação bibliotecária; Brasil.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a finalidade de questionar alguns aspectos da biblioteconomia e da ciência da informação no que se refere ao rumo tecnicista que a profissão vem tomando, no Brasil, nos últimos anos e de sugerir proposições para modificar o papel passivo que o bibliotecário tem desempenhado junto à sociedade como um todo e, mais especificamente, sua posição quanto à população rural.

O profissional da biblioteconomia e da ciência da informação, dada sua formação acadêmica, e ao que lhe é exigido pelas entidades às quais está

* Bibliotecária da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Pós-graduanda do Curso de Mestrado em Sociologia Rural, pela UFRS.

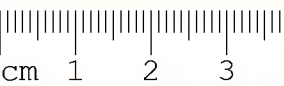


vinculado, transformou-se em uma ponte entre a informação registrada e a comunidade técnico-científica. Sua importância junto à sociedade contemporânea, tanto em seu próprio conceito como no consenso geral, está ligada à eficiência com que consegue manipular as tecnologias postas à sua disposição e a rapidez no atendimento às necessidades expressas pelos usuários. A eficiência desse profissional e o avanço das técnicas documentais e informativas é inegável. Porém, é chegado o momento de parar para refletir sobre a eficácia das ações bibliotecárias, não apenas junto à comunidade científica, mas também em relação ao restante da sociedade. Colegas têm registrado suas inquietações a respeito do assunto em artigos recentemente publicados. Por exemplo, o professor brasileiro VERGUEIRO (1988) pergunta: "Até que ponto os bibliotecários estão contribuindo - pelo menos em termos de países subdesenvolvidos da esfera capitalista, como é o caso do Brasil - para integrar a sociedade àquelas parcelas da população desprovidas das condições mínimas para uma participação social digna?" Ao que o professor DEPALLENS (1987), da Universidade Centroamericana de Manágua, acrescenta: "apesar dos recursos econômicos e técnicos dispendidos pelo mundo industrializado ocidental, não foi desenvolvida uma ciência da informação a favor do povo, a seu alcance ou produzida com sua participação direta. A informação acumulada e processada atende prioritariamente a uma elite de pesquisadores, em sua maioria desligada do povo". A partir das considerações formuladas por esses dois autores, podem ser feitos alguns questionamentos que refletem toda a complexidade do problema: se o bibliotecário não está contribuindo para integrar as populações pobres à sociedade, porque isto estará ocorrendo? Quem são os responsáveis por tal fato? O que poderia ser feito para modificar esse estado de coisas? Como poderiam os bibliotecários da área agrícola interferir e colaborar? Essas questões serão discutidas através da análise de duas problemáticas: a) A situação atual do bibliotecário brasileiro relacionada com sua responsabilidade para com a sociedade; e b) A situação do bibliotecário agrícola e sua visão sobre a comunidade rural, sendo que os dois problemas acima expostos serão complementados por sugestões aplicadas especificamente sobre a matéria.

2 O BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO E A REVOLUÇÃO CULTURAL

VERGUEIRO (1988) coloca alguns pontos sobre a questão da não integração do bibliotecário em programas de apoio às camadas mais pobres da população, que podem perfeitamente corroborados pela maioria dos profissionais da área:

a) o bibliotecário brasileiro geralmente provém da classe média e é graduado em universidades públicas às quais apenas têm acesso os que estudaram em boas escolas de nível médio e primário, isto é, com uma formação que exige



alto poder aquisitivo. "Desta forma, imagina-se que a grande maioria dos profissionais esteja imbuída de mentalidade burguesa, partilhando, muitas vezes sem se dar conta, de uma ideologia capitalista que tende a privilegiar algumas camadas da população em detrimento de outras";

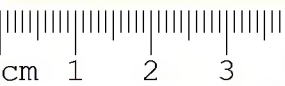
- b) o currículo dos cursos de biblioteconomia, muito ligado à influência norte-americana, empresta demasiada importância ao domínio do conhecimento de técnicas de documentação e informação, o que tende a direcionar os profissionais para as bibliotecas universitárias e especializadas;
- c) os baixos salários oferecidos pelas bibliotecas escolares e públicas, faz com que os profissionais dêem preferências às oportunidades de emprego junto às bibliotecas especializadas e universitárias.

Após essas considerações, pode ser traçado um perfil do bibliotecário brasileiro no qual ele se identifica como profissional da classe média, desvinculado - ou afastado - das questões mais específicas das classes populares.

Pelo quadro exposto é possível interpretar o porquê do bibliotecário, até certo ponto inconscientemente, haver se afastado de sua responsabilidade social para com a população. O que não se pode é apontar responsabilidades para o fato. É um problema de estrutura que está em questão. É evidente que não é através da alteração do currículo dos cursos de biblioteconomia que a situação vai se modificar. Trata-se de uma situação de formação de consciência individual voltada para a socialização da informação. Se apenas uns poucos bibliotecários se dessem conta de que são indispensáveis como instrumentos de mudança social e se empenhassem no desenvolvimento de uma ciência da informação a favor do povo, como diz DEPALLENS (1987), e se *colocassem não mais entre as informações produzidas em usuário potencial totalmente descaracterizado, mas entre essas informações e aquelas camadas da população que sempre foram mantidas afastadas delas* (VERGUEIRO 1988), um importante passo já estaria sendo dado, e isso provavelmente funcionaria como um elemento desencadeador de outras manifestações positivas a respeito. Esses bibliotecários, conscientes de seu interesse pelo assunto, deveriam complementar sua formação através de estágios, literatura e cursos especializados nas áreas de concentração do problema (sociologia, política, administração e planejamento, educação etc.) e deveriam procurar unir esforços para dar maior impacto às ações que pretendessem desenvolver no sistema.

3 O BIBLIOTECÁRIO DA ÁREA AGRÍCOLA E A POPULAÇÃO RURAL

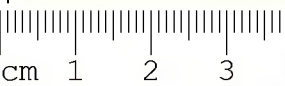
O sistemas de informação agrícola no Brasil podem ser comparados aos melhores do mundo: bem planejados, bem administrados, com excelentes



acervos bibliográficos, enriquecidos por bases de dados estrangeiras e pela possibilidade de recuperação automatizada da informação, tanto no país como no exterior. Empregam um contingente considerável de profissionais das áreas de biblioteconomia e documentação, todos com uma razoável formação básica, complementada por treinamentos especializados, cursos de pós-graduação e pela experiência de longos anos de exercício profissional. Atualmente, esses bibliotecários, acostumados a um ritmo intenso e complexo de trabalho, estão começando a inquietar-se. Pois a maioria dos recursos conhecidos para atrair os usuários até a mercadoria que têm a oferecer - a INFORMAÇÃO - não estão surtindo o efeito preconizado pelas técnicas especializadas. Esse fenômeno, que pode estar sendo causado pelos problemas sócio-econômicos que o país está atravessando, relegou a atuação do bibliotecário a um plano secundário, no qual foi obrigado a resignar-se. Se essa atitude, por um lado, diminuiu a complexidade de suas atividades, por outro, abriu espaço para a reflexão e o estudo. Sobrou tempo para observar os "usuários" dos "usuários" das bibliotecas agrícolas, isto é, os agricultores e, mais especialmente, os pequenos produtores rurais (o público que interessa a este trabalho).

3.1 A População do Meio Rural

A partir do ponto de vista do bibliotecário, enquanto membro da equipe de uma instituição de pesquisa, os produtores rurais são uma população distante a ser atendida apenas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural. Sabe-se que a ação dessas instituições é a de levar ao campo tudo aquilo que a pesquisa concluir, isto é, seu propósito básico é transmitir conhecimentos à população rural e trazer seus problemas de volta às fontes de pesquisa. Ainda que afastado do cenário, o bibliotecário tem constatado que a comunicação preconizada pelo modelo clássico de extensão rural não está se processando de maneira ideal. Não apenas porque a modernização das estruturas de pesquisa e de extensão rural, promovida pelo governo, não se fez em favor dos interesses dos camponeses, mas também porque, paralelamente a ela, deveria ter sido introduzida toda uma modificação na estrutura do ambiente social rural. Em um sistema social, as normas, as posições sociais e a hierarquia influem na conduta de cada um de seus membros. A estrutura social do sistema atua para facilitar ou impedir o nível de difusão ou adoção de novas idéias. Alguns efeitos do sistema podem adquirir grande importância nesse contexto, como a educação, o cosmo politismo, o tradicionalismo, a participação social e as relações interpessoais. Observando-se o primeiro desses efeitos - a EDUCAÇÃO - constata-se que é complexa a sua situação no meio rural e desigual de região para região, somando-se a cada uma delas diferentes problemas sociais, políticos e econômicos que, na opinião de WEREBE (1970), podem ser resumidos em quatro aspectos: *nas instalações deficientes das escolas; na clientela,*



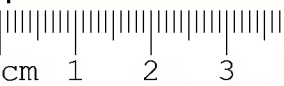
maltrapilha; retardada social e fisicamente, doente, desnutrida, sem higiene e sem estímulo; *nas famílias*, que vivem em um clima cultural de séculos passados, passivas, sem ambição e sem interesse na educação dos filhos e *nos professores*, mal preparados tecnicamente, mal remunerados e desassistidos. ANTONOVICH (1980) considera que a educação é fundamental para o desenvolvimento rural, funcionando como seu princípio básico: "a instrução provoca o aumento do nível cultural geral, ao mesmo tempo que desenvolve a consciência, melhorando o meio social e psicológico, criando condições favoráveis às atividades profissionais, para a organização racional do lazer e para o desenvolvimento posterior das necessidades materiais e intelectuais". Contudo, sabe-se que o próprio contexto rural de hoje não favorece o exercício dos princípios mínimos e básicos para a educação e a cultura. A falta generalizada de livros, revistas e jornais; o costume de estudar apenas nos cadernos didáticos; o escasso estímulo para atividades intelectuais encontrado dentro das próprias famílias, e a ausência de qualquer atividade cultural na comunidade, limitam tal exercício apenas ao recinto da escola. Sabe-se também que cada vez a sociedade exige mais de seus membros e que atualmente é necessário ter mais conhecimentos, do que há 15 ou 20 anos atrás, para o desempenho de qualquer profissão. Todavia, o panorama educativo e cultural no meio rural muito pouco evoluiu desde o início do século. É alarmante o número de agricultores de baixa renda que está deixando o campo por não ter tido condições de aprimorar seus métodos de produção, principalmente em consequência do baixíssimo nível de instrução e da política agrícola que o discriminam. Avaliando a problemática enunciada no item anterior, fica clara a urgência de uma programação de apoio a ser desenvolvida pelas entidades governamentais. Porém, é possível visualizar também um amplo espaço para iniciativas de mudança social que poderiam ser desempenhadas por bibliotecários que pretendessem assumir um papel de vanguarda em atividades ligadas à educação, à cultura, à informação e ao lazer. Invariavelmente, os bibliotecários da área agrícola estão ligados a entidades de pesquisa e de serviços de extensão e assistência rural. Tais instituições têm sua própria clientela que, na verdade, não passa de uma elite cultural no campo. É importante notar que essa situação gera um espírito de acomodação ou mesmo de desinteresse por parte do bibliotecário. Entretanto, o que se revela urgente é o fato de que esse profissional deveria levar a informação diretamente para o campo, para a comunidade mais necessitada - o agricultor e sua família. Daí, qualquer iniciativa futura de ação social bibliotecária ao meio rural ter de contar, inclusive, com o apoio irrestrito das entidades às quais estão ligados esses profissionais.

4 SUGESTÕES PARA A AÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO MEIO RURAL

O trabalho bibliotecário junto ao meio rural deverá ser encarado mais como



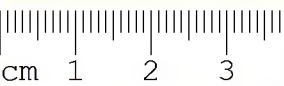
questão contendo características sócio-políticas do que propriamente de técnica bibliotecária, na qual estarão concorrendo elementos como a solidariedade, a empatia, a intuição e a criatividade. O primeiro passo do bibliotecário em busca da prática de uma ação social apropriada será o de ouvir o homem do campo para compreender e partilhar de seus anseios, necessidades e interesses. Essa ação significa tratar sociologicamente o problema da educação, da cultura, da informação e do lazer como prática social, isto é, como uma construção do indivíduo, existindo de forma atuante na comunidade, fazendo parte de sua estrutura. Isso apenas pode ser alcançado através da cooperação entre os profissionais que pretenderem abraçar a questão da conscientização e da comunicação com a população rural, sendo muito importante, também, a participação dos futuros usuários (os camponeses) nas reuniões preliminares para decidir o que é realmente importante a partir de seu ponto de vista. Nessa fase é recomendável a adoção de técnicas de entrevista que aproximem os investigadores dos investigados, como é o caso da "pesquisa participante", na qual a comunidade participa do estudo de sua própria realidade. O planejamento de programas obedecendo ao esquema pro posto, atenderia o princípio enunciado no início deste trabalho: desenvolver uma ciência da informação a favor do povo e produzida com sua participação direta. O conhecimento das necessidades e aspirações da comunidade, somados às técnicas bibliotecárias, à intuição e aos recursos existentes, podem conduzir às mais diferentes programações de fundo cultural, educativo e recreativo. Por exemplo, o desenvolvimento de hábitos de leitura, como os descritos por SEQUEIRA et al. (1986); serviços de extensão utilizando caixas-estantes ou biblio-ônibus; apresentações teatrais, musicais, cinematográficas ou exposições de arte. Esses programas podem ser executados ao ar livre ou em qualquer ambiente; porém, essas atividades de animação cultural devem ser desenvolvidas, preferencialmente, fora das salas de aula, para vender a idéia de que o livro não simboliza a escola (pois corre o risco de ser esquecido depois, se ficar ligado a deveres, obrigações e insucessos). Ele não é apenas um instrumento didático (SPERRY, 1987). Essa proposição foi sugerida com sucesso pela UNESCO na década de 70, e é especialmente importante para o meio rural, onde praticamente o livro didático constitui-se na única fonte de leitura da comunidade. Paralelamente a essas atividades podem ser previstos programas de caráter permanente visando tornar acessíveis à população rural informações úteis às suas necessidades cotidianas (sobre técnicas de cultivo agrícola, saúde, higiene, culinária, educação, serviços sociais, direitos e obrigações, serviços administrativos, trabalhos práticos, etc.). Poderiam também ser criados programas junto aos sindicatos e associações de classe, para a prestação de informações sobre a luta sindical na cidade e no campo, políticas do governo, direitos do homem, resenhas com informações publicadas na imprensa e de outros assuntos de interesse para esses grupos, como os sugeridos por LIMA (1986). As iniciativas para a organização e a disseminação



de informações em regiões rurais no Brasil, a nível nacional, nunca tiveram o bibliotecário à sua frente e, muito raramente, como membro das equipes de planejamento ou de administração. O que se sugere neste trabalho é a união de esforços de bibliotecários (das bibliotecas das áreas agrícola, pública, universitária e escolar) com outros profissionais interessados na questão (difusores de tecnologia, extensionistas, sociólogos, comunicadores e engenheiros agrônomos), para modificar essa situação.

5 CONCLUSÕES

É evidente que neste trabalho não se está propondo uma modificação geral no modo de proceder dos bibliotecários, ou no currículo dos cursos de biblioteconomia, ou nos rumos da ciência da informação, nem pensando ingenuamente em apresentar uma fórmula que solucione o problema social dos camponeses. O que se pretende é colocar uma posição de "avant garde" dos profissionais da biblioteconomia em relação à questão, principalmente porque até agora não se posicionaram a respeito. Esse "avant garde", de origem francesa, significa "um grupo de indivíduos que, por seus conhecimentos ou por tendência natural, exerce papel de precursor ou pioneiro em determinado movimento cultural, artístico ou científico", que é exatamente o desejado no presente contexto. Segundo os conceitos do sociólogo DURKHEIM (s.d.), existe um termo específico para designar fenômenos como o previsto pelo professor DEPALLENS (1987), quando se referiu a possibilidade de uma revolução cultural na biblioteconomia, é a EFERVESCÊNCIA. Esse fenômeno ocorre em momentos característicos de certos períodos históricos, quando são criados novos ideais e novas estruturas. Cresce em movimentos, como os de ondas elétricas, propagando-se até se transformar em realidade. Não se está querendo afirmar que essa "efervescência" já está ocorrendo mas, ao menos, incluir esta manifestação como uma das ondas que estão se formando em diferentes partes do mundo a respeito da modificação na responsabilidade social do bibliotecário. O mesmo sociólogo afirma que as funções de assistência social para serem bem desempenhadas, supõem sentimentos de solidariedade entre assistentes e assistidos (no caso, bibliotecários e agricultores) e uma certa homogeneidade intelectual e moral, que a prática de uma mesma profissão facilmente produz por sua identificação própria. No que se refere à postura dos bibliotecários que pretendem abraçar a questão da socialização da informação rural, a solidariedade entre os agricultores e os bibliotecários, abordada no parágrafo anterior, reveste-se da maior importância e é posicionada em lugar de destaque neste trabalho. Outro ponto observado pelo sociólogo, também muito importante no momento em que se pretende incrementar uma nova idéia, é a busca de facilidades para o intercâmbio intelectual entre os bibliotecários preocupados com um mesmo aspecto da profissão. Esse intercâmbio, na impossibilidade de realizar-se



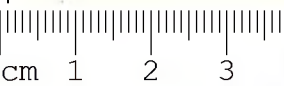
pessoalmente, pode ser alcançado através da publicação de textos, recurso mais utilizado pela comunidade científica para atingir seus objetivos. Pode-se exemplificar o intercâmbio já existente na área da socialização da informação, através dos textos citados neste trabalho que, em volta do tema, reúnem idéias de profissionais brasileiros, mexicanos, nicaraguenses, franceses e russos. A respeito do parágrafo anterior pretende-se colocar uma proposição à 9ª REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECÁRIOS Y DOCUMENTALISTAS AGRÍCOLAS: Que os colegas interessados ou envolvidos com a questão da socialização da informação promovam ou facilitem a promoção de reuniões para a discussão de problemas referentes ao tema e que os relatos de experiências, de proposições ou de novas idéias sejam divulgados publicamente em periódicos de circulação internacional, proporcionando aos interessados conhecimentos sobre os avanços que estejam sendo realizados. A sociedade não é um todo homogêneo nela coexistem, em situações de conflito, desejos, necessidades e expectativas diferentes e contraditórias. Para interpretá-la é necessário eleger no contexto social a voz que se quer ouvir e o chamamento que se pretende atender. Os bibliotecários, dentre os muitos papéis que lhes são atribuídos por essa sociedade, deverão ficar muito atentos às vozes e aos chamamentos que precisam e devem atender, porque muitas vezes as vozes que devem ser escutadas podem ser justamente as dos sem-voz da sociedade, neste caso - a DOS CAMPONESES.

ABSTRACT: It questions the technician cause that librarianship has taken last years, dedicating itself exclusively to the technic-scientific community disregarding the rest of Brazilian society. It analyses the reasons that have taken the librarian away from its responsibility with the poor segments of the population. It exposes the needs of a community that is not commonly benefited by the librarian services - the population of rural environment. It suggests attitudes that could be performed by professional of agriculture research and rural extension like vanguard information in the areas of education, culture, entertainment and information. It presents cooperative programs in which the librarians participate as members of groups made up by technology diffusers, rural extensionist, sociologists and agronomic engineers. It proposes assembling groups of work and study about the topic "socialization of information groups in rural environment", with the objective of exchanging experiences and strenghtening activities that will be implemented.

KEY WORDS: Library, cooperation; Country life development. Rural libraries.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONOVICH, Ivan I. Les progrès scientifique et technique et ses effects sur l'élimination des differences sociales et culturelles entre les modes de vie urbain et rural: expérience de la RSS de Biélorussie. *Mondes en Developpment*, n.31-32, p.402-19, 1980.



- DEPALLENS, Jacques. La bibliotecologia necessita de una revolución cultural. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*, v.10, n.1, p.7-4, 1987.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença, s.d.
- LIMA, Justino Alves. Serviço de documentação e informação popular: a informação a serviço das organizações populares. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.19, n.1/4, p.32-49, 1986.
- SEQUEIRA, Z. et al. *Evaluación de la incidencia del bibliobus en el desarrollo del habito de lectura en los miembros de una comunidad rural*. Mexico: Universidad Autonoma de Mexico. Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecologicas, 1986.
- SPERRY, Suzana. Animação cultural em bibliotecas: quando? como? onde? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.20, n.1/4, p.13-30, 1987.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro S. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. *Revista de Biblioteconomia*, Brasília, v.16, n.2, p.207-15, 1988.
- WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*, 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, 269p.



DAS DIRETRIZES PARA BIBLIOTECAS À "DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA": COMUNICAÇÃO

Neusa Dias de Macedo*

RESUMO: Texto-base preparado por esta autora, designado como "Diretrizes para o Planejamento e Avaliação de Bibliotecas Públicas", foi submetido a discussões em Grupos de Trabalho e à aprovação na sessão de encerramento do "VI Simpósio de Biblioteca e Desenvolvimento Cultural" Bial Internacional do Livro, São Paulo, ago./set. 1992), e agora nomeado como "Declaração de Princípios para Biblioteca Pública Brasileira" para ser apreciado pela liderança bibliotecária e transformado em documento oficial das entidades nacionais da área, encabeçado pela FEBAB. Esta comunicação, além de menções a estudos iniciais sobre o assunto, inclui informações sobre a orgânica do Simpósio e noções básicas sobre Diretrizes para, finalmente, apresentá-las, já reformatadas, em forma de 16 Enunciados, contendo em suma os seguintes aspectos da Declaração: conceito, objetivos, imparcialidade, responsabilidades, cooperação, competência do Serviço de Referência e Informação, formação de acervo, pessoal, educação de usuário, ambientação física, promoção e novas tecnologias na biblioteca pública.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca pública brasileira; Diretrizes; Declaração de princípios

I PRELIMINARES

O VI Simpósio de Biblioteca e Desenvolvimento Cultural, organizado e realizado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (São Paulo, Bial Internacional do Livro, 29.8 a 7.9.1992), teve como uma das preocupações lançar as Diretrizes para a Biblioteca Pública em vista da importância deste instrumento administrativo para os bibliotecários. Para entendê-las faz-se necessário dar algumas explicações.

Diretrizes e Padrões têm sido buscados por diversos países, bem como discussões têm ocorrido em eventos sobre seu exato significado, mas no Brasil somente há pouco tempo têm surgido preocupações neste sentido por parte de

* Vice-Presidente da FEBAB. Professora do Departamento de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da USP.



estudiosos, comissões e grupos de trabalho associativos. Com raras exceções é o caso do PNBU - plano nacional esse já consagrado e operacionalizado no terreno de bibliotecas universitárias, na década de 70.

Apenas como pontos iniciais para a compreensão da trajetória das Diretrizes para bibliotecas, destacarei aquelas com as quais tenho trabalhado desde 1982, tanto a nível de ensino de graduação como de pós: os Guidelines dos Estados Unidos e os da Austrália.

Nos Estados Unidos, por exemplo, já desde 1917 estudiosos americanos se preocupam com "Standards" para o Serviço de Referência e, somente em 1969, com a criação dos Standards Committee to Reference and Adult Services Division (RASD) da American Library Association, é que são emitidas as Diretrizes, intituladas "A Commitment to Information Services: development guidelines" (v. RQ, 1979).

A ALA já tem publicado uma série de Diretrizes para diversos aspectos de produtos e serviços bibliotecários, bem como o fazem a LA (Grã-Bretanha) e, internacionalmente, a IFLA, porém sem grande divulgação no Brasil.

Participando, em 1988, em Sydney, da Conferência da IFLA, tive conhecimento das Diretrizes para a Biblioteca Pública, emitidas pela LAA, ou seja, pela Associação de Bibliotecários da Austrália, publicadas em 1984 e reimpressas em 1986. Traduzi para fins didáticos essas diretrizes, denominadas "Policy and Planning Guidelines for Public Libraries", mas ainda não enviadas a "Library Association of Austrália" para pedido de autorização e conseqüente divulgação.

É importante notar que, tanto nos Estados Unidos como na Austrália, o circuito de providências para elaboração de Diretrizes começou com pesquisas de campo, respaldadas por teóricos (USA: Shores e RASD, ALA - estudo com 108 bibliotecas na região de Atlanta, 1968) ou por grupos de trabalho (Austrália: seção de Bibliotecas Públicas, LAA, 1982, circulando questionários pelo país) a fim de estabelecer Padrões. Em ambos os países a forte preferência recai no estabelecimento de Diretrizes com postulados mais abertos, ao invés de Padrões, que obviamente são calcados em dados quantitativos.

Portanto, fica claro que devem existir estágios para a busca de Diretrizes, numa sequência de fundamentação em pontos teóricos, depois em vivências profissionais, por meio de opiniões obtidas em estudos de campo, para então serem discutidas abertamente em eventos da classe, sendo finalmente preparadas por Comissões Técnicas junto a órgãos credenciados nacionalmente.

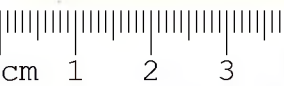
No caso do Brasil, pela experiência de quase 10 anos de estudos das Diretrizes, tenho controle do que foi feito na linha de pesquisa de Pós-Graduação "Geração e Uso da Informação" (Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP) em projetos específicos para o Serviço de Referência e Informação, relacionado a seguir:



- a) Primeira tradução, e divulgação em duas revistas, dos Guidelines da ALA:
- Diretrizes para o estabelecimento dos Serviços de Referência e Informação. Tradução (A commitment to information services: developmental guidelines) por Inês Maria M. Imperatriz. Revisão por Neusa Dias de Macedo. *Revista Latinoamericana de Documentación, Brasília*, v. 3, n. 2, p. 41-3, jul./dic. 1983 e *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo*, v. 17, n. 3/4, jul./dez. 1984.
 - Em busca de diretrizes básicas para o Serviço de Referência e Informação para Bibliotecas Brasileiras, por Neusa Dias de Macedo, *ibid.*, p. 61-70.
- b) Debate em evento:
- Conceitos e diretrizes para o Serviço de Referência e Informação: primeiros passos para a sua discussão, por Neusa Dias de Macedo. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 4. Campinas, fev. 1985. Anais. Campinas, 1985.
Obs.: Não houve público para discuti-las na ocasião.
- c) Produtos:
- Educação de usuários de bibliotecas universitárias: da conceituação e sistematização ao estabelecimento de diretrizes, por Regina Célia Baptista Belluzzo. São Paulo, 1989. Dissertação de mestrado na ECA-USP. Orientação: Neusa Dias de Macedo.
 - A biblioteca escolar brasileira: da caracterização teórico-administrativa ao estabelecimento de diretrizes e padrões para sua organização e planejamento, por Paulo Tarcísio Mayrink. São Paulo, 1991. Tese de Doutorado na Faculdade de Educação da USP. Orientação: Anita Fávero Martelli (FE). Co-orientação: Neusa Dias de Macedo.
 - Diretrizes para o planejamento ou avaliação da Biblioteca Pública Brasileira, por Neusa Dias de Macedo. Diretrizes preliminares para discussão e aprovação dos Grupos de Trabalho do VI SIMPÓSIO SOBRE BIBLIOTECA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL, BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO, São Paulo, FEBAB, 29 a 31 de agosto de 1992.

No caso do Brasil, após a experiência didática no Departamento de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes, difundindo a idéia das diretrizes a um número grande de pessoas vindas de vários estados para o seu curso de pós-graduação e também a várias classes do curso de graduação e extensão universitária, bem como pelos artigos de periódicos e trabalhos acadêmicos citados, creio que já existia alguma massa crítica para levar o assunto a uma discussão em evento nacional.

Desta forma, tendo em vista que na FEBAB já se discutia há algum tempo a importância de esta entidade levantar bandeira para ser a divulgadora de Diretrizes, chegou o momento de aplicar-se o que eu dominava a respeito de



Diretrizes.

Havendo coincidência entre minhas antigas intenções, em discutir em público a idéia de Diretrizes, com o propósito da presidente da FEBAB, Mirian Salvadore Nascimento, de projetar neste VI Simpósio algo novo, nasceu a idéia de criar-se uma Comissão Técnica para Preparação de Diretrizes para a Biblioteca Pública, bem como a inclusão de Grupos de Trabalho para esse fim, como parte final dos trabalhos do Simpósio. Participando dessa Comissão Técnica, com Mirian S. Nascimento, Isaura de Oliveira Santos e Walda de Andrade Antunes, propus-me a colaborar, nos Grupos de Trabalho, com a apresentação de um texto-base denominado "Diretrizes para o Planejamento ou Avaliação da Biblioteca Pública Brasileira".

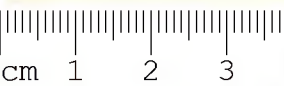
Sob essa perspectiva, projetou-se o Simpósio em linhas de assuntos, tendo como centro o tema "A Biblioteca Pública Brasileira". Cinco foram os painéis abordando os seguintes temas: a) Biblioteca e Desenvolvimento Cultural: do tradicional as novas abordagens; 2) Biblioteca Pública em Discussão; 3) Gerenciamento e Administração de Bibliotecas Públicas; 4) Novas Tecnologias da Informação a Serviço da Biblioteca Pública; 5) A Mediação da Leitura na Biblioteca Pública e Escolar. Especialistas, bibliotecários e elementos de governo foram os expositores, cujas falas se direcionaram também a colaborar na consubstanciação das Diretrizes, que previamente haviam sido a eles enviadas. Posteriormente, os Grupos de Trabalho, constituídos de poucas pessoas, mas realmente interessadas em contribuir com sua competência e vivência em bibliotecas públicas, revendo e burilando as Diretrizes, iam incorporando dados importantes das exposições. Entre os membros que participaram regularmente dos GT's, destacamos: Neusa Dias de Macedo (SP), Walda Andrade Antunes (DF), Isaura de Oliveira Santos (SP), Maria Matilde Kronka Dias (SP), Marília Amaral Mendes Alves (RJ), Maria Helena Bier Maia (SC), Rosa Maria Lanna (MG), Emir José Suaiden (DF) e Amélia Maria Moreira (SP).

No primeiro dia da sessão dos GT's foram repassadas algumas noções sobre Diretrizes para conduzir os trabalhos dos grupos e na fase final do evento foram discutidas e aprovadas as Diretrizes. Os itens que seguem irão revelar essas noções e as diretrizes aprovadas pelo plenário.

NOÇÕES SOBRE DIRETRIZES

Pelo senso comum diretrizes são indicações, marcos, políticas para levar a cabo um plano, uma ação, um negócio.

Para fins bibliotecários as Diretrizes correspondem a um tipo de Declaração de Princípios que, por meio de postulados, representam o "deve ser" da Biblioteca, não no sentido de obrigatoriedade de observância, mas como recomendação. Diferenciam-se dos Padrões porque estes se comprometem a levantar, periodicamente, marcos quantitativos para prover correlações entre



componentes da biblioteca tais como: orçamento/ acervo/ usuários/ área/ recursos humanos/ instalações/ serviços, subsidiando, com isso, os planejamentos e avaliações das mesmas.

Como o nome indica, seu objetivo principal é servir de diretiva aos bibliotecários e todos aqueles interessados em seu planejamento, organização, administração e avaliação.

Pode-se dizer que há dois passos para a elaboração das Diretrizes:

- a) para determinar políticas gerais:
- b) para elaborar propriamente dito as Diretrizes.

No primeiro caso, as Diretrizes Políticas constituem-se de enunciados gerais que vão desde o conceito, objetivos e aberturas democráticas da biblioteca pública até às competências profissionais e governamentais para seu planejamento e manutenção; cooperação e compartilhamento de serviços com outras agências à qualidade de acervo, pessoal e serviços que supram as necessidades dos usuários; identificação e educação dos usuários à ambiência física, promoção e adoção de novas tecnologias.

No segundo caso, quanto às Diretrizes em si para o planejamento e futuramente servir de parâmetro para a avaliação da biblioteca, são elas um conjunto de enunciados que explicam a natureza de cada componente da biblioteca pública, e dentro da numeração progressiva vão inserindo particularizações de cada item. Como exemplo, para ser seguido numa ordem lógica de itens, apresenta-se o esquema dos "Planning Guidelines" da Associação de Bibliotecários da Austrália (LAA):

1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

2 USUÁRIOS: 2.1 Adultos 2.2 Crianças 2.3 Adolescentes 2.4 Grupos Especiais: 2.4.1 Usuários reais e potenciais 2.4.2 Usuários institucionalizados 2.4.3 Usuários isolados 2.4.4 Aborígenes 2.4.5 Comunidades étnicas 2.4.6 Usuários deficientes 2.4.7 Governo local e pequenas empresas.

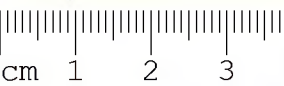
3 SERVIÇOS: 3.1 Empréstimo 3.2 Referência e Informação 3.3 Acesso a informação pelo computador 3.4 Serviço de encaminhamento da comunidade 3.5 Assistência ao usuário 3.6 Memória e história local.

4 RECURSOS INFORMACIONAIS

5 FACILIDADES FÍSICAS

6 PESSOAL

7 PROMOÇÃO



II DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA*

ENUNCIADO 1

A Biblioteca Pública é entidade social aberta a toda a comunidade, sem distinção de espécie alguma, garantindo-lhe, em livre acesso, recursos informacionais, produtos, serviços e espaços para a leitura, reflexão e produção, minimizando as desigualdades sociais e oportunizando a transformação dos indivíduos e da coletividade em geral.

(O uso da informação, de forma ampla e irrestrita, deve ser garantida à comunidade em geral pelo Estado, através da criação e manutenção de bibliotecas públicas)

ENUNCIADO 2

Os objetivos primordiais da biblioteca pública devem suprir as necessidades de informação, educação, cultura e lazer da comunidade.

(Identificação, por meio de estudos da comunidade e das suas necessidades em relação aos quatro objetivos da biblioteca pública, incluindo os analfabetos, semi-analfabetos e demais segmentos que necessitam de programas especiais e informação utilitária)

ENUNCIADO 3

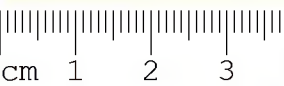
A biblioteca pública deve se integrar à escola e à família - principais responsáveis pela promoção do interesse pela leitura - visando a formação de uma sociedade leitora em uso pleno de sua cidadania.

(O desenvolvimento do gosto de ler fundamenta-se num ambiente favorável à leitura iniciado no lar e continuado na escola)

ENUNCIADO 4

A biblioteca pública deve se constituir em um centro de memória social e

* Texto original intitulado "Diretrizes para o Planejamento ou Avaliação de Biblioteca Pública Brasileira, de autoria de Neusa Dias de Macedo, com novas inclusões e referendado pela Comissão constituída por Walda Andrade Antunes, Mirian Salvadore Nascimento e Isaura de Oliveira Santos. Discutido em Grupos de Trabalho e aprovado, finalmente, na Sessão de Encerramento do VI Simpósio de Biblioteca e Desenvolvimento Cultural, Bienal Internacional do Livro, em 31/09/92. Posteriormente a FEBAB enviará este texto para as Entidades de Classe. Escolas de Biblioteconomia e Sistemas de Bibliotecas Públicas para a devida apreciação e redação final. Devidamente reformatado por Walda de Andrade Antunes, relatora do VI Simpósio.



de divulgação da produção cultural da comunidade.

(A biblioteca pública precisa estar aberta a todas as manifestações culturais da comunidade, registrando-as e divulgando-as amplamente)

ENUNCIADO 5

A atenção, competência e profissionalismo do bibliotecário deverão ser exercidos em favor da satisfação das necessidades informacionais do usuário, para o que a biblioteca pública deve se apoiar em serviços de referência e informação adequados.

(Atendimento ao usuário, não só para empréstimos como para respostas a um sem número de questões e encaminhamento a outras instituições; atualização de conhecimentos por meio de mecanismos de alerta, busca direta às estantes, aos materiais de consulta; estudos em grupo ou leitura individual e pesquisa escolar etc., são oportunidades oferecidas pela biblioteca pública aos seus usuários; bibliotecários de referência devem estar disponíveis para auxílio e orientação constantes, agindo com presteza e o máximo de boa vontade e profissionalismo)

ENUNCIADO 6

Biblioteca pública deve ser imparcial em todos os sentidos.

(Imparcialidade na formação e desenvolvimento de coleções - questões de censura - na disseminação da informação, no atendimento a questões específicas dos usuários, no oferecimento de espaços para a ação cultural etc., respeitada a legislação vigente)

ENUNCIADO 7

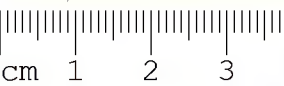
É dever do poder público criar e manter bibliotecas para a comunidade, como direito de todo o cidadão e estabelecer legislação própria, garantindo dotações específicas para o seu desenvolvimento.

(Bibliotecário é figura imprescindível nas comissões que tratem dos interesses da biblioteca, tais como: recrutamento de pessoal, decisões técnicas, formação e desenvolvimento de coleções, previsões orçamentárias, legislações específicas, programas de construção)

ENUNCIADO 8

Autoridades bibliotecárias, em conjunto com membros do governo, têm a responsabilidade de preparar o planejamento para a área de bibliotecas no qual se incluam objetivos claros a curto, médio e longo prazos; estratégias para atingí-los e mecanismos para acompanhamento, avaliação e revisão dos mesmos.

(Planejadores da biblioteca pública, antecipadamente, precisam contar com: estudos da comunidade e identificação das reais e potenciais necessidades dos vários grupos de usuários, políticas educacionais e culturais já estabelecidas



pelo governo e base legislativa para continuação de seus programas)

ENUNCIADO 9

Biblioteca pública deve trabalhar em consonância com outras bibliotecas, organizações governamentais e não-governamentais, a fim de compartilhar atividades e serviços, otimizando recursos.

(Racionalização de trabalho, economia de tempo e recursos financeiros devem levar os bibliotecários a buscar cooperação com vários tipos de entidades sociais, educacionais, culturais etc. Deve-se investir na obtenção de subsídios junto a empresas, indústrias e outras fontes, visando ao apoio a projetos e programas em favor do desenvolvimento da biblioteca pública)

ENUNCIADO 10

A formação e o desenvolvimento do acervo da biblioteca pública deve contemplar todas as áreas do conhecimento humano, em diversos tipos de suporte documentário, para atender a demanda real e potencial da comunidade.

(Estudos de comunidade e de usuários são a base para o desenvolvimento da coleção da biblioteca. Para que isto seja possível, a biblioteca pública deverá ser uma rubrica nos orçamentos de governo, garantindo-se, assim, sua manutenção, atualização e crescimento do acervo documental)

ENUNCIADO 11

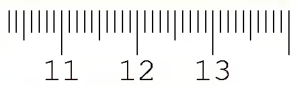
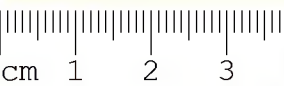
O recrutamento e seleção de bibliotecários e de pessoal de apoio qualificados e sua permanente capacitação, são fatores imprescindíveis para garantir a melhoria de desempenho da biblioteca pública.

(Não só bibliotecários como pessoal de apoio e outros naturais colaboradores de uma biblioteca pública, devem ser objeto de rigoroso recrutamento e seleção, bem como de programas de educação contínua e treinamento em serviço)

ENUNCIADO 12

Diante das constantes mudanças nos serviços de informação e das carências da sociedade, o bibliotecário - gerente da biblioteca pública - necessita possuir formação adequada para orientar a demanda informacional dos usuários. Precisa desenvolver habilidades de mediação entre o estado e a sociedade, entre a informação e o usuário; habilidade de comunicação humana entre seus públicos interno e externo; liderança, talento gerencial, espírito inovador, flexibilidade; domínio de metodologias de tratamento da informação e seus suportes. Preocupação com atualização profissional contínua, capacidade para julgamento crítico e decisão sobre prioridades. Finalmente, precisa ser um leitor para exercer sua função de mediador de leitura.

(Reside na pessoa do gerente da biblioteca e do corpo técnico, em especial, o bom funcionamento da biblioteca. O fator humano supera as instalações



físicas quando abordamos a dinamização da biblioteca pública)

ENUNCIADO 13

O ambiente físico adequado, atrativo e confortável, e devidamente sinalizado, é fator de motivação para a frequência e direcionamento independente do usuário na biblioteca.

(Arquitetura de interiores deve contemplar, além dos espaços tradicionais, aqueles destinados a estudos em grupo, reuniões comunitárias, seminários, programas de ação cultural etc. É fundamental a existência de um sistema de informação que facilite o fluxo interno de usuários)

ENUNCIADO 14

A educação do usuário deve ser um programa permanente da biblioteca, sendo uma linha específica de atuação do Serviço de Referência e Informação.

(A educação do usuário quer seja através da orientação informal como de programas especiais da biblioteca, é incumbência do Serviço de Referência e Informação)

ENUNCIADO 15

A promoção da biblioteca pública e a qualidade de seus serviços são fatores imprescindíveis para assegurar sua presença na comunidade.

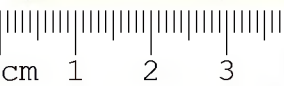
(É fundamental que se desenvolvam atividades de divulgação da biblioteca e que, paralelamente, se garanta um acervo adequado e serviços que atendam às demandas e necessidades dos usuários. Somente assim a biblioteca poderá consolidar seu espaço no contexto social onde está inserida na comunidade)

ENUNCIADO 16

A biblioteca pública, como centro de informação da comunidade, deve estar atenta à adoção de novas tecnologias e aos assuntos emergentes de interesse público.

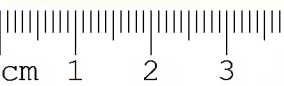
(A automação dos serviços e funções básicas da biblioteca, a operação em terminais de busca "on line", o uso de videotexto, discos óticos, correio eletrônico, são recursos disponíveis e que garantem à biblioteca o acesso e uso de tecnologia de ponta no acesso rápido a melhor informação)

ABSTRACT: A basic paper prepared by this autor, named as "Guidelines for the Planning and Evaluation of Public Libraries", was submitted to a "Forum of Discussion" and approved at the final Session of the VI Symposium of Library and Cultural Development (International Book Biennial, São Paulo, Aug./Sept. 1992) and now named as the "Announcement for Brazilian Public Library", in order to be submitted to the library leadership, and be transformed in an official document to the national Brazilian organizations, sponsored by FEBAB. This communication, in addition to some initial data on



this matter, includes information on the organization of VI Symposium and basic notions on developmental guidelines. The final document is composed into 16 Statements, including the following aspects of Public Libraries: concept, objectives, impartiality, responsibilities, cooperation, Reference Service, collection development, personnel, user education, physical facilities, promotion and new technologies.

KEY WORDS: Brazilian public libraries; Announcement; Developmental guideline.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO NO BRASIL, SOB PERSPECTIVA HISTÓRICO-EDUCACIONAL*

Rosemeire Marino Nastri**

RESUMO: Tendo por referencial geral a evolução do ensino superior no Brasil, analisou-se a formação profissional do bibliotecário no país. Foram consideradas três fases distintas: até 1962, abrangendo a época da estruturação do primeiro curso até a regulamentação da profissão e do primeiro currículo mínimo; de 1962 a 1982, período este, marcado por muitos debates e grande desenvolvimento da área, culminando com o estabelecimento de um novo currículo; e situação atual, onde se analisou condições do ensino de biblioteconomia no Brasil e particularmente no Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecário, formação profissional; Biblioteconomia, Ensino; Brasil.

1 PROPOSTA DE ESTUDO

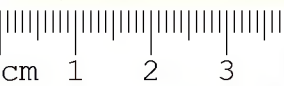
Tema proposto, discutido a partir de visão geral do ensino superior brasileiro e sob perspectiva histórico-educacional do ensino de biblioteconomia no Brasil, revisando sua implantação, desenvolvimento e situação atual, no período de 1962 a 1982.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: PERSPECTIVA GERAL

Foi no governo de D. João VI que se instituiu o ensino superior no Brasil. Devido às necessidades da época e revelando propósitos utilitários, preconizava a formação de profissionais, necessários à demanda da corte.

* Parte da dissertação de mestrado «Formação e Ação dos Egressos da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos: um estudo de Avaliação (1959-1985)»; defendida em dez. 1988, no Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da PUC de Campinas, SP.

** Professora e Vice-diretora da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, S.P.



Com o desenvolvimento urbano-industrial ocorrido no país, as mudanças de ordem econômica, política e social, advindas desse processo, criaram condições para a emergência e absorção de novas forças produtivas que precisavam de preparo para atender ao mercado de trabalho, também emergente.

Aos poucos, formalizou-se a idéia de criação de universidades no Brasil através do Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, determinando que o ensino superior fosse de preferência realizado em universidades, podendo ser ministrado em estabelecimentos isolados (RUAS, 1978, p. 128).

Assim, várias universidades foram sendo organizadas, com a agregação das faculdades isoladas e daí em diante verificou-se contínua expansão do ensino superior brasileiro, tanto na forma de universidades, como de cursos isolados.

Essa expansão levantou duas questões: primeiro a questão da função do ensino superior: privilegiar uma formação cultural ou profissional?, e em segundo lugar a questão da extensão desse ensino aos indivíduos da sociedade.

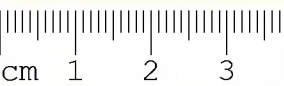
Segundo QUEIROZ (1982, p. 611), a tendência tradicional entre nós teria sido a de sempre valorizar mais a profissionalização sobre a aquisição tanto de conhecimentos, quanto de mentalidade crítica.

A questão da extensão do ensino superior, baseada na noção do direito de todos a todos os graus de ensino, trouxe um problema para o Estado, ou seja, o custo para sustentar essa formação. A saída encontrada foi a institucionalização do ensino pago, ou seja, o ensino privado. Dessa forma, seria aliviado em parte desse ônus, mas diretamente voltava-se contra a noção de igualdade de oportunidade e ensino, pois sendo pago só era acessível àqueles indivíduos que dispusessem de recursos para o seu custeio. Firmava-se assim, o ensino superior brasileiro, como elitista.

Registrou-se assim, gradativamente, um aumento no número de estabelecimentos de ensino superior no país, como também no número de matrículas.

Segundo TARGINO (1982, p. 244), sem obedecer a nenhum planejamento racional, a universidade brasileira cresceu, conservando sua estrutura anacrônica, o que impossibilitou um autêntico desenvolvimento que implica sempre uma mudança qualitativa e reorganização dinâmica.

Dessa forma, uma reestruturação radical da universidade brasileira foi se tornando cada vez mais necessária e amplamente discutida na esfera educacional e política do país, que acabou culminando na institucionalização da Reforma Universitária, em fins da década de 60. Atualmente, alguns aspectos do ensino superior ainda são problemáticos e conforme MENEZES NETO (1987): questiona-se o acesso a esse nível de ensino, sua qualidade, o seu financiamento, a sua função social, seu desempenho institucional, a contribuição que deve dar ao desenvolvimento científico e tecnológico do país e sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.



Assim, diante de tantos questionamentos e do reconhecimento de que ainda é necessário fazer reformulações na estrutura do ensino superior brasileiro, muitas discussões têm sido feitas no país, em torno da questão da avaliação deste setor (BORNHAUSEN, 1987).

Em 29 de março de 1985, através do Decreto Presidencial n. 91.177, foi criada a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior e, conforme expõe SCHWARTZMANN (1987, p. 7), relator dessa comissão, existe hoje no Brasil uma crescente consciência da necessidade de desenvolver sistemas de avaliação do ensino superior. Coloca também que essa necessidade é sentida na administração federal, que precisa de critérios para distribuir seus recursos; pelas universidades públicas que necessitam de informações seguras para confrontar com as críticas que recebem; pelos professores, que almejam ser valorizados e recompensados pelo trabalho que desenvolvem; e pelos estudantes e suas famílias, que hoje decidem seus cursos de forma quase aleatória.

3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO NO BRASIL

O ensino de biblioteconomia no Brasil tem uma história de quase 80 anos, que evidencia momentos de muita luta e empenho por parte de alguns profissionais. Apesar de muitos desencontros em sua trajetória, deve-se destacar também que esta evolução foi marcada por grandes vitórias, as quais contribuíram para o desenvolvimento e reconhecimento da atividade como profissão.

Neste trabalho, a trajetória do ensino de biblioteconomia no Brasil será analisada dividida por períodos: até 1962, de 1962 a 1982 e Situação Atual.

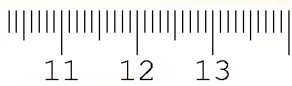
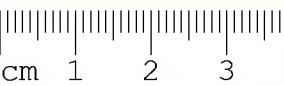
3.1 Até 1962

Em 11 de julho de 1911, através do Decreto n. 8.835, artigo 34, vamos encontrar as linhas gerais da estruturação do primeiro Curso de Biblioteconomia que viria a ser o pioneiro em toda a América Latina (DIAS, 1963, p. 2).

Esse curso, destinado à formação de bibliotecários, teve início somente em 1915, funcionando na Biblioteca Nacional, na Cidade do Rio de Janeiro, Apresentava quatro disciplinas: bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática, que refletiam a influência cultural européia, particularmente o modelo francês da École des Chartres, que dava ênfase ao aspecto cultural e informativo.

Tinha a duração de um ano. Depois de sofrer algumas interrupções o curso foi reiniciado em 1931 com algumas reformulações na sua estrutura, o que implicou no aumento do seu tempo de duração para dois anos.

Em 1929, outro curso surgiu no Mackenzie College, hoje Universidade.



Este foi um curso elementar de biblioteconomia, orientado pela bibliotecária americana Mrs. Doroty Muriel Gedds Gropp (RUSSO, 1966, p. 16).

Ao contrário do curso da Biblioteca Nacional, seguiu orientação norte-americana, que enfatizava os aspectos técnicos da organização de bibliotecas. Apresentava as seguintes disciplinas: catalogação, classificação, referência e organização. Esse curso funcionou até 1935 quando cedeu lugar a um novo curso, criado pela Prefeitura de São Paulo, baseado na orientação do precedente. Ao currículo foi adicionada a disciplina História do Livro. Em 1939 a Prefeitura retirou seu apoio, mas o curso ressurgiu em 1940, anexo à Escola Livre de Sociologia e Política, onde firmou-se, expandiu sua duração e conteúdo, sempre de acordo com a orientação americana (MUELLER, 1985, p. 4).

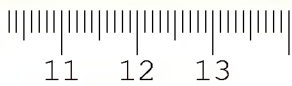
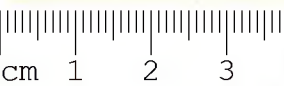
Dessa forma, por volta dos anos 40, o Brasil contava com duas escolas de biblioteconomia em funcionamento: uma em São Paulo, representando as necessidades modernas da especialização do bibliotecário, sob a inspiração direta dos métodos norte-americanos e outra, no Rio de Janeiro, através da Biblioteca Nacional, representando as necessidades clássicas da formação do bibliotecário sob orientação direta dos métodos europeus, tendo como justificativa a presença do mais valioso acervo bibliográfico do continente sul-americano (DIAS, 1963, p. 3).

A influência norte-americana também foi seguida pelo curso intensivo, instituído pelo Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, em 1940, que tinha a duração de seis meses, e pela própria Biblioteca Nacional que reformulou novamente o seu curso em 1944, promovendo uma formação básica útil a qualquer tipo de biblioteca. O seu currículo passou a oferecer 3 tipos de cursos: um curso fundamental, um curso superior e cursos avulsos, destinados a atualizar conhecimentos dos já formados.

Essa influência norte-americana prevaleceu nas escolas, que começaram a se expandir daí em diante, e, segundo MATTOS (1977), os cursos de biblioteconomia da Biblioteca Nacional e o curso de biblioteconomia da Escola Livre de Sociologia e Política influíram na formação de grande parte dos bibliotecários brasileiros. Pessoas formadas delas ao retornarem aos seus Estados de origem, fundaram novas escolas, tendo por base a mesma organização e os planos de cursos nelas vigentes.

Foram implantados a partir daí, os seguintes cursos:

- 1942 - Escola de Biblioteconomia da Bahia - Salvador, BA (integrada à Universidade da Bahia em 1958);
- 1944 - Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientae" - São Paulo, SPO (atividades encerradas em 1960);
- 1944 - Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, SP (conhecido como "Curso do Sr. Aquiles Raspantin"; atividades encerradas; falta de referência à data na



documentação encontrada);

- 1945 - Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas - Campinas, SP;
- 1947 - Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS;
- 1948 - Curso de Biblioteconomia Nossa Senhora de Sion – São Paulo, SP (Atividades encerradas em 1949);
- 1948 - Curso de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal do Recife – Recife, PE (atividades encerradas em 1950 e posteriormente vinculado à Universidade Federal de Pernambuco);
- 1950 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Pernambuco – Recife, PE;
- 1950 - Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG (incorporada à Universidade de Minas Gerais em 1963);
- 1951 - Curso de Biblioteconomia do Instituto Caetano de Campos – São Paulo, SP (Atividades encerradas em 1972 ou 1953; divergência na documentação consultada);
- 1952 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR;
- 1955 - Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Pública do Amazonas – Manaus, AM (atividades encerradas; falta de referência à data na documentação consultada);
- 1957 - Escola de Biblioteconomia e Documentação da Associação da Companhia de Santa Úrsula – Rio de Janeiro, RJ;
- 1959 - Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos – São Carlos, SP.

Foi na década de 50 que os profissionais da área iniciaram sua luta para se firmarem como classe profissional de nível superior. Mas somente na década de 60, ou mais especificamente em 1962, foi que a profissão passou a ser considerada de nível superior, regulamentada pela Lei n. 4.0874/62, e só teria sua regulamentação concretizada através do Decreto n. 56.725, de 16 de agosto de 1965. Em dezembro do mesmo ano foi eleito o primeiro Conselho Federal de Biblioteconomia (CUNHA, 1978).

O Decreto n. 550, de 1 de fevereiro de 1962, alterou o Regulamento dos cursos da Biblioteca Nacional e estabeleceu as disciplinas dos mesmos.

Assim ficou estabelecido um Curso Fundamental de Biblioteconomia (1



ano) e um Curso Superior de Biblioteconomia (2 e 3 anos).

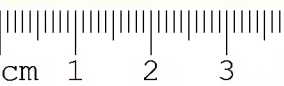
Através da Resolução, de 16.11.62, do Conselho Federal de Educação, e, de acordo com o Parecer n. 326/62, ficou estabelecido o primeiro currículo mínimo obrigatório para o curso de Biblioteconomia, compreendendo as matérias: História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação, Paleografia. O curso abrangia três anos letivos de duração (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1983).

Na opinião de LEMOS (1972, p. 12), com esse currículo mínimo dava-se um passo à frente no sentido de maior uniformidade no ensino de biblioteconomia e também de formação cultural mais diversificada do bibliotecário.

3.2 De 1952 a 1982

Na década de 60, depois da aprovação do currículo mínimo, outros cursos foram fundados:

- 1963 - Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de Brasília - Brasília, DF (divergências quanto à data de fundação do curso: 1963, 1964 e 1966);
- 1963 - Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ;
- 1963 - Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará - Belém, PA (divergências quanto à data de fundação do curso: 1962 ou 1963?);
- 1964 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Ceará - Fortaleza, CE;
- 1965 - Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação Desembargador «Álvaro Clemente de Oliveira» - Salvador, BA (atividades encerradas; não foi identificada a data nos documentos consultados);
- 1966 - Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - São Paulo, SP;
- 1966 - Curso de Biblioteconomia da Universidade do Amazonas - Manaus, AM;
- 1967 - Escola de Biblioteconomia da Fundação de Ensino Superior do Oeste de Minas - Formiga, MG;
- 1969 - Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, PB;
- 1969 - Curso de Biblioteconomia da Fundação Universidade do Maranhão - São Luiz, MA.



Nessa época começaram a ser discutidos cada vez mais os problemas referentes à formação do bibliotecário brasileiro, e, principalmente, começaram a ser levantados os pontos falhos do currículo mínimo vigente e a necessidade de reformulações.

Em relação às disciplinas oferecidas pelos diversos cursos, vale aqui ressaltar a análise feita por MUELLER (1965, p. 7) nos quadros de disciplinas apresentados por RUSSO (1966).

Conclui a primeira que os cursos eram fortemente voltados para a organização de acervos e da instituição biblioteca, em sua parte «cultural», ao conhecimento humanístico.

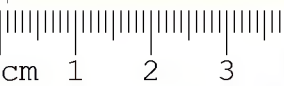
Quanto às disciplinas técnicas, LEMOS (1972, p. 12) coloca ainda que assistiu-se a um superdimensionamento do conteúdo das disciplinas técnicas, e quanto às culturais afirma que, em muitos casos, eram apresentadas como apanhados pretensamente enciclopédicos de temas que certamente poderiam ser abordados em função das atividades profissionais do bibliotecário.

Ainda nessa década, mais precisamente em 1967, presenciou-se a criação da Associação Brasileira do Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), em São Paulo. Essa associação tinha como proposta: congregar o corpo docente dos cursos de Biblioteconomia, criando uma comunidade empenhada em buscar soluções de seus problemas, em atualizar os currículos plenos adotados nas várias escolas e em promover permanentemente o aperfeiçoamento dos professores dessa área (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1983, p. 139).

ABEBD intensificou as discussões em torno do currículo de biblioteconomia e das necessidades atuais da formação do profissional bibliotecário.

A década de 70, registrou também a implantação de outros cursos de Biblioteconomia, a saber:

- 1970 - Instituto de Ensino Superior de Mococa - Mococa, SP (atividades interrompidas em 1985; divergências quanto à data de fundação do curso: 1970 e 1973);
- 1972 - Departamento de Biblioteconomia da Fundação Universidade Estadual de Londrina - Londrina, PR (divergência quanto à data de fundação do curso: 1972 ou 1973);
- 1973 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, SC (divergências na data de fundação do curso: 1973 ou 1974);
- 1974 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Espírito Santo - Vitória, ES (divergências: 1974 ou 1975);
- 1974 - Curso de Biblioteconomia da Universidade para o Desenvolvimento do



Estado de Santa Catarina - Florianópolis SC (divergências: 1973 ou 1974);

1974 - Curso de Biblioteconomia da Fundação Universidade do Rio Grande do Sul - Rio Grande, RS (divergências: 1974 ou 1975);

1975 - Faculdade de Biblioteconomia e Documentação Teresa D'Ávila - Lorena, SP;

1976 - Faculdade de Biblioteconomia das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila - Santo André, SP (divergências: 1974 ou 1976);

1977 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, Curso de Biblioteconomia - Catanduva, SP (divergências: 1976 ou 1977);

1977 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Marília - SP.

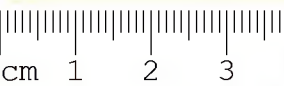
Essa década também foi marcada por dois acontecimentos importantes para o desenvolvimento da biblioteconomia brasileira: o aparecimento das primeiras revistas especializadas na área e a implantação dos cursos e pós-graduação.

Em relação às revistas pode-se citar: *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, *Ciência da Informação*, *Revista de Biblioteconomia de Brasília* e *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Essas publicações tiveram e ainda têm papel significativo no desenvolvimento da biblioteconomia brasileira.

Quanto aos cursos de pós-graduação, MUELLER (1985, p. 8) afirma que o desenvolvimento da educação superior no Brasil, aliado ao desenvolvimento tecnológico, especialmente o referente à área de comunicação e às mudanças sociais e econômicas do país, tiveram e continuam tendo muita influência nos programas de formação profissional para biblioteconomia, pois provocam a expansão dos cursos de pós-graduação *stricto-sensu* e *lato sensu* e empurram os cursos de graduação para um processo de auto-avaliação de seus programas.

CARVALHO (1978, p. 290) identifica os motivos que exigiram a instauração do sistema de cursos de pós-graduação no país. Conforme o Aviso Ministerial que solicitou ao Conselho Federal de Educação a regulamentação da pós-graduação no Brasil, os motivos foram: formar professor competente que possa atender à expansão quantitativa de nosso ensino superior, garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

O primeiro curso de pós-graduação na área de biblioteconomia a ser implantado no país foi o Mestrado em Ciência da Informação do Instituto



Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1970.

Outros cursos de pós-graduação em Biblioteconomia a nível de mestrado foram implantados no país na segunda metade dos anos setenta:

1976 - Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal Minas Gerais;

1977 - Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas;

1978 - Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília;

1978 - Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Paraíba.

Além desses cursos, a Escola de Comunicações e Artes da USP, oferece, desde 1972, curso de mestrado, e desde 1980, curso de doutorado, ligados à área de Ciência da Comunicação, com sub-área de opção em biblioteconomia e documentação.

Como lembra CARVALHO (1978), não houve uma base comum, um planejamento geral, ao contrário, cada curso procurou suprir as necessidades que considerou relevante. Mas a falta de uma política nacional sobre a matéria se faria sentir notadamente nos anos oitenta.

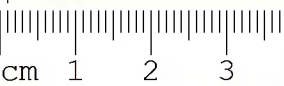
Das publicações dos anos setenta, muitas contribuíram para intensificar as críticas e colocações quanto ao currículo mínimo do curso de graduação em biblioteconomia, então vigente. Muitos autores levantaram os principais problemas: LEMOS (1972), CESARINO (1973), FIGUEIREDO (1977), POLKE (1978), entre outros.

Os problemas levantados na época diziam respeito principalmente a: conteúdo dos programas, métodos de ensino, carga horária excessiva para as disciplinas técnicas, desenvolvimento das disciplinas culturais e aspectos sociais envolvidos na formação.

Todas essas discussões e colocações da época, gradativamente identificadas culminaram em uma proposta de reformulação do currículo mínimo, elaborada por um Grupo de Trabalho designado pela Secretaria do Ensino Superior do MEC, apresentada ao Conselho Federal de Educação, em 1981.

De acordo com FERREIRA et alii (1977, p. 94), integrantes da equipe da Escola de Biblioteconomia da UFMG, designados para apresentar um anteprojeto à ABEED, em conjunto com equipes de outras escolas, levaram em consideração os seguintes pontos:

1 - A mudança do currículo mínimo se impõe como conseqüência de uma mudança social maior.



- 2 - A necessidade dessa mudança se evidencia quando o profissional já não corresponde totalmente às exigências sociais.
- 3 - Deve-se delinear o produto final que se pretende, em vista das necessidades e tendências da sociedade.
- 4 - O profissional que se deseja formar deve responder à situação social apresentada, e ser um agente de transformação e desenvolvimento da sociedade em que está inserido.

A proposta é, portanto, resultado de toda esta trajetória, sugerindo a divisão do currículo mínimo em três blocos de disciplinas: de fundamentação geral, instrumentais e de formação profissional.

Os trabalhos culminaram com a assinatura da Resolução n. 8/82, do Conselho Federal de Educação, em 1º de setembro de 1982, pela qual se estabelecia o novo currículo mínimo e a duração mínima do curso em 2.500 horas/aula, integralizadas de 4 a 7 anos.

O novo currículo ficou constituído das seguintes matérias de Fundamentação Geral: Comunicação, Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo e História da Cultura. Compreendeu como matérias Instrumentais: Lógica, Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Métodos e Técnicas de Pesquisa. As matérias de Formação Profissional ficaram assim constituídas: Informação Aplicada à Biblioteconomia, Produção dos Registros do Conhecimento, Formação e Desenvolvimento de Coleções, Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento, Disseminação da Informação e Administração de Bibliotecas. Além disso, o aluno deveria cumprir as seguintes exigências: cursar as matérias Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física e realizar Estágio Supervisionado (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1983).

Esse currículo aprovado apresentou algumas mudanças em relação àquele proposto pelo Grupo de Trabalho e, segundo FERREIRA (1986, p. 271), embora quantitativamente pequenas, as mudanças alteraram profundamente o espírito que perpassou todo um trabalho, desenvolvido democraticamente, ao longo de muitos anos, com a participação efetiva da ABEED, e das Escolas responsáveis que são pela formação de bibliotecários.

Acredita-se que apesar dessas mudanças, o novo currículo não deixou de ser uma conquista da classe bibliotecária.

A legislação por si é insuficiente, é necessário que as Escolas, ao elaborarem os seus currículos plenos observem os vários aspectos discutidos no decorrer de todo o processo de estudo da nova proposta, procurando sanar as possíveis falhas e ajustá-los às carências atuais e futuras da profissão. É necessário também que os currículos refletidos e trabalhados nos cursos, não sejam relações de disciplinas com a respectiva carga-horária, mas sobretudo propostas que deverão ser vividas pelos alunos e professores durante o curso



e que venham servir de suporte para o profissional do futuro (GIUBILEI, 1985, p. 19).

Mais recentemente, outro aspecto passou a ser discutido entre os profissionais: a questão da formação de bibliotecários em dois níveis: graduação e pós-graduação. No primeiro seria formado um profissional para a execução de tarefas rotineiras, mais técnicas, e no segundo um profissional mais apto para as funções de planejamento, administração, ensino e pesquisa.

Muito ainda se tem a discutir sobre essa questão, mas uma coisa é certa: o leque de conhecimentos e habilidades que o profissional precisa ter para desempenhar adequadamente suas funções é muito amplo para ser desenvolvido no curso de graduação. Seria necessário que o curso tivesse a duração de muitos anos para possibilitar tal formação.

Assim, a proposta que vem sendo veiculada parece acertada, na medida em que a graduação daria as condições básicas para o desempenho profissional, e o aperfeiçoamento poderia ser buscado nos cursos de pós-graduação.

Na efervescência das renovações curriculares surgiram novos cursos. São eles:

1980 - Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás - Goiânia, GO;

1981 - Faculdade de Biblioteconomia Teresa Martin do Instituto Educacional Teresa Martin - São Paulo, SP;

1984 - Curso de Biblioteconomia das Faculdades Integradas Tiradentes - Aracaju, SE;

1985 - Faculdades de Biblioteconomia e Botucatu da Associação de Ensino de Botucatu - Botucatu, SP (Atividades interrompidas em 1986).

3.3 Situação Atual

Atualmente existem no Brasil 30 cursos de graduação em Biblioteconomia em funcionamento, sendo que outros três (no interior do Estado de São Paulo) estão com as suas atividades interrompidas devido à pequena demanda. Também estão em funcionamento os seis cursos de pós-graduação já citados anteriormente, sendo cinco a nível de mestrado e apenas um incluindo também doutorado. Outros cursos já cogitam seus doutorados: UFRJ/IBICT; UNB e UFMG. O da ECA, já aprovado pela USP, tem-se nome definido para "Ciência da Informação e Documentação".

Dados obtidos junto à Secretaria de Educação Superior, em 1986, informam que 28 estabelecimentos oferecem cursos a nível de graduação, outros cinco, além de graduação, também oferecem cursos de pós-graduação e um estabelecimento só oferece curso a nível de pós-graduação.



Em relação à localização geográfica dos 30 cursos de graduação em funcionamento na área de biblioteconomia, verificou-se que estão instalados na maioria dos Estados brasileiros, e que somente em nove deles não há nenhum curso: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Alagoas, Rio Grande do Norte, Roraima, Piauí, Amapá, Acre, Rondônia. Pode-se constatar que as regiões centro-oeste e norte do país são as mais desprovidas de cursos nessa área e que o mesmo deve acontecer possivelmente devido a própria condição de desenvolvimento das citadas regiões.

Alguns estados oferecem apenas um curso (Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Espírito Santo), sendo a maioria na região norte e nordeste. Os Estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e os Estados de Minas Gerais e Goiás oferecem dois cursos cada.

No Estado do Rio de Janeiro estão instalados quatro cursos e no Estado de São Paulo concentra-se a maioria deles (onze, sendo oito em funcionamento e três com suas atividades interrompidas, como já explicado anteriormente).

Verificou-se também que a maioria dos cursos (20), estão instalados nas capitais dos Estados, outros onze no interior (incluindo-se os três interrompidos), um na Grande São Paulo e outro na Capital Federal.

Dos Cursos instalados no interior observou-se que os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais contam com apenas um e São Paulo com cinco.

Quanto à dependência administrativa pode-se constatar que 24 são oficiais e nove, particulares. Dos primeiros, 17 são federais, quatro estaduais e três municipais. Os nove cursos particulares estão instalados em Sergipe (um), Minas Gerais (um), Rio de Janeiro (um) e São Paulo (cinco).

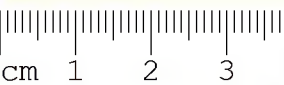
Também foi possível verificar que dos nove cursos particulares, cinco estão instalados no interior dos Estados (incluindo aqui o da Grande São Paulo) e os outros nas capitais.

Em relação à natureza dos cursos, verificou-se que 23 estão instalados em universidades, cinco em estabelecimentos isolados e outros cinco em faculdades integradas.

Dos 23 cursos em universidades, 21 são oficiais (17 federais e quatro estaduais) e dois são particulares.

Os Estados de Goiás e Rio de Janeiro, detém dois cursos a nível federal, sendo um instalado no Rio de Janeiro, o da UNI-RIO que é o antigo curso da Biblioteca Nacional. A nível estadual apresentam-se os cursos da USP e UNESP (SP), o curso de Londrina (PR) e o curso de Florianópolis, SC (UDESC). Os dois cursos que funcionam, em universidades particulares são o de Campinas (SP) e um do Rio de Janeiro (USU).

A maioria dos cursos isolados (quatro) estão no Estado de São Paulo e outro em Minas Gerais, sendo três estabelecimentos municipais e dois particulares.



Das cinco faculdades integradas, quatro também estão localizadas no Estado de São Paulo e uma em Aracajú, em Sergipe, sendo todas particulares.

Quanto aos seis cursos de pós-graduação em biblioteconomia no país, observou-se que dois estão localizados no Estado de São Paulo, sendo um no interior e outro na capital, e ambos instalados em universidades (o primeiro, particular, e o segundo, oficial a nível estadual). Os outros cursos estão instalados no Estado da Paraíba, Brasília e Minas Gerais (todos em universidades federais) e também está instalado um curso no Rio de Janeiro (convênio IBICT/UFRJ) que só oferece o curso a nível de pós-graduação.

Conforme já se fez menção, o Estado de São Paulo detém o maior número de escolas de biblioteconomia do país, em um total de onze, sendo que, no momento, três estão interrompidos, os quais estão instalados no interior do Estado, um mais ao norte, em Catanduva, outro na região centro-sul, em Botucatu, e outro à leste do estado, em Mococa.

Dos oito cursos que estão funcionando regularmente, três estão instalados na cidade de São Paulo, uma na grande São Paulo (Santo André) e os outros quatro no interior: um no Vale do Paraíba (Lorena) e os outros em Campinas, São Carlos e Marília.

Talvez esse grande número de escolas se explique pela própria condição do Estado em relação às outras Unidades da Federação, quanto ao seu desenvolvimento econômico, concentração demográfica, necessidade de força de trabalho e pela própria rede de bibliotecas que possui.

Dessas oito escolas, duas estão inseridas em universidades estaduais (USP e UNESP), uma em universidade privada (PUCCamp), três são faculdades integradas particulares (FATEA com duas escolas e FATEMA), uma é estabelecimento isolado municipal (EBDSC) e outra é estabelecimento isolado privada (FBD).

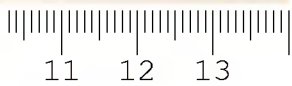
Vale fazer notar aqui que, dos Estados que oferecem cursos de Biblioteconomia, São Paulo é o único que não tem nenhum, de natureza federal.

Apesar do estado ainda contar com diversas escolas no interior, não pode contar atualmente com todas as que estão ali instaladas (sete) devido à interrupção de três cursos já citados.

Vale ressaltar a observação feita por FIGUEIREDO (1978) de que foi no Estado de São Paulo que se registrou os primeiros esforços para a interiorização da profissão, com a criação de cursos de biblioteconomia em várias cidades do interior.

Quanto à interrupção das três escolas, convém lembrar que há dez anos foi colocado pela mesma autora (p. 8) que talvez fosse o caso de oferecer ajuda especial para as escolas do interior, em virtude de sua reconhecida utilidade pública, para a elevação de seus padrões de ensino e pesquisa.

Um outro ponto que merece ser aqui colocado e que está diretamente ligado à formação profissional do bibliotecário, é a questão da educação



continuada.

Não se pode considerar o profissional graduado como um profissional terminado, é preciso salientar que por melhor padrão que a escola alcance, nunca poderá entregar um indivíduo «acabado» à sociedade (MACEDO, p. 53).

O curso de graduação proporciona a base necessária para a atuação profissional, mas é importante que esse conhecimento adquirido seja aprofundado e constantemente atualizado.

No caso particular dos bibliotecários é necessário ressaltar que esse profissional está envolvido em uma área muito abrangente, multidisciplinar, que tem como objetivo de estudo a informação, na sua mais ampla concepção, e que deve servir a grupos ou comunidades diversificadas, com características e necessidades específicas, através de meios eficientes e dinâmicos.

Sendo assim, é exigido do bibliotecário um conhecimento amplo, variado e sempre atualizado, que possibilite cumprir o seu papel de forma eficiente e adequada às constantes mudanças e exigências da sociedade.

Como já foi colocado anteriormente, as escolas de biblioteconomia por si só não podem ser responsabilizadas por uma formação tão abrangente e diversificada.

É necessário que os profissionais se conscientizem dessa necessidade e procurem continuar a sua formação, adquirindo assim o conhecimento necessário para uma boa atuação.

Chamada de educação contínua, educação continuada, ou educação permanente, é definida como o processo de educação iniciado pelo indivíduo na infância e continuado ao longo de sua vida (MACEDO, 1985, 54), ou mais particularmente, como qualquer aprendizagem, formal ou informal, feita a partir da primeira graduação (CUNHA, 1984, p. 150).

Independente da concepção, essa continuidade vai permitir ao indivíduo, um constante crescimento, aperfeiçoamento e desenvolvimento.

É necessário assim, que o profissional se conscientize da importância da educação contínua e também que ele encontre motivação para procurá-la. É mister que oportunidades desse tipo de educação estejam à disposição dos profissionais.

Essa formação pode ser feita através de cursos em vários níveis e duração, como também através de leituras especializadas, estudos ou pesquisas nas diversas áreas de atuação, visitas à instituição, procurando conhecer as diversas atividades ali concretizadas.

Um panorama das atividades que estão sendo desenvolvidas, internacionalmente, a nível de educação continuada, pode ser verificado no trabalho de STONE (1986).

De uma forma geral pode-se dizer que a maioria das atividades são viabilizadas por instituições envolvidas de alguma forma com o profissional, ou seja, escolas de biblioteconomia, associações profissionais e empregadores



(próprias bibliotecas onde atuam os profissionais).

Essas instituições podem oferecer cursos, em diversos níveis e áreas, de forma a complementar a formação básica recebida no curso de graduação.

Segundo FIGUEIREDO (1987, p. 1.042), as escolas de biblioteconomia, as associações de classe, o IBICT e a Biblioteca Nacional tem ultimamente envidado esforços no sentido de oferecer cursos de extensão ou especialização, mas afirma que são esforços dispersos, sem uma estratégia coerente, e sem conhecimento das reais necessidades e ou lacunas existentes na formação/atuação do profissional.

Preocupada com esse aspecto, as Escolas de Biblioteconomia do Estado de São Paulo e a Associação Paulista de Biblioteconomia do Estado de São Paulo e a Associação Paulista de Bibliotecários, reunidas em São Carlos, em 1987, por ocasião do II Encontro Paulista do Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, discutiram e avaliaram a oferta de cursos e eventos de curta duração no Estado de a responsabilidade das mesmas diante dessa situação. Concluíram que seria necessário estabelecer uma programação estadual de educação contínua para bibliotecários, a partir da realização de um diagnóstico das necessidades, que deveria ser feito por representantes das Escolas e da APB, e que fosse apresentado no III Encontro a ser realizado no ano seguinte.

O diagnóstico foi realizado por um grupo de profissionais e apresentado no III Encontro, realizado em Marília (1988). Esse estudo ainda não foi divulgado formalmente, mas em breve poderá subsidiar possíveis planejamentos a nível de educação continuada e também a programação estadual já referida.

Em relação às associações de classe e científicas pode-se dizer que é de se esperar que assumam papel relevante, no que diz respeito à educação continuada.

Uma instituição brasileira que está voltada à formação de recursos é o IBICT. Esse órgão tem oferecido vários tipos de cursos, à clientela bem diversificada, contribuindo efetivamente para a melhoria da formação bibliotecária.

Quanto aos empregadores, deve-se ressaltar que também têm responsabilidades em relação ao treinamento e educação continuada dos seus funcionários. Programando cursos e outras atividades, ou proporcionando as condições necessárias para o profissional participar e eventuais cursos ou eventos, estarão contribuindo para a sua atualização e eficiência.

Muitas empresas também estão se especializando em oferecer cursos para treinamento e atualização de profissionais. Essas empresas, por serem da área privada, são bastante dinâmicas, utilizam modernas técnicas de marketing e procuram preencher lacunas existentes na área de educação continuada (CUNHA, 1984, p. 154).

Algumas dificuldades sempre são levantadas pelos profissionais quando questionados sobre a continuidade de sua formação profissional. Em contatos informais com ex-alunos e professores da área, a autora tem freqüentemente



obtido informações a respeito dos obstáculos enfrentados na realização de atividades de educação continuada. Os problemas comumente ventilados são: alto custo dos preços, local em que são oferecidos (geralmente nos grandes centros) e dificuldades para liberação por parte dos empregadores.

Independentemente das dificuldades e obstáculos existentes, todo profissional deve programar sua educação permanente. Isto pode resultar em conhecimento e valorização. Também devem empenhar em conscientizar os seus padrões da necessidade de participação em atividades de educação continuada, incentivar as escolas de biblioteconomia a proporcionar mais cursos, como também procurar associar-se e cobrar das associações mais atenção para esse aspecto.

4 CONCLUSÃO

Esse estudo permitiu identificar, através de uma perspectiva histórica-educacional, a implantação e a trajetória do ensino de Biblioteconomia no Brasil, bem como levantar aspectos de seu desenvolvimento e analisar o seu contexto atual.

Muitas lutas marcaram o desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira, que levou quase 50 anos para se regulamentar enquanto profissão.

Influenciada pelas tendências norte-americanas, o ensino de biblioteconomia passou por um currículo mínimo (1962) que, apesar de ter proporcionado certa uniformidade à área, em pouco tempo apresentou falhas e evidenciou a necessidade de reformulações.

Com a criação da ABEBD, com o aparecimento de revistas especializadas na área e com a implantação dos cursos de pós-graduação, a biblioteconomia brasileira iniciou uma fase de amadurecimento, que culminou no estabelecimento de um novo currículo mínimo (1982).

Atualmente o ensino de biblioteconomia ainda apresenta alguns pontos críticos que precisam ser discutidos para se chegar a uma melhor concretização face às necessidades da formação do profissional.

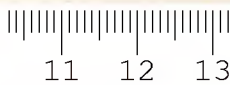
ABSTRACT: The Brazilian librarian professional education has been analysed having the upper-education evolution in Brazil as a general reference. Three distinct phases have been considered: Up to 1962, including the time of the first course structured, and covering the first minimum curriculum and carrier established; from 1962 to 1982, being this period marked by many debates and great developments in the area, and having its climax in the establishment of a new curriculum; and the present situation with the analysis of the conditions of Library Science Teaching in Brazil, mainly in São Paulo State.

KEY-WORDS: Librarian professional education; Library Science. Teaching historical overview.



5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORNAUSEN, Jorge K. Novo caminho para o ensino superior. *Dois pontos*, n. 37, p. 2, set. 1987.
- BRASIL. Secretaria da Educação Superior. *Catálogo geral de instituições de ensino superior*. Brasília, 1986. 468p.
- CARVALHO, Abigail de Oliveira. Pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação: reflexões, sugestões, experiências., *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 289-309, set. 1978.
- CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. O ensino de biblioteconomia: um currículo a ser mudado. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 43-59, mar. 1973.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Nova proposta de currículo mínimo. *R. Bibliotecon. Brasília*, v. 11, p. 137-48, jan./jul. 1983.
- CUNHA, Murilo Bastos de. O desenvolvimento profissional e a educação continuada. *R. Bibliotecon. Brasília*, v. 12, p. 149-56, jul./dez. 1984.
- CUNHA, Murilo Bastos de. O papel do bibliotecário na sociedade brasileira. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 7-26, mar. 1978.
- DIAS, Antonio Caetano. *Tendências modernas do currículo no ensino da biblioteconomia*. Trab. apres. ao 4. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Fortaleza, 1963, 10p.
- FERREIRA, Lusimar Silva. Novo currículo do curso de biblioteconomia. *Boletim ABDF Nova Série*, v. 9, n. 4, p. 268-74, out./dez. 1986.
- FERREIRA, Maria Luiza Alphonsus de Guimarães et alii. Currículo mínimo de biblioteconomia, *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 92-9, mar. 1977.
- FIGUEIREDO, Nice. Currículo de biblioteconomia: uma questão de mudança de orientação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9. e JORNADA SUL-RIOGRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5. Porto Alegre, 1977. *Anais*, Porto Alegre, s. ed., 1977. v. 1, p. 258-63.
- FIGUEIREDO, Nice. Proposta para a criação de um Centro Nacional, de Aperfeiçoamento do Pessoal da Informação. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 14, Recife, 1987. *Anais*. Recife, Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco, 1987.
- FIGUEIREDO, Nice, ed. *O ensino de biblioteconomia no Brasil: relatório de equipe de pesquisa sobre o «Status quo» das escolas de biblioteconomia e documentação, com ênfase na situação do pessoal docente*. Brasília, CAPES, 1978. 3 v.
- GIUBILEI, Sonia. Currículo: trajetória de um compromisso. *R. Bras. Bibliotecon. Doc.*, v. 18, n. 1/2, p. 12-9, jun. 1985.
- LEMONS, Antonio Agenor Briquet de. Estado atual do ensino de biblioteconomia no Brasil e a questão da ciência da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE



PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, México, DF, 1972. *Anais*, Rio de Janeiro, IBBD, 1972. p. 11-9.

MACEDO, Neusa Dias de. Reflexões sobre educação continuada para o bibliotecário. *R. Bras. Bibliotecon. Doc.* v. 18, n. 1/2, p. 52-61, jun. 1985.

MATTOS, Maria Antonia Ribas Pinke Belfort de. Educação para biblioteconomia a nível de graduação, no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9. e JORNADA SUL-RIOGRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5. Porto Alegre, 1977. *Anais*. Porto Alegre, 1977. v. 2., p. 158-62.

MENEZES NETO, Paulo Elpidio de. Pronunciamento do Senhor Secretário da SESU no III Seminário sobre Universidade Multi-Campi: avaliação institucional. *Dois Pontos*, n. 35, maio/jun. 1987.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de biblioteconomia no Brasil. *Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.

POLKE, Ana Maria Athayde. Relatório dos seminários do curso de metodologia do ensino em biblioteconomia. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 149-200, mar. 1987.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A universidade em face das expectativas sociais. *Ciência e Cultura*, v. 34, n. 5, p. 610-6, maio, 1982.

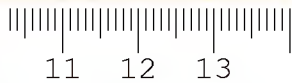
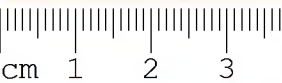
RUAS, Antonio Gaspar. O ensino superior no Brasil e sua estrutura básica. In: GARCIA, Walter E., org. *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*. São Paulo: McGraw-Hill, 1978. p. 126-64.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. *A biblioteconomia brasileira 1915 - 1965*. Rio de Janeiro: INL, 1966. 357p.

SCHWARTZMANN, Simon. Avaliação do ensino superior: da consciência da necessidade à prática; funções e metodologias. *Dois Pontos*, n. 37, p. 7-12, set. 1987.

STONE, Elizabeth W. Continuing education for the library and information professions: an international perspective, 1985. *IFLA Journal*, v. 12, n. 3, p. 203-17, 1986.

TARGINO, Maria das Graças. A universidade brasileira no momento atual. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 237-55, set. 1982.



INFORMÁTICA PARA BIBLIOTECÁRIOS: SITUAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL*

Irati Antonio**
Cláudia Negrão Balby**

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é conhecer as práticas de ensino de Informática nos cursos de Biblioteconomia e Documentação/Ciência da Informação do país, nos níveis de graduação, extensão, especialização e pós-graduação. Os resultados preliminares apresentam informações relativas às disciplinas e programas adotados pelas escolas, formação do docente na área, recursos computacionais disponíveis (**hardware** e **software**), etc. Através da coleta de dados por questionário e da revisão da literatura especializada brasileira, a pesquisa traz um perfil histórico do ensino de Informática no Brasil, bem como aborda temas como mercado, perfil profissional e novas tecnologias, que junto às análises críticas formam um quadro das condições atuais da área. A conclusão aponta e discute tendências e propostas de estudo e encaminhamento para essas questões.
PALAVRAS-CHAVE: Informática; Ensino de Biblioteconomia; Brasil.

1 PROJETO: OBJETIVOS E METODOLOGIA

O presente projeto tem por objetivo dar a conhecer os métodos e práticas do ensino de Informática nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no país, reunindo subsídios para a análise da situação do ensino nessa área, nos níveis de graduação, extensão, especialização e pós-graduação.

Informática para bibliotecários: situação do ensino no Brasil é uma pesquisa de campo. Nesta fase inicial, os dados foram coletados através da aplicação de um questionário enviado às escolas de Biblioteconomia públicas e

* Trabalho elaborado para apresentação na 36ª Reunião Anual do **Seminar on the Acquisition of Latin American Library Materials**, San Diego, CA, Estados Unidos, Junho de 1991. Também apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Salvador, BA, Setembro de 1991.

** As autoras são alunas do Curso de Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação, da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (bolsistas do CNPq). Agradecem à Profa. Dra. Dinah Aguiar Población, à Prof. Dra. Neusa Dias de Macedo, ao Conselho Regional de Biblioteconomia - 8ª Região, e ao programador Fábio Negrão Balby pelo apoio à pesquisa.



particulares, que oferecem curso de nível superior no Brasil.

O questionário recolheu informações básicas que possibilitaram a caracterização do ensino de Informática em cada instituição, nos seus diversos graus. São as seguintes as principais questões abordadas: - títulos, programas, ementas e carga horária das disciplinas; - perfil do corpo docente responsável pela matéria; - equipamentos disponíveis e utilizados para o ensino (computadores e periféricos); - linguagens de programação e softwares empregados; - projetos e linhas de pesquisa desenvolvidos na área; - produção acadêmica (artigos, livros, relatórios) das instituições.

Paralelamente, foi elaborada uma bibliografia sobre ensino de Informática, que lista artigos e livros de autores brasileiros. Essa bibliografia possibilitou conhecer a produção existente no Brasil e identificar os pesquisadores que atuam na área, além de servir como suporte teórico ao trabalho.

Assim, o processo de conhecimento sobre o ensino de Informática para bibliotecários no Brasil partiu de uma revisão bibliográfica e da coleta de dados. Além da apresentação quantitativa dos resultados dessa investigação preliminar, buscou-se uma visão sistêmica e analítica das questões envolvidas. Neste primeiro estágio da pesquisa, portanto, um perfil histórico é traçado, bem como são abordados os temas de mercado e perfil profissional, que junto à descrição de dados e às análises críticas formam um quadro das condições atuais da área.

2 INFORMÁTICA E BIBLIOTECONOMIA

A história do ensino de biblioteconomia no Brasil pode ser dividida em quatro fases. A primeira cobre o período de 1879 a 1929, sob liderança da Biblioteca Nacional e orientação francesa. A segunda, de 1929 a 1962, foi marcada pela influência de um curso oferecido em São Paulo por profissionais que se graduaram nos Estados Unidos.

A terceira, a partir de 1962, trouxe maior uniformidade aos cursos, pelo reconhecimento oficial como profissão de caráter liberal e de nível superior, e posterior estabelecimento de um currículo mínimo. A tendência de utilização de novas tecnologias para o tratamento de informações é anunciada pela matéria Reprodução de Documentos.

Uma quarta fase, iniciada na década de 70, caracterizou-se pela proliferação de cursos de graduação e pelo surgimento de cursos de pós-graduação. Também é nessa época que as bibliotecas brasileiras começam a utilizar recursos computacionais. Observa-se na literatura uma preocupação crescente com a formação de pessoal para o aproveitamento dessa tecnologia.

Reverendo essa época, Mueller afirma que "... desenvolvimentos na educação superior no Brasil, aliados ao desenvolvimento tecnológico, especialmente o referente à área de comunicações, e às mudanças sociais e econômicas do país, tiveram [...] muita influência nos programas de formação



profissional para Biblioteconomia, pois provocaram a expansão dos cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu e empurraram os cursos de graduação para um processo de auto-avaliação de seus programas" (1985, p. 8).

Os nascentes cursos de pós-graduação exerceram papel importante. Segundo Gomes (citada por Mueller, 1985, p. 8), muitos assuntos estudados pela primeira vez em tais cursos, como Mecanização, passaram a fazer parte dos programas de graduação. Entre as disciplinas do Curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBBDD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), iniciado em 1970, contavam-se processamento de Dados na Documentação, como disciplina obrigatória, e Programação, como disciplina optativa (Briquet de Lemos, p. 55).

Briquet critica, porém, a simples incorporação de informações sobre a tecnologia mais recente, sem que isso altere a estrutura global dos cursos de graduação (p. 56). Nesse sentido, as resoluções finais do 6º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Belo Horizonte em 1971, incluem recomendação especial à ABEBD (Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação) para reformulação do currículo mínimo e inclusão da matéria Introdução aos Computadores. Tal iniciativa fazia-se necessária, pois traria um grau de padronização, até então inexistente, ao ensino desses conteúdos: Briquet afirma que "as escolas que não oferecem cursos com a denominação específica de Mecanização e Automação, Introdução ao processamento de Dados, ou Informática incluem no conteúdo dos cursos de Documentação os estudos sobre a aplicação de equipamento convencional e computadores na mecanização de serviços de bibliotecas e na recuperação de informações" (p. 54). Entretanto, a profundidade das abordagens variava de escola para escola.

No final da década de 70, constatava-se entre as escolas uma crescente insatisfação com os programas de estudo, inchados pela absorção dos novos conteúdos de maneira desordenada. A partir de sua mobilização foi preparado um documento apresentado ao CFE (Conselho Federal de Educação), onde as matérias profissionais do antigo currículo são criticadas por enfatizar demasiadamente aspectos tradicionais em detrimento de outros, "... particularmente os surgidos face aos progressos tecnológicos" (Proposta, citada por Mueller, 1988, p. 76).

Um novo currículo mínimo é aprovado em 1982, cuja implantação se dá a partir de 1985, através dos currículos plenos. Divide as matérias em três grupos: matérias de fundamentação geral, matérias instrumentais, e matérias de formação profissional. Segundo Mueller, há mais semelhanças que diferenças entre eles e o de 1962 (1988, p. 74). Nenhum de seus títulos faz menção específica aos conteúdos de Informática. Essa autora também considera o desenvolvimento de novas tecnologias como fator motivador de mudanças, mas acredita que as desigualdades entre as escolas levarão a um desenvolvimento



também desigual.

Ao avaliar a pós-graduação, Mueller constata ainda que "outra tendência notada entre os cursos de mestrado é a introdução do computador como meio normal de trabalho. Quase todas as escolas possuem pelo menos um microcomputador e fazem uso regular das instalações disponíveis nas suas Universidades. O que se percebe é o desejo de aumentar as experiências nessa área, tanto para ensino quanto para trabalho, mas ainda se ressentem da falta de pessoal qualificado" (1988, p. 79).

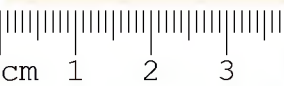
2.1 Mercado de trabalho e perfil profissional

A história do ensino de Informática em Biblioteconomia acompanha, ainda que timidamente, a evolução econômica e tecnológica da sociedade, que se apóia fundamentalmente na informação e nos meios de comunicação. Esses meios, caracterizados pelo enorme poder de penetração na sociedade, pela instantaneidade e rapidez operacional, são incorporados pelos serviços de informação que se tornam partes integrantes e indissociáveis dos sistemas de produção.

Assim, a informação é transformada agora em produto essencial para o desenvolvimento econômico. Com o surgimento de novos recursos, novas estratégias de ação têm sido determinadas pelos novos meios. Os serviços de informação, nesse panorama, ganham uma dimensão privilegiada, enquanto elos básicos da economia. Eles passam, por isso, por reformulações profundas, que visam adequar sua atuação às emergentes necessidades do mercado. Ao lado dos recursos materiais - apoiados na Informática, - passa a existir uma nova demanda por profissionais capazes de compreender o panorama histórico que se processa, como também capacitados a exercer novas funções em sistemas sofisticados de informação.

Contudo, não há, no Brasil, estudos amplos e atualizados sobre o perfil profissional do bibliotecário exigido por um mercado em transformação. Por um lado devido à grande variedade de funções e necessidades existentes, principalmente em um país grandemente diversificado quanto ao desenvolvimento econômico, e por outro, pela falta de dados concretos e abrangentes sobre a situação do mercado da informação, de onde se pudesse extrair tipologias de profissionais melhor definidas.

A literatura nessa área condiciona o surgimento de um novo bibliotecário à necessidade de um novo posicionamento frente à Biblioteconomia, mudança de atitude do profissional, adequação dos cursos às exigências do mercado, treinamento específico através da educação formal e informal (Antônio, p. xx). "A necessidade do profissional da informação de se adaptar a mudanças (sociais, tecnológicas, e outras), para não sofrer progressiva marginalização, tem sido a preocupação de muitos autores" (Tarapanoff, p. 75-6).



3 INFORMÁTICA PARA BIBLIOTECÁRIOS: SITUAÇÃO NO BRASIL

Existem no Brasil 33 escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, que constituíram o universo total da pesquisa. Todas as instituições foram cadastradas e contatadas, solicitando-se sua colaboração no preenchimento do questionário (com 13 questões) e sua devolução no prazo de um mês. 13 escolas responderam - 39,39% do total: Universidade de Brasília, Faculdades Integradas Teresa D'Avila (Santo André, SP), Universidade do Rio Grande (Rio Grande, RS), Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte), Universidade Federal de Pernambuco (Recife), Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (São Carlos, SP), Universidade Federal do Paraná (Curitiba), Universidade Federal de Goiás, (Goiânia), Universidade Federal da Bahia (Salvador), Faculdades Teresa Martin (São Paulo, SP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas, SP), Universidade Estadual Paulista (Marília, SP) e Universidade de São Paulo. Todos os dados apresentados e as considerações feitas por este estudo estão baseados em informações referentes ao ano de 1990.

Dessas instituições, 9 (69,23%) são públicas e 4 (30,76%) são particulares, sendo 7 (53,84%) da região Sudeste, e 2 (15,38%) de cada uma das seguintes regiões: Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Dentro da amostra obtida - 13 - estes números apresentam correspondência quase completa em relação ao universo total da pesquisa, como se pode observar: de um total de 33 escolas, 23 são públicas (69,69%) e 10 (30,30%) são particulares. 17 (51,51%) são da região Sudeste, 7 (21,21%) são da região Nordeste, 5 (15,15%) da região Sul, 2 (6,06%) da Norte e 2 (6,06%) da região Centro-Oeste. Portanto, a amostra pode ser considerada relevante, espelhando a configuração real das escolas do país, no que se refere à distribuição geográfica e à origem dos recursos financeiros.

3.1 A Informática e o Currículo de Biblioteconomia

As 13 escolas citadas indicaram um total de 39 disciplinas da área de Informática constantes dos seus currículos e programas. Destas, 28 (71,79%) são ministradas em nível de graduação, 5 (12,82%) são de cursos de especialização, 2 (5,12%) de extensão, e 4 (10,25%) são ministradas em nível de pós-graduação (todas referentes ao curso de Mestrado).

Este trabalho não pretende, nesse momento, analisar qualitativamente as variações nos conteúdos das disciplinas e na forma em que são apresentados. De uma perspectiva quantitativa, o quadro 1, na próxima página, apresenta a carga horária das disciplinas de graduação obrigatórias, oferecidas em 1990 pelas escolas que responderam o questionário.



QUADRO 1 - CARGA HORÁRIA

Instituição	Carga Horária da Disciplina	Carga Horária do Curso	% Disciplina*	% Instituição	Tipo de Disciplina
FATEA/SA	72	3510	2,05	4,1	específica
	72	3510	2,05		
URG	30	2970	1,0	1,0	específica
UFPE	75	2770	2,7	2,7	específica
UFMG	60	2790	2,1	4,2	específica
	60	2790	2,1		
EBDSC	60	3120	1,9	2,8	específica
	30	3120	0,9		
UFPR	60	2970	2,0	2,0	específica
UFGP	60	2970	2,0	2,0	genérica
UFBA	75	3375	2,2	4,4	específica genérica
	75	3375	2,2		
FATEMA	144	3456	4,1	6,1	genérica específica
	72	3456	2,0		
USP	90	2940	3,0	9,0	genérica
	60	2940	2,0		
	60	2940	2,0		
	60	2940	2,0		
UNESP	90	2940	3,0	5,0	específica
	60	2940	2,0		

* Percentual de cada disciplina de Informática em relação à carga horária total do curso.

** Soma dos percentuais das disciplinas de Informática em relação à carga horária total do curso.

Não constam do quadro as instituições que não declararam qual é a carga horária do curso de Biblioteconomia (UNB e PUCCAMP).

Após o confronto entre as 39 disciplinas, em todos os níveis, e os respectivos programas e ementas, foi possível classificá-las em dois grupos:

- específicas, cujos conteúdos tratam direta e especificamente da área, com o



objetivo expresso de familiarizar e instruir o aluno em relação à Informática, sua linguagem, equipamentos, recursos, problemática e sua aplicação em bibliotecas e serviços de informação; e

- genéricas, disciplinas técnicas ou da área de administração que abordam conteúdos de Informática como elemento secundário, enquanto instrumento de apoio ao ensino.

Embora em sua maior parte os títulos correspondam aos conteúdos programáticos (Automação de Bibliotecas, Introdução à Informática), há casos em que um programa detalhado e extenso sobre Informática esconde-se sob um título de disciplina técnica (por exemplo, Administração de Bibliotecas ou Disseminação da Informação). Para este estudo, tais disciplinas, apesar de seus nomes, foram consideradas específicas.

A maioria das disciplinas com conteúdos de Informática foi introduzida nos currículos das escolas respondentes na década de 1980. A mais antiga referência é Introdução ao Processamento de Dados, ministrada desde 1971 pela PUCCAMP. Cabe notar que a UFMG oferece um total de 11 disciplinas em todos os níveis, sendo a primeira de 1972, a maioria implantada somente a partir do novo currículo e 4 delas em 1990. Estas informações representam rigorosamente os dados fornecidos pelas próprias escolas. Observe-se, entretanto, que Cavalcanti indica a inclusão de Mecanização e Automação de Bibliotecas (Documentação II) no curso da UNB já em 1969 (1985, p. 137); sabe-se que outras escolas incluíram a matéria em seus currículos na década de 1970.

3.2 O perfil do professor

Considerando-se o total de disciplinas - 39 - ministradas nos níveis de graduação, especialização, extensão e mestrado, 32 são específicas e 7 são genéricas.

Das 32 disciplinas específicas, que representam 82,05% do total de disciplinas, 13 (40,62%) são ministradas por professores com formação na área de Informação (Biblioteconomia e Documentação ou Ciência da Informação); 12 (37,5%) são ministradas por docentes qualificados nas áreas de Informação e de Sistemas (Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, etc); e 7 (21,87%) são ministradas por professores com formação na área de Sistemas.

As 7 disciplinas genéricas representam 17,94% o total de disciplinas oferecidas. Delas, 4 (57,14%) são ministradas por docentes com titulação na área de Informação; 2 (28,57%) por professores da área de Sistemas, e 1 (14,28%) com formação nas duas áreas.

No conjunto das disciplinas, 17 (43,58%) são dadas por docentes qualificados na área de Informação; 13 (33,33%) são ministradas por docentes qualificados nas áreas de Informação e de Sistemas; e 9 (23,07%) por



professores com formação na área de Sistemas.

Partindo do princípio que o ensino de Informática para bibliotecários relaciona duas áreas distintas, considera-se que os docentes responsáveis devem buscar qualificação em ambas. Conforme verificado, as escolas dispõem de docentes com formação dupla (p. ex., bacharelado em Análise de Sistemas e Biblioteconomia e Documentação) e contam ainda com o trabalho conjunto de professores que têm formação em apenas uma das áreas (p. ex., bacharéis em Engenharia trabalhando em associação com mestres em Biblioteconomia). Embora 33,33% das disciplinas sejam ministradas por docentes com formação dupla, isto não representa ainda a melhor situação para o ensino.

QUADRO 2- CARÁTER DAS DISCIPLINAS X FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS

ESCOLAS	Formação em Informação	Formação em sistemas	Formação Dupla	TOTAL
UNB	0	0	1	1
FATEA	4	0	0	4
URG	0	1	1	2
UFPE	0	0	2	2
UFMG	5	1	5	11
EBDSC	1	0	2	3
UFPR	1	0	0	1
UFGO	0	0	0	0
UFBA	1	1	0	2
FATEMA	0	0	1	1
USP	0	0	0	0
PUCCAMP	1	2	0	3
UNESP	0	2	0	2
TOTAL	13	7	12	32

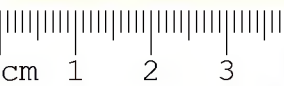


DISCIPLINAS GENÉRICAS

ESCOLAS	Formação em Informação	Formação em sistemas	Formação Dupla	TOTAL
UNB	0	0	0	0
FATEA	0	0	0	0
URG	0	0	0	0
UFPE	0	0	0	0
UFMG	0	0	0	0
EBDSC	0	0	0	0
UFPR	0	0	0	0
UFGO	1	0	0	1
UFBA	1	0	0	1
FATEMA	0	0	1	1
USP	2	2	0	4
PUCAMP	0	0	0	0
UNESP	0	0	0	0
TOTAL	4	2	1	7

3.3 Equipamentos utilizados

Até 1984, o mercado brasileiro de Informática caracterizava-se pela predominância de computadores de 8 bits, compatíveis com o padrão Apple. A partir do ano seguinte, com a disponibilidade crescente de equipamentos de 16 bits compatíveis com o padrão IBM-PC-XT, a custo cada vez menor, os usuários passam a dar preferência a este tipo de máquina, mais poderosa e mais rápida;



em 1988, de cada 100 computadores existentes no país, 85 são compatíveis XT; em 1989, a base instalada desses microcomputadores no Brasil chega a 250 mil unidades. Hoje em dia, os equipamentos compatíveis com o IBM-PC-AT com arquitetura baseada no chip 80286 estão se tornando mais comuns, mas os baseados nos chips 80386 e 80486 ainda são raros.

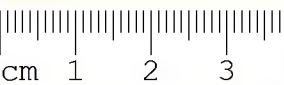
O quadro abaixo apresenta a ocorrência de equipamentos de 8 bits entre as instituições respondentes:

QUADRO 3 - EQUIPAMENTO DE 8 BITS E SEUS PERIFÉRICOS

Instituição	Qtde	Qtde. Impresoras	Qtde. Drives 5 1/4"	Qtde. Modems	Qtde Placas CPM	Qtde. Expansões de Memória	Capacidade Expansão Memória	Placas de Vídeo 80 col.
UNB	3	1	6	1	2	2	64	2
UFBA	1	1	2	1	0	0	0	0
PUCAMP	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5	2	8	2	2	2	-	2

A baixa ocorrência de equipamento desse tipo está relacionada à história do mercado de Informática no país: a maior parte das escolas só deve ter conseguido adquirir equipamentos depois que o padrão 16 bits se disseminou.

Os equipamentos não são de uso exclusivo das disciplinas de Informática: na UNB e na UFBA o uso é compartilhado com outras disciplinas do Departamento de Biblioteconomia e com setores administrativos; na UFBA e na PUCAMP, o uso é compartilhado com disciplinas da Faculdade ou Universidade.



QUADRO 4 - EQUIPAMENTO DE 16 BITS E FORMA DE USO

Insti- tuição	Quanti- dade	Compa- tível IBM-PC XT	Compa- tível IBM-PC AT-286	Uso Exclusivo Discipl. Inform.	Uso Compartilhado com		
					Disc. Depto. Bibliotec	Discipl. Fac./ Univ.	Setores Adminis- trativos
UNB	4	sim			sim		sim
FATEA/ SA	1	sim					sim
URG	2*	sim			sim		
	14**		sim			sim	
UFPE	1	sim			sim		
UFMG	7	sim			sim		sim
EBDSC	1	sim			sim	sim	
UFBA	1	sim			sim	sim	sim
FATEMA	3	sim					
USP	5	sim			sim	sim	
PUC CAMP	10**	sim		não	sim	sim	
	1*	sim		***	***	***	***
UNESP	2**	sim			sim	sim	
	1*		sim		sim	sim	
TOTAL	53						

* equipamentos pertencentes ao Departamento de Biblioteconomia

** equipamentos pertencentes ao Laboratório de Informática da Universidade

*** forma de uso não indicada

Não foram incluídas a UFPR e a UFGO, que não têm equipamento.

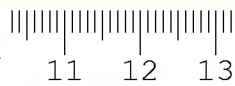
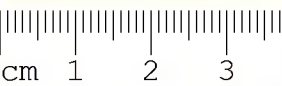


QUADRO 5 - PERIFÉRICOS UTILIZADOS COM EQUIPAMENTO DE 16 BITS E OUTRAS LINHAS DE EQUIPAMENTO

Instituição	Impresoras matriciais	Drives 3 1/2"	Drives 5 1/4"	Winchester	Capacidade de cada Winch.	M o d e m s	M o u s e s	Lector CD-ROM	Outros Periféricos	Outras Linhas de Equipamento
UNB	2	0	8	0	0	0	0	0		2 terminais Scopus 800 a 1800 do Mainframe Unisys-A9
FATEA/SA	1	0	1	1	30	0	0	0		
URG	1	0	4	2	30	1	0	0		Terminais 3278 do Mainframe IBM 4381 (acesso on-line a Banco de Dados)
	3	0	28	3	40	0	0	0		Terminais 3278 do Mainframe IBM 4381 (acesso on-line a Banco de Dados)
UFPE	1	0	2	0	0	0	0	0		
UFMG	não indicado	0	não indicado	5	15*	0	0	1	1 Data Show	Terminal IBM a Supermicro Digirede 8000
E8DSC	1	0	2	0	0	0	0	0		
UFBA	0	0	2	1	30	**	0	0		
FATEMA	0	0	3	3	30	0	0	0		
USP	5	0	5	5	20	0	0	0		
PUC CAMP	5	10	0	0	0	0	0	0		
UNESP	1	0	4	0	0	0	0	0		
	1	0	1	1	20	1	1	0		
TOTAL										

* Além do Winchester de 15 Mb indicado, existem um de 20 Mb e 30 de 40 Mb

** Quantidade não especificada



3.4 Softwares empregados

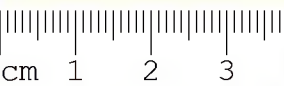
A maior parte dos artigos sobre software na literatura pesquisada descreve (e raramente discute) experiências a nível institucional, às vezes tratando de programas específicos. As tentativas de responder a pergunta "Que programas ensinar?" ainda não produziram uma lista abrangente de programas ou categorias de programas relevantes.

Ao refletir sobre o ensino de Informática para bibliotecários, Paranhos (1985, p. 182) divide o conteúdo programático de disciplinas nessa área em dois setores: o teórico e o experimental. Considera que no primeiro devem ser dadas noções básicas sobre processamento de dados, com ênfase no processamento de textos, além de equipamentos principais e periféricos. Para o segundo setor, acredita que devem ser feitas demonstrações práticas de aplicações em Biblioteconomia. Em ambos se coloca a exigência de acesso de alunos e professores a software e hardware em condições adequadas.

Na época em que escreve, os microcomputadores não se encontravam ainda tão difundidos no Brasil. Hoje em dia, em que pesem as diferenças de escala de produção entre o Brasil e os outros países, e os efeitos negativos da Lei de Política Nacional de Informática - cujo efeito associado faz com que computadores de fabricação nacional possam custar dez vezes mais aqui do que seus similares nos Estados Unidos, - não é mais possível que as escolas de Biblioteconomia desconsiderem a necessidade de possuir ao menos um microcomputador para acesso de seus alunos. Como comprova a presente pesquisa, a maior parte das instituições já conseguiu cumprir ao menos essa etapa, e reproduz o que é a situação do mercado brasileiro de Informática quanto ao tipo de equipamento utilizado: equipamento de 16 bits compatível com o padrão IBM-PC-XT. Coloca-se então a pergunta: que programas ensinar?

Este trabalho já abordou a impossibilidade de se conhecer com precisão as necessidades do mercado de trabalho, e a indefinição ainda vigente nas escolas brasileiras sobre o tipo de profissional a ser formado. No entanto, os cursos têm sido desenvolvidos e torna-se oportuno refletir sobre suas experiências. Além de programas editores de texto, cujo ensino se justifica em qualquer área do conhecimento, não é mais possível formar bibliotecários que não conheçam pelo menos: - um sistema operacional compatível com o equipamento utilizado; - um programa utilitário de gerenciamento de discos rígidos e flexíveis; - um programa utilitário de diagnóstico e eliminação de vírus eletrônicos; - um software gerenciador de banco de dados, para aplicações de catalogação e recuperação de informações sobre o acervo e os usuários; - uma planilha de cálculo, para aplicações administrativas; - um programa de editoração eletrônica em nível básico, que facilite a produção de publicações da biblioteca.

Idealmente, também se deve lutar para propiciar experimentação dos alunos em: - construção de tesouros em microcomputador, através do uso de



funções avançadas de programas editores de texto, ou de programas aplicativos específicos; e - acesso a bases de dados em linha ou em discos óticos (CD-ROM), que requerem equipamento adicional.

Além disso, os bibliotecários que decidam dedicar-se à pesquisa podem precisar conhecer aplicativos para estatística.

Dada a disponibilidade crescente de programas aplicativos no mercado, parece aconselhável abdicar do ensino de linguagens de programação puras nos cursos de biblioteconomia, em favor do ensino das linguagens adaptadas disponíveis em certos softwares gerenciadores de bancos de dados e editores de texto.

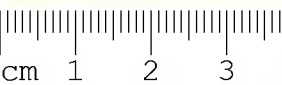
O quadro a seguir representa os softwares ensinados pelas instituições pesquisadas. Os números representam a quantidade de escolas que ensinam cada programa.

QUADRO 6 - SOFTWARES ENSINADOS

Banco de Dados		Planilhas de Cálculo		Editores de Texto		Acesso a Bases de Dados		Editoração Eletrônica	
DBase	7	Lotus 1-2-3	4	MS-Word	7	Biblio	1	News	1
Micro-Isis	5	Quattro	1	Wordstar	6	MSIBMPC	1		
Procite	2	Visicalc	1	Redator	2	MSPCTAN	1		
Stairs	2					SIURG	1		
REFBIB	1					STM	1		
SRI	1								
Outros	1								

Sistemas Operacionais		Outros		Linguagens de Programação		Programas Utilitários	
MS-DOS	2	Matriz-Catálogo	1	Basic	1	PC Tools	2
PC-DOS	1	Microsoft	1	Cobol	1	Copy II PC	1
Sisne Plus	1	PC-Produção Científica	1	DBase	1	Scan 67	1
		SPSS	1	Fortran	1		
		Texer	1	Pascal	1		
				Outras	1		

Não existem estudos de abrangência nacional sobre a base instalada de softwares no Brasil; é comum dizer-se que somados os percentuais de participação que cada fabricante afirma ter em cada segmento do mercado, os totais sempre ultrapassam 100%. No confronto com as informações disponíveis, as escolas



de Biblioteconomia reproduzem a situação do mercado brasileiro de Informática nos seguintes segmentos: - banco de dados: o DBase III Plus é líder; - planilha de cálculo: o lotus 1-2-3 tem 80% do mercado.

Quanto aos programas de gerenciamento de discos, é consenso na área de Informática que seu uso garante não apenas a segurança dos dados armazenados em discos rígidos ou flexíveis, como também permite maior rapidez e facilidade na manutenção da organização dos arquivos e prolonga a vida útil dos acionadores de disco. Os programas de diagnóstico e eliminação de vírus impedem alterações lógicas nos arquivos (que podem implicar em perda parcial ou total de informações) ou danos físicos no equipamento (cujo reparo pode ter custos extremamente elevados).

É motivo de preocupação, portanto, que apenas duas escolas ensinem utilitários de gerenciamento de discos, e que somente uma aborde utilitários de diagnóstico e eliminação de programas-vírus.

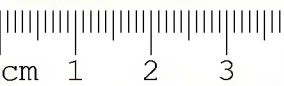
Também é importante ressaltar que são apenas quatro as escolas que ensinam acesso a bases de dados (dois programas são ensinados pela mesma escola). A única instituição que indicou possuir leitor de CD-ROM não esclareceu quais as bases de dados que opera.

4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

A análise dos dados mostra que os cursos de Biblioteconomia no Brasil, seguem duas tendências distintas em relação ao ensino de Informática:

- a primeira, predominante - das 13 escolas, 9 (69,23%) - direciona o ensino para uma formação na área baseada em disciplinas específicas, onde a Informática figura como elemento principal e individualizado; nestas disciplinas, independentes dentro dos currículos (raramente são pré-requisitos para outras matérias, embora a maioria seja obrigatória), o programa se desenvolve em torno de seu tema: definição de Informática, conhecimentos básicos sobre seu desenvolvimento, computadores e seu funcionamento, softwares aplicativos e linguagens de programação;
- a segunda, minoritária - 3 escolas (23,07%) - é baseada nas disciplinas genéricas, preferindo enfatizar a Informática como um dos recursos existentes para o desenvolvimento das atividades documentárias; os programas destes cursos concentram-se no estudo das matérias próprias da Biblioteconomia (catalogação, análise temática, etc.), onde a Informática é utilizada como uma ferramenta de trabalho. 1 escola (7,69%) mantém seu currículo equilibrado entre as duas tendências, oferecendo o mesmo número de disciplinas genéricas e específicas.

Essas duas tendências retratam, na verdade, antigos embates da Biblioteconomia, no que diz respeito à formação profissional: ensino técnico x ensino crítico, conservadorismo x adaptabilidade, idealização e mistificação x



necessidades reais, integração curricular x compartimentalização. A pergunta ainda é a mesma: como um curso de Informática deve ser estruturado?

Concentrar e individualizar o ensino na área foram as opções tomadas pela maior parte das instituições. Há escolas que oferecem cursos introdutórios sobre Informática ministrados em escolas de engenharia e matemática por professores dessas áreas. Outras integram essas disciplinas em seus currículos, dadas por engenheiros e analistas. As demais disciplinas sobre aplicação da automação em bibliotecas são ministradas em grande parte por docentes com formação em Biblioteconomia.

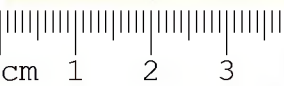
Para McCarthy a "preocupação primordial deveria ser para a implantação de um ensino eficaz na área da automação de bibliotecas", definindo dois campos distintos de ensino a partir da atuação do profissional: a automação de sistemas de processamento em bibliotecas e a recuperação de informação através de bases de dados (p. 119-120). Para esse autor, os conteúdos referentes a esses campos são bastante amplos e diversos, considerando "essencial ensiná-los como duas disciplinas distintas" (p. 121).

Fujino propõe "que a profissão e conseqüentemente o profissional seja definido a partir das necessidades e potencialidades do mercado, adequando a sua formação a estas necessidades e potencialidades" (p. 3). Divergindo de McCarthy, essa autora considera que "o curso de Biblioteconomia deveria assentar-se sobre duas linhas básicas: - a primeira que lhe possibilitaria uma visão macro de seu universo, através do conteúdo das disciplinas básicas da área de planejamento/organização/administração; - a segunda que lhe possibilitaria um domínio sobre o seu objeto de trabalho a informação, através do conteúdo das disciplinas básicas da área de análise documentária" (p. 3). Assim, a Informática é "uma complementação dos conteúdos" das disciplinas básicas (p. 4).

Para Barsotti, "ao bibliotecário não interessa a Informática pura e conceitual", mas "sua aplicação na área. Em outras palavras: a Informática deve ser um meio para o bibliotecário e não um fim" (p. 116). Dessa forma, a integração entre as disciplinas do curso de biblioteconomia pode ser concretizada pela Informática, enquanto elemento aglutinante. "Isto se justifica pelo simples fato de que todas as disciplinas básicas do curso devem incorporar doses de Informática que podem chegar inclusive a modificar o perfil de muitas delas" (p. 117).

Este pensamento já se podia observar em Robredo que, ao descrever a experiência da Universidade de Brasília, afirma que sistemas automatizados são utilizados "como instrumentos de apoio para o ensino de diversas disciplinas" (p. 9-10).

Alguns autores apontam para a possibilidade de transformações qualitativas na formação profissional com a inclusão de Informática nos cursos de Biblioteconomia. Contudo, o treinamento para o uso de novas tecnologias por si só não significa uma mudança estrutural no ensino, nem tampouco uma



transformação do papel social do bibliotecário, nem de sua imagem. Desmistificar a Informática e principalmente o computador é uma idéia que aparece bastante na literatura especializada, sendo muitas vezes colocada como um alerta às escolas.

"Mas o ensino, em geral, ainda é conservador e não assumiu plenamente o desafio colocado pela revolução tecnológica, iniciada pela indústria da informação de nossos dias, em escala internacional" (Miranda, p. 89). É possível ir além desta afirmação, ampliando-a em duas direções: - a primeira quanto aos conteúdos dos cursos, que podem ser analisados quanto à abrangência, enfoque, bibliografia, etc.; - a segunda se refere à forma dos cursos, que pode ser analisada quanto à estrutura curricular, ligações entre as disciplinas, recursos educacionais e de apoio, metodologias de ensino.

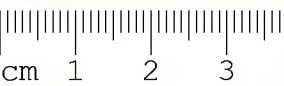
Se a implantação de novas tecnologias na sociedade muda as relações entre pessoas, instituições e trabalho, ela poderia agir como elemento transformador das relações de ensino e aprendizagem. Contudo, as experiências realizadas pelas escolas a partir da implantação do novo currículo mínimo de 1985 não foram ainda devidamente estudadas e analisadas. Assim, não é possível neste momento avaliar o desempenho e os resultados destes enfoques sobre Informática nos cursos brasileiros. A partir das questões levantadas e dos dados apresentados por esta pesquisa, será possível aprofundar o tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contantes transformações processadas nos sistemas econômico, social e tecnológico exigem constantes modificações nas atividades e nos perfis profissionais. A exigência de mudança no ensino de Biblioteconomia e no desempenho profissional é inquestionável, única forma de acompanhar o progresso científico. Após um longo período de debates, os bibliotecários parecem ter atingido um consenso sobre a necessidade de integração da área aos sistemas produtivos e sociais. Trata-se, agora, de propor e discutir políticas de ação profissional e de ensino, questões que estão indissolúvelmente associadas a: desenvolvimento científico e tecnológico, geopolítica brasileira, condições econômicas, mercado de trabalho, e necessidades da comunidade científica e profissional.

Mantendo sempre em perspectiva o amplo e complexo panorama das relações sociais e econômicas dentro de sua historicidade (ou seja, a condição e o tempo históricos), é possível pensar o ensino de Biblioteconomia em sua totalidade e nas suas múltiplas dimensões. A começar por conhecer sua estrutura, suas facetas e sua problemática.

A compreensão dos processos de desenvolvimento do ensino de Informática em Biblioteconomia no Brasil é a principal contribuição destas primeiras análises. A partir da ordenação e do estudo de informações, foi possível delinear mais



claramente o perfil do tema e levantar concretamente seus problemas fundamentais. Estes primeiros resultados possibilitam uma efetiva aproximação do assunto e fornecem subsídios para o seu debate, servindo como base para análise e estudos comparativos futuros. O presente núcleo de informações forma uma rede complexa de relações interdisciplinares, que aponta para uma série de questões, entre as quais:

Mercado de Trabalho e Perfil Profissional

Embora estes temas apareçam freqüentemente na literatura enquanto parâmetros de orientação para o ensino, não existem estudos atualizados sobre o estado, o nível de desenvolvimento e a demanda de profissionais do mercado da informação, como também, do próprio mercado de Informática. O mesmo ocorre em relação ao perfil do bibliotecário na atualidade: não há pesquisas. Não são poucos os autores que subordinam os rumos do ensino às necessidades do mercado; modificações curriculares foram feitas segundo essa visão. No entanto, à exceção da Universidade de Brasília que realizou estudos específicos*, não existem indicações de que outras instituições ou pesquisadores tenham se dedicado cientificamente a esses temas. Aparentemente, as considerações sobre o mercado, o perfil do profissional e suas transformações são feitas exclusivamente por inferência.

É evidente a necessidade de se conhecer ampla e profundamente o mercado, suas tendências, seus profissionais. Por seus enormes desdobramentos e possíveis aplicações concretas na Biblioteconomia como um todo, estes são assuntos suficientes para um projeto independente, que seja capaz de responder: — Que tipos de profissionais da informação o mercado precisa hoje no Brasil? e Qual o perfil do bibliotecário moderno?

Formação profissional

Quais profissionais estão sendo formados atualmente no país? Eles estão capacitados a corresponder às exigências da sociedade? Estas perguntas estão intimamente ligadas às respostas das questões sobre mercado de trabalho. Interessa avaliar o grau de capacitação profissional do bibliotecário e o nível de adequação do ensino, em relação ao mercado.

Os dados organizados neste estudo indicam que as escolas brasileiras optaram por fornecer aos estudantes conhecimentos básicos sobre informática e automação de bibliotecas, através de cursos dirigidos. Na graduação, os conteúdos programáticos de tais disciplinas específicas são muito homogêneos quanto à extensão e à profundidade do tema; os métodos de ensino e de avaliação mantêm-se tradicionais, baseados em aulas expositivas (teóricas e

* Tendências observadas no mercado de trabalho do Distrito Federal, e qualificações requeridas, de J. Robredo, publicado pela Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 12, n. 2, p. 123-47, 1984.



práticas), em geral sem possibilidades de treinamento em condições reais de trabalho. A primeira vista, parece correto afirmar que o bibliotecário formado no Brasil hoje tem noções de Informática e de suas aplicações em serviços de informação, noções de mesmo nível de outras disciplinas do currículo, como catalogação ou referência. Este profissional ainda é o generalista (que não possui nenhum, grau de especialização temática) e o técnico (instruído sobre as técnicas documentárias).

Para os cursos de extensão, especialização e mestrado não é possível qualquer avaliação, uma vez que não se teve acesso aos seus programas. Considerações mais amplas sobre os currículos e seus conteúdos serão feitas em fase posterior deste estudo.

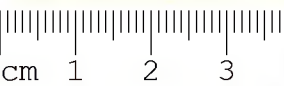
Formação do Corpo Docente

Um questão tornou-se essencial no processo de implantação das disciplinas sobre Informática nos cursos de Biblioteconomia: identificar pessoal capacitado na área de Sistemas e também na área de Informação. Do perfil do professor, de sua formação e de suas potencialidades depende o desdobramento concreto e eficiente do programa curricular. Diferentes soluções foram encontradas pelas escolas, desde a contratação de docentes com formação em Sistemas até a reciclagem de professores de Biblioteconomia, podendo ocorrer o trabalho conjunto entre ambos, mas a maioria exerce suas atividades independentemente tanto da cooperação profissional como do próprio curso como um todo. É de se supor que, de um lado predomina uma orientação excessivamente técnica sobre Informática, e de outro uma tendência limitrofe à própria Biblioteconomia. A visão do aluno será igualmente compartimentada. Raros são os casos em que o professor da área acumula dupla formação, o que confere ao aprendizado, ainda que circunstancialmente, uma visão mais abrangente e precisa do tema.

Alguns autores abordaram essa questão, lembrando a importância de se buscar um equilíbrio entre as áreas. A capacitação docente é fator determinante no processo de ensino-aprendizagem, que não tem, apesar disso, merecido grande atenção das escolas. Não há efetiva orientação sobre o desenvolvimento dos currículos em sala de aula; não há determinações oficiais sobre o perfil do professor (nem quanto à área de especialização, nem quanto à capacidade pedagógica); não há mecanismos consensuais e justos de avaliação do desempenho docente; a carreira acadêmica não oferece condições atraentes e satisfatórias (salário, progressão, recursos). O problema é amplo e a ele estão atrelados também as demais questões anteriormente levantadas, ora se colocando no campo da ação política (carreira, por exemplo), ora em seu campo específico. Para este estudo interessa discutir o perfil do professor, que deverá resultar de um debate ainda maior: o estabelecimento de uma política para o ensino.

Política de Ensino

É o grande projeto a ser realizado pela Biblioteconomia no Brasil. Trata-se



de se estabelecer as diretrizes básicas sobre a formação profissional, que possa servir como um parâmetro de orientação para os cursos brasileiros em seus vários níveis. Parâmetro quer dizer que possa ajudar a determinação de linhas de atuação diferenciadas e conformadas às necessidades regionais, e nunca decisões únicas e outorgadas.

Uma política para o ensino de Informática para bibliotecários deverá ser estabelecida a partir do real conhecimento do mercado de trabalho, das necessidades de informação das comunidades usuárias, da política de desenvolvimento científico, tecnológico e educacional do país. Deverá propor enfoques para sua abordagem, bem como sugerir programas e conteúdos (temas, extensão etc.). deverá traçar as linhas fundamentais do perfil do corpo docente. Deverá, enfim, servir como instrumento de trabalho para as escolas e, ao mesmo tempo, como um instrumento para uma ação política junto aos órgãos oficiais do país.

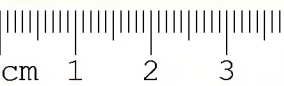
As diretrizes básicas deverão prever recursos mínimos para o funcionamento adequado dos cursos (pessoal - docente e administrativo, equipamentos, instalações); deverão estimular processos regulares de avaliação dos cursos, bem como promover programas de educação continuada e a pesquisa na área (desde a situação do mercado até o desenvolvimento de softwares, etc.). Um documento representativo desse porte poderá constituir-se um meio eficaz de estimular e apoiar o desenvolvimento da área.

5.1 O Projeto: Propostas de Continuidade

Mercado de trabalho, perfil profissional, formação de professores, estrutura curricular, política de ensino. Essas são as principais questões que emergem deste diagnóstico sobre o ensino de Informática e Biblioteconomia no Brasil. A investigação sobre esses assuntos deverá ter continuidade, por etapas - devido à sua amplitude e complexidade, seja quanto ao aprofundamento das análises, à multiplicação de dados e quanto à ampliação dos debates, - o que dependerá de apoio institucional e financeiro. Merecerá capítulo à parte o relato de experiências realizadas por alguns cursos, especialmente a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Minas Gerais, quando se pretenderá averiguar detidamente algumas propostas concretas de atuação na área.

A etapa seguinte é contatar novamente as escolas para: 1. conseguir aumentar a amostra da pesquisa, através da sensibilização das instituições que não participaram deste primeiro estágio; e 2. retomar as 13 escolas respondentes, com o objetivo de verificar inconsistências detectadas nas respostas, bem como obter maiores e mais abrangentes informações. Disto dependerão os desdobramentos propostos por este projeto.

Estes e os futuros resultados poderão ser utilizados para debates sobre a conformação da disciplina nos currículos de Biblioteconomia, para divulgação de



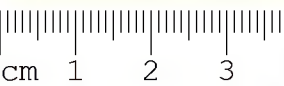
experiências, para exame das várias realidades institucionais, ou ainda, para nortear decisões e políticas de atuação para o ensino e a pesquisa em Biblioteconomia e Informática.

ABSTRACT: The objective of this research is to investigate the practices followed by Brazilian library schools in training librarians for computer use in undergraduate, extension, specialization and graduate programs. Preliminary results present information on courses and syllabi, the academic profile of instructors, the computer resources (hardware and software) available, etc. The research outlines a historical profile of computer training in Brazil, presenting data collected through questionnaires and through a survey of the literature. It also approaches themes such as the job market and the professional profile of librarians in relation to new technology, that together with critical analyses form a picture of the present conditions of the area. The conclusion addresses and discusses tendencies and proposals for study and follow-up on these matters.

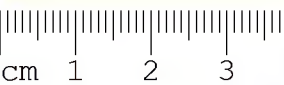
KEY WORDS: Computer training; Library education; Brazil.

BIBLIOGRAFIA

- ANTONIO, Irati. Do bibliotecário ao agente da informação: seu perfil diante de novas tecnologias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 24, n. 1/4, p. 76-85, jan./dez. 1991.
- BARSOTTI, Roberto. A informática no ensino de biblioteconomia: depoimento de um ex-professor da ECA/USP e FATEA. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 22, n. 1/2, p. 115-9, jan./jun. 1989.
- CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. Ensino de informática na formação de bibliotecários. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 13, n. 1, p. 135-7, jan./jun. 1985.
- FUJINO, Asa. O ensino de informática no curso de biblioteconomia: algumas considerações. *Palavra-Chave*, São Paulo, n. 6, p. 3-4, maio 1987.
- GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 13-26, mar. 1974.
- LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Ensino atual do ensino da biblioteconomia no Brasil e a questão da ciência da informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 1, n. 1, p. 51-8, jan./jun. 1973.
- MCCARTHY, Cavan Michael. Direções no ensino de automação em bibliotecas: a definição de estratégias para uma época de mudanças. *Cadernos de Biblioteconomia*, Recife, n. 10, p. 115-33, 1988.
- MIRANDA, Antonio; ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo B. Informática, sistema de informação e ensino de biblioteconomia no Brasil: o caso da Universidade de Brasília. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 81-106, mar. 1986.



- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Avaliação do estado da arte da formação em biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 1988.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de biblioteconomia no Brasil **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.
- PROPOSTA de currículo mínimo de biblioteconomia. Brasília, MEC/Secretaria de Ensino Superior, 1981. (Documento produzido pelo Grupo de Trabalho reunido no período de 24 a 28 de novembro de 1980).
- ROBREDO, Jaime. Uma experiência de aplicação do computador no ensino de biblioteconomia e ciência da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, n. 3/4, p. 7-20, jul./dez. 1983.
- TARAPANOFF, Kira; SANTIAGO, Silvia H.L.; CORRÊA, Dauf A. Características e tendências do profissional da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 3/4, p. 60-84, 107-29, jul./dez. 1988.



O SERVIÇO DE ESTÁGIO NA ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DE SÃO CARLOS

Sonia Maria Trombelli de Hanai*

RESUMO: Descreve o funcionamento do Serviço de Estágio da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, apresentando informações sobre as atribuições do coordenador de estágios, as atividades que ele desenvolve em termos de atendimento, orientação e supervisão. Apresenta também a organização didático-pedagógica e a organização administrativa do estágio.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Biblioteconomia; Brasil; Estágios.

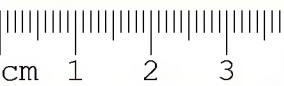
1 INTRODUÇÃO

O Estágio de alunos da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos é previsto em seu Regimento, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, pelo Parecer n. 139/84, e está vinculado ao Departamento de Formação Profissional que tem como uma de suas atribuições apreciar e manifestar-se sobre os problemas relacionados com o estágio.

Este Serviço possui um Regulamento próprio que atende ao disposto na Lei n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, no Decreto n. 87.497, de 18 de agosto de 1982 e na Portaria n. 1.002, de 29 de agosto de 1967, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que dispõem sobre os estágios de estudantes em estabelecimentos de ensino superior.

Conta o serviço de Estágio da Escola com um coordenador, Bacharel em

* Professora e Coordenadora de Estágios da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos.



Biblioteconomia, registrado no Conselho Regional de Biblioteconomia - 8ª Região, que é contratado por 9 (nove) horas semanais de trabalho, distribuídas entre as atividades de atendimento, orientação e supervisão.

As atribuições do Coordenador de Estágio estão previstas também no Regimento da Escola e são as seguintes:

- a) planejar e programar as atividades de estágio dos alunos regulares;
- b) organizar normas para a distribuição do estágio, orientação básica, escalonamento e avaliação das atividades;
- c) controlar e acompanhar as atividades de estágio;
- d) manter entrosamento com as instituições, onde os alunos poderão desenvolver os seus estágios;
- e) orientar os estagiários na elaboração dos relatórios periódicos e finais;
- f) manter intercâmbio com outras instituições de ensino e entidades para o aperfeiçoamento do aprendizado e a contribuição dos estagiários no que se refere à prestação de serviços à comunidade;
- g) elaborar o relatório anual das atividades de estágios;
- h) exercer as demais funções inerentes à supervisão de estágios que lhe forem conferidas pelo Diretor.

2 ATIVIDADES DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO

O horário de atendimento e orientação é fixo e do conhecimento de toda a comunidade escolar. Nesse período são esclarecidas as dúvidas surgidas quanto ao preenchimento dos formulários adotados, bem como as relacionadas com a elaboração dos relatórios mensais e finais.

3 ATIVIDADES DE SUPERVISÃO

A supervisão nas bibliotecas também tem estabelecido um horário fixo na semana, sendo as mesmas distribuídas por grupos, por proximidade geográfica.

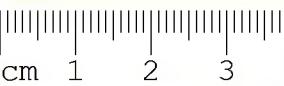
De acordo com o Regulamento de Estágio a supervisão em bibliotecas ocorre mensalmente naquelas que possuem como responsável o bacharel em biblioteconomia e semanalmente naquelas que não possuem o profissional habilitado.

A supervisão de estágio é documentada em formulário específico, mensalmente rubricado pelo Diretor da Escola.

De agosto de 1988 a dezembro de 1989 foram credenciadas 33 (trinta e três) bibliotecas para estágio, sendo 2 (duas) na cidade de Araraquara e as demais em São Carlos.

Dessas bibliotecas 4 (quatro) eram públicas, 9 (nove) escolares, 12 (doze) universitárias, 4 (quatro) de empresas, 3 (três) especializadas e uma em arquivo.

Nesse mesmo período estiveram inscritos para estágio 66 (sessenta e



seis) alunos, sendo que 59 (cinquenta e nove) em estágios remunerados e 7 (sete) em estágios não remunerados.

No primeiro semestre de 1990, foram inscritos 13 (treze) alunos, sendo 11 (onze) em estágios remunerados e 2 (dois) em estágios não-remunerados.

Esses alunos foram distribuídos por 8 (oito) bibliotecas, sendo 7 (sete) de universidades e uma pública.

O número reduzido de alunos inscritos e de bibliotecas credenciadas, deve-se ao fato de que muitos alunos já haviam terminado o estágio curricular obrigatório e outros de períodos anteriores não se encontravam em fase de estágio.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Para cumprimento do estágio curricular obrigatório, são previstas no Regimento da Escola o total de 300 (trezentas) horas de estágio supervisionado em bibliotecas, serviços de documentação e informação, arquivos e reprografia.

Como pré-requisito para a realização do estágio curricular é obrigatória a aprovação do aluno na disciplina «Tratamento da Informação I: materiais bibliográficos e microformas», ministrada sempre no primeiro semestre de cada ano letivo.

O estágio curricular obrigatório, previsto como atividade curricular e condição de graduação, é dividido em duas fases:

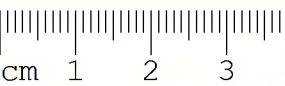
- a) FASE I - realizada do 4º ao 7º períodos, na qual o aluno cumpre 240 (duzentos e quarenta) horas em instituições credenciadas pela Escola;
- b) FASE II - realizada no 8º período, através de Seminários expositivos e críticos das atividades de estágio desenvolvidas na Fase I, e atividades programadas, na qual o aluno cumpre 60 (sessenta) horas.

A primeira fase do estágio, ou seja, em bibliotecas, não poderá ser realizada em menos de um semestre letivo e não é permitido o estágio de alunos matriculados no 4º período, em bibliotecas que não possuem o Bacharel em Biblioteconomia.

O controle do estágio nas bibliotecas se processa através da entrega de relatórios mensais, em três vias.

A avaliação dessa fase de estágio é realizada através da entrega do relatório final de estágio, cujo roteiro é fornecido pela escola. É apresentado pelos alunos ao término do estágio em cada biblioteca credenciada, em três vias. A ficha de avaliação, preenchida pelo bibliotecário responsável com a anuência do coordenador, é feita em uma via.

A segunda fase é realizada como «estágio orientado», que tem características semelhantes às disciplinas, pois possui carga horária específica de 60 (sessenta) horas/aula, com frequência obrigatória de 75%, ficando o aluno automaticamente reprovado se ultrapassar o limite de 25% das faltas, devendo



realizar esta fase em sua próxima oferta.

A avaliação dessa fase se dá por um conceito geral estabelecido pelo Coordenador de estágio, que, por sua vez, será somado ao conceito obtido na fase anterior, resultando numa média final.

5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTÁGIO

Para que as bibliotecas possam receber estagiários da Escola são necessários alguns procedimentos como: credenciamento das bibliotecas e celebração de convênio entre as instituições, contrato de concessão de Bolsa de Complementação Educacional e termo de compromisso para estágios não remunerados.

5.1 Credenciamento das bibliotecas

As bibliotecas interessadas em manter estagiários devem preencher um formulário de credenciamento fornecido pela Escola, onde demonstre a caracterização e definição dos campos de estágio curricular, de acordo com as disposições do artigo 1º da Lei n. 6.494.

A aprovação do credenciamento é de competência da Coordenação de Estágio, mediante critérios estabelecidos pelo Departamento de Formação Profissional.

5.2 Celebração de convênio

De acordo com o artigo 5º do Decreto n. 87.497, deve ser estabelecido um instrumento jurídico entre a Escola e as pessoas jurídicas de direito público e privado para qualquer tipo de estágio.

Em cumprimento ao disposto nesse decreto, a Escola estabeleceu um modelo de convênio que é apresentado para as instituições credenciadas.

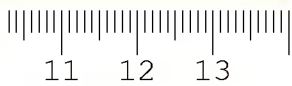
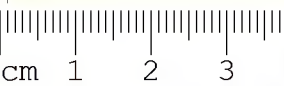
5.3 Contrato de Bolsa de Complementação Educacional e/ou Termo

A celebração do contrato de concessão de Bolsa de Complementação Educacional é efetuada para estágios remunerados entre o estudante e a parte concedente, com a interveniência da Escola.

Para os estágios não-remunerados é celebrado um termo de compromisso, segundo modelo fornecido pela Escola.

ABSTRACT: It focalizes the project of the Library School at São Carlos, SP, Brazil, named «Library Practice Students Training» (stages). It gives information on the coordination and activities developed to assist, advise and supervise students in their practice in libraries of the region.

KEY WORDS: Library school practical training; Brazil.



XVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Salvador, FEBAB/APBED, 22 a 27 set. 1991.

Tema: Biblioteca e Desenvolvimento Econômico e Social
Relatores: Yara Conceição e Gilda Ieda Sé de Carvalho

O XVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação foi uma realização da Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da BAHIA/APBEB, no período de 22 a 27 de setembro de 1991, nas dependências do Centro de Convenções da Bahia, em Salvador. Este evento, promovido pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários / FEBAB, teve como objetivo geral congregar bibliotecários e profissionais de outras áreas para discussão de temas de interesse comum e relacionados com o exercício profissional.

Desta forma, o temário selecionado buscou contemplar na medida do possível, sugestões encaminhadas à Comissão Organizadora, no período que se seguiu à reunião da Assembléia Geral da FEBAB, realizada no Rio de Janeiro, em 1989, no decorrer do XV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, ocasião em que a Bahia foi escolhida para sediar este XVI Congresso que ora estamos encerrando.

As atividades do XVI CBBBD se configuram como conferências, painéis, fórum de debates, mesas redondas, sessões especiais, reuniões e cursos, onde puderam ser debatidos questões relacionadas com: o processo de geração, tratamento e difusão da informação, no âmbito nacional e internacional; o papel das bibliotecas: pública, especializada, universitária e/ou escolar na condução deste processo, o ensino de Biblioteconomia; a educação do usuário; o movimento associativo; a atuação sistêmica da biblioteca; a ação cultural em



bibliotecas; a relação biblioteca - informação - desenvolvimento.

Quanto aos cursos ministrados, pode ser dito que enfocaram assuntos em consonância com o programa ou temário do Congresso, para cumprir o objetivo de atualização de conhecimentos, bem como mudar o comportamento profissional no trato com questões administrativas, técnicas e/ou referenciais, inerentes aos serviços bibliotecários.

Assim, como resultado desta troca de idéias e experiências, recomendações amadurecidas foram apresentadas pelos participantes do XVI Congresso e aprovadas em plenário, a saber:

1 - Quanto às Bibliotecas:

- 1.1 - Que seja solicitado o apoio às esferas competentes do Governo Federal para projetos, reformas e construção de prédios de bibliotecas, podendo adequá-las à sua forma de espaço cultural.
- 1.2 - Que seja implementado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
- 1.3 - Que as Câmaras Municipais apoiem qualquer iniciativa em favor da instituição de Biblioteca Pública em cada Município brasileiro.

2 - Quanto aos Honorários profissionais:

Tendo em vista a impossibilidade de estabelecimento de um piso salarial nacional, seja pelo processo legal, seja pelas disparidades existentes entre as diversas regiões do país, o XVI CBBB aprovou o que se segue:

2.1 - Estabelecimento de um salário/base mensal

Crítérios devem ser estabelecidos para uma média salarial estadual devidamente respaldadas em metodologia para coleta de dados:

Pesquisas procedidas junto ao Departamento de Pessoal das instituições, em órgãos públicos e privados, em todos os níveis da administração (federal, estadual e municipal), considerando-se a vinculação administrativa de cada uma (da Administração direta, indireta, fundações, autarquias, etc.) nos três poderes, bem como a carga horária semanal de 30 a 40 horas.

Deverão ser pesquisadas entidades em número que representa amostragem de 10 a 20% do total existente no Estado.

Pesquisas realizadas por Associações e Sindicatos devem procurar obter um número mais expressivo, quando isso representar melhor o seu universo.

Do resultado dessa pesquisa, poderá ser definido o salário mínimo básico mensal a ser adotado pelo bibliotecário nos contratos permanentes ou temporários de trabalho, com vínculo empregatício.

2.2 - Honorários por serviço de consultoria



Neste caso, será estabelecido um valor para o Salário-hora, que obedecerá a seguinte fórmula:

Salário hora = (Salário mínimo básico mensal + encargos sociais) Número de horas trabalhadas / mês

Salário mínimo básico mensal = média salarial estadual para 40 horas semanais.

Encargos Sociais = INSS, Imposto de Renda etc.

Número de horas trabalhadas mês = 8 horas diárias num total de 22 dias ao mês.

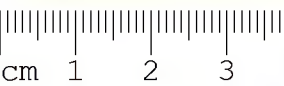
Estabelecido este valor (salário hora) é que os honorários serão cobrados de acordo com o tempo gasto nos serviços de informação. Para a identificação desses serviços e seu tempo de execução, deverá ser utilizada a divisão de serviços elaborada pela Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal / ABDF.

Custo do serviço = Salário hora x Tempo gasto para a execução de serviços de informação

Custo final - Custo dos serviços + custos adicionais

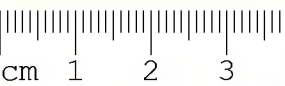
Os custos adicionais deverão ser identificados conforme o trabalho "Honorários Profissionais: quanto custam os seus serviços" de Gilda Iêda Santo Sé de Carvalho, Salvador: APBEB, 1991.

- 3 - Que as Associações, Sindicatos e Conselhos Regionais mantenham e divulguem um Banco de Empregos e uma Bolsa de Salários, obedecendo as recomendações desta proposta.
- 4 - Que as entidades descritas em 2.3 promovam troca de informações com análises periódicas dessas atividades e divulguem amplamente esses serviços, utilizando-se dos meios de comunicação interna da classe e os oficiais dos respectivos Estados.
- 5 - Quanto ao próximo Congresso (XVII CBBBD) a realizar-se em Minas Gerais:
 - 5.1 - Que seja apresentado logo no início das atividades do XVII CBBBD o resultado obtido das recomendações do XVI CBBBD. Dessa maneira, ter-se-á conhecimento da evolução pela qual passou a profissão.
 - 5.2 - Que haja maior tempo para apresentação de trabalhos e debate, ainda que isso implique em ter um número menor de trabalhos selecionados.
 - 5.3 - Que haja uma sessão paralela para se discutir e debater assuntos ligados às bibliotecas, sem necessidade de apresentação de trabalhos inscritos. Esta sessão terá como objetivo a troca de experiências entre profissionais ligados às diversas bibliotecas.



DOCUMENTOS

O XVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, ainda em sua sessão plenária de encerramento, votou moção solicitando ao Governo do Estado do Ceará providências no sentido de viabilizar, o mais rápido possível, a reabertura da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, dando-lhe condições infra-estruturais para o seu funcionamento.



**VI SNBU - Seminário Nacional de Bibliotecas
Universitárias,
Rio de Janeiro, SIBI/UFRJ, 24 a 29 nov. 1991.**

Tema: Padrões Nacionais para Planejamento e Avaliação em Bibliotecas
Universitárias

Relator: Coordenadores de Grupos

Grupo de Trabalho - Pessoal

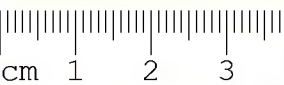
Relatório: O grupo de trabalho após análise e discussão dos documentos apresentados ao 7. SNBU, bem como dos questionamentos suscitados durante a apresentação dos painéis observou que os princípios ou diretrizes referidos no Documento-Base de Pessoal: Padrões para pessoal nas Bibliotecas Universitárias brasileiras do prof. Eduardo Wense Dias, entendidos como "Padrões Qualitativos" atuam como condicionantes dos "Padrões Quantitativos".

O grupo optou pelo emprego do termo "Indicadores" para designar as variáveis utilizadas como referencial no estabelecimento de padrões.

Os indicadores, assim definidos, são aplicáveis, com variações de peso, não apenas a pessoal, mas às variáveis que se enquadram no estabelecimento de padrões para bibliotecas.

Foi considerado:

- a necessidade de esclarecer confusões terminológicas;
- as dificuldades inerentes ao desenvolvimento e à aplicação de "Padrões" na área de pessoal;
- a inexistência, no Brasil, de Séries históricas consistentes na área de recursos humanos e
- a necessidade de especificar diretrizes qualitativas para área de pessoal.



Propostas do grupo ao PROBIB:

- 1) criação de um grupo de trabalho com a atribuição de desenvolver metodologias utilizáveis no levantamento de dados e na produção de indicadores referentes a pessoal em bibliotecas;
- 2) elaboração de um estudo visando obter a conceituação rigorosa da terminologia aplicável à área;
- 3) determinação de metodologias que incluam o uso de matriz de variáveis conforme proposta preliminar de modo que cada variável dessa matriz sofra análise e detalhamento, de modo a permitir a generalização de seu uso a nível nacional;
- 4) elaboração teórica-metodológica incluindo a formulação de diretrizes, orientada pelos seguintes eixos:
 - a) definição das categorias funcionais necessárias para o exercício das atividades específicas a cada função;
 - b) observância ao exercício das atribuições específicas a cada função;
 - c) respeitabilidade à postura acadêmica e ética profissional do bibliotecário;
 - d) criação de Instrumentos de Institucionalização da área de informação junto as várias instâncias universitárias;
 - e) atenção à seleção, programas de desenvolvimento e avaliação de desempenho de recursos humanos em adequação aos perfis necessários;
 - f) provisão de quadro de pessoal adequado ao amplo atendimento aos usuários, em termos de horário e de serviços mínimos.

O grupo sugere ao PROBIB executar um projeto piloto que contemple as recomendações explicitadas, em um determinado período, incluindo aquelas bibliotecas que já vêm desenvolvendo estudos e/ou aplicando ferramentas gerenciais na área de pessoal, como por ex.: USP, UNESP, UFBA, FURG, UNICAMP etc.

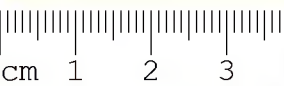
Participaram do grupo: Abigail de Oliveira Carvalho (coordenadora), Cláudio Omar Nunes (FURG), Glaura Maria de Oliveira B. de Almeida (UNESP), Maria Isabel Santoro (UNICAMP), Neusa Dias de Macedo (USP/FEBAB), Vera Lúcia Dodebel (UNI-RIO).

Grupo Desenvolvimento de Coleções

O processo de formação e desenvolvimento de coleções compreende a definição de uma política explícita, a elaboração de um plano e de um programa de aquisição, condicionados por fatores do meio ambiente interno à biblioteca.

O grupo recomenda:

- explicitação pelas bibliotecas universitárias de suas políticas nesse processo,



em relação às suas funções e objetivos, comunidade usuária, abrangência, níveis, formatos, suportes, responsabilidade e modalidades de aquisição da coleção;

- elaboração de um planejamento baseado nas conclusões de estudos interrelacionados sobre o contexto acadêmico, ou das coleções, a produção bibliográfica, recursos bibliográficos e financeiros;
- incorporação de dados estatísticos pertinentes, ao sistema de informações gerenciais da biblioteca para que o programa de aquisição seja estabelecido a partir dos critérios definidos na política e no plano de formação e desenvolvimento de coleções.

Participaram do grupo: Maria Carmen R. de Carvalho (IBICT), Tania Urbano (IBICT), Rejane Ralfo Klaes (UFRGS), Maria Teresa da Costa Fontoura (UNI-RIO), Cecília Oberhofer (IBICT), Márcia Japor O. Gavia (UFF), Maria das Graças Monteiro Fontoura (UFMA), Marlene Gonçalves Curty (UEM) e Sílvia Regina Cardeal (UFAL).

Grupo de Trabalho Custo/Preços

Considerando a atual situação do Brasil:

- orçamentos reduzidos prejudicando a manutenção e atualização dos acervos e serviços nas Bibliotecas Universitárias;
- órgãos públicos avaliados quanto à validade de suas funções, eficiência e eficácia em contrapartida ao investimento feito pela sociedade;
- e o retorno oferecido e tendo em vista as tendências mundiais relativas a custos e preços dos serviços de informações/produtos de bibliotecas;

O grupo de trabalho sobre Custos/preços sugeriu que:

- é necessário que haja um trabalho de conscientização dos profissionais das Bibliotecas Universitárias para o problema de custos, principalmente dos custos dos serviços paralelos prestados;
- conscientização da sociedade e dirigentes dos Órgãos públicos sobre a necessidade de que os serviços/produtos por elas oferecidos e pelos Centros de Informações, sejam vistos, como um bem público, um dever do Estado.

Recomendações a nível geral:

- Criação de um grupo de trabalho sob a Coordenação do PROBIB, para elaborar e definir metodologias de apropriação de custos e treinamento de gerentes responsáveis pela elaboração de orçamento nas Bibliotecas Universitárias. O grupo deverá contar com representantes destas Bibliotecas e de seus diversos segmentos;
- Incentivo e mobilização de projetos pelo PNBUE/ou Agências de fomento que



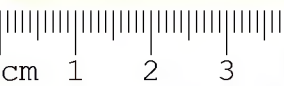
- visem a redução de custos e garantam a democratização do uso da informação;
- Definição de uma política de preços pautada nos objetivos das Bibliotecas Universitárias enquanto órgãos de apoio ao ensino pesquisa e a prestação de serviços à comunidade, cabendo aos órgãos decisórios de cada Unidade de Ensino, a formalização e Implantação desta política;
 - Incentivo à produção de trabalhos, teses e estudos de pós-graduação nas áreas de Ciência da Informação e Economia voltados para custos e preços de serviço de informação, usando como laboratórios as próprias Bibliotecas Universitárias.

A nível específico:

- A metodologia para a apropriação de custos deverá ser precedida de um levantamento exaustivo dos serviços, produtos, facilidades e atividades nelas envolvidas.
- A apropriação de vetos poderá se dar através da implantação de centros de custos, sendo necessário a identificação de variáveis como:
custos fixos: Instalações, luz, telefone; manutenção do ar refrigerado; aluguel/ manutenção dos equipamentos: Xerox, Computador etc.; pessoal; material bibliográfico.
custos variáveis: material de consumo; material de manutenção dos equipamentos (peças, toner, etc.); papel; tempo de uso de computadores; prestação de serviços eventuais; correio; envelopes; etiquetas etc.; editoração.

Considerando o estágio inicial dos estudos sobre custos e preços dos serviços de informações o grupo recomendou finalmente que os resultados alcançados pelo grupo de trabalho a ser criado pelo PROBIB sejam apresentados e discutidos no próximo SNBU.

Participaram do grupo: Elza Correa Granja (Instituto de Psicologia/USP), Etiene Silva de Souza Lima (UFPe/BC), José Domingos de Brito (EAESP/FGV), Júlio Cezar Raesch (CIN), Maria da Penha Franco Sampaio (UFP e/BC), Mariza Russo (COPPEAD/UFRJ).



II COBIBii - Congresso de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. São Paulo, 22 a 25 set. 1992.

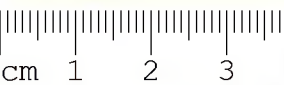
Tema: Qualidade, Produtividade, Competitividade e Sistemas de Informação.
Relator: Maria de Fátima G.M. Tálamo*

Dos dias 22 a 25 de setembro de 1992, teve lugar em São Paulo, no Centro de Convenções Rebouças, o COBIBii — Congresso de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação —, uma realização da Associação Paulista de Bibliotecários.

Com uma organização impecável, que o impôs como um encontro de categoria internacional, e uma seleção temática extremamente atual e universal, que o projetou como um dos mais importantes eventos do ano, o COBIBii-92 confirmou que a evolução e a transformação da área de informação e de seus agentes supõe ousadia e competência, componentes que seus organizadores demonstraram ter de fato.

Neste sentido, o tema do congresso - Qualidade, Produtividade e Competitividade da Informação - não foi apenas motivo de exposição e debates mas esteve materializado em todas as atividades que se desenvolveram durante o evento. Durante quatro dias, todos os participantes se beneficiaram de debates de alto nível e vivenciaram um padrão de qualidade de serviços inigualável. Tudo isso redundou em atividades produtivas que passam, resumidamente, a ser objeto do presente relatório.

* Coordenadora da Comissão de Graduação do Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA-USP. Professora da área de Linguística.



A. Forma organizacional e desenvolvimento temático

Ao propor partir das questões mais abrangentes para as mais específicas, o COBIBII-92 enfatizou a relação existente entre o cidadão e o profissional. Como cidadão que é, o profissional bibliotecário encontra no seu compromisso com a realidade a motivação para a mudança, para o aprimoramento da sua atividade.

Para isto nada mais significativo do que discutir a questão da qualidade, já que esta não se propõe como conceito absoluto, mas sempre relativo a dois pólos, a duas instâncias. A qualidade supõe o outro, não é uma expressão inusitada, que visa apenas a provocar um efeito de sentido retórico. É uma realidade, pois através do conceito de qualidade recuperam-se subjetividades que durante longo período ficaram à parte do processo objetivo de tratamento, disseminação e recuperação da informação.

Não é por acaso, portanto, que para assimilar o conceito de Qualidade, tornando-o operacionalizável, nos vejamos obrigados a lidar com termos e noções que há pouco tempo não imaginaríamos encontrar em manuais técnicos e metodológicos: participação, expectativa, necessidade, valores, satisfação, parceria. Como a qualidade não é consequência do acaso, descobre-se, com relativa facilidade, que as expectativas e necessidades podem e devem ser tratadas através da previsibilidade, da definição de ações e de objetivos.

De um modo geral, a Qualidade é um conceito globalizante. Todos nós a perseguimos: na nossa vida pessoal, na nossa vida social, na nossa vida profissional. Define-se, invariavelmente, como um conjunto de atividades que acrescentam um valor a um dado qualquer.

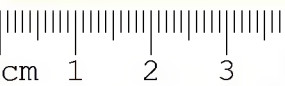
O conceito de cidadão, do qual um traço marcante a participação do indivíduo nos vários processos sociais, políticos, e econômicos, supõe direitos, tais como: o acesso à educação, à distribuição de renda, à constância de políticas, que redundam na transformação contínua da realidade segundo parâmetros claros que envolvem os participantes no próprio processo. Neste quadro, a Qualidade na área de Biblioteconomia e Documentação é passível de, pelo menos, duas abordagens:

a) A Qualidade na elaboração do produto

A noção elementar em jogo, neste momento, é a de informação como manufatura. Sua elaboração envolve os procedimentos técnicos e metodológicos que transformam o dado em informação disponível.

Neste nível, o conceito de qualidade gera mudanças na administração da produção do bem. Exemplo deste fato, é o método de Qualidade Total, que propõe os princípios pelos quais se obtém um melhor produto, com custos mais baixos e compromisso efetivo dos profissionais envolvidos na sua elaboração.

De um modo geral, a Qualidade deriva da melhoria do processo global de



produção e de planejamento das atividades. Assim, o treinamento, o estímulo à formação, a não dependência da inspeção do desenvolvimento das tarefas e a liderança, entre outros, são princípios que, associados à constância dos processos, permitem materializar a aspiração pela Qualidade, transformando-a em fato concreto.

Este aspecto foi objeto de várias reflexões no decorrer do evento em questão, estando presente nos momentos em que metodologias específicas de elaboração de produtos e de avaliação de processos foram apresentadas.

b) A Qualidade em serviços

O segundo aspecto, fruto de uma reflexão mais intensa durante o evento, relacionou-se à gestão de serviços. A concepção que norteia esta abordagem considera que a informação transforma-se em serviço no processo real de sua utilização. Assim, embora suponha a informação como manufatura, o conceito de gestão enfatiza a informação como serviço, isto é, o processo de fato de utilização da informação manufaturada.

As principais características do processo assinalado são:

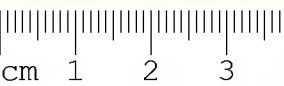
- 1 o Serviço de Informação define-se como um conjunto de atividades que aumentam o valor da informação manufaturada, transformando-a em informação pertinente para um usuário específico.
- 2 o Usuário não é apenas o beneficiário do processo e não se define como um conceito ou uma noção construída e abstrata. Ele deve ser proposto como parte do serviço, participante efetivo do processo, sendo que o sucesso global da atividade depende também dele.

Sob este aspecto, o conceito de Qualidade não é absoluto, e nem poderia sê-lo, à medida que se relaciona com o desempenho do serviço de informação face às necessidades e expectativas do usuário.

Neste sentido, é importante ressaltar a distinção entre expectativa e percepção. Face ao conceito de Qualidade, a expectativa real é relativizada pelo modo através do qual o usuário percebe o processo. Portanto, é preciso observar que tão importante quanto obter a informação desejada é a forma como ela é obtida. Decorre disso, a importância do nível operacional do serviço, da imagem do próprio serviço e do modo pelo qual seus projetos são estabelecidos e promovidos, incluindo-se aí as formas de educação do usuário.

A partir destes componentes da noção de serviço, alguns aspectos foram motivo de reflexão mais específica. São eles:

- 1) O sistema de expressar claramente sua capacidade de reverter o erro ou ainda de propor soluções para situações que se expressam de maneira conflitante para o usuário. Isto supõe que o sistema deva ser suficientemente flexível para corrigir eventuais distorções no momento em que ocorrem, demonstrando efetivo respeito ao usuário. É importante ressaltar que este



fato decorre da própria definição de serviço como padrão de decisões; desse modo, a concepção tradicional de serviço como um conjunto de instruções.

- II) O conceito de Qualidade supõe necessariamente um conhecimento do segmento a que se destina o serviço. Este conhecimento não é, por sua vez, abstrato. Algumas metodologias permitem obtê-lo de modo objetivo. É o caso, por exemplo, do conceito de FOCO, cuja operacionalização permite a seleção dos clientes efetivos de um serviço através da redução do segmento. Com isso, o serviço de informação passa a ser uma função fundamental na formação das expectativas dos usuários. O exercício de tal função supõe não só a consistência na prestação de serviços mas também as formas de comunicação, sejam elas formais ou não, entre os usuários e o sistema de informação.
- III) No contexto apresentado, a Competitividade apresenta-se como uma noção que deve estar assimilada à gestão estratégica de serviço, uma vez que a Qualidade da gestão depende da Competitividade. Do mesmo modo, a noção de Produtividade não se propõe de forma isolada, já que ela depende da Qualidade do planejamento, administração e execução dos procedimentos operacionais.

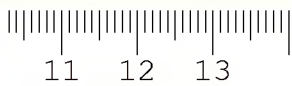
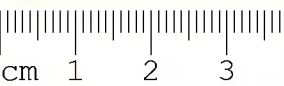
B Conclusões

Especificamente, a partir das exposições e debates promovidos evidenciou-se a necessidade de se propor formas mais adequadas e eficientes para o processamento da informação, bem como o estabelecimento de estratégias específicas para a gestão de serviços de informação, de modo que a sua organização se imponha cada vez mais como meio e não como fim.

Globalmente, enfatizou-se a relação Qualidade/ Educação/ Informação, de modo a evidenciar a necessária pressuposição entre as noções de educação e de qualidade, de um lado, e, de outro, das de educação e de informação. Nos países desenvolvidos, como o Japão, por exemplo, a obtenção de níveis crescentes de Qualidade, Competitividade e Produtividade se impôs a partir de investimentos maciços na educação. Neste sentido, a Qualidade resulta da elaboração e da efetivação de processos educacionais com as noções em questão.

No entanto, essa não é a nossa realidade. Por mais positivas que tenham sido as experiências em outros países, elas não podem ser transferidas na sua totalidade para o contexto brasileiro. Neste sentido, a importância do bibliotecário como profissional e como cidadão deve ser afirmada e resgatada. Se é fato que a Qualidade é conquista da Educação, é fato também que a Educação não se processa sem a Informação.

Não se pode, portanto, minimizar a importância do profissional da



informação no processo educacional. É preciso antes integrá-lo a este último, de modo a dar-lhe a oportunidade de pensar o nosso mundo, articulando-lhe novas formas de atividades que permitam a circulação alternativa de bens culturais.

C Recomendações

Às entidades de classe dos Bibliotecários:

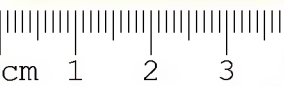
- 1 Que promovam a divulgação e a discussão dos temas tratados no presente evento, para que as questões propostas atinjam um número maior de profissionais.
- 2 Que provoquem os bibliotecários para a discussão dos problemas de relações humanas e recursos humanos e sua importância no trabalho.
- 3 Que encontrem formas para despertar a consciência da categoria para o trabalho integrado com outros profissionais, encarando-os como parceiros e não como concorrentes.
- 4 Que formem grupos de trabalho que proponham metodologias específicas baseadas no conceito de qualidade, para a gestão da informação, bem como para o seu processamento.

Às escolas de Biblioteconomia:

- 1 Que a formação do bibliotecário concorra para a percepção do uso criterioso das novas tecnologias com a indispensável atualidade.
- 2 Que os professores se preocupem em formar profissionais criativos, e não apenas técnicos, capazes de gerenciar as informações os recursos humanos que processam a informação.
- 3 Que as escolas, independentemente do atual currículo, implementem o ensino na área de Administração, permitindo assim que os futuros profissionais cheguem ao mercado de trabalho com melhores condições de assumir seu papel de disseminador/gerenciador de informações.

Aos profissionais:

- 1 Que participem de cursos, preferencialmente de especialização, na área de Administração.



Seminário e Visitas Técnicas a Bibliotecas da Alemanha, com participação de representantes da FEBAB, em ago./set. 1991.

Relatório pessoal de Neusa Dias de Macedo

1 IDENTIFICAÇÃO

Título da programação

Teilnehmer des internationalen Seminars Alte-Dienstleistungen - neue Medien mit anschließender Studienreise, von 23.08/08.09.1991.

Tradução: Programa de Seminário Internacional "Serviços Tradicionais a Novas Tecnologias" para Bibliotecários e Cientistas de Informação, seguido de visitas a bibliotecas, de 23 ago./09 set. 1991.

Patrocinadores

DBI: Deutsches Bibliotheksinstitut Auslandssekretariat Bundesallee 184/185 Berlin 31, Germany - tel. (030) 8505147

Coordenadora: Elisabet Simon

Países/Participantes

Alemanha e 12 países: Espanha (3) Portugal (2) Turquia (1) Rússia (1) Jamaica (1) e América Latina: Argentina (3) Brasil (3) Chile (2) Costa Rica (1) México (1) Porto Rico (2) Uruguai (1).

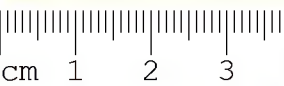
Representantes do Brasil

FEBAB: Mirian Salvadore Nascimento (Presidente); Neusa Dias de Macedo (vice-presidente), por desistência a última hora do presidente da Associação Paraense de Biblioteconomia; Senado: Yamil e Sousa Dutra.

Obs.: A passagem aérea internacional ficou às expensas dos interessados, cabendo ao DBI as despesas de hospedagem e percurso interno na Alemanha, sem ônus, portanto, à FEBAB.

Cidades visitadas na Alemanha

Visitas técnicas a bibliotecas públicas, universitárias e especializadas em: Köln, Jülich, Düsseldorf, Gütersloh, Bielefeld, Osnabruck, Oldenburg, Hanover,



Gothingen, Rüdigen, Frankfurt. Extra: Berlin e Viena.

Trabalho apresentado

"Panorama da Biblioteconomia e Organização Associativa Brasileira", com versões para o espanhol e inglês.

2 - EXPLICAÇÕES INICIAIS

Por dificuldades de tradução de abundante material recolhido e da difícil preparação de 300 slides de fotos tirados por Mirian Nascimento, que devem ser incluídos no relatório final circunstanciado, apresentar-se-á, preliminarmente para efeito de registro de participação da FEBAB, este Relatório cronológico seguido de comentários. Assinala-se que outra equipe da FEBAB já participou de viagem semelhante, porém em cidades outras da Alemanha, em agosto/setembro de 1987 (Cf RBBB, v. 21, n. 3/4, p. 130-51, 1988).

Dinâmica do Seminário

Numa primeira instância, em Colônia, numa hospedaria de alta classe denominada Mathernaushaus, são realizadas sessões preparatórias, ocorrendo palestras por especialistas alemães e trabalhos encomendados a alguns países (Brasil, Espanha e México), bem como mesa-redonda final dedicada a debates sobre questões de cooperação entre países e intercâmbio com representantes de firmas comerciais e indústrias da informação. Programa-se ainda algumas visitas a bibliotecas locais. Os participantes se hospedam, neste período, na Maternushaus.

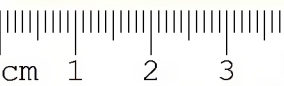
No segundo momento, são realizadas as visitas técnicas a várias cidades. Durante o percurso, a coordenadora - Mrs Simon - vai prestando informações sobre as cidades e as instituições a serem visitadas. Há cordial recepção, em cada instituição, com oferecimento de farto material gráfico, lanches e almoços, além de palestras e visita-orientada. Muitas vezes, percurso turístico complementa a visita técnica.

3 - ROTEIRO CRONOLÓGICO/DESCRITIVO DO SEMINÁRIO E DAS VISITAS A BIBLIOTECAS ALEMÃS

KöLN (Colônia)

23 a 24.08.91 - Chegada a Colônia e instalação na Maternushaus. Reuniões preparatórias, seguidas de jantar de conagraçamento entre os participantes dos vários países e a coordenadora do evento.

25.08 - Iniciadas as primeiras palestras na Maternushaus: "A Biblioteca de DOM", especializada em Teologia, explanada pelo diretor, Dr. Cervello-Margalef, "O Sistema Bibliotecário Alemão", por Elisabet Simon, em substituição ao diretor da DBI, Peter Borchat, explicando que, em termos nacionais, não



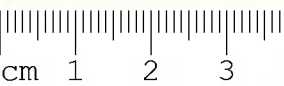
existem ministérios na Alemanha, somente um: para Ciência e Tecnologia, sendo que cada estado tem seu "Ministério" de Cultura, o mesmo acontecendo com a Educação. Não existe legislação nacional para bibliotecas, e cada estado segue normas próprias, o que causa sério problema para intercâmbio. Somente Berlin tem curso de Biblioteconomia ligado a universidade. Fala ainda sobre bibliotecas: as públicas e escolares, que adquirem importância depois da 2a. Guerra e estão sob responsabilidade das municipalidades - uma diferente da outra; bibliotecários de várias categorias, com grau universitário ou só com diploma específico. Bibliotecas universitárias, descentralizadas ou centralizadas, são mais orientadas para coleções do que para serviços. Perspectivas futuras para redes e descentralização. Biblioteca Nacional: três, em Berlin, Frankfurt e Munich; também, na Medicina e C&T. Há bibliotecas públicas estaduais, combinadas muitas vezes com universitárias. Geralmente, são bibliotecas depositárias, não muito fortes em C&T. As bibliotecas especializadas, na maioria junto a empresas, estão prestando relevantes serviços, no momento.

26.08 - O tópico de discussão recai em "Literature and Information Supply", sendo o primeiro conferencista Dr. Walter Umstatter, professor de biblioteconomia, que discorre sobre questões de treinamento. Chama atenção ao tradicionalismo da Alemanha com respeito à Biblioteca ainda com funções de Centro de Documentação, enfatizando a Biblioteca Eletrônica, bem presente no momento. As novas tecnologias, com discos óticos, enciclopédias eletrônicas, indexação de imagens precisam ser levadas em consideração no currículo de Biblioteconomia. Questões de demandas dos usuários, o que necessitam; formato, local, circunstância e preço da informação precisam ser objeto de pesquisas.

O primeiro trabalho apresentado pelos participantes dos países, é de P.F. Olmo, da Espanha, que faz ampla explanação sobre o "Conselho de Pesquisa da Espanha", já com 60 bibliotecas conectadas em linha e num total de 90 formando sistema de informação na área acadêmica.

À tarde, visita a Biblioteca Pública de Colônia, com 100 anos de existência. É o tipo centralizado, contando com 16 sucursais, 7 carros-biblioteca, Tem seções: Infantil; para Cegos, Idosos; Normas e Padrões; Midiateca; CD-ROM's; Laboratório de Língua e Música. Atende público geral, especializado, governo local e 11 bibliotecas escolares. Empréstimo de livros e de midiateca (100 mil pessoas; usuários registrados 83.000; 3 milhões de livros retirados; anualmente). Orçamento, em 1988: 2.4 milhões DM; Pessoal: 93 bibliotecários e 86 funcionários. Acervo: 1,3 milhões vols., sendo 26 mil discos; 30 mil longplays; discos compactos; cassetes musicais; mil cassetes literários e de línguas; estórias infantis, e outros. Desde 1977 automatiza catalogação pelo sistema BASIS. Acessa 800 bancos de dados. Cobra 15 marcos anuais, para os inscritos, CD's, dm por item e para os BD's 60 dm por busca.

27.08 - Dr. E. Plassman, representando a VDB (Verein Deutscher



Bibliothekare) e a Fachhochschule für Bibliotheks und Dokumentationswesen, ou seja, a associação de classe e escola de biblioteconomia alemãs, fala sobre "Associações Bibliotecárias e seu Papel no Desenvolvimento dos Sistemas de Informação". Na Alemanha, há dois tipos de Associações: de Bibliotecas e de Bibliotecários. Para este último tipo, existem quatro tipos: a) bibliotecários universitários (desde 1900), tendo curso superior, ou uma especialidade, ou 1 ou 2 anos de biblioteconomia; b) diplomados em biblioteconomia (3 anos); c) bibliotecários de bibliotecas públicas; d) auxiliares de bibliotecas (2 anos de treinamento). Às associações de bibliotecas, cabe organização de eventos, publicações, relações públicas e recomendações. Há aproximadamente 20.000 bibliotecários no país.

Dr. Cervello-Margalef, presidente do Conselho Internacional de Bibliotecas de Teologia, faz minuciosa explanação das funções e atividades dessa entidade. Contam com acervo de 400 mil livros nessa especialidade; publicam manuais, guias, bibliografias, boletins etc.

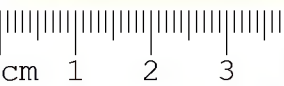
Iniciado por Mirian Nascimento e completado por Neusa Dias de Macedo, a representação do Brasil traça panorama da "Biblioteconomia Brasileira e Papel das Associações". Em resumo, foram feitas as seguintes abordagens: uma breve introdução sobre o Brasil e a Biblioteconomia brasileira (formação, ensino de graduação e pós-graduação); sistemas bibliotecários: das bibliotecas públicas e escolares às universitárias e especializadas; sistemas de informação e redes, o IBICT; aplicação de novas tecnologias; o movimento associativo: estruturação da classe, conselhos, associações, sindicatos, educação contínua, pesquisa e publicações periódicas da área; agências de financiamento; a FEBAB em destaque, com sua organização, problemas e projetos (publicado em inglês, como "Brazilian Librarianship and Professional Leading Action Panorama: In: BRAZILIAN COMMUNICATION RESEARCH YEARBOOK, São Paulo, Brazil, School of Communications and Arts, 1992. v. 1, p. 16-28.

À tarde, visita não a uma biblioteca, mas a um centro de serviços a bibliotecas universitárias: Hochschulbibliothekszentrum des Landes Nordrhein-Westfalen. Inclui: Depósito, Empréstimo entre-bibliotecas, Catálogo Coletivo e Bibliografia. É instituição governamental, dirigida por Peter Rau. Promove treinamentos de pessoal. Não possui catálogo em linha, para usuários finais.

JÜLICH

28.08 - Segue-se de Colônia para visitar uma biblioteca especializada, pertencente a Estação de Pesquisa em Energia Nuclear situada na cidade de Jülich. Nada mais do que 980 cientistas e estagiários atuam nessa organização. Uma Biblioteca Central, com acervo 600.000 vols., 50 pessoas compondo o "staff" e inteiramente automatizada, é o grande apoio informacional a esses cientistas.

É das primeiras bibliotecas alemãs a serem computadorizadas, utilizando



o Jubilis, Domestic, PL1: constitui-se num sistema transaccional em tempo real, com estrutura de dados flexíveis. Oferece serviços bibliográficos em CD-ROM; 12 especialistas analisam e antecipam as necessidades de informação.

Houve cobertura total nessa visita técnica. O diretor da B.C., Dr. W. Neubauer e chefes de Seções, com antecedência, explicaram pormenorizadamente a organização do sistema informacional, com apoio em equipamento moderníssimo de projeção e com indicadores luminosos, distribuindo-se ainda farto material impresso. Da visita orientada, constaram a Biblioteca e o setor de Processamento de Dados. Ao fim, o Grupo é levado a um passeio turístico pelos locais históricos e ruínas de guerra da cidade.

KÖLN.

29.08 - De volta a Colônia, o tema a ser tratado pelo Seminário é "Política Nacional e Administração da Informação para os Serviços Profissionais de Informação, sob perspectiva alemã". O cientista, Dr. Karl Stroetmann, inicia palestra, falando do apoio que deve ser dado pelo governo a infraestrutura da informação. Década de 60: idéia de que o futuro podia ser planejado, com financiamentos governamentais e incentivos a competitividade internacional. (Acha exagero). Em 1985: redefine-se esta postura, aparecendo o termo "market da informação". A transferência da informação deve ser entendida desde o conhecimento técnico à economia. Discute ainda sobre o princípio do subsidiarismo. Em 1990: suavizam-se esses princípios, havendo muitos problemas com a distribuição da informação.

Exposição pelo representante do Senado do Brasil, Yamil Sousa Dutra, sobre "A Aplicação de um Sistema de Informação de Apoio aos Legisladores". Argumenta que um produto de informação tem de ser breve, conciso e motivante, no máximo 20 linhas. Este Sistema começou, em 1972, apoiando as Comissões do Senado, abarcando mais de 1000 terminais. Enfatiza a comunicação informal como a das mais importantes para o Congresso.

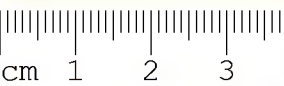
Substituindo R.M. Zamorra, o Dr. A. Rodriguez, diretor da Biblioteca Central da Universidade do México; tece rápidas considerações sobre ensino, sistema de informação e bibliotecas do país.

DÜSSELDORF

29.08 - Na tarde deste dia, segue-se para uma visita a Biblioteca Especializada em química junto a Indústria Henkel, que fabrica o KGaA. Embora instalada em prédio antigo, a biblioteca é automatizada e equipada de estanteria e equipamentos dos mais modernos.

KÖLN

30.08 - Encerra-se o Seminário em Colônia com, discussão do tema "Diferentes Meios de Cooperação entre Alemanha e os Países Participantes".



Além do Grupo, representantes de firmas e instituições participam de calorosa mesa-redonda, com apartes dos presentes.

A primeira exposição é feita por Angelita Wolderried, representante da EKZ (Einkaufszentrale für öffentliche Bibliotheken GmbH), que é um Centro de Suprimentos para Bibliotecas. É uma poderosa firma que, em princípio, dirige-se a bibliotecas públicas, mas seus produtos e serviços podem ser utilizados por qualquer tipo de biblioteca: além de aquisição de livros e mídias, fornecem catálogos em fichas, materiais de consumo e até móveis ultra-modernos e funcionais. Em cooperação com a DBV e VBB, fazem revisões críticas de publicações. Seus catálogos são belíssimos.

Endereço: Bismarckstrasse 3 - 7410 Reutlingengen1; Fernruf (07121) 144-0 - Durchwahl 144-105 - Telex 729784 Fax 144-105)

A representante da SWEETS comenta suas relações com países latino-americanos no que diz respeito a assinaturas centralizadas de periódicos. A queixa geral é sobre a demora de pagamentos, pelo atraso de liberação de verbas governamentais, falta de comunicação, devolução de cheques e outros problemas que acabam por denegrir a imagem das organizações dessa região. O Brasil é um dos países que mais causam dissabores comerciais, acabando por prejudicar o próprio desenvolvimento dos sistemas de informação do país. México e Portugal, agem bem, mas Espanha nem entre si as pessoas importam-se com a cooperação.

Quanto à mesa-redonda, representantes do Chile, Portugal e México apresentam alguns pontos críticos, que são contestados pelo Coordenador, Dr. Cervello. Acha este que houve mais uma expansão de anseios do que posicionamentos mais concretos. Como ninguém dos países representados foi alertado para que, oficialmente, viesse preparado para apresentar decisões em termos de acordos e intercâmbios, argumentou-se que apenas podia-se apresentar um arrolamento de itens para serem efetivados a longo prazo, ouvidas preliminarmente as autoridades de suas instituições.

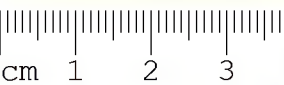
Os participantes, em geral, mostram-se abertos a intercâmbio e, entre si, iniciam alguns acordos informais.

À noite, os bibliotecários e diretores das instituições visitadas até então são recepcionados pela DBI na Maternushaus, havendo um contato mais informal com o Grupo.

31.08 - Sábado livre aos participantes e fim da permanência em Colônia. O material impresso recebido, muito bem acondicionado, foi levado ao Correio e remetido para o país dos participantes, às expensas do DBI.

GÜTERSLOH/BIELEFELD

01.09 - Partiu-se para Gütersloh, passando-se por uma Cidade-Museu (Landleben auf Schulwandbildern), onde se teve a oportunidade de percorrer por algum tempo este local etnológico e conhecer a vida colonial alemã.



BIELEFELD

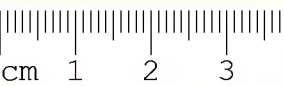
02.09 - Nesta cidade conhecemos a Biblioteca da Universidade de Bielefeld, guiados por seu diretor, Dr. K.W. Neubauer. A arquitetura da universidade é completamente diferente de todas as outras, tem aparência de uma imensa fábrica, ultra-moderna. Por não haver campus, os alunos não a apreciam muito. Mas oferece espaço para tudo: mercado, lojas, exposições de cartões postais, até espaços para "gays".

Esta universidade é do tempo da reforma dos anos 60, sendo de tipo médio, com cerca de 15.000 alunos. Na Alemanha o curso superior não é pago, e seja qual for o tamanho ela oferece bom ensino; por isso, não há preconceitos pelo nome de escola. Conta com vários cursos de caráter interdisciplinar; Biotecnologia, Inteligência Artificial. Há os chamados Cursos Gerais e os Estudos Avançados.

Existem muitas universidades nos arredores (North Rhine-Westphalia), e algumas têm sido fechadas. Alunos abandonam os cursos e vão para os Estados Unidos trabalhar, mas depois retornam aos estudos. A Alemanha recebe alunos estrangeiros gratuitamente desde que eles apresentem condições para a manutenção pessoal.

A Biblioteca é das mais reputadas do país, pois conta com pessoal de alta qualidade. A Universidade recebe fundos do governo da região, cerca de 400 milhões de marcos, sendo destinados 3% para a Biblioteca. No início, as coleções se espalhavam em 48 diferentes locais à volta da cidade, mas desde 1976 instala-se em prédio central. Já há 20 anos é toda automatizada. Em 1981 a Biblioteca já contava com 1 milhão de livros. A Universidade espera logo mais contar com 300 PC's para distribuí-los a todas as faculdades. Para a Biblioteca, no momento, há 40 PC's para catálogos em linha e rede de CD/s. Duas são as redes a cabo: uma exclusiva para os bibliotecários e outra (em duplicação) para os usuários. A cada duas semanas atualizam ou modificam o catálogo online alfabético e, uma vez por ano, o classificado. Usam código de barra para empréstimo. Quatro VDU's permitem aos interessados acesso direto a BD/IBAS, sendo também possibilitadas aos usuários buscas a BD's externos.

Destacamos alguns pontos, como exemplos de caracterização da biblioteca universitária alemã: sistema integrado de bibliotecas (uma central e várias departamentais); aquisição e catalogação centralizada; um centro de informação (leitura para jornais, periódicos gerais e novas publicações) e muitas unidades por assunto, sendo apenas nove com livre acesso; horário largo: de 2a. a 6a. feiras - das 8.00 a zero hora: sábados, domingos e feriados - das 9 às 22.00 hs.; área da Biblioteca: 23,666m; espaço para estantes: 69,272m; assentos: 2.672m; estúdio de som, com toca-discos, fitas e cassetes, e uma sala para vídeos; máquinas copiadoras (acionadas por moedas), em todas as bibliotecas departamentais; reproduções de microfimes e microfichas; usuários utilizando



livremente microcomputadores.

À tarde seguiu-se viagem para Gütersloh para visitar uma moderníssima "Biblioteca Municipal" (Biblioteca Pública Estadual).

GÜTERSLOH

02.09 - Uma das mais surpreendentes bibliotecas visitadas foi a Stadtbibliothek Gütersloh. Dirigida pela Sra. Ute Klaassen, uma psicóloga, foi por ela concebida conjuntamente com um arquiteto. Sua concepção foi simples: ser uma casa, confortável e descontraída, tendo em conta a observação de comportamento dos vários públicos interessados em frequentá-la. As pessoas poderiam estar pensando: - Que lugar bonito; gosto daqui! Isto é mesmo uma biblioteca". A projeção arquitetônica e de engenharia de tubulação interna é algo indescritível.

Em 1984, utilizando princípios de marketing, a comunidade foi consultada. Cada um dos membros (criança, jovem, adulto, idoso), de conformidade com suas necessidades de estudo, lazer, cultura e informação, foram consultados, e agora beneficiados com adequados materiais bibliográficos e novas tecnologias, com espaços próprios para interesses específicos. Assim, no centro da biblioteca, ou melhor, no coração da mesma foi instalada uma bonita casa de chá/lanchonete. Não só casais de cabelos branquinhos, mas senhoras e suas amigas; pais e filhos; grupos de jovens, entre as pausas de leituras, tomam chá, sorvetes ou refrescos, sem o mínimo de perturbação aos que retiram livros proximoamente, ou consultam obras, neste primeiro piso do edifício. Descontraidamente, pessoas com diferentes interesses, sobem pelas escadas em caracóis as inúmeras "alcovas" e mesaninos que formam a biblioteca toda, ornamentada de incríveis balões luminosos. As crianças sozinhas também lêem, brincam, com bichos de pelúcia, desenham, pintam o sete (mas sem perturbar ninguém), em criativos espaços próprios. Os variados recintos são todos acarpetados, com diferentes tipos de mobiliário. O mais surpreendente, para nós latino-americanos, é a perfeita ordem nesse ambiente descontraído e sem, vigia. Isto é incrível! Acredite, se quiser!

ONASBRÜCK/BRANCHE/OLDENBURG

ONASBRÜCK

03.09 - Segue-se viagem para Onasbrück a fim de conhecer outra biblioteca universitária. Trata-se, agora, de uma universidade pequena, servindo 14 áreas de conhecimento, com prédios separados, diferentes uns dos outros, mas tudo numa ordem exemplar. O campus é pequeno mas inteiramente florido.

A Biblioteca é do tipo centralizada, tendo 5 sucursais, abertas ao público. Sua iluminação é peculiar e moderníssima. Bem equipada, com, intenção de ser automatizada em conjunto com outras bibliotecas da Baixa Saxônia. Há um notável programa de marketing, com belíssimos folhetos sobre a universidade



e a biblioteca.

Passa-se a noite em Bramsche, seguindo-se de manhã para Oldenburg.

OLDENBURG

04.09 - Desta feita, na Universidade de Oldenburg, teve-se conhecimento de um Sistema de Documentação conjugado com Biblioteca e Centro de Informação. Situa-se esta universidade numa cidade portuária muito pitoresca, cercada de canais arborizados, jardins, mercados de arte, dezenas de restaurantes finos e choperias, prédios históricos e castelos; enfim, muito laser, arte e cultura.

O Grupo teve calorosa recepção da parte do diretor, H.J. Watjen e bibliotecários. Já estivera, anteriormente em Colônia com a esposa espanhola, o Dr. Allers (engenheiro e bibliotecário), para planejar esta visita e melhor se interagir com os participantes, por isso, já falando bem o espanhol. Excêntrico, de unhas pintadas de vermelho; meias verde num pé, e vermelha no outro; tendo, na sala de trabalho uma moto dependurada e os mais esquisitos objetos de ornamento, foi uma dedicação ímpar no acompanhamento ao Grupo.

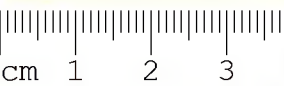
Distribui-se, também, rico material instrucional. Teve-se aqui ocasião de conhecer algo diferente: a conjugação de uma Biblioteca e um Sistema de Informação de Universidade.

A Universidade e Biblioteca são criadas em 1973. Não há cursos para Medicina, Engenharia e Direito, tendo a universidade somente 10.000 alunos. Já em 1977, a Biblioteca inicia sua automação. É de livre acesso, com material retrospectivo nos depósitos fechados. Em cada andar, as seções têm móveis diferentes, e há muita liberdade aos usuários, aos quais é permitido fumar e comer nas salas. Mas já estão pensando em separar fumantes de não-fumantes. Para a aquisição de material, o princípio é atender às demandas. O orçamento é dividido entre as indicações dos professores e dos bibliotecários (mas, na verdade, 75% são da biblioteca). Contam com 48 bibliotecários e mais 48 funcionários.

Em resumo, as características deste Sistema de Informação e Biblioteca (BIS: Bibliotheks - und Informationssystem) são: Biblioteca, MEDIATECA, Centro de Informação em Linha, Centro de Documentação, Editora Universitária, Centro de Pesquisa para Alemanha.

Sobre o Departamento de Informação em Linha, há acesso a BD'S da Europa, USA e Japão; despesas por conta do usuário; assistência a estudantes em pesquisas qualificadas para provas semestrais e teses, e ao corpo docente e cientistas nas suas pesquisas e atividades didáticas; uso de CD-ROM, livre de despesas; fontes impressas convencionais à inteira disposição do público.

A Biblioteca assumiu também a função de Arquivo e Documentação, indexando não só documentos concernentes a história da universidade, mas também folhetos políticos que são distribuídos pelos alunos desde a fundação da universidade. Todos os projetos correntes são documentados nas BD's da



Biblioteca. Cada dois anos, o Relatório de Pesquisa e a Bibliografia da Universidade são extraídos desta documentação. As monografias e artigos dos cientistas e estudiosos de Oldenburg são inseridos nos catálogos em linha desta Biblioteca.

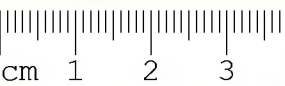
A MEDIATECA (Media Centre) corresponde ao arquivo central de materiais não-livros. Desde sua fundação, esta universidade dá especial atenção aos meios audio-visuais para facilitar o ensino e a pesquisa. Veja-se o seu acervo: 15.000 videocassetes; 20.000 discos; 6.000 discos compactos; 209.000 diapositivos; 1.000 tapes; 3.300 filmes; 1.600 outros itens; 400.000 microformas. Equipamentos: 16 monitores e gravadores (VHS, S VHS, VCR, U-matic); 11 projetores de filmes (35, 16 e 8 mm); 4 projetores de diapositivos; 6 conjuntos de áudios (gravadores, CD's, amplificadores, microfones); 1 piano; copiadoras multiplexer 8/16 mm, para filmes e diapositivos em vídeos; gravadores para transformação digital PAL, SECAM, NTSC; projetores de microfichas; 4 impressoras-leitoras (DIN, A4 e A3; microcomputador. Indexação: descrições bibliográficas (RAK); entradas de assunto (RSWK); resumos de fitas de vídeo e programas de tv; inserido no OPAC; catálogo classificado de mídias; instrumentos midiografados (400 vols.). Utilização: 18.000 itens por ano; empréstimo: 12.000; pessoal: 2 bibliotecários; horário: 2as. a 6as. das 10 às 16.00hs. O sistema produz e publica uma série de textos.

O final da visita constitui-se de palestras, projeções de slides e com uma despedida na cobertura do prédio, regada de vinhos, refrigerantes e distribuição de material ilustrativo e CD's, seguindo-se, depois, para uma longa caminhada em área florestal até alcançar uma biblioteca departamental muito interessante. O fim-último: uma parada em choperia. Volta-se para Bramsche.

BRAMSCH/HANOVER/GÖTTINGEN HANOVER

05.09 - Desta feita, visitou-se uma biblioteca especializada e centro nacional de informação tecnológica; portanto, duas instituições em uma, sob a responsabilidade da Universidade de Hanover (Universitätsbibliothek Hannover und Technische Informationsbibliothek). Guiado pelo Diretor, Dr. G. Schillit e Deputy Dir. J. Telzen, o Grupo recebe um folheto ilustrativo do Centro, com versões em inglês, francês, espanhol, russo, chinês e japonês, o qual contém informações básicas desta instituição, que é à primeira vista parece ser muito complicada.

A Biblioteca é central e especializada em química, matemática, física e tecnologia. Sendo fundada em 1831, conta com um fundo precioso para o estudo histórico da Tecnologia. Em 1959 é conjugada ao Centro de Documentação/ Informação em Tecnologia da República Federal Alemã, atendendo pedidos de todas bibliotecas e especialistas da área, quer sejam documentos raros ou em língua estrangeira. A UB - TIB fazem os maiores esforços para atender pedidos de pesquisadores, professores, profissionais e autoridades estatais. Embora



recebendo apoio financeiro do governo da Baixa Saxônia, no momento há dificuldades de vária sorte. O acervo bibliográfico monta cerca de 6 milhões de volumes, mas há apenas 153 pessoas para que sejam levadas adiante todas as atividades do Centro. Espaço para coleções já é pequeno; demanda enorme; prejuízos no atendimento direto da Referência e do Empréstimo entre-bibliotecas.

Fisicamente, a Biblioteca tem 400 lugares, distribuídos em 6 salões de leitura e 1 sala de reunião. Cerca de 100 mil livros e mil revistas, referentes aos últimos anos, e que também podem ser retirados por empréstimo, ficam separados do resto: terça parte, no salão dos Catálogos e décima parte, nos "stacks". Já alguns anos as novas aquisições estão sendo informatizadas e proporcionadas buscas em linha nos terminais, ou por meio de fichas tradicionais ou microfichas. Nesse salão dos catálogos (o coração da biblioteca), sediam-se os documentalistas e os serviços bibliográficos; os terminais, onde faz-se a busca bibliográfica e a orientação ao usuário. Salas especiais existem para as normas alemãs DIN e patentes da RFA.

Destaca-se, ainda, a existência de serviços de tradução e dos serviços especiais de informação: o SINGLE (para a literatura cinza européia); o INLINE TEC (consultas em BD's nacionais e estrangeiros para os documentalistas e interessados da própria organização e para outras universidades, centros de pesquisa e indústrias da RFA do Norte).

Volta-se para Bramsche e no dia seguinte segue-se para Göttingen.

GÖTTINGEN

06.09 - Volta-se, agora, para o passado alemão conhecendo um misto de biblioteca pública e universitária, instalada num mosteiro medieval. É um sistema de biblioteca pertencente a Universidade de Göttingen e ligada a Biblioteca Estadual da Baixa Saxônia. A sessão de obras raras é valiosíssima, sendo a coleção de bibliografias o ponto mais notável. Encontra-se aqui registros manuscritos, com assinaturas de Gesner.

De outro lado, desde 1970 este sistema é o centro computacional da Baixa Saxônia, embora a Biblioteca não seja automatizada.

Terminada a visita técnica, o Grupo foi dirigido para o edifício novo da Biblioteca, ainda em construção, seguindo-se depois para Büdigen, uma cidade medieval incrivelmente pitoresca.

BÜDINGEN/FRANKFURT

06.09 - Encerrou-se o programa de visitas técnicas e o seminário em si. Um jantar de despedida, com um tipo de show organizado pelo Grupo, foi um momento importante de conagração entre a Coordenadora do seminário - Mrs. Simon, sua assessoria administrativa e motorista - e os representantes de 12 países.



FRANKFURT

07.09 - O ponto final para despedidas de todos é o aeroporto de Frankfurt. Uns seguem para seus países, outros aproveitam a ocasião para conhecer esta cidade ou outros pontos da Alemanha. As representantes da FEBAB, por conta própria, estenderam viagem para Berlin e Viena.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

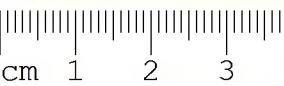
A organização e coordenação do Seminário foi perfeita. Ordem e disciplina gerou pontualidade no cumprimento de horários e no transcurso em normalidade do seminário e das visitas técnicas, bem como na programação social.

Para quem falava e entendia bem o inglês, a assimilação das palestras e acompanhamento às visitas foi fácil, em virtude de, na maioria das vezes, a comunicação ter sido em inglês, e, quando em alemão, havendo versão para o inglês. Farta literatura em inglês, distribuída aos participantes, também concorreu para o entendimento das palestras e explicações durante as visitas técnicas. Além dos benefícios da hospedagem, dos conhecimentos recebidos através das palestras e visitas técnicas, os organizadores desse evento proporcionaram momentos de lazer e descontraimento aos participantes, tais como: passeios pela cidade de Colônia, concerto na Catedral, teatro, bate-papos informais em casas de chá ou choperias.

A recepção, sempre calorosa e impecável, durante as visitas, demonstrou a seriedade como se encarou a promoção deste Seminário. O esforço incansável das equipes, dando explicações detalhadas, respondendo questões, guiando o Grupo em todos os pontos do sistema informacional, distribuindo material instrucional de apoio, oferecendo almoços e até acompanhando a locais turísticos da cidade, foi algo alentador para um estrangeiro na Alemanha.

A impressão geral que ficou da Alemanha, principalmente no espaço maior de tempo em que se passou em Colônia, foi de uma sociedade realmente civilizada, quer pelo disciplinamento do trânsito e dos transeuntes, da seriedade no comércio, nos hotéis, nos bancos, nos órgãos públicos, quer pela solidariedade das pessoas nas ruas com os estrangeiros. E pelo no que nos dizia respeito como bibliotecários observar: a qualidade das bibliotecas e o real profissionalismo existente.

O Seminário foi, pessoalmente no meu caso, muito produtivo, não só por ter conhecido o ambiente das bibliotecas alemãs (que mesmo reinando certos aspectos tradicionais são organismos dinâmicos e têm em vista a busca do melhor e do mais rápido para as necessidades de seus usuários) como por ter podido verificar a atenção com o que os poderes públicos dão a causa das bibliotecas, centros de documentação ou centro de informação (quer seja o nome que se dê). Atina-se, com isso, como a educação e seriedade de um povo civilizado são elementos que influem decisivamente no transcurso normal e desenvolvimento das bibliotecas. Foi oportunidade importante para se fazer



analogia com a situação das bibliotecas brasileiras.

Um outro ponto que impressionou quanto à seriedade dos profissionais da área, foi o relativo à naturalidade com que levantavam pontos críticos sobre suas organizações, ensino da área, ônus que está causando a falta de normalização e interações nacionais ao intercâmbio de informação, tanto no país como no exterior.

Finalmente, quanto à representação da FEBAB, foi distribuído o seu trabalho em versões em espanhol e inglês. Embora aconteçam graves problemas de ordem financeira e interação associativa e incompreensões de órgãos de apoio, impossibilitando uma ação mais agressiva para o cumprimento de seus projetos, esta entidade foi bem compreendida tendo sido ponto central de reflexões por ser a única federação nacional existente na área da informação e de comportar um tipo interessante de estrutura organizacional.

A experiência em conhecer o ambiente bibliotecário estrangeiro é extremamente válida para se poder, com mais amadurecimento, fazer estudos e avaliações do contexto profissional da área.

São Paulo, dezembro de 1991. Relatório pessoal de NEUSA DIAS DE MACEDO (Vice-presidente da FEBAB e Vice-chefe do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP).



INFORMAÇÃO AMBIENTAL: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Cybelle de Assumpção Fontes**

A questão ecológica há muito deixou de ser um movimento apenas pela defesa de animais e plantas raras, sustentado por pessoas muitas vezes consideradas estranhas, como numa primeira visão simplista e romântica.

Atualmente a questão ambiental vem crescendo cada vez mais em todo o mundo, tanto em abrangência quanto em adeptos, como demonstraram as duas Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente - Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972 e Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992.

Após a reunião de 1972, a "qualidade ambiental" foi transformada em aspecto parcial e conseqüente do desenvolvimento sócio-econômico, sendo esta a tônica até o momento. Infelizmente, nos últimos anos, questões como da camada de ozônio, do efeito estufa e, mais recentemente, da poluição em ambientes internos ou poluição interna ("indoor pollution") (2), apresentam-se como fatos agravantes.

Na literatura biblioteconômica, a informação nesta área é tratada como "informação ambiental" que, segundo VIEIRA (7), é composta por dois tipos básicos de informação: a) informação tecnológica, econômica e social (...) para a orientação de ações tanto na esfera governamental quanto no âmbito empresarial; b) informação para conscientização da população quanto a seus direitos e deveres para com o meio ambiente. A informação ambiental deve ter como fundamento "a igualdade de direitos entre cidadãos" e a melhoria da "qualidade de vida da população"; sua "principal característica é sua inter e multidisciplinariedade" (2).

A busca dessa informação pode se dar para os mais simples estudos em bibliotecas públicas, elaboradas por estudantes de 1º grau, até às pesquisas

* Bibliotecária do Serviço de Referência e Informação - Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Odontologia de Bauru, USP.



mais complexas em centros especializados.

Este levantamento visa fornecer apoio às estas buscas e às necessidades de controle bibliográfico, indicando as principais fontes brasileiras e estrangeiras numa primeira abordagem, uma vez que trabalhos mais completos estarão sendo feitos por órgãos especializados no assunto.

1- FONTES DE INFORMAÇÃO

BATISTA, G.N., coord. **Habitat**: guia de bibliotecas e centros de documentação. Brasília: CNPq/CED, 1982, 95p.

Reúne 70 bibliotecas, centros e serviços de documentação do país que trabalham na área de meio ambiente, com índices geográfico, temático e de siglas.

CADASTRO Nacional das Instituições que atuam na área do meio ambiente. Brasília: Secretaria Especial do Meio Ambiente, 1980. 254p.

Reúne, alfabeticamente, por Estados e, segundo as Regiões Geográficas, as instituições ligadas ao Meio Ambiente, trazendo ainda endereços, objetivos e natureza jurídica.

CATÁLOGO Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. 1975-

Dados cadastrais de órgãos federais, estaduais e municipais na área; e empresas de consultoria, associações de classe, bibliotecas, dentre outros.

CORDEIRO, P.P., coord. **Fontes de informação em meio ambiente no Brasil**. Brasília: IBICT, 1983. 145p.

Divide-se em quatro diretórios: entidades, bibliotecas, centros e serviços de documentação; publicações brasileiras periódicas e de referência; bases de dados, redes e sistemas de informação no exterior.

IBICT. **Guias de fontes de informação sobre tecnologia de controle ambiental**. Brasília: 1992.

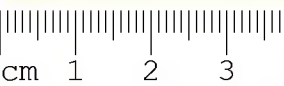
Reúne 878 itens sobre entidades ligadas à área, bases de dados nacionais e estrangeiras, eventos sobre o assunto, normas técnicas da ABNT e da CETESB, referências bibliográficas de 12 tipos de publicações, títulos brasileiros e estrangeiros localizados nas bibliotecas da área no país.

LEGISLAÇÃO básica. Brasília: Secretaria Especial do Meio Ambiente.

Cobre o período de 1973/1976 e 1977/1981.

RUSCHEL, R.R. **Guia Ruschel de ecologia 92**. São Paulo: Ed. Europa, 1992.

Manual abordando informações sobre os principais desastres ecológicos e iniciativas privadas sobre a preservação da natureza, dicionário com 149 palavras e expressões mais usadas na área; informação disponível (brinquedos, discos, educação e turismo, filmes, vídeos, jornais, revistas, livros, redes internacionais de informação por computador; endereço de 190 entidades ambientalistas do Brasil e 72 do exterior, organizações não governamentais que atuam no Brasil; relação das principais pessoas atuantes em Meio Ambiente no país.



2- BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS. UFRGS/CICA. V. 1, 1983 - v. 3, 1985. Período abrangido: 1971-1984.

3- PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

ACTA LIMNOLOGICA BRASILEIRA, São Carlos
Sociedade Brasileira de Limnologia
ISSN 0102-6712

AMBIENTE: Revista Cetesb de Tecnologia. São Paulo.
Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
ISSN 0102-8685

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, Belém.
. Botânica ISSN 0077-2216
. Zoologia ISSN 0077-2232
Museu Paraense Emílio Goeldi

BRASIL FLORESTAL, Brasília
Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
ISSN 0045-270X

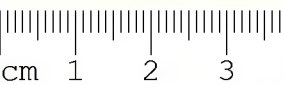
CIÊNCIA E AMBIENTE, Santa Maria
Universidade Federal de Santa Maria
Curso de Engenharia Florestal Campus Universitário
Faixa de Camobi, Km 9
97119-900 Santa Maria, RS
(055) 226-1616 rm 2444

CIÊNCIA E CULTURA, São Paulo
Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência
Av. Pedroso de Moraes, 1512 - Pinheiros
05420-002 São Paulo, SP
ISSN 009-6725

CIÊNCIA HOJE, Rio de Janeiro
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Av. Venceslau Brás, 71 - fundos casa 27
22290-140 Rio de Janeiro, RJ
(021) 295-6198 fax (021) 541-5342
ISSN 0101-8515

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Brasília.
IBICT
ISSN 0100-1965

ENEWS, Campinas
"Boletim internacional que divulgará tecnologias e pesquisa nas áreas de energia e meio



LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

ambiente, além de medidas ligadas à produção de energia em países em desenvolvimento". Edição em inglês, nas versões Bitnet e tradicional (papel)(6). UNICAMP - Departamento de Energia

Caixa Postal 6122
13081 Campinas, SP
(0192)39-8420 fax (0192) 393722

HOEHNEA, São Paulo
ISSN 0101-8515

NERÍTICA Revista do Centro de Biologia Marinha da Universidade Federal do Paraná, Curitiba

Centro Politécnico s/n
Caixa Postal 19031
81530-900 Curitiba, PR
ISSN 0102-6224

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, São Paulo

USP - Faculdade de Saúde Pública

Av. Dr. Arnaldo, 715
01246-904 São Paulo, SP
ISSN 0034-8910

REVISTA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS, São Paulo

Associação Nacional de Transportes Públicos
ISSN 0102-7212

4 - LITERATURA EMBIBLIOTECONOMIA

4.1 - Periódicos nacionais

ALMEIDA, I.M., CORDEIRO, L.P.A., CARIBÉ, R.C. do V. Estudo da necessidade de criação de uma base de dados sobre poluição. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 15, n. 2, p. 343-53, jul./dez. 1987.

AZEVEDO, A.D.R.P. Tratamento da informação em coleções científicas de Zoologia. *Ciências da Informação*, v. 21, n. 1, p. 59-61, jan./abr. 1992.

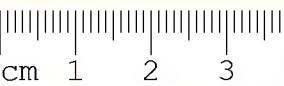
BELLESÍ, L.M., SILVA, A.R.S.R dos. A informação ambiental em sistema cooperativo automatizado: o Siamaz. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 69-71, jan./abr. 1992.

BING, R.F.W. Controle ambiental: Dadid - um banco de dados disponível aos usuários. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 57-8, jan./abr. 1992.

CARIBÉ, R.C. do V. Infoterra - sistema mundial de informação ambiental. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 72-3, jan./abr. 1992.

CARIBÉ, R.C. do V. Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 40-5, jan./abr. 1992.

FERNANDES, L.R.R.M.V., SKOLIMOVSKI, E.B. Informação ambiental: uma lacuna sendo preenchida no Brasil. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 46-51, jan./abr. 1992.

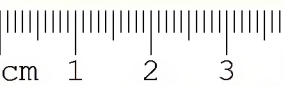


LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

- JORGE, A.M.B. Rede de informações ambientais: um projeto que deu certo. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 64-7, jan./abr. 1992.
- MEDEIROS, J.S. Leg - uma base de dados de legislação ambiental. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 62-3, jan./abr. 1992.
- MEDEIROS, J.S., RIBEIRO, L.M. Perfil de projetos ambientais: uma nova técnica de disseminar informações face as demandas institucionais. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 12., Camburiu, 1983. Rio de Janeiro, FEEMA, 1983, 35f.
- MUELLER, S.P.M. Periódicos estrangeiros prioritários para o ensino e a pesquisa da Ecologia no Brasil. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 32-9, jan./abr. 1992.
- MUELLER, C.C. Situação atual da produção de informações sistemáticas sobre o meio ambiente. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 14-22, jan./abr. 1992.
- PERES, W.R. et al. Perspectivas de normalização e da certificação ambiental no Brasil. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 53-6, jan./abr. 1992.
- RIBEIRO, G.L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 23-31, jan./abr. 1992.
- VIEIRA, A. da S. Informação para gerenciamento ambiental no Brasil. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 9, n. 2, p. 177-94, set. 1980.
- VIEIRA, A. da S. Política brasileira de informação ambiental. *Ciência da Informação*, v. 10, n. 2, p. 3-7, 1981.
- VIEIRA, A. da S. Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 15, n. 2, p. 202-9, set. 1986.
- VIEIRA, A. da S. Meio ambiente sustentável: fonte para compreensão do discurso político-ambiental do governo brasileiro. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 7-13, jan./abr. 1992.
- VON HOONHOLTZ, C.M.L. Banco de documentação da SMAM: fonte de informação ecológica. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 11, n. 1, p. 110-3, mar. 1982.

4.2 Periódicos estrangeiros

- DAVE, J.M., SARAF, R.K., BHATT, S.G. Environmental information in retrospect and prospect. *Library Science*, v. 15, n. 1, p. 5-6, Mar. 1978.
- DAVISM, E. Selected list of environmental science journals for a science collection: an annotated bibliography. *Collection Building*, v. 10, n. 1/2, p. 61-9, 1989.
- FREEMAN, R.R.; SMITH, M.F. environmental information. *ARIST*, n. 21, p. 241-305, 1986.
- LA RUE, J., LA RUE, S. The green librarian. *Wilson Library Bulletin*, v. 65, n. 6, p. 27-33, Feb. 1991.



LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

- NEUFELD, M.L. Environmental information services: origins, problems and users needs. *Information Forum of Information and Documentation*, n. 8, p. 29-32, July 1983.
- POLLUTION: sources of information. *Proceedings*. London, Library Association, reference, Special and Information Section, 1972.
- RAIMONDO, P.G. Indoor air pollution resources. *Special Libraries*, v. 83, n. 2, p. 118-26, Spring 1992.
- RENNIE, J., HANTON, F., ROSE, K. "Green" business information resources. *Business Information Review*, v. 6, n. 3, p. 3-16, 1990.
- SAFYAN, S.A. Access to information for environmentalists: a library perspective. *Canadian Library Journal*, v. 47, n. 5, p. 337-43, Oct. 1990.
- SMITH, S. The library as an environmental alternative (among other things). *Wilson Library Bulletin*, v. 65, n. 6, p. 85, Feb. 1991.
- SOMERVILLE, A.N. Academy and the environmental information. *Journal of Chemical Information and Computer Sciences*, v. 16, n. 1, p. 1-4, 1976.

5 - ENTIDADES EM MEIO AMBIENTE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA RECICLAGEM DE MATERIAIS PLÁSTICOS

R. Alexandre Dumas, 2016
04717-004 São Paulo, SP
(011) 247-6911/523-7355 Fax (011) 247-8981

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

R. Desembargador Westphalen, 16 - 16º andar - Centro
80010-110 Curitiba, PR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS

Rua Augusta, 1626 - 11º andar - Consolação
01304-001 São Paulo, SP
(011) 283-2576

ASSOCIAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DA FLORA E DA FAUNA

R. Mal. Deodoro, 450 - sala 1605
CP 1176
80010-010 Curitiba, PR

CENTRO DE BIOLOGIA MARINHA - USP

Av. Prestes Maia, km 5
11600-000 São Sebastião, SP

CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS

UNESP
Rua 10, 1517
Caixa Postal 199
13500-230 Rio Claro, SP



LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE FLORESTAS

Estrada da Ribeira, km. 111
Caixa Postal 3319
80001-900 Curitiba, PR

CETESB

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Av. prof. Frederico Herman Jr. 345 - Altos de Pinheiros
Caixa Postal 20941
05459-010 São Paulo, SP
Fax (011) 813-0227

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL

R. Bueno Brandão, 393
31010-060 Belo Horizonte, MG

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA - ENSP

R. Leopoldo Bulhões, 1480 - Manguinhos
21041-210 Rio de Janeiro, RJ

FUNDAÇÃO ÁGUA VIVA

Caixa Postal 5237
88040-970 Florianópolis, SC
Fone e Fax (0482) 33-3457

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS

Rua Maria Vaz de Melo, 72
31260-110 Belo Horizonte, MG
(031) 443-2119 Fax (031) 441-7037

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - FBCN

Rua Miranda Valverde, 103 - Botafogo
22281-000 Rio de Janeiro, RJ

FUNDAÇÃO ECOTRÓPICA

Rua 38, 365 - Bairro Boa Esperança
78068-540 Cuiabá, MT
(065) 661-1619 Fax (065) 661-1615

FUNDAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO ECOLÓGICA

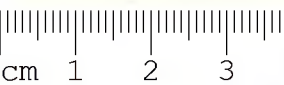
Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 4442
01402-002 São Paulo, SP
(011) 813-7388 Fax (011) 212-2495

FUNDAÇÃO PRÓ-NATURA - FUNATURA

SCLN 107 Ed. Gemini Center II
Bloco B - Sala 201/13
CP 020186
70743-520 Brasília, DF
(061) 274-5449 Fax (061) 274-5324

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA

Av. Darcy Vargas, 520
69050-020 Manaus, AM
(092) 642-1336 Fax (096) 236-3257



LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

INSTITUTO DE BOTÂNICA
Secretaria de Meio Ambiente
Av. Miguel Stefano, 3687 - Água Funda
04301-012 São Paulo, SP

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS -
Ibama
SAIN - Av. L4 Norte, Quadra 604, Ed. Sede do IBAMA
70910 Brasília, DF

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS FLORESTAIS - IPEF
Av. Dr. Carlos Botelho, s/nº
Caixa Posta 9
13400-990 Piracicaba, SP

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT
R. Prof. Almeida Prado, 532 - Cidade Universitária
Caixa Postal 7141
05508-900 São Paulo, SP
(011) 268-2211 Fax (011) 869-3353

MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI
Caixa Postal 399
66017-970 Belém, PA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
SCEN Ed. Sede IBAMA - Z. Verde
70818-900 Brasília, DF

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO DO MEIO AMBIENTE
R. Dr. Alvim, 1317
13418-060 Piracicaba, SP

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECOLOGIA HUMANA
Al. Santos, 2359 - cj. 91
01419-002 São Paulo, SP

SOCIEDADE BRASILEIRA E LIMNOLOGIA
UFSCar. Dept. de Ciências Biológicas
Rod. Washington Luiz, km 235
13565-9050 São Carlos, SP

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA - SBS
Av. Paulista, 2006 - 12º andar - cj. 1210/2
01310-200 São Paulo, SP

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Rua Gutemberg, 345
80420-030 Curitiba, PR
Tel. e Fax (041) 33-3425



6 - BASES DE DADOS

Dentre as principais bases de dados nacionais e estrangeiras disponíveis no país, destacam-se:

DIBR (Biblioteca) e PERI (Periódicos). Bases de dados do SICON.

Contém dados sobre o acervo e referências a artigos de assuntos da atualidade extralados de jornais e periódicos assinados pelas bibliotecas do Senado Federal, Congresso Nacional e demais bibliotecas cooperantes.

DEDALUS. Banco de dados bibliográficos da USP>

Traz em seus quatro módulos informações sobre o acervo das bibliotecas da USP: Monografias (livros, folhetos, eventos); Produção (Produção bibliográfica gerada na USP desde 1985); Publicações Seriadas (coleção de periódicos das bibliotecas); Teses (teses e dissertações apresentadas na USP desde 1934).

Acesso através de terminais em todas as bibliotecas e livrarias da USP, na capital e interior.

NJUR (Normas Jurídicas). Base de dados do SICON (Sistema de Informação do Congresso Nacional)

Traz informações sobre normas jurídicas do país desde 1946, abrangendo Constituições, Leis Complementares, Decretos-Leis, Decretos, Normas de outros órgãos.

Acesso pode ser feito pelos terminais das bibliotecas cooperantes, na Biblioteca Nacional e no próprio Congresso Nacional.

EVENTOS. Base de dados do SEMEAR (Sistema em Linha Especializado em Armazenamento e Recuperação de Informações) produzido pelo IBICT.

Registra os simpósios, congressos, encontros e demais tipos de eventos em todas as áreas de Ciência e Tecnologia que serão realizados no Brasil.

Acesso on-line, mediante contrato ou a pedidos, diretamente com o IBICT.

Na área das Ciências da Saúde, as bases de dados trazem informações sobre as influências dos diversos tipos de poluição na saúde humana, toxicologia, saúde pública, epidemiologia e poluição de ambientes internos ("indoor pollution"), dentre outros. Podem ser acessadas via BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), em São Paulo, ou nas principais bibliotecas da área de Saúde que já utilizam as bases em CD-ROM.

LILACS: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (1980-).

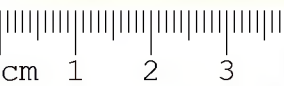
Abrange a literatura produzida por autores latino-americanos e caribenhos publicada a partir de 1980 e corresponde a obra impressa Index Medicus Latino-Americano; os cabeçalhos para busca devem ser pesquisados no DECS (Descritores em Ciências da Saúde).

MEDLINE (1966-). Base de dados produzida pela U.S. National Library of Medicine.

Corresponde às obras impressas Index Medicus, Index to Dental Literature e International Nursing Index, tendo como vocabulário para busca os cabeçalhos do MESH (Medical Subject Headings). Limita-se a artigos de periódicos.

Dentre as bases de dados que tratam diretamente de Ecologia e Meio Ambiente destacam-se:

DAFID. Banco de dados da Divisão de Informação Científica e Tecnológica do Instituto de Tecnologia do Paraná.



LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Indexa informações sobre instrumentos para a medição e monitoração das variáveis críticas que afetam ao meio ambiente, associadas à água, ar e solo. São indicadas também as diferentes técnicas de coleta e preparação de amostras, de análises, fornecimento de resultados, preços etc.

Disponível em disquetes, com versões em português e alemão, abrange atualmente 700 instrumentos de controle e medição da água e ar disponíveis no Brasil, Alemanha, medição da água e ar disponíveis no Brasil, Alemanha, Áustria, Suíça, bem como seus fornecedores; sua atualização e ampliação (abrangendo também instrumentos para o controle do solo) deverá ocorrer em 1993.

LEG: base de dados de Legislação, produzida pela FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente), Rio de Janeiro.

Abrange a legislação ambiental em níveis federal, estadual e municipal, incluindo todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE TECNOLOGIA DE CONTROLE AMBIENTAL

Base de dados correspondente ao Guia de mesmo nome, produzido pelo IBICT com a colaboração do Instituto Euvaldo Lodi, Confederação Nacional da Indústria, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), Companhia Tecnológica de Saneamento Ambiental (CETESB), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis (IBAMNA), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

INTMA: Base de dados do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Divisão de Informação Tecnológica (Dint)

Base de dados de equipamentos de prevenção e controle da poluição, abrangendo dados cadastrais de 180 empresas nacionais que projetam, instalam ou fabricam estes equipamentos. É possível ainda a busca pelo tipo de descrição operacional, especialização (ar, água, solo, ruído) e referências a trabalhos já executados.

As versões em CD-ROM da base LILACS reúne também informações de outras bases:

ECO. produzida pelo Centro Panamericano de Ecologia Humana e Saúde (EVCO)/OPAS - México. Aborda as áreas de Ecologia Humana e Saúde.

INFOTERRA. Produzida pelo programme Activity Center of the United Nations Environment Programme - Kenya.

Aborda as Instituições que atuam na área de Meio Ambiente.

REPDISCA. Produzida pelo Centro Panamericano de Ingenieria Sanitaria y Ciencias del Ambiente (CEPIS).

Abrange material bibliográfico e materiais "não convencionais" gerados nos países



LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

integrantes da Rede na área de Engenharia Sanitária e Meio Ambiente.

ENVIROLINE (1971-)

Inclui artigos de periódicos, documentos governamentais, artigos de jornais, trabalhos de congressos, relatórios, estudos especiais, documentos de indústrias, monografias e filmes sobre o Meio Ambiente como: poluição sonora, do ar e da água, resíduos sólidos e tóxicos, tecnologia de controle, uso racional de recursos naturais, espécies ameaçadas etc.

Pode ser acessada no centro de Informações Científicas e Tecnológicas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CIN/CNEN), no Rio de Janeiro.

POLLUTION ABSTRACTS (1970-)

Abrange a literatura sobre poluição, suas fontes e controle, além de tratar da poluição do ar, poluição sonora, poluição da água, pesticidas, qualidade ambiental, radiação, resíduos sólidos.

WATER RESOURCES ABSTRACTS (1968-)

Tendo como fonte os documentos de mais de 50 centros de pesquisa e instituições dos Estados Unidos, esta base, além de tratar do planejamento ciclo da água, também relaciona os problemas quanto à sua qualidade, e é utilizada pela Biblioteca do Instituto de Geociência da USP.

7 - CABEÇALHOS DE ASSUNTOS

Os cabeçalhos relacionados a seguir correspondem à terminologia corrente na área de Meio Ambiente e em áreas correlatas; obviamente, cada obra de referência ou base de dados possui seu vocabulário próprio que deve ser consultado.

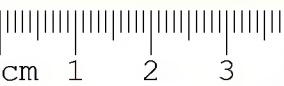
Áreas Silvestres; Biodiversidade; Coleta Seletiva de Lixo; Dinâmica das Populações; Ecossistemas; Ecologia Teórica; Ecologia Animal; Ecologia Humana; Florestas; Impacto Ambiental; Limpeza Pública; Parques Nacionais; Poluição do Ar; Poluição Ambiental; Poluição da Água; Poluição do Solo; Poluição Sonora; Reciclagem de Papel; Reciclagem de Plástico; Reservas Ecológicas, Resíduos Sólidos; Ruídos; Tratamento e Qualidade da Água; Planejamento Ambiental; Recursos Naturais; Reflorestamento; Saneamento Básico.

Cabeçalhos do MESH (Medical Subject Headings) para a busca no Index Medicus:

Air Pollutants; Air Pollution; Air Pollution Indoor; Environmental Pollutants; Environmental Pollution; Noise; Soil Pollutants; Noise; Water Pollutants, Water Pollutiton

8 - ENDEREÇOS PARA INFORMAÇÕES

BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
Rua Botucatu, 862 - V. Clementino
04023 - São Paulo - SP
(011) 549-2611 Fax (011) 571-1919



LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

CNEN/CIN - Comissão Nacional de Energia Nuclear / Centro de Informações Científicas
R. Gal. Severiano, 90 - térreo - Botafogo
22294 - Rio de Janeiro - RJ

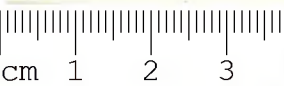
EDITORA EUROPA
Av. São Gualter, 615
05455-000 - São Paulo - SP
(011) 261-4053 (Fax (011) 260-1567)

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
SAS, Quadra 5, Lote 6, Bloco H
70070-000 - Brasília- DF
(061) 217-6161 Fax (061) 226-2677

PTI - Publicações Técnicas Internacionais (Informações sobre bases de dados)
R. Peixoto Gomide, 209
01409 - São Paulo - SP
(011) 259-6644 Fax (011) 258-6990

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 CAMPOS, C.M.; CALDEIRA, P. da T. Bibliografia especializada corrente no Brasil: três décadas de descontinuidade. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 17, n. 2, p. 186-213, set. 1988.
- 2 CARIBÊ, R.C. do V. Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 1, p. 40, jan./abr. 1992.
- 3 DIALOG Database Catalog. Palo Alto, Dialog Information Service, 1990.
- 4 DOENÇAS de concreto e vidro. *Super Interessante*, v. 6, n. 2, p. 18-23, fev. 1992.
5. IBICT. *Guia das sociedades e associações científicas e tecnológicas do Brasil*. Brasília: IBICT, 1984.
- 6 JORNAL CIÊNCIA HOJE, Rio de Janeiro, v. 7, jan./out. 1992.
- 7 UNICAMP cria Enews. *Jornal Ciência Hoje*, v. 7, n. 261, p. 8, out. 1992.
8. VIEIRA, A. da S. Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 15, n. 2, p. 202-209, set. 1986.



NACIONAL

EVENTOS

Retrospectiva de 1992*Fevereiro/92*

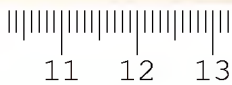
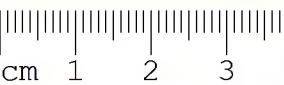
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA - ONUDI/INTIB
Data: 24 a 27 de fevereiro
Local: São Paulo - SP

Junho/92

- SEMINÁRIO "PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO"
Data: 01 a 06 de junho
Local: São Paulo - SP
Promoção: ABER/SENAI - SP
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL "UNIVERSIDADE, EMPRESA E COMUNIDADE FACE AO MEIO AMBIENTE"
Data: 05 a 07 de junho
Local: São Paulo - SP
Tema: - Mudanças climáticas
- Biodiversidade e desenvolvimento
- Tecnologia e desenvolvimento sustentado
- Ambiente urbano: o caso de São Paulo

Agosto/92

- I CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGADORES DA COMUNICAÇÃO
Data: 13 a 16 de agosto
Local: São Paulo - SP
Tema: "Comunicação e livre comércio: desafios latino-americanos"
Promoção: ALAIC - Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação
Maiores Informações: ALAIC - Edifício da ECA/USP
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 - Bl. A - Sala 3



NOTICIÁRIO

Cidade Universitária
05508 - SÃO PAULO - SP

- III ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENEBCI)
Data: 19 a 21 de agosto
Local: São Paulo - SP
Tema: "O educador em Biblioteconomia"
Promoção: ABEED - Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação
 - VI SIMPÓSIO DE BIBLIOTECONOMIA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL
59º BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO
Data: 29 de agosto a 07 de setembro
Local: São Paulo - SP
Tema Central: "A Biblioteca Pública Brasileira em revisão"
Promoção: Câmara Brasileira do Livro
Realização: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários - FEBAB
- Novembro/92*
- SIMPÓSIO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL
XII JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
Data: 15 a 20 de novembro
Local: Balneário Cassino-Rio Grande
Tema Central: "Informação e integração de mercados"
Promoção: URG - Universidade do Rio Grande
ARB - Associação Rio-Grandense de Bibliotecários
ADIRU - Associação de Integração Regional Universitária
Maiores Informações: Associação Rio-Grandense de Bibliotecários
Rua Dr. Flores, 245 - 7º andar Conj. 902
90020 - Porto Alegre - RS
 - SEMINÁRIO NACIONAL DE MICROISIS
Data: 18 a 20 de novembro
Local: Belo Horizonte - MG
Tema: "Microisis: Aplicações e Tendências"
Maiores Informações: CRITERIA Ltda
Rua São Paulo, 1915
30170-132 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (031) 335-6171 / (031) 291-4996
 - SIMPÓSIO INTERNACIONAL "A FORMAÇÃO NO TERCEIRO MILÊNIO"
Data: 23 a 25 de novembro
Local: Belo Horizonte - MG
Promoção: DOCUMENTAR LTDA.
Maiores Informações: Documentar LTDA. Gerência de Treinamento
Rua Rio Pomba, 529 - Carlos Prates



NOTICIÁRIO

30720-290 - Belo Horizonte - MG
FAX (031) 462-5087

• IV ENCONTRO DE EDITORES CIENTÍFICOS

Data: 26 a 29 de novembro

Local: Caxambú - MG

Promoção: ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

Temas: - Papel das Revistas Científicas

- Critérios de Publicação Científica

- Revistas Científicas no terceiro Mundo

- Publicação Científica: Avaliação

- Editoração, Produção e Distribuição das Revistas

- Produção dos Livros de Texto Didático para Graduação e Pós-Graduação

- Custos das Revistas

- A Publicação Científica e o Apoio Financeiro do Governo

Setembro/93

• II CONGRESSO LATINO AMERICANO

17º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Data: 25 de setembro a 01 de outubro

Local: Belo Horizonte - MG

Tema Central: "Transferência de Informação no limiar do ano 2000"

Promoção: FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários;

ABMG/APBMG - Associação de Bibliotecários de Minas Gerais

Maiores Informações: ABMG/APBMG

Rua Tupis, 38 Sala 1108

30190 - Belo Horizonte - MG

Telefone: (031) 224-6670 / 271-1666 - ramal 140

Fax: (031) 224-6105

INTERNACIONAL

EVENTOS

Retrospectiva de 1992

Março/92

• AIS 92 - ADVANCED INFORMATION SYSTEMS

Data: 17 a 19 de março

Local: London - UK

Abril/92

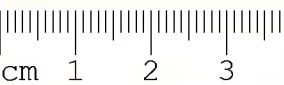
• MEETING INTERNAZIONALE DEI LIBRAI

FIERA DEL LIBRO PER RAGAZZI

Data: 8 a 11 de abril

Local: Bologna - Itália

Maiores Informações: Fiera del Libro per Ragazzi Servizio Promotion



NOTICIÁRIO

Piazza della Costituzione, 6
40128 - Bologna - Itália

Junho/92

- SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION'S ANNUAL CONFERENCE
Data: 06 a 11 de junho
Local: San Francisco - USA
- II JORNADAS NACIONALES Y I LATINO AMERICANAS Y DEL CARIBE SOBRE MICROISIS
Data: 15 a 23 de junho
Local: Buenos Aires - AR
Promoção: Comisión Nacional de Energía Atómica e Asociación Cooperadora Biblos

Agosto/92

- 58TH IFLA GENERAL CONFERENCE
Data: 30 de agosto a 05 de setembro
Local: New Delhi - Índia
Tema: "Perspectiva de políticas para bibliotecas e informação"
Maiores Informações: Indian Organizing Committee - IFLA 1992
Indian National Scientific
Documentation Centre-14, Satsang Vihar Marg-New
Delhi
11007 - Índia

Setembro/92

- 3rd NATIONAL CONFERENCE
Data: 13 a 16 de setembro
Local: Denver, Colorado
Promoção: LITA - Library and Information Technology Association
Maiores Informações: LITA NATIONAL CONFERENCE 1992
50 E. Huron Street
Chicago, IL 60611-2729
Fax (312) 280-3257

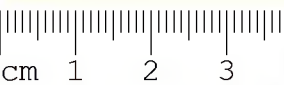
Outubro/92

- 46TH CONGRESO Y CONFERENCIA DE LA FID - FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE INFORMACION Y DOCUMENTACION
Data: 22 a 30 de outubro
Local: Madrid - Espanha
Maiores Informações: IFLA GENERAL SECRETARIA
P.O. Box 90402
2509 - LK The Hague-Netherlands

1993

Mai/93

- INFO/93 - CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO
Data: 03 a 07 de maio
Local: Havana - Cuba
Tema: "A informação eletrônica: um desafio dos anos 90"
Promoção: IDICT - Instituto de Información Científica y Tecnológica da



NOTICIÁRIO

Academia de Ciências de Cuba
Maiores Informações: CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMACIÓN
Lic. Humberto Arango Sales
President, Organizing Committee
Apdo. Postal, 2019
Cód. Postal 10200
Havana - Cuba

Agosto/93

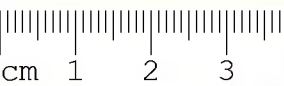
- 59th IFLA GENERAL CONFERENCE
Data: 22 a 28 de agosto
Local: Barcelona - Espanha
Tema: "A Biblioteca Universal: bibliotecas como centros para a total disponibilidade e informação"

Setembro/93

- II CONGRESSO FEDERAL ADAB - Asociación de Diplomados y Alumnos de Biblioteconomía y Documentación
Data: 29 de setembro a 2 de outubro
Local: Salamanca - Espanha
Tema: "Informação, sociedade e política. Políticas de informação para a Europa do século XXI"
Maiores Informações: II CONGRESSO FEDERAL ADAB, SALAMANCA 1993
Apartado de Correos, 2113
37080 - Salamanca - Espanha

REVISTAS E BOLETINS RECEBIDOS PELA FEBAB

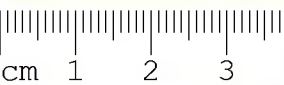
- * **ACCADEMIE E BIBLIOTECHE D'ITALIA**, Roma, Accademie e Biblioteche D'Italia, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali. Ed. Renzo Frattarolo. End. Com. Casa Editrice Fratelli Palombi, Via dei Gracchi, 181-185 - 00192, Roma, Itália.
Trimestral. Assuntos clássicos: Literatura; Arte; Crítica; Bibliografia; Bibliotecas.
- * **ACURIL. CARTA INFORMATIVA/NEWSLETTER**, ACURIL (Asociación de Bibliotecas Universitarias y de Investigación del Caribe)
End. Apartado Postal S. Estación de la Universidad, San Juan, Porto Rico 00931.
- * **BU INFORMA: Boletim Informativo da Biblioteca Universitária - UFMG**.
Diretor: Prof. Paulo da Terra Caldeira
End. Av. Antonio Carlos, 6627 - Pampulha
31230-901 - Belo Horizonte - MG
Semestral. Notícias sobre Biblioteca Universitária.
- * **CEPAL. INFORMATIVO TERMINOLÓGICO**; experiências latinoamericanas. Santiago de Chile. Comisión Económica para América Latina y El Caribe, Centro Latinoamericano de Documentación Económica y Social.
End. Escritório CEPAL no Brasil: SBS - Ed. BNDES - 17º andar, CP 08751,



Brasília, DF.

Semestral. Notícias de eventos; projetos e investigações; Publicações; Bibliografia.

- * **FID. INFORMACIONES FID/CLA**, Secretaria (1989/92) - IDICT, La Habana Cuba. Pres. Humberto Arango Sales.
End. Apartado 2019, CP 10200 - Capitolio Nacional Prado e San José, La Habana, Cuba.
Quadrimestral. Notícias de eventos; Bases de dados; Sistemas de informação da América Latina.
- * **THE HAWORTH PRESS**, Inc. 1991/1992 New Library Science Books a Journals. Dir. Peter Gellatly.
End. The Haworth Press, Inc. - 10 Alice Street - Birghamton, New York 13904-1580 - USA
Recentes livros e periódicos em vários setores da biblioteconomia.
- * **IDICT. CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN**, IDICT (Instituto de Documentación e Información Científica y Técnica; SOCICT)(Sociedad Cubana de Información Científica y Técnica). La Habana, Cuba.
End. Capitolio Nacional. Prado esq. a San Jose - Apartado Postal 2035. CP 10200, La Habana, Cuba.
Preço: 50,00 USD (4 nos.)
trimestral. Inclui artigos, entrevistas, resenhas, noticiário.
Temas: Múltiplos aspectos da Ciência da Informação; Tradução científica; interrelação com outras ciências e sociedade; Aspectos filosóficos, políticos, éticos etc.; Formação técnico-científica.
- * **IFLA. INTERNATIONAL CATALOGUING AND BIBLIOGRAPHIC CONTROL**, IFLA UBCIM Programme, Ed/Marie/France Plassard.
End. c/o Deutsche Bibliothek Zeppelinallee 4-8 - D-6000 - Frankfurt am Main 1 - Federal Republic off Germany.
Quadrimestral. Novidades e eventos na área; programas da Divisão de Controle Bibliográfico; Editores e Bibliotecas; Artigos; Resenhas.
End. Publicações da IFLA (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas) - P.O.B. 95312 - 2509 CH The Hague, Netherlands (Holanda).
- * **IFLA NOTÍCIAS/NEWSLETTER**, Gerente Elisabet Maria Ramos de Carvalho.
End. Rua Avanhandava, 40 - cj. 110 - 01306 - São Paulo, SP - Brasil.
Editorial; Notícias da IFLA e suas Seções de afiliados da IFLA e associações regionais; publicações.
- * **INFOLAC: Boletín trimestral del Programa Regional para el Fortalecimiento de la Cooperación entre Redes y Sistemas Nacionales de Información para América Latina y Caribe.**
End. PGI-UNESCO - A.P. 08563 - caracas 1062 - Venezuela.
Eventos: Notícias de correspondentes; Organizações internacionais; Bibliotecas; Microisís; Instruções cooperativas da INFOLAC.
- * **NEWSLETTER**. Section of University Libraries & Other General Research Libraries.
End. Ms. Aase Lindahl, dir. - Odense



NOTICÁRIO

Universitetsbibliothek - Campusvej 55 - DK - 5230 Odense M-Denmark.
Notícias várias, de eventos; artigos.

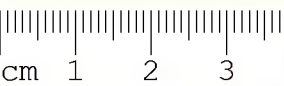
- * **IFLA NEWSLETTER.** Section of Public Libraries - PUBLIC LIBRARY NEWS, Jonh Beard
End. Ernest A. DiMattia Jr. - The Ferguson Library, One Public Library Plaza, Stamford, CR 06904 - Noticiário da "Section of Public Libraries", IFLA.
- * **LC. LIBRARY OF CONGRESS INFORMATION BULLETIN.** Dir. Guy Lamolinara
End. Public Affairs Office, Washington, DC 20540 - USA
Bimensal. Gratuito. Notícias sobre a LC e sobre a área no mundo todo.
- + **UNISIST. PROGRAMMA GENERAL D'INFORMATION - BULLETIN DE L'UNISIST**
Dir. Wolfgang Lohner.
End. Division du Programme Général d'Information (PGI) - UNESCO, 7 Place de Fontenoy, 757000, Paris, France
Trimestral. Gratuito. Em várias línguas. Atividades do PGI, notícias de eventos, sistemas de informação, bibliotecas e arquivos, novas publicações.

RELATÓRIOS DIVULGADOS PELA IFLA

- DAY, Jonh Michael, ed. **Guidelines for library services to deaf people.** The Hague, IFLA, 1991.
- FASICK, Adele M., ed. **Guidelines for children's services.** The Hague, IFLA, 1991.
- GALLER, Anne M.; COULTER, Joan M. **La administración de las bibliotecas escolares.** La Haya. IFLA, 1991.
- PESTELL, Robert. **Linieamientos sobre bibliotecas móviles.** La Haya, IFLA, 1991.
- PESTELL, Robert. **Mobile library guidelines.** The Hague, IFLA, 1991.

OS 50 ANOS DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE (1942-1992)

Em cerimônia de 30/09/1992, com a presença da Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina de Sousa e outras autoridades, fez-se a reabertura da Biblioteca Municipal de São Paulo com uma série de atividades: conferências, recitais de canto, música e poesia, exposições, mesas-redonda, ciclos de debate, lançamento da Revista da Biblioteca Mário de Andrade, nº 50. Entre vários materiais,



destaca-se uma publicação que contém informações da reforma, cujo conteúdo transcreve-se abaixo:

Histórico

Considerada uma das mais tradicionais instituições culturais do país, a Biblioteca Municipal de São Paulo foi fundada em 1925 e instalada em 1926, funcionando, durante 15 anos, na Rua 7 de abril nº 37. Com o passar do tempo, tanto o acervo como o número de consulentes foi aumentando, tornando-se necessária a sua transferência para um novo prédio, que comportasse tal crescimento.

O atual edifício, idealizado por Rubens Borba de Moraes, foi inaugurado oficialmente em 25 de janeiro de 1942, pelo Prefeito Prestes Maia, com alterações no projeto arquitetônico original. Recebeu o nome do escritor Mário de Andrade a partir de 15 de fevereiro de 1960.

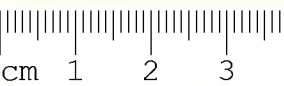
A Biblioteca Mário de Andrade dispõe, atualmente, de um dos acervos mais expressivos do país, destacando-se dentre suas coleções mais importantes as de Artes, Mapas, Obras Raras e Periódicos: são 300.000 volumes em livros, aproximadamente, e 11.000 títulos de periódicos.

Atende a um público heterogêneo, formado, na sua maioria, por estudantes universitários e secundários, pesquisadores e profissionais das mais diversas categorias, cuja afluência é decorrente da qualidade de seu acervo e da localização privilegiada da biblioteca, na cidade.

Reforma

Neste ano, em que o edifício completou 50 anos de funcionamento (25/01/42 - 25/01/92), será finalizada uma grande reforma física que se fazia absolutamente necessária devido ao uso constante do prédio e à prolongada ação do tempo. A segurança de usuários, funcionários e acervo encontrava-se ameaçada. Assim, foram realizadas as seguintes interferências:

- criação de um laboratório de Restauro e de 4 andares de reservas técnicas;
- ampliação das áreas de leitura com aumento de aproximadamente 50% no número de lugares oferecidos aos usuários;
- reativação de cabines destinadas aos pesquisadores;
- criação de acesso especial para deficientes físicos;
- ampliação e adequação dos sanitários públicos e internos;
- instalação de um pequeno ambulatório;
- criação de uma nova sala de exposições e de um café-bar;
- reforma geral do auditório;
- reforma de todos os pavimentos da torre (22 andares de depósitos de livros);
- substituição total de todas as instalações elétricas e hidráulico-sanitárias;
- criação de área destinada a refeitório para funcionários;
- remanejamento de áreas administrativas para locais mais amplos e adequados,



- propiciando melhoria das condições de trabalho de funcionários;
- troca dos elevadores;
 - substituição de todo o sistema de ar condicionado, instalado em função da conservação do acervo;
 - reformulação do sistema de detecção, alarme e combate a incêndios;
 - restauração das fachadas;
 - recuperação de mármore, latões, caixilhos e esquadrias;
 - substituição de pisos.

Biblioteca de Pesquisa e Preservação

ABMA será responsável pela guarda de livros raros e especiais, dentro da rede de bibliotecas públicas de São Paulo, e atuará como um centro de divulgação das questões relativas à conservação e preservação de acervos bibliográficos, especialmente das obras cujo suporte seja o papel.

Proporcionará atendimento especializado a estudantes de pós-graduação e demais pesquisadores de nível elevado, mediante credenciamento prévio. Entretanto, o atendimento à população em geral prosseguirá, com exceção do público infantil, que deve se utilizar da rede de bibliotecas infanto-juvenis. O público estudantil será atendido a partir do segundo grau.

O sistema de informatização do acervo continuará a ser desenvolvido através do software DOBIS-LIBIS.

Publicações

A Biblioteca edita a Revista da Biblioteca Mário de Andrade, antigo Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade, o Calendário para Programação de Eventos, o Catálogo de Obras Raras e bibliografias especializadas.

Estas publicações são distribuídas às bibliotecas, faculdades e entidades culturais cadastradas.

Horário de Funcionamento

De segunda à sexta-feira, das 9:00 às 21:00; aos sábados, das 9:00 às 18 horas. fechada aos domingos e feriados. Horários diferenciados em algumas salas. Informações pelo telefone 256-5777 ramal 116.

Visitas Monitoradas

Devem ser marcadas com antecedência, devendo o interessado inscrever-se, mediante identificação, na Subdivisão de Apoio Técnico e Cultural, telefone 239-0010. Horário das visitas: terça-feira, às 10:00 e 15:00 horas.

Térreo

1 Informações Gerais

Setor de atendimento para orientação quanto à utilização da biblioteca e



de seus recursos e encaminhamento de usuáriais a outras instituições, caso necessário.

2 Serviço de Informações à Comunidade

Criado em 1979, como Balcão de Informações, tem por objetivo informar e orientar a comunidade em geral nas suas necessidades profissionais e cotidianas, de forma rápida, sem que, obrigatoriamente, o usuário se desloque até a biblioteca (a consulta pode ser feita através do telefone ou carta).

Fornecer informações sobre acervo, recursos e horários da Biblioteca e responde a perguntas do tipo: onde tirar passaporte, carteira de identidade ou encontrar atendimentos gratuitos - jurídicos e odontológicos, por exemplo.

Além disso, informa endereços de associações, sindicatos, unidades da Prefeitura, escolas, creches e outras instituições e sobre fatos da atualidade (geralmente sobre personalidades políticas, indicadores econômicos etc.).

Em fase de automação, este serviço dispõe de 5600 itens já indexados, acesso ao Videotexto e ao projeto SIC - Sistema de Informações ao Cidadão. Tel.: 256-5777 ramal 116.

3 Sala "Jerônimo de Azevedo"

Consulta a jornais diários, revistas da semana e ao arquivo de recortes.

4 Sala "Herculano de Freitas"

Atende à pesquisa básica através da coleção geral de livros, cujo acesso é feito via catálogos de autor, título, assunto e terminais de computação. Dispõe também de obras de Referência (dicionários, enciclopédias etc.)

5 Sala de Consulta Retrospectiva a Periódicos

Jornais e revistas anteriores à data ou semana da pesquisa que está sendo efetuada são atendidos nesta sala. Destaques da coleção: O Estado de São Paulo, Veja, Isto é, Diário Popular, Shopping News, Diário do Comércio e Indústria, Gazeta Mercantil, Jornal da Tarde, Folha da Tarde.

6 Sala de Legislação

Objetiva atender e orientar o grande número de usuários da informação legislativa. Possui em seu acervo: Diários Oficiais (Municipal, Estadual e Federal), Diário do Congresso Nacional, Coleção de Leis do Brasil (desde 1808), Lex, Vox Legis, Cadastro da Administração Federal, Boletim IOB, ADCOAS, Revista dos Tribunais, Mapa Fiscal, Boletim Imobiliário e obras de referência de direito. Permite acesso ao CADLEM - Cadastro da Legislação Municipal.

7 Multimeios

Audiovisuais didáticos sobre vários assuntos: artes, história, ciências etc. Fitas cassete com músicas, palestras, cursos de línguas e todos os eventos



realizados no auditório da Biblioteca Mário de Andrade. leitura de jornais e revistas microfilmados. Em fase de reorganização.

8 Xerox

Serviço de reprografia de material pertencente à Biblioteca, objetivando auxiliar o leitor. É proibida a reprodução de obras raras, especiais e periódicos encadernados.

9 Microfilmagem

Serviço de preservação das coleções e complementação das pesquisas dos usuários. A Biblioteca Mário de Andrade está integrada ao PNMPB (Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros) e ao PLANOR (Plano Nacional de Microfilmagem de Obras Raras), cuja finalidade é a preservação da memória nacional, sendo o Núcleo Regional da Coordenação no Estado de São Paulo.

PISO 1

1 Sala de Artes "Sérgio Milliet"

Inaugurada no dia 25 de janeiro de 1945 pelo então Diretor Sérgio Milliet, a Sala de Artes vem acumulando, nesses 47 anos, um importante acervo, composto de livros, revistas, catálogos e cartazes. Dispõe também de um arquivo de recortes em artes e comunicações e de um Banco Referencial de Imagens Computadorizadas, em fase de implantação.

2 Auditório "Rubens Borbade Moraes" Programações Culturais

A Biblioteca Mário de Andrade oferece várias atividades culturais, para um público diversificado, coordenadas pela Seção de Extensão Cultural, cujo atendimento é feito no piso 2.

Promove cursos, ciclos de debates, recitais lítero-musicais, palestras, oficinas literárias, exposições artísticas e bibliográficas - estas nas vitrinas do piso térreo e na Sala de Exposições do piso 3.

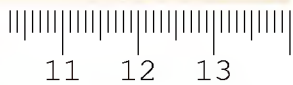
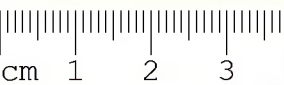
3 Mapoteca

Mapas locais e mundiais, atlas históricos e geográficos, livros de cartografia, globos, guias e folhetos turísticos.

4 Obras Raras e Especiais

Reúne obras raras e edições especiais que possuem encadernação de luxo, tiragem limitada, autógrafos e dedicatórias de autores consagrados ou antigos proprietários, edições fora de comércio, primeiras edições de autores brasileiros e manuscritos.

Possui um acervo de 40.000 volumes, aproximadamente, além de



periódicos (jornais, revistas e almanaques antigos), documentos manuscritos, cartões postais, moedas, gravuras, aquarelas e quadros. A maior parte da coleção consta de obras sobre história e literatura de Portugal, Brasil e São Paulo, descrições de viajantes, literatura francesa, história da imprensa e bibliografias de obras raras. Para preservar a integridade física dos documentos, as pesquisas só são permitidas na Sala Paulo Prado. Para consulta exige-se o credenciamento prévio do pesquisador.

PISO 2

B Sala de Leitura de Romances

Espaço diferenciado de atendimento, destinado à leitura de ficção como lazer. Realiza exposições de romances recém-lançados e leituras críticas coletivas.

C Cabines de Pesquisa

Cedidas a leitores credenciados que necessitam, realizar trabalhos intelectuais de nível elevado, como por exemplo, a elaboração de teses ou preparo de livros.

A Biblioteca Mário de Andrade conta com 17 cabines de pesquisa, localizadas nos pisos 2 e 3. O credenciamento é feito através da Seção de Referência e Informação, telefone 256-5777 ramal 123, de 2ª feira a 6ª feira, das 9:00 às 17:00 horas.

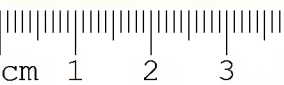
PISO 3

Este andar destina-se a áreas de atendimento público (cabines de pesquisa) e administrativas, estando aqui localizada a Diretoria Geral. Dispõe de um café-bar e um terraço. A Sala de Exposições mostra o acervo fixo de artes plásticas da Biblioteca Mário de Andrade.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - ECA/USP

O Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da USP comunica que foi autorizado o Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação, aos níveis de mestrado e doutorado, na ECA/USP, com início em agosto de 1993.

O curso estará organizado inicialmente em 3 linhas de pesquisa (Ação Cultural, Análise Documentária e Geração e Uso da Informação), prevendo-se a

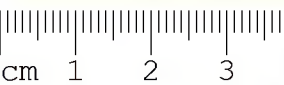


NOTICIÁRIO

linha de pesquisa em Administração de Sistemas de Informação para um futuro próximo. O número de vagas que os 9 orientadores credenciados poderão abrir está em processo de definição, mas já dispõe-se do calendário para início das atividades:

- 12 a 16/4/93 - inscrição dos candidatos;
- 03/05/93 - pré-seleção dos candidatos;
- 06/05/93 - divulgação dos nomes dos candidatos habilitados às entrevistas e realização das entrevistas;
- 28/05/93 - divulgação dos nomes dos candidatos aprovados para ingresso no curso;
- 14 a 18/06/93 - matrícula dos alunos ingressantes;
- 09/08/93 - início das aulas.

Maiores informações, a partir de dezembro deste ano, no Departamento de Biblioteconomia e Documentação, telefone 813-3222 ramais 2076, 2011 e 2107 ou pelo fax (011)815-3083.

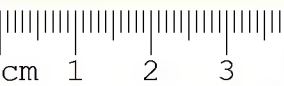


GARCIA GUTIERREZ, Antonio Luís. **Estrutura Lingüística de la Documentación: Teoría Y Método.** Madrid: Universidad de Murcia, 1990.

A interface Lingüística e Documentação vem sendo, nos últimos anos, objeto de intensa investigação. No entanto, alguns dos trabalhos propostos nesse campo interdisciplinar contentam-se apenas em indicar um conjunto de conceitos obtidos à custa da simples transferência de noções lingüísticas para os procedimentos documentários. A falta de uma Teoria da Documentação, sedimentada em princípios metodológicos rigorosos, é considerada por alguns pesquisadores como a causa de tal deformação. Acreditam, com razão, que sem se determinar a especificidade documentária, os estudos dos procedimentos lingüístico-documentários acabam por impor-se apenas como uma resposta imediata a uma necessidade prática de indexar, com base num aparato superficialmente mais rigoroso.

Contrapondo-se a quase habitual transferência descontextualizada de conceitos entre áreas do conhecimento, Gutierrez propõe um campo específico de investigação - denominado Lingüística Documental - cuja teoria é exposta pela presente obra. De um modo geral, compete a essa disciplina propor metodologias específicas para a elaboração de linguagens documentárias, pressupondo, de um lado que o processo comunicativo-documentário ultrapassa a visão lógico-mecanista que dele se faz tradicionalmente e, de outro, que os elementos das linguagens documentárias devem ser organizados segundo a natureza lingüística que assumem no contexto documentário. Nesse sentido, propõe-se a substituição da representação formal e superficial do documento por uma representação da estrutura documentária presente no processo comunicativo. Fica evidente, portanto, que a Lingüística Documental não se limita a impor uma concepção lingüística às linguagens documentárias tradicionais mas visa antes fornecer metodologias para estruturação de linguagens com fins documentários.

O capítulo inicial, denominado *Estrutura, Documentação e Linguagem*, introduz e contextualiza no âmbito da Teoria da Documentação e interface Lingüística e Documentação. É empreendida uma reflexão sobre a estrutura da Documentação, de modo a nela determinar o lugar e a função da linguagem.

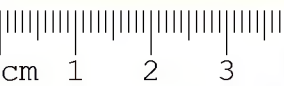


De início, diferencia discurso científico e discurso documentário, definindo este último como o lugar de manifestação da estrutura documentária. Como objeto de estudo da Linguística Documental a estrutura documentária define-se como a estrutura da produção da informação, sua formação, organização e apresentação material no documento. Já como objetivo, a disciplina se propõe a elaborar modelos de análise e de construção de linguagens. Pode-se perceber, desse modo, que a Linguística Documental parte de um objeto próprio - a estrutura documentária - e só a partir de suas propriedades determinará metodologias para a construção de linguagens. A perspectiva adotada privilegia, portanto, a especificidade documentária. Trata-se, então, de discutir os procedimentos linguísticos capazes de dar conta da representação da estrutura documentária.

O segundo capítulo, *Teoria da Análise Documental*, parte da concepção tradicional de análise como "extração das idéias centrais de um documento com o objetivo de recuperá-lo". Observa que essa operação, cujo produto é a representação sintética do documento, realiza-se através de processos de desestruturação/estruturação, nos quais intervêm um instrumento comutador e referencial - a linguagem documentária. Como consequência, define o "corpus" teórico da Análise Documentária contrapondo-o à análise do conteúdo e à análise do discurso. Sob esse ponto de vista, discute o papel fundamental da leitura no processo de análise documentária. É através dela que o documentalista tem acesso ao conteúdo do documento, valendo-se de um procedimento de análise e síntese, que supõe uma conceptualização progressiva do discurso. Para a sua consecução, concorrem não só as técnicas gerais de análise documentária, mas também aquelas próprias da Semiótica, Lógica e Teoria do Conhecimento. Finalizando este capítulo, é exposto um modelo de leitura para fins documentários baseado no conceito de eixos de significação, isto é, estrutura de conteúdo dinâmicas que se relacionam simultaneamente com os elementos informativos e os temas segmentos estáticos do texto.

No terceiro capítulo - *Teoria da Linguagem Documental* - propõe-se os fundamentos da Teoria comparando-se, de início, a linguagem, como objeto de estudo da Linguística, e a linguagem documentária, como finalidade da Linguística Documental. Tal discussão acaba por evidenciar o caráter pragmático das linhagens documentárias, cuja função primordial é a informativa. Insere-as, assim, no contexto global da comunicação, no qual a alternância linguagem natural/linguagem documentária estabelece o quadro geral da produção e do consumo da informação documentária.

Uma vez aceita semelhante caracterização, é preciso garantir a dinamicidade da linguagem documentária. Com efeito, a normalização obtida pela metodologia tradicional de construção de linguagens documentárias supõe uma unificação do léxico como representação estática do sistema conceptual. Desse modo, o vocabulário obtido a partir da indução mostra-se pouco flexível, comprometendo



o exercício pleno da comunicação. Na verdade, as linguagens documentárias tradicionais configuram o documento como um conjunto objeto-livro. Seu vocabulário é uma nomenclatura desprovida de carga semiológica, isto é, estrutura-se como um inventário da realidade que persegue uma coincidência entre o código e o documento. Para a Linguística Documental, ao contrário, o contexto documentário organiza-se a partir da relação significado/comunicação. A linguagem, nesse caso, funciona como meio de transmissão de informação, exercendo uma função mais abrangente, que supera a simples identificação do suporte físico.

A segunda parte da obra, composta de 3 capítulos (4,5 e 6), expõe em detalhes o método estrutural de construção de linguagens documentárias.

No capítulo 4 - *O significado na Documentação* -, discute-se a noção de significado documentário, a partir de conceitos propostos pela Semântica. Como representação, materialização da idéia, o significado documentário se apresenta como um movimento articulado entre: o conhecimento a sua forma, o emissor e o receptor, o discurso e o enunciado, a síntese (condensação) e a análise (expansão). Sua descrição envolve tanto a determinação da sua natureza de início artificial, para posterior naturalização numa estrutura léxica - quanto a sua decomposição em traços e articulações. Para isso, discute-se, a partir das noções de sema e eixos semânticos, a base léxica da linguagens documentárias.

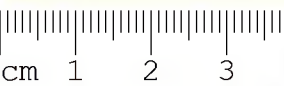
O vocabulário da linguagem documentária é, por natureza, estático. Compõe-se de um inventário de termos e sintagmas capazes de representar a informação presente nos documentos. Sua unidade mínima de significação é o descritor - um conjunto de semas - cuja função é a de gerar a frase documentária. A significação do descritor articula-se por meio dos "axiomas" (eixo de significação) e dos "scriptores" (unidade mínima de comunicação).

Os descritores assim caracterizados formam o vocabulário da linguagem documentária. A estrutura propriamente dita do sistema é dada pelos vetores, responsáveis pela determinação da natureza das relações que assumem as unidades do vocabulário.

Assim, ao vocabulário estático contrapõe-se a estrutura dinâmica. Os vetores, definidos em relação aos eixos em que se encontram projetivo - para as relações sintagmáticas - e gravitatório - para as paradigmáticas - garantem a dinamicidade da linguagem, à medida que permitem um tratamento do significado nas suas flutuações (Ex.: salário, propina = salário/U/extra/), atenuando a rigidez própria do vocabulário.

Por fim enfatiza-se o fato de que tanto os vetores quanto os descritores devem ser definidos previamente, a fim de poderem ser semanticamente controlados.

No capítulo 5 - *Estruturação documentária do significado* - discute-se as várias possibilidades de categorização para o estabelecimento das relações entre os descritores. Como ponto de partida para essa estruturação dos



sistemas vetoriais, utiliza-se a noção de caso.

A noção de categorização conceptual aparece como uma opção extremamente adequada, permitindo, inclusive, uma solução para a compreensão da organização associativa - um dos pontos frágeis das linguagens documentárias tradicionais.

Define-se, de início, os cinco macro-vetores constituintes da estrutura lógica de uma linguagem documentária. A seguir, propõe-se uma classificação dos vetores, distinguindo-se os gerais - espacial, temporal e nacional - dos específicos - direcional, condicional, final...

A partir dessa conceituação da estrutura da significação da linguagem documentária, é proposto um procedimento de desestruturação sêmica, denominado "atomização". Tal decomposição apresenta-se como uma equação de conceitos pulverizados representativos do texto, unidos por uma isotopia sintética, já que, em Documentação, a análise se faz em função da síntese.

O 6º e último capítulo - *Estrutura do enunciado documental* - expõe o produto gerado pela metodologia apresentada: o enunciado documentário. A ele compete sintetizar o documento, para posterior disseminação da informação. Nessa etapa, a linguagem artificial expressa-se de modo naturalizante, a fim de imprimir um caráter comunicativo ao processo documentário.

Discute-se em profundidade a sintaxe do enunciado documentário, a partir de um quadro das principais categorias lexicais, segundo a função documentária que assumem. Desse modo, o substantivo, tido tradicionalmente como categoria exclusiva, é questionado, já que a ele se computa a ausência de naturalidade do vocabulário. Para garantir a função comunicativa do produto documentário propõe-se outras categorias - como o adjetivo e o verbo articulados ao substantivo. O enunciado documentário organiza-se, então, no plano formal através de conectores e no plano semântico por uma micro-isotopia.

Nesse sentido, a representação da informação não se apresenta mais como um conjunto de palavras isoladas, mas sim como uma condensação efetiva da mensagem original. O enunciado documentário funciona, portanto, materialmente como forma comunicativa. A Linguística Documental constrói, desse modo, uma linguagem de comunicação para a Documentação.

Globalmente, a presente obra propicia uma reflexão sobre a natureza e os objetivos da linguagem documentária ao mesmo tempo em que expõe uma metodologia rigorosa para a sua construção, que consolida sua função informativa/comunicativa.

Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Professora de Linguística e Documentação do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.



BOPP, Richard E.; SMITH, Linda C., ed. **Reference and Information Services**. Englewood/CO: Libraries Unlimited, 1991.

Este novo livro-texto oferece aos estudantes de biblioteconomia e ciência da informação uma visão geral das mais importantes ferramentas para o Serviço de Referência e Informação, bem como contém conceitos e teorias que o embasam atualmente.

Valendo-se da cooperação de diversos profissionais da área, o autor procura abranger diferentes aspectos desse serviço, dividindo o livro em duas partes fundamentais, ambas com 10 artigos cada. A primeira parte arrola o tema "Conceitos e Processos do Serviço de Referência e Informação", e a segunda discorre sobre Fontes de Informação e seu uso.

O capítulo 1 da primeira parte, aborda informações históricas e evolução do serviço desde seu surgimento, passando por análise das variedades de serviços oferecidos atualmente, tendências percebidas recentemente e aspectos futuros do mesmo.

Posteriormente, tentando desenvolver o tema "Através de uma filosofia para o serviço de referência", diversos autores sintetizam variadas informações desde antecedentes históricos, fundações filosóficas, filosofia do serviço da biblioteca e alguns problemas práticos.

Já o terceiro capítulo é totalmente destinado a discutir a "Entrevista de Referência", questões sobre modelos de comunicação empregados e habilidades necessárias ao entrevistador.

Os temas - controle bibliográfico, organização da informação e estratégias de pesquisa - mereceram também um capítulo a parte, relacionados a princípios, modelos de pesquisas (online, manual, ideal ou real, catálogo ou índice). Finalmente, são apontadas diferentes abordagens quanto à estratégia a ser empregada na pesquisa bibliográfica.

Muito interessante está o quinto capítulo que trata de "Serviços de Referência Eletrônicos". O enfoque principal aqui são as atuais bases de dados. Inicia com explicações sobre "lógica booleana", operadores, formas de truncamento e índices. Posteriormente, levando em conta a grande variedade de tipos de informação e diferentes canais para disseminação dessa informação atualmente existentes, os editores estruturam esses tópicos em duas seções distintas. A primeira - "Recursos Eletrônicos para o Serviço de Referência" -



aborda temas como bases de dados bibliográficos, não bibliográficos e recursos eletrônicos não tradicionais. A segunda - "Sistemas de Distribuição de Informação para Referência" - descreve o papel atual dos sistemas de recuperação online, sistemas usando discos óticos e uma das mais recentes formas de acesso a base de dados que é conhecida como "locally loated databases". Finalmente, o capítulo é concluído com a discussão sobre como integrar esses novos recursos eletrônicos no Serviço de Referência, qual é o ambiente do serviço de referência, quais as implicações no balcão de referência, quais os reflexos disso nas estratégias de busca, na entrevista de referência, na seleção de bases de dados etc.

O próximo tema desenvolvido é o papel da instrução no escopo do serviço de referência. Inicia discutindo o conceito de instrução, bem como os diferentes termos dele derivados, tais como "orientação sobre a biblioteca", "instrução no uso da biblioteca", "instrução bibliográfica" e ainda "instrução sobre como administrar a informação". Com breve retrospectiva histórica, descreve o desenvolvimento da instrução no serviço de referência e finaliza com informações de conteúdo prático: quanto ao desenvolvimento de serviços ou programas de instrução. As etapas então descritas, arrolam: levantamento das necessidades, objetivos e metas, teoria de aprendizagem, métodos instrucionais, técnicas de apresentação e de ensino, estruturas de programas instrucionais, administração e finalmente avaliação de programas no gênero.

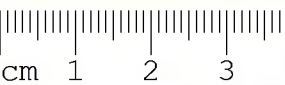
O sétimo capítulo - "Treinamento, Desenvolvimento e Educação Contínua da Equipe de Referência" - acentua as habilidades essenciais do bibliotecário de referência, definição de competência e sua necessidade constante de atualização frente ao desenvolvimento das novas tecnologias e fontes de informação.

A Avaliação do Serviço de Referência, discutida no capítulo oitavo, inicia respondendo as questões - "Porque avaliar o Serviço de Referência?" e "O que pode ser avaliado?". Menciona ligeiramente certos padrões existentes para o serviço de referência os quais visam ajudar a avaliação, e passa a discutir certas técnicas existentes para essa avaliação.

O penúltimo capítulo da primeira parte foi dedicado a esclarecer dúvidas no sentido de como deve a biblioteca ser melhor organizada para prover todos os serviços de referência descritos nos capítulos anteriores, ou seja, a organização e administração do serviço de referência em correlação com os demais departamentos e setores da biblioteca.

E o último capítulo se refere aos serviços de referência a grupos especiais como, por exemplo: grupos de idades específicas (crianças, adolescentes, velhos), pessoas com problemas físicos ou mentais, diferentes grupos étnicos, analfabetos, prisioneiros, pacientes em hospitais etc.

Finalmente, a segunda parte deste livro está inteiramente dedicada a seleção e avaliação das seguintes fontes de informação: diretórios; almanaques, livro do ano e manuais; biografias; dicionários, enciclopédias; bibliografias e



catálogos de bibliotecas; índices e resumos, documentos governamentais e fontes estatísticas. De maneira geral, para cada uma dessas fontes mencionadas, os aspectos discutidos são: uso e características, avaliação, seleção, exemplos de fontes gerais de destaque e estratégias de busca.

Algumas estratégias, como o uso de notas numeradas consecutivamente no corpo dos capítulos, foram utilizados pelos autores de modo a complementar certos textos, evidenciar certos tópicos e, ao mesmo tempo, integrar discussão em temas relacionados. Por exemplo, no capítulo destinado ao tema "Fontes", estão incluídas notas para apresentar algumas estratégias de busca específicas que podem ser seguidas quando se está tratando com certos tipos de questões de referência. Ainda, todos os capítulos desse livro arrolam ao final suas próprias notas e esclarecimentos necessários, bibliografia utilizada e uma relação de leituras adicionais.

KNEE, Michael; ATKINSON, Steven, D., comp. **Hypertext/Hypermedia: an annotated bibliography**. Westport, Greenwood Press, 1990.

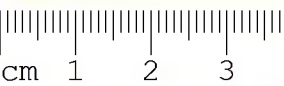
Este trabalho é uma extensa bibliografia anotada sobre hipertexto e hipermidia com aproximadamente 500 citações, representando o trabalho de mais de 350 autores. Estão apresentadas em ordem alfabética, com índice de assunto e autor ao final.

Foram incluídas citações de livros, capítulos de livros, anais, artigos de periódicos, documentos ERIC e publicações governamentais. Porém, dissertações, relatórios técnicos, publicações que não em inglês e principalmente materiais que os autores não puderam examinar, foram excluídos.

Após uma breve introdução, os compiladores fornecem sucintas e bem formuladas anotações sobre cada uma das citações, sem porém entrar em avaliações das mesmas. Os tópicos cobertos por esse trabalho relacionam-se mais especificamente à educação, treinamento profissional e publicações eletrônicas.

LAMB, A.C. **Emerging technologies and instruction: hypertext, hypermedia and interactive multimedia: a selected bibliography**. Nj, Educational Technology Publications, 1991. (Educational Technology Selected Bibliography Series; v. 4).

Conforme prefaciado pela autora, essas tecnologias chamadas de



"tecnologias emergentes", têm possibilitado compreensão cada vez maior do potencial de uso dos microcomputadores na educação. E mais, tem criado uma expectativa cada vez mais excitante em relação aos rumos que vem tomando a tecnologia educacional.

Frente à quantidade de informações que surgiram nos últimos três anos em torno dessas tecnologias emergentes e suas aplicações, vem essa bibliografia tentar ser útil aos pesquisadores da área, em especial aos educadores e especialistas de informação envolvidos no tema.

As referências bibliográficas inseridas nesse trabalho se apresentam organizadas em diferentes seções, a saber: - informações históricas e background; - informações gerais sobre hipermídia e multimedia; - hipermídia, multimedia e instrução; - hipermídia e multimedia: design, desenvolvimento e avaliação; - hipertexto, hipermídia e exploração da informação; - aplicações educacionais do CD-ROM; e - tendências correntes e futuras das tecnologias emergentes.

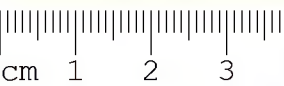
GLUCK, Myke. **HyperCard, hypertext, and hypermedia por libraries and media centers**. Englewood: Libraries Unlimited, 1989. 274p.

Dois são os objetivos distintos deste obra: primeiro, introduzir bibliotecários e especialistas em mídias no conceito de hipertexto e hipermídia, e segundo, proporcionar conhecimento prático de um software específico e comercial desenvolvido pela Apple Computer, qual seja o "Hypercard".

Porém, Myke Gluck acaba por dedicar pouca atenção ao primeiro objetivo. Dos oito capítulos em que se divide o livro, dois deles (exatamente o primeiro e o último) são especificamente dedicados a conceituar hipertexto e hipermídia, a descrever seu desenvolvimento histórico, algumas características básicas e prover breves detalhes de diversos sistemas disponíveis comercialmente. Acrescenta ao final, em um dos apêndices, uma extensa bibliografia sobre o tema.

O ponto forte reside na apresentação de um guia detalhado sobre o software "HyperCard", o qual vem sendo muito utilizado pelas bibliotecas americanas em diferentes atividades. Trata-se de uma introdução prática, especialmente preparada para uma audiência sensível à área de ciência da informação, ou com modestas experiências em microcomputadores.

"HyperCard", dependendo da forma como é utilizado, pode vir a se constituir em uma aplicação de hipertexto ou hipermídia. Num tópico específico há algumas considerações interessantes, salientando-se vantagens e desvantagens tanto desse software como de diferentes sistemas de hipertexto e hipermídia existentes no mercado, ou em desenvolvimento em laboratórios de pesquisa.



Inicialmente (no 2º capítulo) o autor se preocupa em introduzir o leitor no mundo dos computadores Macintosh, oferecendo conceitos básicos e ferramentas úteis para o desenvolvimento de certas habilidades que serão necessárias à exploração do "HyperCard".

Os capítulos restantes (do 3º ao 7º) apresentam de maneira simplificada e, com exemplos e exercícios práticos, informações básicas e iniciais para a implementação do software em evidência, qual seja o "HyperCard". Dedicando cada capítulo à descrição de uma de suas particularidades, procura abranger e salientar características e ferramentas de navegação; as atividades que envolvem a elaboração e modificação de "stacks" (que constitui a base desse software) e a exploração da linguagem "Hypertalk".

Ao final de cada um dos capítulos é oferecida uma série de exercícios, onde ao leitor é dada a oportunidade de explorar, manusear e modificar alguns arquivos, anteriormente elaborados, de modo a reforçar o aprendizado. Acompanha o livro um disquete intitulado "HYPERCIM", que contém os dados necessários para o desenvolvimento desses exercícios, alguns itens discutidos no decorrer do livro e também uma bibliografia sobre hipertexto e hiperídia.

Contém grande quantidade de figuras e algumas tabelas, o que possibilita visualização mais clara e objetiva das diferentes telas a serem manuseadas no "HyperCard", bem como mostra alguns dos movimentos necessários na implementação de suas funções. Ao final, várias fontes de informação bibliográficas são apresentadas. Dois apêndices, de forma muito prática, foram acrescentados, um sendo o "Dicionário HyperCard" e o outro o "Dicionário Hypertalk", onde conceitos pertinentes aos comandos, operadores, estruturas de controle, funções etc. estão satisfatoriamente descritos.

Myke Glück é estudante de doutorado no programa de "Transferência da Informação" na Universidade de Syracuse, estado de Nova York, tendo concluído seu mestrado em East Carolina University em Greenville, North Carolina.

AMBRON, Sueann; HOOPER, Kristina, eds. **Learning with interactive multimedia: developing and using multimedia tools in education.** Redmond, Microsoft Press, 1990.

Este livro é uma continuação de outro trabalho dos mesmos editores, intitulado "Interactive Multimedia", o qual tinha como objetivo dar uma visão geral sobre a tecnologia de multimídia.

Agora, os editores apresentam uma revisão do impacto dessa tecnologia, especialmente do "HyperCard", no desenvolvimento de materiais educacionais.

O livro é composto de 20 artigos, os quais estão divididos em três seções,



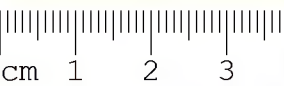
a saber: - Applications Researchers; - Teachers and Students; - Publishers and Producers. Compilados após a conferência ocorrida em outubro de 1988, em Cupertino, na Califórnia - "Hypercard and Education", constituem-se de reflexões de alguns dos participantes tanto nas apresentações como nas conversas ocorridas durante o evento.

Os artigos são concisos e muito informativos. A seleção dos autores é excelente, fornecendo pontos de vista de pessoas atuando em diferentes níveis de hipermídia interativa.

O primeiro artigo "Hypercard: a key to educational computing", escrito por Kristina Hooper, é uma excelente introdução ao "Hypercard", oferecendo informações e sensações obtidas em uma experiência prática quando da aplicação do software em questão. Os outros exploram o assunto sob várias perspectivas, incluindo pessoas envolvidas no desenvolvimento de hipermídia, educadores profissionais e outros usuários dessa tecnologia, e ainda pessoas envolvidas na produção e publicação de produtos comerciais de hipermídia. Muito apropriadamente o último artigo faz algumas considerações sobre o contexto de computadores e escolas no ano 2000.

Trata-se de um livro altamente recomendado para qualquer pessoa interessada em hipermídia.

Sueli Mara Soares Pinto Ferreira, doutoranda em Ciência da Informação e Documentação, na ECA/USP.



1 INFORMAÇÕES – INSTRUÇÕES

1.1 Finalidade da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação

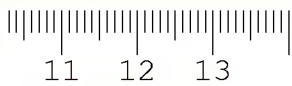
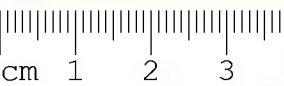
A RBBD é órgão oficial de comunicação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem como finalidades:

- a) constituir-se em periódico especializado da área de biblioteconomia e conhecimentos afins;
- b) ser um veículo noticioso e informativo de eventos e feitos de associações e de outras agências ligadas à área; e
- c) preservar a memória profissional e constituir instrumento para análises futuras.

1.2 Tipos de Colaborações

1.2.1 A 1ª Secção da RBBD é constituída de:

- a) artigos técnico-científicos, produtos de válida experiência profissional e de pesquisa;
- b) comunicações prévias ou informes posteriores de pesquisa;
- c) revisões de uma área ou assunto, em uma determinada época ou anual;
- d) comunicações de natureza descritiva de fundo profissional, sobre processos, atividades, serviços, programas etc. relevantes e com inovações;
- e) ensaios, documentários de uma época, de uma instituição, de um movimento bibliotecômico etc.;



- f) sistematizações, roteiros, modelos etc. com fins didáticos;
- g) monografias (resumidas) de estudantes, em alto nível; e
- h) traduções, imprescindíveis para relevância da divulgação.

1.2.2 Outras Seções

1.2.2.1 LEGISLAÇÃO: referência (leis, decretos, portarias etc.), seguida de emenda e resumo, sempre que necessário, a espécie legislativa será publicada na íntegra, com comentários;

1.2.2.2 REPORTAGEM E ENTREVISTAS: pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.2.3 NOTICIÁRIO: notícias diversas sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalhos, organismos nacionais e internacionais, congressos, cursos etc.;

1.2.2.4 RESENHAS: livros relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos; conforme normas próprias da RBBD;

1.2.2.5 LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS: assuntos de interesse da área, conforme NBR 6023/89;

1.2.2.6 RECENTES PUBLICAÇÕES: registro das obras recém-publicadas e trabalhos acadêmicos defendidos na área biblioteconômica;

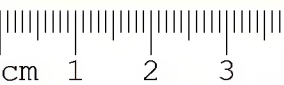
1.2.2.7 CONSULTÓRIO TÉCNICO: esclarecimentos de dúvidas e perguntas dos leitores, respondidas por especialistas.

1.3 Escolha da matéria dos fascículos

A matéria da Revista será encomendada a critério do editor e obedecendo planejamento anual.

2 REGULAMENTO

2.1 Artigos originais, ensaios, comunicações técnicas, revisões, traduções.



Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados à Editora Prof^a Regina Célia Baptista Belluzzo, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhandava, 40, conj. 110, São Paulo, SP – CEP 01306.

2.1.2 A matéria deve ser inédita e destinar-se exclusivamente à RBBD, não sendo permitida a publicação simultânea em outro periódico. A Comissão Editorial reserva-se o direito de incluir, em casos especiais, artigos publicados em revistas de outras áreas e em Anais de Congresso.

2.1.3 Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade dos autores.

2.1.4 Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de pelo menos dois Relatores do Conselho Editorial, dentro das especialidades destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicação.

2.1.5 Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores pelo prazo de um ano.

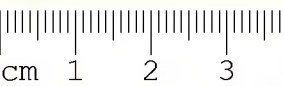
2.1.6 Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedades da RBBD, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor, ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. À Comissão Editorial é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

2.1.7.1 A RBBD se reserva o direito de proceder a modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizada por Revisores Especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações (“copidescagem”) será dada ciência ao autor.

2.1.8 As colaborações de cada fascículo compreenderão:

a) a matéria encomendada pelo Editor responsável, conforme planejamento do tema central de cada fascículo;



b) a artigos espontâneos, obedecendo a data de entrega dos mesmos.

2.1.9 A cada trabalho será reservado um exemplar do fascículo, entregue ao primeiro autor.

2.2 Traduções

Devem ser submetidas à apreciação da Editora, ouvido, se for o caso, a Comissão Editorial. Cópia de autorização do autor do texto original deve ser encaminhada à Editora, juntamente com a tradução.

2.3 Reportagens, noticiário, resenhas e levantamentos bibliográficos

O planejamento editorial destas Seções para cada fascículo é feito em conjunto com a Editora, mas a coleta e organização da matéria é de responsabilidade do respectivo encarregado de cada Seção.

3 NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

3.1 Limitar-se a um máximo de 25 páginas datilografadas para os artigos originais, 10 páginas para comunicações técnicas, sistematizações, roteiros de aulas, monografias de estudantes e 30 para revisões e traduções. Anexos e apêndices, quando constarem, não devem exceder 1/3 (um terço) do total de páginas;

3.2 Ser datilografados numa só face de folhas tamanho officio, obedecendo a média de 20 linhas de 70 toques para cada página datilografada. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos no canto superior direito. A datilografia deve ser preferencialmente executada em máquina elétrica, com fita de polietileno, utilizando-se esfera "polygo elyte" para o texto e "prestige elyte" para os resumos e notas de rodapé.

3.3 Ser escritos preferencialmente em língua portuguesa;

3.4 Conter somente nomenclaturas, abreviaturas e siglas oficiais ou consagradas pelo uso. Inovações poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;



3.5 Conter dois resumos, datilografados em folhas separadas, um em português e outro em inglês. No máximo constituído de 300 palavras, devem expressar os pontos relevantes do artigo, e serem acompanhados de descritores que traduzam as facetas temáticas do conteúdo. Obedecer às recomendações da NBR 6028/80. À Comissão de Redação, sempre que for necessário, é reservado o direito de fazer modificações para fins de indexação.

3.6 Apresentar à parte uma página de rosto, na qual contenha:

- a) título do artigo (e subtítulo, se necessário) seguido de um asterisco;
- b) autor ou autores, seguidos de dois asteriscos;
- c) data de apresentação do artigo à Redação;
- d) no rodapé da página devem ser apresentadas informações sobre o trabalho e credenciais do autor(es).

3.7 Apresentar as tabelas, quando for o caso, seguindo as "Normas de Apresentação Tabular" estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística. V. *Revista Brasileira de Estatística*, 24:42-60, jan./jun. 1963. Devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, e encabeçadas por um título;

3.8 Apresentar as ilustrações em papel vegetal, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução.

Os desenhos devem ser feitos a tinta nanquim preta e as letras traçadas com normógrafo ou letras decalcáveis (tipo leterset);

3.9 Devem ser feitas as citações de texto, por uma chamada numérica que corresponderá às respectivas referências bibliográficas. Estas devem ser apresentadas no fim do texto, em ordem alfabético-numérica. As chamadas no texto são numeradas em função desta numeração prévia, não seguindo, portanto, ordem consecutiva.

Comunicações pessoais, entrevistas, trabalhos inéditos ou em andamento, poderão ser citados quando necessário, mas apenas serão citados no texto ou em nota de rodapé. Se um manuscrito estiver em via de publicação, poderá ser incluído na lista de referências bibliográficas com indicação do título do periódico, ano e outros dados disponíveis;



3.10 As legendas das ilustrações e tabelas devem vir todas datilografadas em folha à parte, com indicação entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas ou ilustrações (fotos ou desenhos) respectivos;

3.11 Seguir as normas de referência bibliográfica pela ABNT:NBR 6023/89. Os títulos dos periódicos devem ser apresentados por completo e seguidos do local de publicação. À Comissão de Redação é reservado o direito de uniformizar o aparato bibliográfico dos artigos, quando se fizer necessário.

3.12 Seguir, sempre que for possível, as normas da ABNT:NBR 6024/80, para a numeração progressiva do artigo;

3.13 Usar notas de rodapé, através de asteriscos, somente quando indispensáveis;

3.14 Apresentar os agradecimentos a pessoas ou instituições, quando necessário, no fim do artigo, logo após o resumo em inglês.

EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- Livros:

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969, 520p. (Biblioteca de Administração Pública, 14).

2 - Traduções:

FOSKETT, Douglas Jonh. *Serviço de Informação em bibliotecas* [Information services in libraries]. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969, 160p.

3 - Parte de obra:

AZEVEDO, Fernando de. A escola e a literatura. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1955. v. 1, t. 1, p. 129-53.



4 – Artigos de periódicos:

CAMARGO, Nelly de. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais USP*. São Paulo, v. 1, p. 15-8, jan./jun. 1968.

5 – Dissertações/Teses:

ALBUQUERQUE, Vera Lúcia Lellis de. Perfil do profissional de informação atuando no sistema de informação na área de biotecnologia no Brasil. Brasília, 1986. 90p. /Dissertação – Mestrado – Universidade de Brasília/.

MACEDO, Neusa Dias de. A biblioteca universitária: o estudante e o trabalho de pesquisa. São Paulo, 1980. 211p. /Tese – Doutorado – Escola de Comunicações e Artes – USP/.



Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

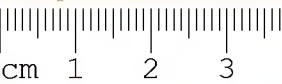
Recebemos a R. Bras. Bibliotecon. e Doc. v. 25, n.º 3/4, jul./dez. 1992

Nome/Name:

Endereço/Address:

Data/Date:

(a)



Digitalizado
gentilmente por:



A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por:
Information Science Abstracts (ISA),
Library and Information Science
Abstracts (LISA) e
Library Literature (LL).

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

(Federação Brasileira de Associações de
Bibliotecários)

São Paulo, 1, 1973 – 10, 1977;

N. Ser. 11, 1978.

Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO
BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de
BIBLIOTECÁRIOS, 1, 1960/26(5/6), 1972.

1973/77, 1– 10

1978, 11 (1/4)

1979, 12 (1/4)

1980, 13 (1/4)

1981, 14 (1/4) CDU: 02.061.25(81) (05)

1982, 15 (1/4)

1983, 16 (1/4)

1984, 17 (1/4)

1985, 18 (1/4)

1986, 19 (1/4)

1987, 20 (1/4)

1988, 21 (1/4)

1989, 22 (1/4)

1990, 23 (1/4)

1991, 24 (1/4)

1992, 25 (1/2)

1992, 25 (3/4)

Composição:

Angela Maria Costa dos Santos

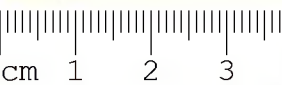
Ligia Tizuko Carlos

Impressão e Acabamento:

grafistyl editora gráfica ltda.

tel. 66-0220

são paulo – sp



Digitalizado
gentilmente por:



Com 90 anos de experiência...

A Swets é a agência internacional de assinaturas mais importante do mundo.

O nosso trabalho consiste em administrar assinaturas a uma variedade imensa de publicações periódicas ou em série, sejam elas em papel, microficha ou CD ROM.

Mantemos contato diário com editores de todo o mundo, o que nos permite oferecer o melhor serviço a nossos clientes.

Dependendo das necessidades de cada biblioteca, oferecemos o nosso serviço tradicional de envio direto do editor para a biblioteca, ou o nosso serviço FAST, muito bem aceito no Brasil, sendo, neste caso, o nosso pessoal encarregado de receber, controlar e enviar todos os fascículos publicados durante o ano, com o uso do mais sofisticado sistema de controle automatizado.

Além disso, todos os nossos clientes podem ter acesso on-line, através da rede INTERDATA, a nossa base de dados DataSwets, com mais de 100.000 títulos ativos. O DataSwets oferece informação completa sobre títulos, editores, assuntos, países de publicação, assim como a possibilidade de registrar novos pedidos, reclamações ou simplesmente enviar mensagens aos nossos escritórios.

Caso seja de seu interesse, poderemos visitar-lhe, preparar ofertas ou listas por assuntos e ajudá-lo a encontrar aquela informação imprescindível para a sua Biblioteca.

Contate-nos através do telefone 021 - 2627538. Estaremos prestes a atendê-lo.



Swets Serviços para Bibliotecas Ltda
Avenida Nilo Peçanha, 50 Sala 1612
20020-100 Rio de Janeiro-RJ
Fax: (021) 262-7538
Telex: (038) 213-1271